



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS

POLÍTICA, EMOÇÕES E GÊNERO NA LITERATURA  
FANTÁSTICA E DE FICÇÃO CIENTÍFICA DE AUTORAS  
BRASILEIRAS (1899-1954)

GOIÂNIA  
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS

#### 3. Título do trabalho

POLÍTICA, EMOÇÕES E GÊNERO NA LITERATURA FANTÁSTICA E DE FICÇÃO CIENTÍFICA DE AUTORAS BRASILEIRAS (1899-1954)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
  - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Silva Moreira Dos Santos, Discente**, em 31/07/2024, às 22:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior**, em 05/08/2024, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4709538** e o código CRC **8EB98B47**.

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS

POLÍTICA, EMOÇÕES E GÊNERO NA LITERATURA  
FANTÁSTICA E DE FICÇÃO CIENTÍFICA DE AUTORAS  
BRASILEIRAS (1899-1954)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

**Área de Concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades.

**Linha de pesquisa:** Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares

GOIÂNIA  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Danielle Silva Moreira dos  
Política, emoções e gênero na literatura fantástica e de ficção científica de autoras brasileiras (1899-1954) [manuscrito] / Danielle Silva Moreira dos Santos. - 2024.  
161 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2024.  
Bibliografia.  
Inclui mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. GÊNERO . 2. História . 3. Emília de Freitas. 4. Adalzira Bittencourt.  
5. Ada Curado. I. Soares, Ana Carolina Eiras Coelho, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **001/2024** da sessão de Defesa de Tese de **DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS**, que confere o título de **Doutor(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **09h30min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**POLÍTICAS DAS EMOÇÕES E RELAÇÕES DE GÊNERO NA HISTÓRIA: LITERATURA FANTÁSTICA E FICÇÃO CIENTÍFICA DE MULHERES QUE ESCREVERAM (N)O BRASIL (1899-1954)**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Ana Carolina Eiras Coelho Soares (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (UERJ)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Cristina Scheibe Wolff (UFSC)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro (PUC-GO)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Fabiana de Souza Fredrigo (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Ana Carolina Eiras Coelho Soares**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

POLÍTICA, EMOÇÕES E GÊNERO NA LITERATURA FANTÁSTICA E DE FICÇÃO CIENTÍFICA DE AUTORAS  
BRASILEIRAS (1899-1954)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior**, em 10/07/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 10/07/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana De Souza Fredrigo, Professora do Magistério Superior**, em 10/07/2024, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4655129** e o código CRC **BFC61C1A**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.014278/2024-11

SEI nº 4655129

## AGRADECIMENTOS

Essa tese, que trata de emoções, foi tecida com muito amor e carinho, mas também foi marcada pelas incertezas e angústias. Não sou capaz de dizer, pelo menos, não por enquanto, qual desses sentimentos teria interferido de forma mais decisiva no processo de escrita, mas todos eles me ajudaram de alguma forma. E é chegada a hora de agradecer. A gratidão também faz parte do processo.

Existem muitas pessoas que merecem meus profundos e sinceros agradecimentos, mas nenhuma delas merece mais do que minha orientadora, Ana Carolina. Ela foi mais que uma orientadora ao longo desses anos, depositando confiança em mim, me acolhendo e me conquistando com suas provocações. Obrigada por me possibilitar trilhar um caminho do qual tenho muito orgulho dentro dos estudos de gênero e da história. Obrigada por me permitir sempre estudar aquilo que me tocava e fazia meu coração vibrar, por apontar caminhos, leituras, reflexões, projetos, eventos e oportunidades. Obrigada por ter sido realista e inspiradora. Obrigada por não ter desistido, mesmo nos momentos em que precisei dar uma pausa, recuperar o fôlego, respirar outros ares, fazer um concurso, trocar de emprego. Sou e serei eternamente grata pelas orientações acadêmicas e pelos conselhos de vida. Obrigada também por me permitir conhecer o Luke.

Depois da minha orientadora, a pessoa que mais acreditou em mim e me apoiou foi minha mãe, que sempre, com seu amor, esteve ao meu lado, mesmo quando eu já não queria seguir adiante. Minha mãe é uma pessoa inspiradora, inteligente, a mais perspicaz que conheço, daquelas que nunca passaram na porta de uma faculdade, mas que sabem resolver problemas, fazer análises e encontrar soluções de forma mágica, quase como toda mãe. Ela via as soluções que eu, cega pela exaustão e descrença, era incapaz de ver. Ela foi a outra mulher que não desistiu de mim, e não há dúvidas de que, se eu terminei esse trabalho, também foi por amor e respeito a ela. Minha mãe, com seu olhar de ternura, sempre me incentivou e tentou de todas as formas tornar mais fácil minha rotina extenuante para conciliar trabalho e pós-graduação. Ela também, com seus cansaços e dores, se colocou à minha disposição. Sou grata a ela e ao meu pai por terem, cada um à sua maneira, se sacrificado tanto por mim; sei que esse é um privilégio. Agradeço também a João Gabriel, Laika, Nina e Amora, que sempre me ajudaram a recarregar as energias quando eu estava emocionalmente esgotada.

Nessa reta final de percurso, agradeço aos amigos e, especialmente, às amigas com quem trabalho e trabalhei pelas várias escolas por onde passei; muitas pessoas foram fundamentais para minha formação enquanto professora e mulher. Agradeço aos meus alunos e alunas, com quem sempre compartilhei momentos tão especiais. Houve dias que cheguei para ministrar aula cansada e frustrada com prazos estourados e os bloqueios criativos, mas a indisposição não sobrevivia diante da vitalidade dos meus jovens. Nesses momentos foram meus alunos e alunas que me fizeram lembrar algo que eu não posso esquecer nunca: o quanto é maravilhoso ensinar algo que faz tanto sentido para mim.

Sou grata às minhas amigas que conheci na corrida e à minha professora de Yoga, e a todas as pessoas que cruzaram meu caminho para agregar, fortalecer e me ajudar a cruzar a linha de chegada. Agradeço por cada laço de amizade que construí, por cada gesto de consolo e amparo; vocês são a família que eu escolhi, sejam aqueles que estão no bairro vizinho, em outra cidade, do outro lado do Atlântico ou em outro plano. Sou imensamente feliz por cada alma iluminada que cruzou meu caminho. Agradeço também a Ariel, pois toda vez que sonhei com dias melhores, eu não estava sozinha.

Minha vida se divide em antes e depois da Faculdade de História, então não poderia deixar de encerrar os agradecimentos sem citar o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás e todas as pessoas que dele fazem parte, especialmente os professores e professoras. Obrigada por terem me dado a oportunidade de aprender e ensinar sendo graduanda, professora substituta, mestranda e doutoranda. Meu ciclo de mais de 10 anos nessa casa se encerra, com sensação de dever cumprido; fiz o meu melhor em cada uma dessas etapas. E como a história de qualquer pessoa também é feita de outras pessoas, também cito os meus amigos e amigas que fizeram parte dessa caminhada de formação acadêmica. Aos companheiros de graduação que também ingressaram na pós-graduação e por isso também estiveram comigo, servindo de inspiração e exemplo, compartilhando os sabores e dissabores dessa aventura acadêmica. Agradeço profundamente às professoras Tânia Bessone, Cristina Wolff e Fabiana Fredrigo que se dispuseram a compor a banca para avaliar esse trabalho, além da professora Ana Maria Colling que participou da qualificação.

O processo de ser professora e pesquisadora em uma sociedade que pouco valoriza o pensamento científico e que pouco valoriza mulheres cientistas só não foi mais difícil porque todas essas pessoas estiveram do meu lado. Agradeço por cada oportunidade que a vida tem me concedido dia após dia, espero sempre ser um ser humano melhor, ser

digna de todas as vitórias alcançadas e contribuir para transformar o mundo em um lugar menos desigual e injusto.

*A imaginação é um instrumento para o encantamento do mundo – nos encantamos pelo que nos deixamos afetar e nos entregamos à afetação.*

(Débora Diniz, Esperança feminista, 2022)

## RESUMO

Rejeitadas tanto pela historiografia quanto pela literatura "canônica", diversas escritoras e intelectuais permaneceram à margem da história. No entanto, esse silêncio tem sido progressivamente rompido devido aos estudos de gênero, que têm trazido à luz perspectivas e figuras anteriormente obscurecidas na narrativa histórica tradicional. Engajando-se na escrita, refletindo e dialogando com a sociedade de suas épocas, muitas mulheres demonstraram sua presença e atuação política, apesar da histórica relutância em reconhecê-las como sujeitos políticos ou escritoras. Entre elas, nomes da literatura fantástica no Brasil como Emília de Freitas, autora de *A Rainha do Ignoto* (1899), Adalzira Bittencourt, que escreveu *A presidente da República no Ano de 2500* (1929), e Ada Curado, com *O sonho do pracinha* (1954), desafiaram o cânone literário com narrativas que propõem realidades alternativas marcadas pela igualdade e liderança feminina em diferentes regiões do Brasil. A partir de suas visões de mundo, produziram histórias em que utopia e emoções se fundem em atos de resistência política. Esta tese visa analisar a construção de uma pedagogia política das emoções por meio da literatura fantástica de autoria feminina e da imprensa periódica no Brasil republicano entre o final do século XIX e o início do século XX, estabelecendo diálogo com teóricas e teóricos do gênero e das emoções.

**Palavras chaves:** Gênero, História, Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt, Ada Curado.

## ABSTRACT

Rejected by both historiography and "canonical" literature, various female writers and intellectuals remained on the fringes of history. However, this silence has been progressively broken due to gender studies, which have brought to light perspectives and figures previously obscured in the traditional historical narrative. By engaging in writing, reflecting, and dialoguing with the society of their times, many women have demonstrated their presence and political action, despite the historical reluctance to recognize them as political subjects or writers. Among them, names from the fantastic literature in Brazil such as Emília de Freitas, author of "A Rainha do Ignoto" (1899), Adalzira Bittencourt, who wrote "A presidente da República no Ano de 2500" (1929), and Ada Curado, with "O sonho do pracinha" (1954), challenged the literary canon with narratives that propose alternative realities marked by equality and female leadership across different regions of Brazil. From their worldviews, they produced stories where utopia and emotions merge into acts of political resistance. This thesis aims to analyze the construction of a political pedagogy of emotions through fantastic literature by female authors and periodical press in Republican Brazil between the late 19th and early 20th centuries, establishing a dialogue with theorists of gender and emotions.

**Keywords:** Gender, history, Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt, Ada Curado.

## RESUMEN

Rechazadas tanto por la historiografía como por la literatura "canónica", diversas escritoras e intelectuales permanecieron al margen de la historia. Sin embargo, este silencio ha sido progresivamente roto gracias a los estudios de género, que han sacado a la luz perspectivas y figuras anteriormente oscurecidas en la narrativa histórica tradicional. Al comprometerse con la escritura, reflexionar y dialogar con la sociedad de sus épocas, muchas mujeres han demostrado su presencia y actuación política, a pesar de la histórica reticencia a reconocerlas como sujetos políticos o escritoras. Entre ellas, nombres de la literatura fantástica en Brasil como Emília de Freitas, autora de "A Rainha do Ignoto" (1899), Adalzira Bittencourt, que escribió "A presidente da República no Ano de 2500" (1929), y Ada Curado, con "O sonho do pracinha" (1954), desafiaron el canon literario con narrativas que proponen realidades alternativas marcadas por la igualdad y el liderazgo femenino en diferentes regiones de Brasil. A partir de sus visiones del mundo, produjeron historias en las que la utopía y las emociones se fusionan en actos de resistencia política. Esta tesis tiene como objetivo analizar la construcción de una pedagogía política de las emociones a través de la literatura fantástica de autoría femenina y de la prensa periódica en el Brasil republicano entre finales del siglo XIX y principios del siglo XX, estableciendo diálogo con teóricas y teóricos del género y de las emociones.

**Palabras clave:** Género, historia, Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt, Ada Curado.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Capa da 1ª edição do livro Rainha do Ignoto de Emília de Freitas. Instituto Cultural Boanerges Sena -----	59
FIGURA 2 – Menção à Emília de Freitas e ao livro Rainha do Ignoto na imprensa. Recorte do Jornal do Brasil -----	62
FIGURA 3 – Texto sobre participação das mulheres costureiras em uma greve. Recorte do Jornal Correio Paulistano -----	64
FIGURA 4 – Nota publicada na imprensa sobre homenagem aos militares envolvidos nas incursões contra Canudos. Recorte do jornal Diário Oficial do Amazonas -----	70
FIGURA 5 – Publicidade de encenação circense inspirada em Canudos Recorte do jornal A Federação. Manaus -----	70
FIGURA 6 – Foto da Adalzira Recorte do jornal Beira rio -----	71
FIGURA 7 – Capa da 1ª edição livro Vossa excelência a presidente da República no ano de 1500 (1929) de Adalzira Bittencourt. Livro Visões do passado, previsões do futuro -----	73
FIGURA 8 - Foto de Ada Curado. Arquivo pessoal da família Curado -----	76
FIGURA 9 - Capa do livro de Ada Curado, O sonho do Pracinha. 1ª edição Templo Cultural Delfos -----	78
FIGURA 10 - Mapa com representação aproximada dos locais onde as autoras viveram Mapa de minha própria autoria feito pela plataforma CANVA -----	81

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Levantamento de livros e textos publicados por Emília Freitas -----	61
TABELA 2 - Levantamento de livros e textos publicados por Adalzira Bittencourt ---	72
TABELA 3 - Levantamento de livros e textos publicados por ada curado -----	77

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1. AS FRONTEIRAS DO CÂNONE: CONTEXTOS, CULTURAS POLÍTICAS E UTOPIAS. ....	18
1.1. MULHERES E OS PARADOXOS DA AUTORIA E DA CIDADANIA NO BRASIL REPUBLICANO. ....	18
1.2. IMBRICAÇÕES DA HISTÓRIA COM A LITERATURA: ENTRE REALIDADE E MUNDOS ALTERNATIVOS .....	32
1.3. POLÍTICA E FANTASIA: OS CAMINHOS DA UTOPIA E DA ESPERANÇA.....	39
1.4. TRAJETÓRIA DA ESCRITA FANTÁSTICA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA .....	48
CAPÍTULO 2. ESCRITORAS, FEMINISMOS, FANTASIAS E EMOÇÕES .....	57
2.1. AS ESCRITORAS.....	57
2.2. EMÍLIA .....	59
2.3. ADALZIRA.....	73
2.4. ADA.....	78
CAPÍTULO 3. POLÍTICAS DAS EMOÇÕES E RELAÇÕES DE GÊNERO. ....	85
3.1. UTOPIAS POLÍTICAS E POLÍTICAS DAS EMOÇÕES .....	85
3.2. MEDO E A TRISTEZA .....	93
3.2. AMOR E A FELICIDADE .....	116
3.4. UTOPIAS E ESPERANÇA (IM)POSSÍVEIS .....	132
FONTES: .....	153
BIBLIOGRAFIA .....	154

## INTRODUÇÃO

Em 2015, no ano em que faleceu Eduardo Galeano, um vídeo<sup>1</sup> do autor de *as veias abertas da América Latina*, o qual apresentava um trecho de uma entrevista em um programa de televisão, viralizou na internet. Nele, Galeano aparece narrando um episódio de sua vida no qual palestrava ao lado de um amigo – o diretor de cinema Fernando Birri, o qual atua em uma universidade em Cartagena das Índias. Nesse vídeo, os dois foram interpelados por um estudante que se dirigiu a eles com uma intrigante pergunta: Para que serve a utopia? O próprio escritor uruguaio confessou que, quando a pergunta lhe chegou aos ouvidos, não soube exatamente o que responder; foi quando seu amigo, brilhantemente, dirigiu-se ao jovem e lhe respondeu:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (Galeano, 2013).<sup>2</sup>

Pensando sobre o que o próprio autor chama de “direito ao delírio”, este trabalho tem, como objeto de estudo, os sonhos e os sentimentos que se manifestaram na literatura escrita por mulheres, analisando-os pela perspectiva das relações de gênero na história. Nossas principais fontes são textos de caráter fantástico e utópico de autoras brasileiras, de diferentes regiões do Brasil, que foram produzidos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Essas narrativas podem ser analisadas como um tipo de arte que tem a capacidade de “arrastar o espectador ou leitor para fora do "mundo real" e para dentro de um mundo alternativo que funciona como mítico espaço e, portanto, reparador” (Causo, 2003, p.44). Logo, a criação imaginativa da realidade possível é uma maneira na qual os leitores e leitoras observam e experimentam a sua própria realidade de maneira renovada. Nessa busca por compreender a imaginação, os sentimentos e os seus usos políticos na história, deparei-me com as considerações de Gaston Bachelard sobre o *O direito de Sonhar*. O filósofo francês explora a relação entre o conhecimento científico e a experiência poética do mundo. Para Bachelard, a imaginação não significa apenas uma simples fuga da realidade, mas sim uma ferramenta que transcende o racional e o científico e que se impõe como essencial para a compreensão do

---

<sup>1</sup> Melo, Wilson. Para Que Serve a Utopia? - Eduardo Galeano. YouTube, 17 de maio de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs>> Acesso em fev./2024.

<sup>2</sup> Galeano, Eduardo. ‘Las palabras andantes?’. Siglo XXI, 1994.

mundo. O autor também argumenta que a capacidade de sonhar e de imaginar abre novas possibilidades de conhecimentos e experiências.

Nessa interlocução entre sonhos, sentimentos e política nos deparamos com mulheres escritoras que, mesmo sem gozar de direitos políticos e sociais plenos, utilizaram-se de estratégias literárias para construir subjetividades políticas voltadas a um futuro utópico, rompendo com os silenciamentos canônicos impostos pela história e pela literatura. Os sonhos que embalam tais narrativas “podem ser pensados como realidades concretizáveis cuja base fundante é o desejo, daí sua importância teórico-crítica: sonhamos porque o presente é vago e quebradiço, assim como o passado e o futuro. Mas por meio de um movimento que conecte as três temporalidades, podemos entrever o surgimento de um mundo melhor” (Cavalcanti; Assis, 2019, p. 115). As narrativas especulativas, escritas por essas mulheres, contemplam textos de ficção científica, fantasia e horror, gerando um efeito de criação de uma realidade alternativa que é, ao mesmo tempo, familiar e estranha aos leitores. E essa ruptura da familiaridade pode conduzir a novas percepções da realidade, as quais encontram na ideia de utopia um dos seus pilares.

Caminhamos, assim, ao reconhecimento de que “a utopia, carregada de historicidade, ampara a realização de subjetividades múltiplas, que, coletivamente, encontram cenários para se inscreverem” (Fredrigo, 2021, p.12). Considerando as imbricações entre o pessoal e o político, nosso objetivo, neste trabalho, é analisar a relação entre gênero e a política das emoções no Brasil, especialmente no que tange às formas plurais de participação política das mulheres, como, por exemplo, por meio da literatura. As relações de gênero constituem o panorama teórico e metodológico que assegura este trabalho<sup>3</sup>. As dimensões sexual e de gênero são fundamentais para a compreensão da construção de subjetividades políticas e o pagamento epistemológico das mulheres. Em minha trajetória acadêmica, tive contato com os estudos de gênero já no início da graduação, na Universidade Federal de Goiás, por meio das leituras do *Grupo de Estudos e pesquisa em Gênero*, do qual ainda sou membra. Fui bolsista PROLICEN<sup>4</sup> por dois períodos, trabalhando questões concernentes aos estudos de gênero e educação.

---

<sup>3</sup> O objeto de pesquisa dessa tese também poderia ser analisado dentro da perspectiva da psicanálise, mas esse não foi o meu objetivo.

<sup>4</sup> O PROLICEN foi criado em 1980, com o intuito de valorizar as Licenciaturas e fomentar a interação da Universidade com a rede pública de ensino. Esse programa recebeu um novo impulso com a aprovação do Programa de Bolsas para os cursos de Licenciatura da UFG, em 4 de junho de 1996. O Programa de Bolsas de Licenciatura busca incentivar a participação de discentes, por meio da concessão de bolsas, em projetos de natureza institucional, que invistam tanto na qualidade dos cursos, quanto na necessidade de garantir o ingresso, a permanência e a conclusão do curso pelos alunos das diversas licenciaturas e/ou propiciar uma efetiva articulação dos cursos de Licenciatura com os ensinos fundamental e médio.

Contudo, foi na imprensa goiana que encontrei o objeto de estudo com o qual ingressaria, mais tarde, no mestrado no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UFG.

Obtive o título de mestre em 2018, e minha dissertação discutiu a atuação política das mulheres goianas por meio da análise de um periódico dirigido às mulheres entre as décadas de 20 e 30 do século XX, na Cidade de Goiás, antiga capital do estado. Como pesquisadora e mulher goiana, esse contato com escritoras goianas, pouquíssimo conhecidas, deixou-me muito realizada, contudo, ainda bastante intrigada a respeito desse “silenciamento”. Assim, ao longo do estudo, foi surgindo aquele incômodo que move qualquer pesquisadora. Minha intenção, no doutorado, seria permanecer estudando sobre a imprensa e os direitos políticos das mulheres no doutorado, ampliando minhas fontes para outras regiões do Brasil. E foi com esse projeto que ingressei neste doutorado, mas novos ventos ditaram novos rumos para a minha pesquisa, sendo este um estudo que passou por vários “altos e baixos”, principalmente no que diz respeito à dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho.

Comecei o doutorado como professora substituta na UFG, cheguei a receber uma bolsa, mas ela acabou não se efetivando. Findado meu contrato como substituta – e sem bolsa –, precisei batalhar e contar com o apoio e com a solidariedade de pessoas queridas para alcançar um espaço na rede de ensino básico de Goiânia. No início do segundo ano deste doutorado, fui contemplada novamente com uma bolsa, mas tive que fazer uma escolha difícil e renunciar à bolsa por já estar empregada na rede particular. Acabei optando por permanecer empregada, considerando que as oportunidades no mercado de trabalho para uma professora de história são bem escassas em Goiás. Fiz a maior parte da tese dando aula em cinco escolas particulares diferentes. Caótica é um adjetivo insuficiente para descrever essa experiência. E a pandemia veio para adicionar uma pitada a mais de desespero à minha vida e à vida de tantas outras pessoas, especialmente das pessoas que perderam seus empregos e seus entes e amigos queridos. Soma-se, ainda, tantos outros problemas de ordem externa que foram transformando a experiência de ser uma jovem mulher professora e pesquisadora brasileira em uma realidade quase distópica.

Conversando com a minha orientadora, principalmente a respeito da originalidade do meu trabalho, nasceu a possibilidade de pesquisar narrativas literárias de caráter utópico e fantástico. Eu já tinha conhecimento acerca do trabalho da escritora Ada Curado, que usou artifícios da literatura fantástica para compor, engenhosamente, os meandros do folclore goiano. Comecei a me questionar: *Existiram no Brasil escritoras que se destacaram na literatura não realista? Quem são essas mulheres? Onde elas estiveram? Sobre o que tratavam suas*

*narrativas? E por que elas não são citadas ou lembradas pela historiografia ou pelo cânone literário?* Para a minha feliz surpresa, essas mulheres existem, existiram e é sobre elas que eu me disponho a falar nas páginas que se seguem.

Inúmeros discursos e práticas autorizaram ou desautorizaram as mulheres a exercer a palavra e a escrita, e fizeram com que as mulheres permanecessem, até os dias atuais, ainda em uma condição de sub-representação, mesmo em contextos institucionais democráticos. A análise da construção histórica dos discursos e das representações sobre essas sujeitas, na ótica do conceito de gênero, denotam que

os dados que comprovam a reduzida presença feminina na política não seria evidência de que as mulheres sejam menos participativas e possuam menor grau de motivação para se inserir em atividades políticas. Tais evidências, ao contrário, seriam sintomas dos processos históricos e culturais que, cristalizados em instituições, dificultam até os dias correntes sua participação em partidos políticos e suas possibilidades de êxitos na competição eleitoral (Oliveira, 2014, p.15).

Nosso interesse recai, portanto, sobre mulheres que buscaram outras formas de se representar em contextos politicamente “desfavoráveis”, enquanto seus direitos políticos e sociais eram suprimidos. Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt e Ada Curado produziram obras a partir de diferentes regiões do Brasil, entre os anos de 1899 e 1954. Se olharmos para a maneira pela qual a história foi escrita, veremos que não é rara a ocorrência de mulheres escritoras que foram silenciadas, não só pelo cânone literário, mas também por um “cânone historiográfico”. Esse mesmo cânone, bastante influenciado por uma tradição iluminista, “descartou muito rapidamente os dispositivos emocionais que movem e comovem as pessoas.” (Soares, 2021, p.).

Caminhamos por entre esta dupla exclusão: o expurgo das emoções nas análises historiográficas, até mesmo dentro do campo da história da cultura, e, por outro lado, a exclusão das mulheres. Essa última, enquanto sujeitas históricas, acabou sendo reiterada, uma vez que as mulheres são historicamente associadas aos sentimentos e às emoções, como afirma Sara Ahmed (2019), o que as deixaria novamente de fora de uma história política. As mulheres nem sempre usufruíram dessa autoridade literária da mesma forma ou com o mesmo ensejo que os homens. Conforme enfatiza Rita Terezinha Schmidt, ao refletir sobre a identidade de mulheres escritoras, “na modernidade, a institucionalização da função autoral, como sustentáculo da autoridade literária, sempre esteve associada à identidade do autor, lugar da prerrogativa masculina de exercitar o dom da palavra” (2008, p.56).

Nosso recorte histórico e espacial se inicia com a primeira publicação de *A Rainha do Ignoto*, em 1899, no Nordeste, pelas mãos da cearense Emília de Freitas. Seguimos pelas primeiras décadas do século XX, quando, em 1929, é lançado o livro *Vossa excelência: A presidente da República no ano de 2500*, na cidade do Rio de Janeiro, com a autoria da escritora Adalzira Bittencourt. Depois, finalizamos em meados do século XX, mais precisamente em 1954, ano em que foi publicado *O sonho do pracinha*, em Goiás, pela escritora Ada Curado. Dessa forma, metodologicamente, optei por tomar as datas de publicações das minhas fontes primárias como marcadores temporais da minha pesquisa, concentrando-me nos anos finais do século XIX e na primeira metade do século XX. Esse nosso proeminente recorte contempla datas e eventos considerados significativos para as narrativas tradicionais da historiografia política do país, como, por exemplo, os anos iniciais da República, as revoltas urbanas e rurais, a tomada do poder em 1930 e o fim da era Vargas. É de meu interesse que as datas de publicações sejam percebidas como parte dessa história política, pois esse período não se define politicamente apenas pelos fatos citados acima, mas foi, também, um momento elementar para a participação das mulheres na vida pública.

O contexto no qual nossas autoras escrevem coincide com a articulação de movimentos feministas no Brasil, mais especialmente a chamada “primeira onda”. E, ainda que uma dessas autoras - Adalzira Bittencourt - tenha abertamente se declarado feminista e escrito sobre o assunto, não é prudente atribuir a todas as outras escritoras esse mesmo engajamento, uma vez que todas as mulheres, enquanto sujeitas políticas, estão, da mesma forma que os homens, suscetíveis a reproduzir discursos e práticas machistas e patriarcais. Porém, é inegável que, de uma maneira ou outra, elas refletiram e dialogaram com essas questões de seu tempo, seja concordando seja divergindo das várias propostas de “emancipação feminina” que foram emergindo ao redor delas.

Nas narrativas do feminismo existe a noção de que essas ideias têm formados várias ondas. Na Primeira Onda (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicam direitos políticos, sociais e econômicos; na Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado (Pedro, 2011, p. 271).

A incorporação de novos direitos políticos, que reverberassem em uma nova realidade para as mulheres, perpassou pelos sonhos, mobilizou sentimentos e estimulou a imaginação dessas escritoras, as quais ousaram “sonhar para frente”, isto é sonhar com os olhos no

horizonte, transformando seus atos e sua literatura em um projeto no qual a historiografia e o cânone teimaram em afastar das narrativas da História com “H” maiúsculo e masculino.

A experiência de “tornar-se mulher”, como cita Simone de Beauvoir, por vezes, as afastou da produção intelectual e da atividade política, ou qualquer atividade exercida em contato com o público. Muitos foram os discursos historicamente e socialmente construídos que insistiam em “provar” a inaptidão das mulheres para tais atividades. Autores como Tocqueville, um dos expoentes do pensamento liberal, insistiam em afirmar que as características psicológicas das mulheres as afastavam da razão, sendo que essa última, na opinião do autor, era um componente fundamental e indispensável para o bom exercício da política. Dessa forma, nem mesmo a mais honesta das mulheres conseguia deixar de ser uma cidadã medíocre (Tocqueville, *apud* Prochasson, 2005).

Este evidente interesse em banir as mulheres de atividades políticas esteve ligado à constante associação delas ao campo das emoções, supostamente irracionais e incontrolláveis. Contudo, assim como a literatura fantástica, esta é uma linguagem que merece mais atenção por parte dos historiadores e historiadoras, assim a linguagem das emoções também é parte indispensável do tecido social e, portanto, não deve ser deslocada das análises políticas. Proponho dedicarmos mais atenção às práticas sociais constituídas emocionalmente e a expressão destas na mídia e na arte.

A linguagem [das emoções], seja ela ruidosa ou discreta, delicada ou grosseira, eloquente ou confusa, dá aos historiadores o ponto de acesso a partir do qual podemos reconstruir mundos emocionais do passado. [...]. Ela também permite tirar conclusões sobre o que os homens [e as mulheres] sentiam [...], sobre o que desejavam e sobre o que acreditavam sentir. [...] Ainda que as emoções fossem imutáveis em sua composição química, física ou neural (o que não está demonstrado e é pouco verossímil), isso não vale para a maneira como são sentidas, julgadas e expressas. Nesse nível é possível constatar ao longo da história muitas mudanças de rumo e de deslocamentos de tom (Frevert, 2020, p. 138).

É bastante estimulante perceber que, apesar de todos os obstáculos, uma parcela das mulheres se lançou na vida pública, fazendo da aventura da escrita uma das formas de existir e resistir politicamente. Mulheres colocaram em prática um tipo de resistência criativa que chegou a ganhar alguma visibilidade, quando seus textos foram publicados. O reconhecimento nem sempre esteve ligado às suas produções em si, mas sim ao fato de elas serem mulheres que escreviam, e, conseqüentemente, transgrediam, atraindo a curiosidade e a repulsa. Outro fator que pode ser considerado como determinante para explicar o sucesso pontual dessas escritoras,

sucedido de um expressivo esquecimento, é o fato de elas terem se dedicado a um tipo de literatura que se distanciava totalmente daquela considerada adequada para o público feminino, como é o caso dos folhetins e dos romances “pedagógicos”, que serviam para reforçar os papéis sociais de gênero.

A literatura fantástica se divorcia do real, e abre oportunidades para “brincar com papéis de gênero” e fundar mundos fantasticamente possíveis. A existência dessas realidades, descomprometidas com o “real”, por si só, já é um convite para estudar sobre essas mulheres. A viabilidade, ou não, da materialização dessas narrativas, bem como a possibilidade ou não de que os seus desejos fossem alcançados, são questões de menor relevância, perto do significativo fato de que temos mulheres engendrando mundos, nos quais elas ditaram as regras.

Os anos que se seguiram após a morte dessas autoras reservou a elas um imenso limbo. Retiradas da história, elas foram esquecidas e apagadas por pesquisadoras e pesquisadores pouco interessados nessas obras ou na abordagem de gênero. Articular gênero, história, literatura e política é, de fato, um trabalho árduo, principalmente quando se trata de pensar a respeito desses campos teóricos e temáticos que, apenas recentemente, têm alcançado mais espaço, mas que ainda causam desconforto na comunidade acadêmica.

Alguns textos fundamentais para essa pesquisa foram elaborados por pesquisadoras e pesquisadores da área de letras e linguística. A tese em Literatura Brasileira, denominada *Uma escritora na periferia do Império: vida e obra de Emília Freitas (1855-1908)*, defendida em 2007 pela professora Alcilene Cavalcante de Oliveira, no Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, promove um escrutínio da vida pessoal de Emília de Freitas, em paralelo com a construção de seus textos, evidenciando que a vida e a obra de Emília de Freitas, em vários momentos, se entrelaçam, fazendo da escrita da autora uma produção autobiográfica. Minha pesquisa também se apoiou nas contribuições de Ana Maria Colling, especialmente em seu trabalho *A cidadania da mulher brasileira*, para pensar a construção dos saberes jurídicos e da condição política das mulheres no Brasil, além do livro *Tempos diferentes e discursos iguais: a construção histórica dos corpos femininos*, da mesma autora. Além disso, a obra de Márcia Abreu, intitulada *Cultura letrada, literatura e leitura*, foi fundamental para pensar a crítica literária e a construção de uma cultura literária.

Contudo, os textos sobre utopia e fantasia no campo da história ainda são escassos. Por isso, o livro *Utopias sonhadas/distopias anunciadas: Feminismos, gênero e cultura queer na literatura*, organizado pelas professoras Ildney Cavalcanti e Luciana Deplagne., publicado em 2019 pela editora UFPB foi fundamental para a construção deste estudo. O livro é estruturado

em vários capítulos de diversos autores e autoras da área de letras que apresentaram análises de textos utópicos variados pelo viés da abordagem de gênero. Cada capítulo explora uma narrativa utópica de autoria feminina produzida em países de língua inglesa ao longo do século XX e no início do século XXI<sup>5</sup>. Em um dos textos escritos por Ildney Cavalcanti e Fabiana Gomes, fica expresso o desejo de fazer “um resgate da esperança utópica como um projeto coletivo de transformação da história” (2019, p. 116). Um semelhante “projeto político coletivo de transformação” eu venho buscando identificar e analisar, mas agora em um olhar histórico que se debruça sobre autoras brasileiras. Outros escritos fundamentais são os textos da escritora Sara Ahmed, em especial *The Cultural Politics of Emotion*, a partir dos quais analisamos a relação entre emoções e políticas.

Recentemente, tem surgido um interesse sobre obras especulativas, utópicas e fantásticas produzidas por mulheres, e várias autoras têm buscado essas narrativas para discutir questões de gênero e feminismos<sup>6</sup>. Entretanto, como podemos perceber, minhas interlocutoras na área da história foram praticamente inexistentes, o que reforça a necessidade deste trabalho. Partindo das noções de que nós, historiadoras e historiadores, somos movidos por inquietações do presente, é interessante destacar que 2020 foi o ano em que, pela primeira vez, uma brasileira foi contemplada com uma importante premiação, conhecida como o “Óscar da ficção científica”<sup>7</sup>, o que sugere algumas pequenas rupturas.

Em buscas feitas no banco de teses e dissertações da CAPES<sup>8</sup>, não levantei nenhum trabalho produzido por departamentos de História que contemplasse as categorias *gênero*, *literatura*, *fantasia e utopia* no Brasil. Em 1993, com a eminência do novo milênio, o XVII Simpósio Nacional de História ocorreu em 1993 na USP e teve, como tema, história e utopia<sup>9</sup>, porém, ao fazer uma rápida inspeção dos Anais desse evento - o maior da área de história -,

---

<sup>5</sup> Alguns textos apresentados e discutidos são: *O sonho de Sultana* (1905) de Roquia Sakhawat Hussain, *Woman on the Edge of time* (1976) de Marge Piercy, *Swastika Night* (1937) de Katharine Burdekin, *A Parábola do semeador* (1993) de Octavia Butler, *The handmaid's tale* (1985) de Margaret Atwood, *The Stones of God* (2007) de Jeanette Winterson.

<sup>6</sup> Cáceres, André. *Escritoras usam literatura fantástica para discutir feminismo*. O Estado de São Paulo, 16 de junho de 2018. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,escritoras-usam-literatura-fantastica-para-discutir-feminismo,70002350797.amp>> Acesso em fev./2024.

<sup>7</sup> “Ana Grilo e Thea James, foram as vencedoras na categoria Melhor Fanzine através do trabalho no blog The Book Smugglers, dedicado a resenhas de obras de ficção científica, especulativa e de gênero, além de ser a casa de diversos trabalhos curtos”. Teixeira, Leonardo Ávila Teixeira. Por dentro da inédita conquista brasileira na ficção científica. G1, 09 de agosto de 2020.

Reportagem disponível em: <<https://gq.globo.com/Cultura/noticia/2020/08/por-dentro-da-inedita-conquista-brasileira-na-ficcao-cientifica.html>> Acesso em fev./2024.

<sup>8</sup> Consulta feita no Catálogo de teses da Capes. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acesso em abril 2021.

<sup>9</sup> SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1993, São Paulo. Programa e resumos. XVII Simpósio Nacional de História. História e Utopias. São Paulo: ANPUH, 1996, p.519.

não houve nenhum trabalho com título que contemple o conceito de gênero e apenas um artigo trazia a temática “mulheres”.<sup>10</sup>

No Brasil, antes mesmo da década de 1990, vários estudos já utilizavam a categoria mulheres<sup>11</sup> e algumas obras importantes foram lançadas em 1997, no rastro da publicação do consagrado artigo *Gênero: uma categoria de análise histórica*, da pesquisadora Joan Scott, publicado em 1990, como é o caso do livro organizado por Eni de Mesquita Samara, Rachel Soihet e Maria Izilda Santos de Matos, *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea* e também o livro *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero* escrito por Mônica Raisa Schpun.

O campo teórico dos estudos de gênero, nascido nas décadas finais do século passado, tem conseguido avançar no Brasil graças ao empenho e à dedicação, especialmente, de pesquisadoras e professoras em vários departamentos de história e dos grupos de estudo realizados pelo Brasil. As relações de gênero são componentes fundamentais das estruturas sociais. Partindo de diferenças naturalizadas, o gênero é o dispositivo que demarca relações de poder, constrói desigualdades, institui representações, estrutura discursos e norteia práticas. Longe de sofrer passivamente os efeitos dessas relações de poder, os indivíduos participam dessas construções que estão calcadas no gênero. As noções de feminilidade, masculinidade, heterossexualidade e homossexualidade são forjadas cotidianamente em meio a essas performances, como destaca Judith Butler (2013). Nesse contexto, toda uma epistemologia ocidental transformou as diferenças de gênero em desigualdades, ou seja, tudo aquilo que é atribuído e associado às sujeitas sofreu e ainda sofre um processo de inferiorização e silenciamento. “A construção histórica desses silêncios foi amplamente alimentada pelo modo como a própria História e a Literatura, por exemplo, foram constituídas como campos de conhecimento” (Cargnelutti; Reis, 2017, p.47).

O ingresso cada vez maior das mulheres aos ambientes universitários proporcionou um local de maior debate a respeito dessas questões. Assim, em conjunto, essas alunas, professoras e pesquisadoras,

---

<sup>10</sup> Algranti, Leila M. Educação feminina: Vozes dissonantes no século XVIII e a prática colonial.

<sup>11</sup> Maria Odila Leite da Silva Dias *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*; Martha de Abreu Esteves, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*; Margareth Rago, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*; Magali Engel, com *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*; Rachel Soihet, *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920* e Eni de Mesquita Samara, *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX* (Pedro, 2011).

emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos [...]. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente (Rago, 1998, p. 90).

Porém, as pesquisas feitas sob a ótica do gênero ainda são vistas com certo desdém, encaradas como um nexu, um apêndice da “verdadeira História”. Alguns pesquisadores mais resistentes insistem em acusar as pesquisas relacionadas a gênero como aquelas desenvolvidas com muita militância e pouca cientificidade. As relações sexuais e de gênero tiveram sua importância reconhecida, mas tal importância ainda é colocada como “menor”, diante de outras relações sociais, políticas e econômicas que constituem o tecido histórico. Bastante influenciada pela desconstrução Foucaultiana dos sujeitos, “a categoria do gênero permitiu [...] sexualizar as experiências humanas, [...] pois, embora reconheçamos que o sexo faz parte constitutiva de nossas experiências, raramente este é incorporado enquanto dimensão analítica” (Rago, 1998, p. 92).

Essa mesma história hegemônica que se mantém relutante em aceitar gênero como uma ferramenta de análise nos últimos anos se aproximou, com uma sutil desconfiança, da literatura, apropriando-se dela apenas como fonte, e temendo profundamente os efeitos epistemológicos dessa aproximação. Os estudos literários, no Brasil, insistem em pensar a história da literatura brasileira excluindo de seu cerne um tipo de literatura considerado de menor valor, que não se enquadra nos mesmos parâmetros que tornaram notórios outros textos. E, por fim, pensar em uma abordagem política, por um viés cultural, que contemple os aspectos emocionais e que não se apegue apenas às noções racionais que conduzem as pessoas em suas práticas e escolhas políticas, parece, aos olhos de muitos pesquisadores, algo demasiadamente arriscado.

Além das narrativas literárias, outros textos, como jornais e revistas de grande circulação nesse mesmo período, disponíveis na HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA<sup>12</sup>, também compõem o acervo de fontes dessa pesquisa. Esse projeto, desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional, é reconhecido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e tem o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que viabilizou a compra dos equipamentos necessários e a contratação de pessoal. Em um contexto em que os financiamentos de pesquisa, que poderiam possibilitar recursos para deslocamentos e consulta em arquivos locais, são cada vez mais escassos, e, ao mesmo tempo, considerando a pandemia

---

<sup>12</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em <fev./2021>

da COVID-19, a consulta de fontes de maneira online através da HEMEROTECA foi fundamental para a continuação da pesquisa.

A hemeroteca oferece a todos que têm acesso a internet uma imensa quantidade de fontes escritas, especialmente jornais e revistas. O acesso é simples, não requer *login*, nem cadastro, e não é cobrado nenhum valor. Os usuários podem fazer uma consulta detalhada, ler e fazer o *download* dos arquivos. É possível navegar pelo catálogo pesquisando documentos pelo seu título, mas também pelo local ou data de circulação. Conforme orientações do próprio site, “a busca por palavras é possível devido à utilização da tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (Optical Character Recognition – OCR), que proporciona aos pesquisadores maior alcance na pesquisa textual em periódicos”. Esse recurso é extremamente valioso, pois permite fazer, inicialmente, um levantamento qualitativo da incidência de determinadas palavras, verbetes e expressões.

Dessa forma, minha metodologia combinou a leitura das fontes literárias e jornalísticas, por meio da busca por palavras-chave, com lente teórica do arcabouço teórico dos estudos de gênero. Passear por entre as páginas digitalizadas é vislumbrar parte do cenário social, político e econômico discursivamente construído por práticas e representações. Optei por manter as referências aos jornais pesquisados nas notas de rodapé, logo abaixo de cada citação, ao invés de colocá-las nas referências bibliográfica ao final da tese.

Diante desse aporte documental tão variado e fragmentado, foi preciso seguir o conselho da professora Maria Izilda, colocando em prática a “paciente busca de indícios, sinais e sintomas, bem como a leitura crítica para esmiuçar o implícito, descortinando experiências ocultas no passado” (2013, p. 9). Com toda riqueza que as fontes impressas e periódicas podem oferecer, é possível também se debruçar sobre charges, imagens, charadas, publicidades e tantos outros elementos jornalísticos e literários, que nos ajudam a contar parte da nossa história. Entre os exemplares, incluem desde os primeiros jornais criados no país, em 1808, como o Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro, até jornais extintos ou que não circulam mais na forma impressa<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> “Entre as publicações mais antigas e mesmo raras do século XIX estão, por exemplo, O Espelho, Reverbero Constitucional Fluminense, O Jornal das Senhoras, O Homem de Cor, Marmota Fluminense, Semana Illustrada, A Vida Fluminense, O Mosquito, A República, Gazeta de Notícias, Revista Illustrada, O Besouro, O Abolicionista, Correio de S. Paulo, Correio do Povo, O Paiz, Diário de Notícias, e também os primeiros jornais das províncias do Império. Quanto ao século XX, podem ser consultadas revistas de grande importância, como Careta, O Malho, O Gato, Revista da Semana, Klaxon, Revista Verde, Diretrizes e jornais que marcaram fortemente a história da imprensa no Brasil, como A Noite, Correio Paulistano, A Manhã, A Manhã e Última Hora. [...] Periódicos de instituições científicas também compõem um segmento especial do acervo já disponível. São alguns deles: os Annaes, da Escola de Minas de Ouro Preto, O Progresso Médico, a Revista Médica Brasileira, os Annaes de Medicina Brasiliense, o Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Revista do Instituto Polytechnico

*A Federação, Beira rio, Correio paulistano, Diário Oficial do Amazonas, Jornal de Notícias, O lar, O Paiz e Fonfon* foram alguns dos jornais e revistas utilizados neste trabalho. Dentre esses mencionados, destaco a *Revista Fonfon*<sup>14</sup>, mais amplamente utilizada por mim. O contexto e transformação epistemológica e historiográfica do século XX permitiram aos historiadores se aproximar das fontes da imprensa periódica e reconhecerem suas potencialidades. Resguardadas as diferenças metodológicas, jornais e revistas são fontes ricas e complexas, assim como a literatura, se considerarmos as relações de poder e os interesses que envolvem a produção dessas publicações.

Nesse mesmo contexto, a história política também passou por um processo de renovação. As narrativas tradicionais da história, ainda que norteadas por noções abstratas, como povo, nação, sempre se mantiveram fechadas para análises das emoções e sensibilidades. Uma ligeira análise de eventos considerados fundamentais para a invenção desse mundo político Ocidental já nos coloca diante de várias “fantasias” ou “ilusões” políticas que foram desenhando a realidade política ao longo da história.

Em princípio, a retórica política do mundo moderno está calcada no liberalismo do Iluminismo europeu do século XVIII. Persegue-se o ideal de igualdade entre os agentes sociais das sociedades humanas. [...], o Iluminismo adiciona a todo universo da humanidade a noção masculina e sobredeterminada do produtor, que tem como recompensa do seu esforço o privilégio de ser o chefe. Foi forjada no Ocidente uma sociedade de homens que identificava não apenas o gênero masculino, mas a espécie no seu todo. **Essa perspectiva possuía um devir utópico, previa-se um mundo sem diferenças.** Entretanto, ao contrário do pensamento iluminista, processava-se naquele momento, por meio da máquina colonialista, a anexação de sociedades e culturas com extremas diferenças de ordem política, social e individual em relação à sociedade europeia (Nascimento, 2019, p. 266, grifo meu).

---

Brasileiro, a Rodriguesia: revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Jornal do Agricultor, entre muitos outros. O pesquisador pode consultar também outras modalidades de publicação, como o Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte, os Relatórios dos Presidentes das Províncias (no Império) o Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, a Revista do Archivo Público Mineiro, a Gazeta dos Tribunaes: dos juizes e factos judiciaes, do foro e da jurisprudência (Rio de Janeiro) etc.”

<sup>14</sup> A Revista *Fon-Fon* foi fundada por João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, e Gonzaga Duque, dois importantes nomes da literatura e jornalismo brasileiros no início do século XX. O financiamento e a publicação da *Fon-Fon* estavam a cargo da Empresa Jornalística *O Malho*, que já publicava a revista de mesmo nome, "O Malho", desde 1902. A revista foi criada no contexto de uma crescente urbanização e modernização do Rio de Janeiro, que na época era a capital do Brasil. A *Fon-Fon* refletia essa modernidade, tanto na forma quanto no conteúdo, oferecendo aos seus leitores uma mistura de literatura, críticas, moda, e crônicas sociais, além de uma rica iconografia composta por fotografias e ilustrações de alta qualidade. Seu público-alvo eram as classes média e alta da sociedade carioca, interessadas nas transformações culturais e sociais da cidade e do país.

O iluminismo que o diga, atuou na elaboração do expressivo “mito” da igualdade política, bem como na construção de um sujeito universal masculino, mas, aos poucos, contudo, o movimento feminista, em seu diálogo transversal com outros movimentos políticos, passou a argumentar que “excluir as mulheres da vida pública e política moderna contradiz a promessa democrática liberal de emancipação e igualdade universais” (Young, 1991, p.67).

Recentemente, o entrecruzamento entre história e emoções, as novas fontes e as revisões historiográficas resultaram em conceitos como cultura política e política cultural (Luca, 2008). Dessa forma, as pesquisas que envolvem história política incorporaram novos sujeitos - inclusive os indivíduos politicamente excluídos-, diversificaram suas fontes e passaram a contemplar conjunturas de média e longa duração, além de análises qualitativas atreladas às quantitativas.

Segundo o historiador Eric Hobsbawm, independentemente de ser algo perigoso ou inofensivo, o fenômeno das organizações populares, como o próprio movimento operário, e a participação, presença e o interesse cada vez maior de “pessoas comuns” na política institucional, observado a partir do final do século XIX, foram tratados com atenção e cautela pelas elites dominantes, receosas de que seu poder pudesse ser abalado por essas iniciativas. O movimento de democratização da política tornou-se um fenômeno incontornável; dessa forma, concomitantemente, a inteligibilidade política passava por transformações.

Foi este, conseqüentemente, o momento em que os governos, os intelectuais e os homens de negócios descobriram o significado político da irracionalidade. Os intelectuais escreviam, mas os governos agiram. [...]. A vida política, portanto, tornou-se sempre mais ritualizada e repleta de símbolos e apelos publicitários, tanto explícitos como subliminares. À medida que os antigos meios — predominantemente religiosos — de assegurar a subordinação, a obediência e a lealdade se desagregavam, a necessidade, agora manifesta, de algo que os substituísse foi atendida pela *invenção das tradições*, pelo uso de antigos e experimentados suscitadores de emoções como a coroa, a glória militar e, como vimos, outros meios novos, tais como o império e a conquista colonial. (Hobsbawm, 1988, p.97).

Com efeito, o historiador inglês já nos sinalizava que a história política tem a oportunidade para se enveredar pelos discursos, pelos símbolos e pelas representações que dialogam com as emoções e com outras práticas aparentemente irracionais. Aproximações entre política e emoções não significam tomar partido de uma ampla autonomia dos sujeitos políticos frente às estruturas e às instituições, nem tratar a política de forma “psicologizante”, mas sim reconhecer que “os afetos fazem parte do horizonte analítico dos historiadores da política” (Prochasson, 2005, p.311). Essa literatura do delírio e do desejo é o tecido no qual essas

mulheres, enquanto “sujeitas desejanter”, tecem seus sentimentos e afetos políticos que se tornam perceptíveis através da própria literatura que os torna inteligíveis.

Tais práticas indicam a fundamental participação das mulheres na elaboração imaginária de mundos alternativos por meio da literatura e revelam o interesse e o compromisso delas com a elaboração simbólica de projetos políticos, os quais são permeados por afetos e emoções que induzem práticas e ações.

Margareth Rago, em 1998, já nos advertia que o “desejo” é uma categoria pouco explorada pela história, uma vez que insistimos em trabalhar com categorias inflexíveis e racionais para lidar com relações sociais – aqui eu tomo a iniciativa de escrever desejos, no plural, e lembrar que não se trata apenas de desejos fisiológicos como o sexual. Essa trajetória de valorização das dimensões emocionais, psíquicas, intuitivas, sentimentais e afetivas ainda é tímida, mas, na medida em que tem sido desenvolvida, ela tem colaborado com o enriquecimento da experiência humana, e, conseqüentemente, para o fortalecimento do conhecimento histórico e social. Sendo assim, exploro os caminhos pelos quais os sentimentos se constituem enquanto dispositivos de uma pedagogia dos sentimentos.

O primeiro capítulo deste trabalho, intitulado *As fronteiras do cânone: contextos, culturas políticas e utopias*, está subdividido em cinco partes. Na primeira sessão, *Paradoxos da autoria e da cidadania das mulheres no Brasil*, apresento alguns dos discursos a respeito do lugar social da mulher nos espaços políticos e na literatura no contexto do final do século XIX e a primeira metade do XX. Reverberar na imprensa periódica havia muitos paradoxos em relação às novas instituições e aos novos direitos. Por outro lado, existiam também várias vozes que se levantaram contra esses paradoxos. É possível perceber uma circularidade das ideias em favor da “emancipação feminina”, a qual, em muitos momentos, se confunde com o movimento feminista da chamada primeira onda.

Dispondo-me das considerações historiográficas de pesquisadoras como Ana Maria Colling, Joan Scott, parto da hipótese de que paradoxos são parte do combustível que alimenta as narrativas utópicas que funcionaram como um dispositivo de contestação, sendo essa uma tática criativa que se distanciava de outras estratégias mais ofensivas empreendidas pelo movimento sufragista, que previam maior enfretamento, ao mesmo tempo que não percorria a via institucional, trilhada por feministas como Bertha Lutz.

No tópico seguinte, ainda no primeiro capítulo, denominado como as *imbricações entre a história e a literatura: entre realidades e mundos alternativos*, apresento o percurso epistemológico que distanciou história, literatura e realidade política, ressaltando a maneira

com que parte dos historiadores tem lidado com isso e as implicações desse debate para o estatuto da ciência histórica. Busco justificar meu trabalho considerando a pouca ênfase nos estudos sobre utopia por parte dos historiadores e historiadoras, algo que nasce, quase sempre, de um preconceito epistemológico da história com a fantasia, com os sonhos e com a imaginação. Nesse sentido, meu trabalho se coloca como exemplo de aproximação possível entre esses campos.

Na terceira seção, *Culturas políticas e fantasias: os caminhos das utopias*, parto para uma valiosa observação teórica. Início desenvolvendo o conceito de sonhos diurnos, elaborado por Ernst Bloch para pensar a importância social e política dessas utopias que tomam forma não só através da literatura, mas também por meio de outras expressões artísticas. Contudo, não tomo o conceito de Bloch como sendo algo universal, ou “a-histórico”, mas buscarei, ao longo da pesquisa, historicizar essas utopias, tomando-as como parte de uma experiência histórica. Aqui, minha atenção reside justamente na definição do que seria esse mundo melhor para essas mulheres dentro dos contextos sociais, político e econômicos nos quais elas estavam envolvidas.

No quarto e último tópico deste primeiro capítulo, *Trajetórias da escrita fantástica no Brasil e na América Latina*, eu me debruço sobre a trajetória dessa modalidade literária no Brasil e sua pouca expressividade quando comparada com outros países da América Latina, buscando evidenciar as razões pelas quais essa literatura foi pouco explorada no País. Destaquei obras variadas de cunho fantástico/especulativo que foram produzidas, bem como apontei outras autoras que se envolveram com essa escrita.

O segundo capítulo recebeu o título de *Escritoras, feminismos, fantasias e emoções*, sendo estruturado em sete seções. A primeira delas inicia com o tópico intitulado *As escritoras*, explicando um pouco do que significava ser escritora no Brasil naquele contexto; também, sigo apresentando cada uma das autoras separadamente, compondo, assim, as próximas três seções: *Emília* (2.2), *Adalzira* (2.3) e *Ada* (2.4), sem perder de vista que se trata de mulheres brancas e de elite. Pontuo especificamente cada uma das suas respectivas trajetórias pessoais, destacando, dentro do possível, os locais por onde elas transitaram, bem como outras produções, participações e projetos com os quais elas se envolveram, tentando identificar suas referências e influências culturais. Ofereço um mergulho nas fontes, em paralelo com o contexto político e com demais acontecimentos sociais que reverberaram nas obras e nas vidas das autoras. Levantei e desenvolvi problemáticas consideradas mais relevantes dentro das narrativas, como a perspectiva das escritoras a respeito da ciência, da política e do papel das mulheres dentro de

cada um desses enredos fabulosos, socialmente edificados e centralizados por uma perspectiva de gênero.

O aprofundamento das análises e a costura dos conceitos são realizados no terceiro e último capítulo, que chamei de *Políticas das emoções e relações de gênero*. Nele, avalio as estratégias e os conceitos que nortearam insatisfações e desejos de transformação ou conservação de determinados preceitos, práticas e comportamentos, parte das mulheres. O primeiro tópico desse último capítulo é intitulado *Utopias políticas e políticas das emoções* no qual eu discuto a maneira como a razão foi sendo construída como polo oposto da emoção, semelhantemente a forma como feminino e masculino. Sigo, nos próximos tópicos, aprofundando a análise de alguns binômios sentimentais que estruturaram a sociedade por meio da imprensa da literatura, sendo eles: *medo e tristeza* (3.2), *amor e felicidade* (3.3), e, por fim, finalizo com um exame da noção da *esperança* (3.4), retomando o diálogo com Ernest Bloch, além de trazer a contribuição de outras autoras e autores, como bell hooks.

## CAPÍTULO 1. AS FRONTEIRAS DO CÂNONE: CONTEXTOS, CULTURAS POLÍTICAS E UTOPIAS.

### 1.1. MULHERES E OS PARADOXOS DA AUTORIA E DA CIDADANIA NO BRASIL REPUBLICANO.

O cânone literário brasileiro do final do século XIX é povoado por autores que não pouparam esforços para tornar inteligível o novo sistema político que tinha acabado de surgir diante deles. Para Euclides da Cunha, a República era uma *herança inesperada*, e outros autores – como Machado de Assis e Lima Barreto – denunciavam que, dentro de um mesmo Brasil republicano, as exclusões eram contundentes e constantes (Neves, 2018).

Para além de um simples veículo de comunicação, essa literatura canônica, que caminhou lado a lado com o projeto político republicano, serviu também para a vinculação e difusão de discursos hegemônicos que se consolidaram e se perpetuaram na história<sup>15</sup>. Machado de Assis e outros autores, considerados célebres, tiveram licença e respaldo para pensar as estruturas políticas por meio da literatura e eles se valeram de suas obras não só para pensar as estruturas da política institucional, mas também para refletir sobre a sociedade em que viviam e, conseqüentemente, todas as relações que a compunham, não podendo, portanto, ficar alheios das relações de gênero<sup>16</sup>.

O cenário político, a partir de 15 de novembro, foi marcado pela paradoxal coexistência de princípios liberais expressos na Constituição de 1891 com práticas políticas oligárquicas. Apesar de erigida sob o signo da modernidade e do progresso, assentada em ideias de cidadania e igualdade, os desvios da jovem República logo se tornaram evidentes. “O advento da República, cujo pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir a coisa pública ou o interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil” (Resende, 2018, p.81).

---

<sup>15</sup> No Brasil, o discurso médico do século XIX é transposto para a literatura. Muitas vezes, recorre-se à astúcia e maldade do demônio como causas da melancolia feminina e da histeria. As personagens históricas são enfermas, órfãs e sugere-se que a causa da enfermidade seja a ausência ou a quebra do lar. A cura está no casamento, na procriação, na aceitação das normas estabelecidas. As “doentes”, que não falam, reproduzem os sintomas dos discursos médicos: desmaios, enxaquecas e gritos. Machado de Assis (1839-1908), o maior de nossos escritores, retrata esta mulher, especialmente em contos como *A Missa do Galo*, *A cartomante*, *Causa secreta* e no seu clássico *Dom Casmurro* (Colling, 2000, p.67).

<sup>16</sup> Em *Esau e Jacó*, Machado de Assis coloca a mulher no centro de uma disputa entre dois irmãos. Essa disputa não é só pela atenção de Flora, ambos também se enfrentaram em relação as suas escolhas políticas. A rivalidade entre os dois, um defensor do recém implantado regime republicano e o outro partidário das ideias monarquistas que estavam em arrefecimento, explicita um dos vários embates e contradições que marcaram a República desde seus primeiros momentos e que encontraram força na literatura e a imprensa.

Desdobramentos dessas limitações atingiram as mulheres, cuja experiência de exclusão política já era anterior à Proclamação da República. As ideias de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres funcionassem como um indicativo de que existiam atividades exclusivas para cada um eram o ponto de partida para a supressão de alguns direitos. Dentro dessa lógica, “a mulher pertence ao domínio do privado, presa às atividades de reprodução da espécie, sendo, portanto, inapta para a política – atividade que se processa nos domínios do espaço público” (Resende, 2018, p.91). Os discursos que apostam no desastre que seria equiparar, politicamente, homens e mulheres são recorrentes em várias partes do país, sendo possível observar como isso conduziria ambos os espaços - privado e público - a um estado caótico.

Causou-nos verdadeiros pavor um despacho telegráfico comunicando à imprensa fluminense a resolução do senado francês cedendo o direito de voto às mulheres e isto por um motivo simplicíssimo: pelo receio que a moda se propague. [...] Em que pese aos adeptos da emancipação da mulher, é uma aspiração tristíssima, essa! Arrancai-a do sóleo majestoso que ocupa no seio da família equivale a roubar-lhe todo esplendor do halo da meiguice, ternuras e afeto que envolve-a em uma fotosfera tenuíssima de ouro<sup>17</sup>.

Mais de 50 anos depois de esse texto ter sido veiculado no Sul do País, mesmo após uma série de avanços políticos e conquistas do movimento feminista, uma crônica de um jornal no Centro Oeste descreve um diálogo entre amigas que critica a “emancipação feminina”:

Então você não respira, não sente o clima de liberdade em que vivemos?  
- Veja só – persuadia a segunda. Seu marido jamais pensaria em encerrá-la entre quatro paredes. E se o tentasse, a justiça estaria ao seu lado e lhe garantiria os seus direitos.  
Diante da frase ambígua, indaguei:  
- Direitos de quem? Meus ou dele?  
- Direitos femininos, é lógico!  
- E quais são eles? – quis saber.  
Por um instante, a entusiasta feminista recuou e pensou.  
Foi quase gaguejando que respondeu:  
- Ora, você pode votar – Você pode casar com quem quiser. Pode educar seus filhos à sua maneira... Frequentar escolas, festas...  
- Minha bisavó também podia...  
- Qual! Nem havia voto feminino, naquele tempo!  
- Ora... Voto! Voto! De que lhe adianta o Juca no palácio e nenhuma cozinheira no fogão?

---

<sup>17</sup> A REPÚBLICA: ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICADO FEDERAL. Curitiba, PR. 8 de março de 1901. Edição n° 54, p.2.

Novo protesto. Ideias atrasadas, as minhas. Pois que sejam!... E teimei e teimo em afirmar que a mulher ainda não evoluiu um milímetro rumo ao seu conforto e à sua libertação. Pelo contrário: andamos para trás<sup>18</sup>...

A emergência e a circulação constante do termo “emancipação da mulher”, em vários textos da imprensa brasileira no final do século XIX e na primeira metade do XX, pressupõem uma mobilização, especialmente das mulheres, para pensar nos limites e nas possibilidades da atuação delas fora do ambiente privado. Conforme o que já foi exposto até aqui, nossas fontes literárias também desafiam esses discursos hegemônicos, uma vez que eles mostram as mulheres em situação de comando, em contexto de produção de saberes e em contato direto com o mundo externo à atmosfera doméstica, no qual elas podem ser um pouco mais do que mães.

A ousadia da escrita e da publicação de textos já denota uma postura de enfrentamento às práticas e representações impostas às mulheres. Para além disso, a criação de narrativas e personagens que contradizem e subvertem os papéis sociais de gênero reforçam nossa tese de que, até certo ponto, a literatura fantástica de autoria feminina foi algo significativo para o reforço das críticas à estrutura política republicana.

Em um texto publicado na *Revista Fon Fon*, uma das revistas mais populares e importantes da sociedade carioca, nos deparamos com um texto que critica narrativas mitológicas que colocam mulheres em posição de comando:

Conversávamos sobre mulheres e eu disse o meu horror daquelas que se querem masculinizar e se arrogam prerrogativas de homem.

Godofredo Alvim também se expressou em apoio das minhas palavras. Ele detestava os viragos e não suportava a presença duma dessas criaturas do sexo feminino que o padre Brantôme [...] tinha horror às sufragistas. Até se admirava de terem os Gregos celebrado tanto as Amazonas e os seus combates á margem do Thermodonte. Ella gostaria mais de Diana, se ela não gostasse tanto de andas na caça pelas selvas, doidamente. [...]

Todos os povos creram na sai infância em mulheres guerreiras e indomáveis, mitos que talvez representem mesmo a indomabilidade disfarçada em doçura das criaturas femininas<sup>19</sup>.

Dentro dessa lógica binária dos discursos hegemônicos, que colocam homens e mulheres em lados opostos, na mesma intensidade que também distanciam os ambientes privado e público, o argumento mais potente em relação às mulheres, para justificar sua

---

<sup>18</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS. Trocando ideias. Goiânia, GO. 15 de agosto de 1957. Edição n° 184, p.3.

<sup>19</sup> FONFON. *Garabulhas*. Rio de Janeiro, RJ. 15 de julho de 1916. Edição n° 29 ano X, p.30.

inacessibilidade à política, foi a questão da maternidade, sendo uma teoria fundada em uma lógica que privilegia e destaca aspectos naturais e biológicos, desconsiderando que o natural também é fruto de interferências culturais e históricas.

Elisabeth Badinter (1895) argumenta que, em diferentes épocas e culturas, a maneira como as mães cuidam de seus filhos e o grau de envolvimento emocional variaram amplamente. Em seu trabalho *O mito do amor materno*, a autora identifica que o amor materno ganhou contorno fundamental e político na sociedade, a partir do século XVIII. Nesse contexto de fortalecimento do Estado burguês, a figura da mãe tem sua importância destacada, haja vista o fato de que ela passa a ser vista pelo Estado como aquela capaz de garantir a sobrevivência e a educação das crianças que passam a ser percebidas como cidadãs em potencial. Uma série de discursos passam a ser mobilizados para conscientizar as mães de seu novo papel, que perpassa as obrigações de ser amável, benevolente e devotada aos filhos, bem como a ideia de garantir a higiene, felicidade, boa alimentação, saúde e educação à sua prole.

No livro *Vossa excelência, a presidente da República no ano de 2500*, ao descrever como seria o Brasil do futuro, a autora dedica parte considerável do texto a explicar o quanto a maternidade era fundamental; inclusive, a autora vislumbra a possibilidade de existência de uma instituição conhecida como “Escola de mães”, que ela apresenta detalhadamente.

A primeira coisa a aprender era o significado da palavra – MULHER. Depois, da palavra – MÃE. Mãe: Três letras apenas, contém em si vários mundos. Um mundo de responsabilidades. Um mundo de amor, de ternura e de afeto. Um mundo de obrigações. Um mundo de deveres.... de renúncia e de sofrimentos... A “Escola das mães” contém cursos de puericultura, eugenia, eufrenia, higiene, elementos terapêuticos e direito de família; a história da mulher; sua evolução através dos séculos. Biografia das mulheres notáveis do mundo, especialmente das brasileiras. [...] A mestra da “Escola de Mães” deve fazer renascer em suas jovens discípulas a tradição de que a mulher deve saber que a mais bela missão que tem sobre a terra é ser mãe (Bittencourt, 1996, p. 174/175).

Dessa forma, a despeito de todos os discursos religiosos e científicos que insistiam na maternidade como uma escolha lógica, normal e óbvia das mulheres, dentro das perspectivas políticas de autoras como Adalziria, a maternidade, ainda que seja um destino natural ou uma predisposição inata, precisa ser acompanhada pela ciência e pelo Estado. A educação também era outra preocupação como uma aliada fundamental nesse processo, uma vez que era a partir do lar que a mulher, como educadora, colaborava para o futuro da nação, porém, para alcançar a condição de educadora, a mãe também deveria ser educada, cuidadosa, organizada e higiênica. Há de se considerar que os estudos de eugenia contaminavam profundamente os círculos

acadêmicos e intelectuais no início do século XX. A eugenia, como movimento de melhoramento racial, baseava-se nas leis de hereditariedade humana e propunha intervenções na população para assegurar uma "boa geração" através da higiene sexual e de uma profunda reforma moral e espiritual. Esse movimento encontrava respaldo tanto nas elites intelectuais quanto no imaginário popular, atravessando campos como a medicina, a educação, o jornalismo e a literatura.

a medicina eugênica tentou provar que os corpos definem a nação e que o desenvolvimento do país era consequência da moral e da saúde de seu povo. Nesse século higienizar, sanear e fortalecer foram verbos comuns ao vocabulário médico e científico. Era preciso uma transformação não apenas em relação às estruturas urbanas das cidades ou as dinâmicas políticas, mas, principalmente, em relação os corpos das cidadãs e dos cidadãos. As propostas médicas e eugênicas do período em questão afirmavam que o progresso moral e político da nação era resultado direto do cuidado, da disciplina e da higiene empreendida sobre os corpos dos membros constitutivos dessa nação (Santos, 2018, p. 38).

O argumento da maternidade civilizatória e asséptica legítima e reforça a ideia de que a condição política das mulheres deve ser distinta das dos homens e faz do casamento uma das obrigações conjugais, um passo que as afasta da vida pública e as torna juridicamente mais submissa aos maridos. A maternidade, para as mulheres, equivaleria à guerra para os homens e acabou se tornando uma forma de servir ao País. O fato de essas mulheres serem mães era a primeira e mais básica justificativa para excluí-las politicamente, sendo essa uma justificativa fundada em uma suposta essência biológica. A suposta “natureza feminina” dócil, paciente, emotiva e pouco racional era o que fazia do lar um lugar seguro. Era nesse recinto que elas deveriam imperar e aprimorar “habilidades femininas”, isto é, em casa, evitando qualquer distúrbio doméstico que pudesse afetar negativamente os integrantes do núcleo familiar; garantindo o bom funcionamento da instituição familiar, a saúde, a moral e o bem-estar dos filhos e do marido, as mulheres já estariam contribuindo com a sociedade.

No entanto, essa defesa da maternidade também foi apropriada e ressignificada pelas próprias mulheres em seus discursos e ações, com o intuito de criar caminhos de ampliação dessa participação para além dos limites do lar, como fizeram muitas mulheres no início do século XX. O amor pelos filhos e pelo País justificaria o direito de votar; em nome desse amor devotado, a mulher tomaria sempre boas decisões e escolheria adequadamente os governantes, consciente de que suas escolhas afetariam a vida daquelas pessoas que elas mais amam.” Esse sentimento “honroso” de amor pela pátria tem uma finalidade coletiva: a mulher patriota

justifica suas ações através dos interesses comuns à nação, e não de seus interesses particulares” (Santos, 2018, p. 106).

Mas, no geral, a maioria das noções atreladas à maternidade e outras alinhadas às noções de “feminilidade”, todas com viés natural e indissociável, aprisionaram, essencializaram e atribuíram uma única identidade às mulheres por meio dos discursos, das práticas e das representações. Essas ideias e representações, que serviam ora para reforçar, ora para romper com essas identidades, foram, paradoxalmente, sendo utilizadas como ferramentas de emancipação. O receio que a relevância da maternidade foi recrudescendo a partir do final do século XIX e início do XX captou a atenção de intelectuais e estimulou a criatividade de escritoras como Adalzir.

E a professora da Escola de Mães, vai ensinando, nessa linguagem simples, a aluna a ser mãe, emoldurando lhe a inteligência e o moral ao mesmo tempo que procura aprimorar o físico do brasileiro de amanhã. Aí está porque no ano de 2500, o Brasil era o país mais belo, mais forte, e o mais rico do mundo (Bittencourt, 1996, p.187).

Nem sempre os movimentos feministas e os grupos de mulheres estiveram dispostos a confrontar ou a negar essas condições naturalizantes, de forma que abraçar essa condição natural e essa “essência” pacificadora da maternidade acabou se tornando uma forma de se fazer ouvir. Em Goiás, no início do século XX, um jornal produzido pela elite das mulheres letradas, cujo principal objetivo era garantir o progresso moral, cultural e político da região, explorou intensamente os símbolos da maternidade, de forma que o cuidado, a prudência e o amor, sempre associado à condição materna, poderiam se tornar virtudes cívicas indispensáveis para a moralização da República.

Não por acaso o nome do periódico era *O Lar*, pois era por intermédio da imagem de boa mãe e rainha “do lar” que essas escritoras buscavam apoio junto à sociedade. A maternidade servia para blindá-las moralmente, além de garantir a autorização necessária para a continuidade da empreitada política que era a de conduzir um jornal feminista, católico e literário (Santos, 2018).

Na tentativa de disfarçar essas e outras exclusões, a República, desde seu nascimento, precisou se equipar e se armar de simbologias políticas, como o hino, a espada e a bandeira, como tentativa de se equilibrar sobre sua dinâmica excludente. Nesse Brasil, repleto de discursos tradicionais que se combinavam com novas práticas de sociabilidade e novas maneiras de existir politicamente, a presença “feminina” quase foi reduzida a uma alegoria.

Inicialmente, a figura ideal da “mulher” foi colocada como símbolo em oposição à figura masculina do rei, que representava o sistema monárquico (Carvalho, 1990). A República, simbolicamente representada por uma mulher, pouco contribuiu para conduzir as mulheres para dentro do debate político. Nos momentos em que as várias facções que compunham a República pareciam não conseguir se entender, fazendo predominar um cenário de aparente caos e crise, a personificação feminina da própria República também foi achincalhada, especialmente nas páginas dos periódicos.

A aproximação entre mulher e República, feita pelos intelectuais brasileiros, foi inspirada nos acontecimentos políticos promovidos na França a partir de 1789; contudo, José Murilo ressalta que, diferentemente da França, no Brasil esse imaginário não se consolidou, uma vez que não havia um campo social e cultura capazes de alimentá-lo, resultando em um número considerável de sátiras e caricaturas que colocavam a figura da República como uma meretriz, isto é, uma mulher sem honra. No Brasil, a República não redefiniu os princípios estéticos, e os pintores positivistas teriam sido os únicos a tentar, sem sucesso, consolidar a imagem da mulher como República jovem e gloriosa<sup>20</sup> (Carvalho, 1990). Dessa forma, apesar das tentativas, no País essa representação da república-mulher não foi tão coerente ou exitosa.

Ademais, o avanço político com o fim do voto censitário na Constituição de 1891 ainda apresentava alguns entraves ao livre exercício da cidadania, uma vez que restringia o voto aos analfabetos, excluindo, assim, parte significativa da população. Por outro lado, esse documento ainda não explicitava se as mulheres eram, de fato, eleitoras ou elegíveis, sendo evidência de uma noção política androcêntrica, norteadas pela divisão dos papéis de gênero que terminava por consolidar a exclusão política das mulheres, sugerida na Constituição. “A cidadania oriunda da abolição do sufrágio censitário fez emergir uma visibilidade sem precedentes à separação política entre homens e mulheres” (Verjus, 2005, p. 48 apud Karawejczyk, 2020, p. 59).

Várias foram as mulheres que se levantaram incisivamente contra esse impedimento que lhes soava muito mais como um impedimento cultural do que legal, resultado de uma

---

<sup>20</sup> Conforme José Murilo, os modelos ideológicos que tentaram se impor no início da república, o jacobinismo, o liberalismo e o positivismo, delinearão utopias políticas. “No caso do jacobinismo, por exemplo, havia a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta de todos os cidadãos. No caso do liberalismo, a utopia era outra, a de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado. Nessa versão, cabia ao governo interferir o menos possível na vida dos cidadãos. O positivismo possuía ingredientes utópicos ainda mais salientes. A república era aí vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizaram plenamente no seio de uma humanidade mitificada. Como discursos, as ideologias republicanas permaneciam enclausuradas no fechado círculo das elites educadas. Mas seja pelo próprio conteúdo dos discursos, seja pelos elementos utópicos, elas acabavam por postular a saída do fechado e restrito mundo das elites, acabavam por defender, cada uma a sua maneira, o envolvimento popular na vida política.” (1990, p.10).

dominação simbólica<sup>21</sup>. “A condição jurídica da mulher não nasce na instância legal, [...] mas é produzida por diversos discursos que exercem controle social sobre as mulheres” (Beleza *apud* Colling, 2000, p.84).

Embora juridicamente subentendida, mas discursivamente evidente, a exclusão natural das mulheres no acesso a direitos políticos não precisou ser nomeada, ela não necessitou de explicitude em documentos oficiais. Isso porque esse movimento foi sendo construído por discursos costurados por poderes e saberes hegemônicos. A religião e a educação, seja ela formal seja informal, por meio de escolas, manuais de civilidade e literatura, construíram essas representações e reforçaram esses discursos.

Esta hierarquização dos gêneros nos textos jurídicos denota uma linguagem, com palavras carregadas de poder e, ao mesmo tempo, anuncia os contornos da imagem da mulher. Se recorrermos à reconstituição dessas imagens, presentes na cultura ocidental cristã, encontraremos a mulher idealizada, presente em romances, provérbios, poesias, normatizando e prescrevendo os papéis recomendados ao gênero feminino (Colling, 2000, p.137).

Considerando que o liberalismo excludente, presente no Brasil a partir da Proclamação da República, dificultou o processo de construção da cidadania através do voto, caminhos alternativos para expor e pensar essa exclusão foram sendo criados, nesse caso, pelas próprias mulheres. Maria Amélia Teles, em *Uma breve história do feminismo no Brasil*, destaca a atuação das mulheres trabalhadoras, as quais participaram, de maneira enérgica e combativa, da construção do movimento operário no alvorecer do século XX.

Houve também outros caminhos que pretendiam ser mais pacíficos e, portanto, mais socialmente aceitos, haja vista o fato de que acomodavam melhor a suposta natureza das mulheres. Ainda assim, essas iniciativas não deixavam de causar desconforto e chocavam as parcelas mais conservadoras da sociedade. E, no início do século XX, a pauta que preenchia significativamente a opinião pública era a possibilidade do sufrágio feminino, defendido pelo movimento feminista como um caminho valoroso para a emancipação das mulheres.

A escritora, jornalista e dramaturga Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913) foi uma figura que se levantou contra a exclusão política da mulher ao publicar, em 1891, o livro *A mulher moderna*, que reúne textos inseridos na revista *A Família*, fundada por ela mesma em 1888. Nas páginas introdutórias, Josefina destaca que seu livro “nasceu da alma e do coração”, reforçando sensibilidades “femininas”, e se vangloria do seu trabalho por se dedicar a um

---

<sup>21</sup> Para saber mais, consultar Bourdieu, Pierre. *A Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

assunto que, para ela, é de “natureza grande”, sendo denominado por ela como emancipação da mulher.

A autora reconhece que “a maioria dos homens odeiam esta questão, e detestam as mulheres que escrevem”, mas continua pedindo compreensão e complacência dos seus leitores para tratar do que ela qualifica como resultado de uma crença pessoal “num futuro melhor para a mulher brasileira e de regeneração para a humanidade”, externalizando, assim, a esperança e o desejo de uma transformação política que beneficiasse as mulheres.

Dois anos após o lançamento desse livro, Josefina Álvares de Azevedo se embrenha novamente nessa discussão tão significativa à sua época, mas, dessa vez, versa sobre as conquistas políticas das mulheres através da peça teatral *O voto feminino*. Esse estratagema dramático deixa “transparecer uma expectativa/esperança de mudanças que estava sendo depositadas na nova Constituição, a ser elaborada. Esperança que uma nova era – a republicana – parecia poder suprir” (Karawejczyk, 2021, p. 96).

Josefina Álvares de Azevedo engrossou as fileiras das legiões de mulheres, como fez Mary Wollstnecraft e Virginia Wolf, que, desde o século XVIII, não escondiam sua indignação e reivindicavam aquilo que, conforme suas experiências pessoais, cada uma julgava ser pertinente para o reconhecimento e a valorização das mulheres. Essas micro resistências políticas e literárias já existiam desde o século anterior, avolumando-se a partir da segunda metade do século XIX<sup>22</sup> e no início do século XX em diante. Esse é um momento em que as fronteiras entre os espaços público e privado pareciam se tornar cada vez mais estreitas e a emancipação que essas mulheres tanto desejavam já despontava no horizonte como algo cada vez menos impossível.

No Brasil, outra importante intelectual que destacamos é Diva Nazario Nolf (1897-1966), que publicou o livro *Voto feminino e feminismo*, também de caráter panfletário, em 1923. A obra, que contém agradecimentos “a todos aqueles que pugnam pela emancipação da mulher brasileira”, conta com uma lista de citações e trechos coletados especialmente em jornais, e que

---

<sup>22</sup> Ana Maria Colling chama atenção, ainda no século XIX, para a importância dos primeiros jornais editados por mulheres para o público feminino como, por exemplo, *O jornal das Senhoras* (1852), editado por Joana Paula Manso de Noronha, *O sexo Feminino* (1875), de responsabilidade de Francisca de Mota Diniz, *Echo das Damas* (1879) de Amélia da Silva Couto. Além desses e de outros periódicos, que aumentavam à medida que o número de mulheres leitoras também crescia, os salões literários, que se tornaram mais frequentes no Brasil, desde a chegada da família real, também se tornaram espaços de resistência política para as mulheres da elite letrada. “Cada uma utiliza à sua maneira as oportunidades oferecidas pelas fissuras sociais, os salões literários serão uma linha de fuga importantíssima para as mulheres do século XIX. As alfabetizadas e pertencentes às camadas privilegiadas são leitoras vorazes de toda literatura colocada à disposição do público leitor. Nestes espaços as mulheres reivindicam não somente o uso da razão, mas também a participação intelectual no mundo do pensamento filosófico, científico e político” (2000, p.144).

indicam que realmente havia várias pessoas e instituições, no Brasil, em Portugal e na França as quais já vinham colaborando com essa empreitada, que, assim como Josefina, Diva chama de emancipação feminina.

O livro segue com outra interessante lista de “nomeações oficiais de mulheres no Brasil e no mundo”, destacando mulheres que passaram a ocupar cargos significativos naquele contexto, sendo o nome de Bertha Lutz o primeiro da lista, indicando sua aprovação no concurso do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Bertha foi a grande representante de um sufragismo que teria optado por táticas mais diplomáticas do que as sufragistas europeias, especialmente as inglesas.

Nolf ataca os argumentos jurídicos que negam o direito das mulheres ao voto e alega que várias seriam as pessoas empenhadas em garantir a emancipação feminina. Desde o século XVIII, vozes como a de Rousseau ecoaram com mais força, perpetuando representações que prejudicavam politicamente as mulheres, mas Stuart Mill, Marques de Condorcet e outras vozes masculinas e femininas, ao longo dos séculos seguintes, passaram a competir com esses discursos hegemônicos que insistiam na inferioridade intelectual e na incapacidade jurídica das mulheres. “Neste empenho de ideias eu fui, todavia, de uma incomparável felicidade, porque, em suas deduções, meus poucos contentadores não se apoiaram em facto algum que pudesse servir de prova séria contra os direitos feminino” (Nolf, 1923, p.18). A autora faz questão de ressaltar que o livro não tem valor literário e que se tratava da reunião de uma série de textos e argumentos que contrapõem os discursos legais, médicos e religiosos que impediam a mulher de participar diretamente da vida política por meio do voto.

As linhas por mim escrita foram traçadas ao correr da pena, nos raros momentos de folga entre estudos e trabalho. Como prometi, tudo aqui está reunido, na simples intenção de divulgar melhor o que se há dito a respeito e servir quiçá a nobre causa do feminismo que, no Brasil, há de ser brevemente vencedora, para a glória da nossa pátria e despeito a suas magnas leis (Nolf, 1923, p.17).

A advogada também realizou um levantamento de documentos oficiais das sessões do congresso que discutiram a possibilidade de extensão do voto às mulheres para endossar seu debate e, assim como Josefina, também aponta para um novo futuro possível para as mulheres, ao destacar a esperança de que, muito em breve, o feminismo vencerá. Outras mulheres também se dedicaram a tecer comentários jurídicos e se opor ao indeferimento de pedidos de alistamento eleitoral feminino, como foi o caso de Mirthes Campos, em sua obra *O voto feminino e os fundamentos de uma sentença*, publicada em 1929.

Conforme Ernst Bloch, “a esperança, esse afeto expectante contrário a angústia e ao medo, é a mais humana de todas as emoções e acessível apenas aos seres humanos. Ela tem como referência, ao mesmo tempo, o horizonte mais amplo e mais claro” (2005, p.77). Ainda que nos afastemos de noções ontológicas ou essencialistas, que enxergam princípios irremediavelmente humanos, acho interessante a posição do autor de relacionar o desejo com o tempo, uma vez que o discurso feminista a favor dos direitos femininos se localiza no futuro, bem como algumas das nossas fontes literárias que sublinham um Brasil do futuro, repleto de novidades.

Vale ressaltar que a historiografia que trata da movimentação sufragista no Brasil ainda tem se restringido a figuras como Bertha Lutz e exclusivo à criação da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, como critica Mônica Karawejczyk (2020), desconsiderando outras figuras e obliterando, principalmente, mulheres negras e outras pautas. Dessa forma, apesar de representar a união das mulheres, a questão da emancipação feminina, tão cara às primeiras feministas brasileiras, era, significativamente, elitista e racista<sup>23</sup>, da mesma forma que a historiografia sobre esse momento também ainda é. Outro problema destacado pela professora Mônica (2020) é a negligência quanto aos movimentos sufragistas ainda no final do século XIX, especialmente com relação aos debates sobre o reconhecimento de direitos políticos das mulheres durante a Constituinte de 1890, que são colocados de lado em razão do seu insucesso.

O voto também não foi implementado antes de 1917, ano em que o Código Civil entrou em vigor, endossando a condição inferiorizada das mulheres dentro da família e minimizando as possibilidades de autonomia por parte desse grupo. Dentro da proposta de emancipação feminina, logo após a ampliação do acesso à educação, o direito ao voto se tornou uma das principais questões. O movimento de mulheres em favor do seu direito de voto, no Brasil, só teve êxito em 1932<sup>24</sup>, e tomou feições distintas do movimento sufragista europeu, que era constantemente evocado pela imprensa, em razão de seu caráter violento. A edição de maio do *Jornal O Paiz*, no qual a própria Bertha Lutz colaborou, traz, na seção de telegramas e notícias internacionais, uma pequena nota de Londres, informando que “as sufragistas, aproveitando-se

---

<sup>23</sup> “As mulheres que fizeram parte, por exemplo, da FBPF eram, na sua maioria, oriundas da elite econômica e/ou intelectual do país. Mesmo assim encontramos exceções tal como Almerinda Faria Gama, mulher negra, advogada, jornalista, datilógrafa e líder sindical que participou efetivamente da FBPF na década de 1930. [...] Também se pode citar a participação de outra mulher negra, Antonieta de Barros, professora, jornalista e a primeira mulher eleita deputada estadual no estado de Santa Catarina, em 1934” (Karawejczyk, 2020, p.30).

<sup>24</sup> É pertinente citar que em 1928, o Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, alterou a alteração da legislação eleitoral para conceder o direito de voto às mulheres no seu estado. Contudo, os votos foram anulados. Nesse mesmo período uma mulher chegou a ser eleita, mas também não tomou posse. Alzira Soriano de Souza elegeu-se a primeira prefeita brasileira.

dos descuidos dos guardas, retalharam vários quadros expostos na Academia Royal e na Nacional Gallery”<sup>25</sup>.

A conquista desse direito poderia desencadear no Estado uma preocupação em relação a como reconhecer, lidar e incorporar essas novas cidadãs, o que abre caminho para novas e possíveis estratégias de controle político, uma vez que seria necessário instruir essas mulheres eleitoras e acompanhar os possíveis impactos negativos decorrentes da aquisição de tais direitos. Sobre o valor e a importância da conquista de direitos, Joan Scott pontua que “os direitos são eficazes devido a nos permitirem imaginar (e então lutar para criar) uma ordem social e vida política diferentes, e não por estarem atrelados a um conjunto de objetos específicos ou por serem uma propriedade humana universal” (2019, p.30).

Alcançado o sufrágio feminino no Brasil, em 1932, outras questões e paradoxos perduraram. As mulheres precisaram continuar discutindo essas inconcretudes políticas. “Após a concessão do voto, permanece o paradoxo: cidadãs políticas, através da Constituição de 1934, e cidadãs menores na vida civil. Este paradoxo só será resolvido em 1962, com a instituição do *Estatuto da Mulher Casada*” (Colling, 2000, p.26).

Analisar as leis, regras e decretos que regem a política institucional equivale a contemplar a estrutura da exclusão jurídica das mulheres e os vários discursos religiosos e médicos que convergem e coadunam com essa segregação. Ana Maria Colling (2000) expõe esse percurso na perspectiva da longa duração bem como os discursos que o sedimentaram desde o período colonial. A pesquisadora argumenta que a construção da cidadania política da mulher precisou vencer discursos marcados pelo poder masculino, que associavam a feminilidade à inferioridade intelectual e moral, e, no século XIX, especificamente, o Direito e a História foram duas fundamentais instâncias discursivas que colaboraram para atravancar qualquer ideal de igualdade das mulheres diante dos homens.

Partindo da noção de política que incorpora não só as regras e ditames que conduzem a política institucional, interessa-nos avaliar de que forma as mulheres reagiram a essa exclusão, usando não só dispositivos jurídicos, mas, especialmente, a estratégia literária. Se considerarmos que a participação política no final do século XIX e no início do XX encontra seus fundamentos em conceitos como de cidadania, vale a pena refletir brevemente sobre essa ideia. José Murilo de Carvalho aponta que a cidadania plena é vivenciada quando os indivíduos exercem seus direitos civis, políticos e sociais. No caso das mulheres, a conquista desses direitos se deu de forma fragmentada e desalinhada.

---

<sup>25</sup> O PAIZ, Rio de Janeiro, RJ.23 de maio de 1914. Edição nº 10820, p. 6.

“A defesa da cidadania política feminina, em especial nos séculos XIX e XX, sempre foi pautada pela discussão da igualdade. [...]A problemática da igualdade entre os sexos insere-se dentro de uma preocupação maior que é a igualdade entre os seres humanos” (Colling, 2000, p. 82). Isso nos coloca novamente no nosso ponto de partida e nos defronta com as ideias sobre igualdade, sonho, imaginação e política, uma vez que essa igualdade entre todos os seres humanos ainda parece uma grande utopia.

A literatura se tornou mais uma linguagem para refletir sobre essa igualdade das mulheres, na medida em que se transformou em um instrumento de intervenção, estimulando reflexões e aproximando as mulheres das discussões, ao mesmo tempo em que elas eram afastadas, por outros discursos, da política institucional e das instituições literárias. Além da literatura, podemos destacar outros instrumentos culturais de atuação política. Raquel Soihet enxerga que o futebol e o samba também serviram, no começo da República, como instrumentos de participação política. “Segmentos, excluídos de participação política, rejeitaram a segregação que lhes pretendiam impor e, a partir de suas manifestações, desenvolveram formas alternativas de organização vinculadas ao terreno da cultura, através da qual edificaram uma cidadania” (2020, p. 316).

Historicamente, o cânone representa um espaço de poder ocupado por sujeitos autorizados, detentores de uma autoridade criativa, que, na maior parte dos casos, é sinônimo de autoridade masculina. Os parâmetros canônicos falocêntricos vêm sendo questionados. A exposição de suas orientações ideológicas e subjetivas desagregam a noção do que seria uma “boa literatura”. Logo, inúmeras obras ficaram excluídas de círculos de prestígio em razão de temáticas, de princípios estéticos e devido ao gênero do autor.

De acordo com a crítica literária Márcia Abreu, “a qualidade literária do texto não é critério absoluto [...], mais do que o texto, são os conhecimentos prévios que temos sobre seu autor, seu lugar na tradição literária, seu prestígio (etc.) que dirigem nossa leitura” (2004, p. 49). Em uma série de exemplos que a autora apresenta em seu livro *Cultura Letrada: Literatura e leitura*, constatamos que alguns livros se tornam sucesso apenas em razão de terem sido produzidos por autores consagrados, e não necessariamente devido a uma suposta riqueza literária. Isso nos ajuda a compreender por que tantas mulheres e outras sujeitas e sujeitos, marginalizados e invisibilizados pela história, são encontrados também às margens do cânone literário. “As figuras do pensador, do crítico e do escritor definiam o lugar do sujeito que fala em nome da cultura e da cidadania a partir de uma lógica conjuntiva [...] de cunho universalista, em sintonia com a racionalidade progressista da coesão social” (Schmidt, 2008, p. 65).

Assim, surge um tipo de escrita “contra hegemônica”, produzida por indivíduos que a sociedade nem sempre considerava ou aceitava como capaz ou hábeis a produzir Literatura com letra maiúscula. Na outra ponta desse processo de deslegitimação dos que escrevem, reside o temor com quem lê. Essa semelhante desconfiança com a mulher que escreve e que, supostamente, estaria se afastando cada vez mais do ambiente familiar e das suas obrigações “femininas” a cada linha traçada, também recaiu sobre as mulheres leitoras. Ao longo do século XIX, com o acesso maior das mulheres à leitura, a relação entre elas e os livros passou a ser encarada com bastante desconfiança pela sociedade, que enxergava um eminente perigo nessa proximidade. Havia uma associação constante entre infidelidade, luxúria e leitura. “Imaginava-se que elas eram governadas pela imaginação e inclinadas ao prazer e, como não tinham ocupações sólidas, nada as afastaria das desordens do coração – e das desordens do corpo, que são as piores” (Abreu, 2006, p.102). A sociedade patriarcal tenta, portanto, criar mecanismos de controle sobre o que as mulheres leem e escrevem, sendo essas forças de cerceamento que contribuem com o silenciamento, especialmente daqueles textos considerados como inadequados.

Recentemente, podemos notar que há um interesse maior, por parte da literatura e da própria história, em resgatar os que sofreram esse processo de exclusão. Os estudos de gênero têm tornado possível que escritoras mulheres e LGBTQI+ sejam reconhecidas, lidas e debatidas em espaço que outrora eram exclusivamente ocupados por uma produção masculina, cisgênero e heteronormativa. É em meio a esse panorama que as obras sobre a qual esse trabalho se debruça estão sendo revisitadas e reconsideradas pela crítica e pela historiografia.

A incorporação de novas categorias, como “mulher”, “mulheres” e “gênero” – certamente um dos efeitos político-epistemológicos do movimento feminista – proporcionou uma renovação na historiografia brasileira, da qual a produção das primeiras pesquisas sobre as experiências homossexuais constitui um elemento integrante (Veras; Pedro, 2014, p.96).

A sexualidade é um assunto sobre o qual nossas autoras se esquivaram, sempre que possível, de discutir em seus textos, o que não impediu que outras mulheres, como Ercília Cobra, Maria Lacerda de Moura, Gilka Machado e Dinah Silveira de Queiroz, se dedicassem a pensar sobre sexualidade, especialmente das mulheres. Essa temática é pouquíssimo explorada nos textos analisados, mas esse silêncio sintomático também nos sussurra algo. É um silêncio político que também contaminou a historiografia. O contexto no qual essas autoras estão inseridas construiu o consenso de que a sexualidade é algo estritamente privado, individual e,

principalmente, um elemento puramente biológico, portanto, inquestionável. Essa visão vem sendo profundamente questionada pela epistemologia feminista, especialmente a partir de Judith Butler. Mas, no final do século XIX e no início do XX, uma mulher que se arriscasse a discutir, explicitamente, qualquer tema relacionado à sexualidade, sua reputação estaria em risco, afastando-se, ainda mais, da oportunidade de alcançar reconhecimento público como escritora de renome.

Essas incongruências marcam a existência das mulheres no Brasil e no mundo, nesses e em outros contextos anteriores, evidenciando as forças e as relações de poder que estruturam os eventos passados, bem como a maneira como eles foram narrados sob uma perspectiva de uma história masculina. Quando os pesquisadores colocam atenção sobre esses ecos de resistência das mulheres, episódios e estratégias como essas que esta tese busca destacar irrompem com as suas vicissitudes e peculiaridades.

Dessa forma, tantas incongruências políticas tornar-se-ão um terreno fértil para a elaboração de especulações. A relação dos cidadãos para com as instituições políticas se desenvolveu em meio a esse cenário permeado por contradições, avanços e esperanças, em que parte significativa da população sequer era considerada como cidadã. A literatura se coloca como artifício político, resistência criativa frente a inúmeros obstáculos.

## 1.2.IMBRICAÇÕES DA HISTÓRIA COM A LITERATURA: ENTRE REALIDADE E MUNDOS ALTERNATIVOS

Na língua portuguesa, o “cânone” não é um substantivo feminino, mas a literatura e a história são. Procurar por nomes famosos da literatura nacional é, quase sempre, se deparar com um compêndio de nomes masculinos. Tantos deles, sem dúvida, brilhantes, mas as histórias de mulheres que se destacaram na literatura brasileira e que deixaram seus nomes para “posteridade” parecem mais improváveis e incomuns.

Por aqui, o cânone se tornou a narrativa autorizada de uma memória coletiva que obliterou as mulheres (Schmidt, 2019). Tal fenômeno também é facilmente observável na literatura mundial. Foram, majoritariamente, os homens que organizaram os parâmetros e categorias que, até hoje, regem e sustentam o cânone e os espaços acadêmicos, sejam eles da história, seja das letras e linguística, seja, ainda, em outras áreas do conhecimento e da ciência.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Para saber mais consultar Chassot, Attico. *A Ciência é masculina?* São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003b

“Os cânones sustentam um mesmo código escritural, cuja função é projetar uma representação idealizada da cultura, como se esta constituísse uma totalidade sem fraturas” (Schmidt, 2008).

Não seria prudente entender esse “vácuo” na historiografia, partindo da hipótese de uma simples inexistência, considerando que aquilo que aconteceu com as escritoras foi, sobretudo, um apagamento, isto é, um silenciamento. Pesquisas recentes, orientadas pela perspectiva de gênero, que lançam foco sobre escritoras, têm revelado que, por parte delas, não faltou empenho, mas o reconhecimento chegava mais rápido e perdurava por mais tempo para aqueles que não usavam “saías”. Destaco o esforço de professora como Zahidé Muzart, no campo da crítica literária feminista com seu projeto de resgate de escritoras brasileiras do século XIX que resultou na antologia *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, dividida em 3 volumes.

Esses esforços são sintomas de como as produções das mulheres ficaram, e ainda ficam, à margem dentro do universo da produção literária, que se impõem com masculino e homogêneo, tal qual o “gênero fantástico”, que também acabou sendo colocado de lado pelo próprio cânone. Conforme explica Júlio Jeha (2001), desde a antiguidade, com o surgimento da filosofia clássica, os mitos e lendas foram relegados a um patamar inferior, dessa forma a epistemologia ocidental moderna e a teoria crítica tenderam a desvalorizar qualquer atitude que, eventualmente, mascarasse ou dissimulasse a realidade.

Tudo relacionado à magia, à fantasia, à loucura ou à utopia perdeu importância e, dentro dos estudos literários, essas temáticas passaram a ser consideradas como questões e estilos literários marginais. Dessa forma, a fantasia, juntamente com tudo que se relaciona a ela, é, para a literatura, o que as mulheres foram, por muito tempo, para a história, para a filosofia e para a ciência: algo indigno de grande atenção. Mas, apesar de toda desvalorização, esses temas e conceitos continuaram inspirando pessoas a escrever, e continuam estimulando pessoas a pesquisar.

De acordo com a professora Rita Terezinha Schmidt (2008), a área de letras e literatura, no Brasil, pode ser considerada, historicamente, a área mais resistente a mudanças, a mais conservadora dentre as áreas do conhecimento das ciências humanas. Ainda assim, todos os trabalhos, teses, artigos e dissertações levantados ao longo da pesquisa, que tem como objeto de estudo a literatura fantástica/especulativa/utópica de autoria feminina, foram produzidos e defendidos nos departamentos de graduação e pós-graduação das Faculdades de Letras.

Conservadorismos e resistências a mudanças também são facilmente percebidos na história. Só mais recentemente a literatura se tornou uma “fonte” da qual a história tem bebido em busca de renovação. Para alguns historiadores e historiadoras, no entanto, essas águas são

turvas. A literatura segue sendo percebida por alguns sob o aspecto da desconfiança. Para evitar qualquer suposta ameaça, alguns historiadores e historiadoras preferiram atribuir à literatura um *status* restrito de fonte histórica, um material inerte, cuja função seria apenas aguardar até que uma suposta verdade lhe seja extraída.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior, os desencontros entre história e literatura são resultados de uma desigualdade instaurada pelos próprios historiadores e historiadoras de tendências historiográficas mais tradicionais, fissurados em desvelar uma suposta verdade a partir de documentos. Essa é uma desigualdade de tratamento que, em muito, lembra a desigualdade de gênero<sup>27</sup>. A literatura, enquanto documento, só deveria “falar” apenas quando lhe fosse solicitada, uma vez que ela e a história habitam, supostamente, polos epistemológicos distintos, sendo a história um conhecimento superior na medida em que opera com o “real”. “Os que advogam em favor da separação total da história e da literatura creem falar em nome da verdade e do realismo. Colocam a história junto da verdade e a literatura ao lado da ficção” (Albuquerque, 2007, p.30)

O autor, ainda, nos relembra que, no período clássico greco-romano, a história nasceu agarrada ao testemunho, afirmando seu comprometimento em revelar a realidade passada. Essa história, que se confunde com a figura da “testemunha ocular”, precisou lutar contra os mitos, a fim de se instituir como uma narrativa que nega contemplar as “sombras” da mitologia. Mais adiante, no século das luzes, a história reforçou seu compromisso com a realidade; e, agora, se confundindo com as fontes, em meio a um contexto de acentuadas características científicas, a história se formalizou e se instituiu.

As discussões pós-modernas no campo da linguagem, suscitadas por autores como Hayden White, Paul Ricoeur, Michel Foucault, Roland Barthes, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, dentro do contexto que ficou conhecido como *virada linguística*, alcançaram a história na segunda metade do século XX. Esse encontro foi aceito por muitos como um abalo e, por pesquisadores e pesquisadoras que insistem em ver a história apenas dentro dos seus limites tradicionais, foi vista como uma violação do campo das ciências humanas<sup>28</sup>. Entretanto, além

---

<sup>27</sup> Para o autor, os homens, representando o discurso da história, falam em nome do que acreditam que tudo aquilo que se vê é a realidade. Já as mulheres tenderiam a enxergar a realidade sempre mais além ou aquém do que se vê. As mulheres, ligadas à sensibilidade, à poética e à subjetividade da existência, buscariam o mundo que ainda está por construir. Apesar de interessante, essa alegoria do autor acaba por essencializar papéis de gênero, ao atribuir a razão ao masculino e a sensibilidade ao feminino. Contudo, o que o autor quer mostrar é que, da mesma forma como a diferença de gênero é construída discursivamente a ponto de se tornar uma desigualdade estrutural que norteia as sociedades, a diferença entre a história e literatura, em certa medida, também é construída.

<sup>28</sup> “No Brasil havia e ainda há enorme resistência em se encarar estes novos desafios que se encontravam e ainda se encontram em curso no âmbito da teoria da história. Entre nós ainda existe um forte apego a um regime de

das críticas, certas direções foram apontadas, e alguns pesquisadores já trilham esses caminhos com maior facilidade, com a cautela de quem caminha “à beira da falésia”<sup>29</sup>. As renovações historiográficas também possibilitaram o delineamento de uma história do livro e das práticas de leitura e escrita, e nos permitiu olhar para além da dicotomia texto clássico/ texto popular,<sup>30</sup> considerando sempre que “os critérios de valor estético não estão isentos de juízos religiosos, políticos ou até mesmo do jogo de disputa ou solidariedade” (Ferreira, 2009, p.70).

Insistimos que o tipo de conhecimento que a história produz, por meio de métodos e análises qualitativas e quantitativas, não precisa antagonizar-se ao tipo de conhecimento que a literatura produz, uma vez que ambas podem ser tomadas como ferramentas de interpretação de uma realidade, seja ela passada, presente ou futura. No século XX, a história começa a se tornar uma narrativa do humano – e não apenas instrumento de poder dos Estados e das instituições. A história pode ser vista, também, como a trajetória do sentido da existência no tempo, prerrogativa que, em tantos momentos, também serviu de motor para produções literárias, se considerarmos que a literatura e a história, em parte, são também uma “escrita de si”<sup>31</sup>.

Essa história da qual comungamos, se debruça sobre aqueles, aquelas e aquilo que foi desacatado e esquecido. Tratamos de temas e utilizamos conceitos que, em momentos anteriores, seriam considerados impossíveis e inviáveis, e que, para alguns pesquisadores e pesquisadoras, ainda são abordagens sem prestígio que afrontam e condenam a história. Mas, nós nos recusamos a produzir uma história fundamentalista, pois caminhamos em direção contrária e propomos a história do impossível, do insólito e do perturbador; ousamos fazer uma história do desejo e da fantasia. Buscamos construir um conhecimento oxímoro, narrar a história a partir do encontro da realidade e da irrealidade, diminuindo a distância entre as duas, sem

---

cientificidade do século 20, que procura ignorar as transformações operadas no âmbito dos saberes ou o ainda questionar qual o significado efetivo de nossas práticas científicas e narrativas” (Bentivoglio, 2019, p.8).

<sup>29</sup> Referência ao texto *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude* do historiador Roger Chartier.

<sup>30</sup> Com base em seus estudos sobre práticas de escrita e leitura Roger Chartier critica essa dicotomia e aponta que é complexo acatar essa distinção, que quase sempre tente a valorizar os “clássicos” em detrimento dos “populares”. Para ele, a distinção entre uma suposta cultura de elite e uma outra cultura popular não é pertinente. “Os materiais que transmitem práticas e os pensamentos das pessoas comuns são sempre formas e temas mistos e combinatórios, invenção e tradição, cultura erudita e folclore” (Chartier, 1992, p.230).

<sup>31</sup> Michel de Certeau em seu livro *A invenção do cotidiano*, se refere à “escrita de si”, como as maneiras através das quais os indivíduos narram e constroem suas identidades através das práticas como a escrita. Essa prática é vista como um ato de resistência criativa contra as estruturas opressivas da sociedade moderna. Certeau distingue entre estratégias, usadas pelas instituições para controlar e organizar, e táticas, utilizadas pelos indivíduos para se mover dentro desses espaços de maneira mais flexível e inventiva. A “escrita de si” é uma forma de tática, permitindo que as pessoas reivindiquem suas vozes e espaços pessoais. Assim, essas táticas também fizeram parte do cotidiano da vida de mulheres escritoras que precisavam romper barreiras impostas pelo gênero para publicar sua arte e por meio dessas obras, também construir ferramentas de entendimento e construção do mundo.

precisar renunciar à credibilidade e sem expurgar a inteligibilidade de nosso trabalho. Com atenção e zelo, podemos direcionar nosso olhar e nossos ouvidos para a literatura, dispondo-nos a compreendê-la não como rival, mas sim como aliada. O discurso científico da história não precisa estar em rota de colisão com o discurso poético da literatura.

Pensar sobre literatura é pensar também sobre arte de maneira geral, e as suas diversas formas de expressão. Se fizermos uma breve observação da história dos preceitos artísticos, somos conduzidos aos séculos XVII e XVIII, e nos deparamos com uma estética renascentista que atualizou o conceito de verossimilhança da antiguidade, postulando-o como um ideal a ser alcançado, nesse sentido a imitação se torna o valor máximo dentro das artes no renascimento (Rodrigues, 1988).

Intelectuais do século XVII afirmariam que “uma maravilha absurda é, para mim, sem atrativos: o espírito não se emociona com aquilo que não crê” (Boileau *apud* Rodrigues, 1988, p.22)<sup>32</sup>. Influenciados pelo Realismo e pelo Naturalismo, os séculos subsequentes vão continuar insistindo na verossimilhança como preceito artístico fundamental. O Romantismo, apesar de libertar o artista das amarras da poética e da estética clássica, por outro lado também reservou um lugar importante para a verossimilhança dentro da arte. Nesse sentido, a arte deveria ser uma imitação imparcial, impessoal e objetiva da vida cotidiana (Rodrigues, 1988). Analisando de outra forma, Antônio Celso Ferreira (2009) explica que alguns artistas do romantismo já repensavam o papel da arte, indicando que ela não apenas representaria o real, mas também produziria realidades.

As reflexões sobre o que é a realidade são debatidas por pesquisadores no campo da história, da arte e da filosofia. Ernest Bloch critica a ideia de que a realidade seja algo absoluto e estável<sup>33</sup> e elabora uma definição de real articulada ao tempo que é bastante interessante e pertinente para nosso trabalho. Segundo ele, “o real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível” (Bloch, 2005, p.194). Nesse caso, os sonhos e os desejos, que são objeto desta tese, só são

---

<sup>32</sup> Segundo Arnold Hauser, essa centralização poética teria relação com o controle político de uma sociedade estamental. É o estamento alto (burguesia alta e monarquia) que determina o gosto recusa lugar para o “estúpido vulgar” (Rodrigues, 1988, p.22).

<sup>33</sup> “Chegou a hora de um novo conceito de realidade, diferente do conceito tacanho e enrijecido da segunda metade do século XIX, diferente do conceito do positivismo avesso ao processo e também do seu correspondente: o mundo ideal descompromissado da pura aparência. Um enrijecido conceito de realidade por vezes penetrou até no marxismo, fazendo com que ele se tornasse esquemático. Não é suficiente falar de um processo dialético, e depois tratar a história como uma série de fatos fixos que sucedem um ao outro ou ainda como “totalidade fechadas” (Bloch, 2005, p. 196).

possíveis justamente porque são criados e elaborados a partir de um mundo que não é encerrado em si, constituído de fatos fixos e consumados.

Em outro campo da filosofia, Sartre também tece uma reflexão sobre arte-significante, em seu texto *O que é literatura?*, escrito após a Segunda Guerra Mundial. O filósofo existencialista explica que o ato da escrita constitui mais uma das várias formas de ser no mundo, e a prosa, especificamente, nunca é uma narrativa neutra, pois, de alguma forma, ela sempre se relaciona com a realidade concreta.

A literatura, especificamente a chamada literatura fantástica, é mais complicada de se definir, pois, enquanto gênero, ela se encontra quase sempre perdida em um “labirinto de teorias”.<sup>34</sup> O que explica, em parte, essa dificuldade de delimitação é a insistência em tratar a literatura apenas como um reflexo da realidade material objetiva, uma vez que isso pressupõe o menosprezo de qualquer texto que não seja fidedigno ao “mundo real”. A obstinação em delimitar o fantástico e agrupar essas obras teve, como efeito colateral, sua redução a um conjunto de temáticas, como a morte, a bruxa, o diabo, o monstro, os seres inanimados que ganham vida etc. Entretanto, a “ficção especulativa deve ser compreendida como uma tradição literária autônoma e não apenas como um arranjo de temas e motivos” (Causo, 2003, p.46).

Em nosso trabalho, a definição e a delimitação das fontes não estão dissociadas de sua análise. Se considerarmos que o “tipo” ou “modo” de literatura a qual nos comprometemos a analisar tem profunda relação com as nossas hipóteses de pesquisa, afinal seria a fantasia, a magia e a utopia uma maneira de pensar e atuar politicamente? “Toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor [escritora] cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem” (Ferreira, 2009, p.66). A resposta reside no fato de que a literatura fantástica não está apenas enraizada no real, como também o penetra e o modifica.

Partimos da proposta de que a literatura “é um fenômeno cultural e histórico e tem um duplo viés. É capaz de se relacionar diretamente com o mundo físico, mas também e, ao mesmo tempo, existe enquanto um construto mental, nasce da mente de quem escreve, constituindo-se enquanto forma de expressão singular. “A possibilidade de a literatura referir-se ao que existe tanto apenas ficticiamente quanto objetiva e fisicamente se deve ao caráter relacional da linguagem como atividade sógnica” (Jeha, 2001, p.117). Todorov também aponta que o “valor” da literatura não deve ser buscado na sua capacidade de reproduzir o real, e sim na relação que

---

<sup>34</sup> Para alguns teóricos, como Michel Viegnes ela é, simplesmente, um “tipo de olhar”, uma categoria estética (Camarani, 2014)

ela tem com a realidade. A literatura é vista mais como uma ferramenta do que um reflexo, é um caminho e não um espelho. Sandra Pesavento (2006, p.5) reitera que “mesmo a literatura que reinstala o tempo de um passado remoto ou aquela que projeta, ficcionalmente, a narrativa para o futuro são, também, testemunhos do seu tempo”, é o caso de nossas fontes principais, os textos das escritoras Emília, Adalzira, Ada que abordam temporalidade e espacialidades diversas, quase sempre narrando tempos futuros ou espaços mágicos. Para Pesavento (2006) A história pode ser definida como uma narrativa, uma “ficção controlada” que busca a verossimilhança e se baseia em documentos e fontes reais, enquanto a literatura se permite criar a partir do que poderia ter acontecido. Ambas possuem em comum o fato de utilizarem a imaginação com o intuito de representar uma dada realidade, contudo a história tem um compromisso maior com a verdade factual, utilizando métodos rigorosos de investigação e retórica para aproximar-se do real. Historiadoras e historiadores “imitam” ou recriam o passado através da análise rigorosa de documentos, artefatos e outros vestígios. Embora o objetivo seja representar o que realmente aconteceu, a narrativa histórica é, em si, uma forma de *mimese* (imitação), pois envolve a interpretação dos fatos e a construção de uma narrativa coerente que tenha uma referencialidade, ou seja, uma relação com o real, pois os textos historiográficos devem se basear em evidências verificáveis e referências diretas a eventos reais. Na literatura, a referencialidade pode ser mais flexível. Embora muitas obras literárias façam referências diretas a eventos históricos e figuras reais, elas não são obrigadas a seguir uma “precisão factual” que é indispensável para a história. Em vez disso, a literatura pode usar a referencialidade para enriquecer a narrativa, misturando fatos com ficção, fazendo surgir assim o tipo de literatura sobre a qual nos debruçamos, literatura fantástica, especulativa e de ficção científica.

por mais que uma obra artística rompa com os critérios de referencialidade estabelecidos pelo real, há sempre alguma base conhecida ou reconhecível, necessária, inclusive, para a possibilidade de invenção e criação. Nesse sentido, o real e o ficcional se mesclam, não com o propósito de se coincidirem, mas a fim de abrangerem a variedade infinita e complexa das formas inesgotáveis do campo do possível e das construções hipotéticas. A ficção permite, portanto, a abertura para a criação de novos mundos possíveis, sendo que alguns mantêm certa correlação com o mundo real, enquanto outros escapam de uma lógica consensual ao proporem fundar um princípio de ordenamento próprio, tal como acontece com as narrativas de teor fantástico (Ferraz, 2013, p.29)

Por fim, achamos pertinente nos apoiar na noção de fantasia como um discurso que estabelece uma relação intertextual com este outro discurso: a realidade (Roas, 2014, p. 8). “O fantástico explora o espaço do interior; tem muito que ver com a imaginação, a angústia de viver e a esperança de salvação” (Schneider *apud* Todorov, 2003, p.21). Pensar nesse “espaço interior” é pensar na construção da subjetividade dessas escritoras; é pensar sobre essas inquietações que as mobilizaram a escrever. E, nessa empreitada, fantasia, história e imaginação não se descolam, mas atuam juntas, criando possibilidades, e nos norteiam nessa missão de dar destaque a essa dimensão histórica e literária da experiência social e de gênero.

### 1.3. POLÍTICA E FANTASIA: OS CAMINHOS DA UTOPIA E DA ESPERANÇA.

Os postulados epistemológicos ocidentais, que colocaram mulheres e escrita em lados opostos, também criaram divergências, aparentemente irreconciliáveis, entre realidade e fantasia. A maneira como a sociedade Ocidental usualmente lida com o conhecimento sugere que imaginação e fantasia são coisas que não combinam com a ciência histórica, nem com a ciência política, especialmente se colocarmos ênfase no aspecto “científico” de cada uma dessas áreas.

Contrariando essa afirmativa e me valendo de análises e perspectivas historiográficas mais atuais, proponho que pensemos nas possibilidades de tais aproximações. Como sugere Hayden White, a história “tem, além de seu conteúdo científico, um componente localizado na imaginação histórica dos historiadores, responsável pela elaboração do enredo, que confere uma forma característica e literária às narrativas históricas” (*apud* Bentivoglio, 2019, p.18). Desenvolvo esta pesquisa a partir desse frutífero encontro entre história e fantasia, uma vez que, como pontua Joan Scott, a imaginação humana alcança todas os setores da vida social, logo também é indissociável da história e da política.

A imaginação humana [...] brinca com os limites que os cientistas sociais estabelecem: o campo da economia nunca se refere apenas a satisfazer as necessidades básicas, o da política nunca se refere apenas às lutas entre atores com interesses próprios racionalmente motivados. Esses domínios também recebem interferências de projeções fantasmagóricas que mobilizam desejos individuais em identificações coletivas (Scott, 2019, p.16).

É nosso interesse corroborar com a noção de que a imaginação, os sonhos e as fantasias sejam partes fundamentais do processo de construção do conhecimento histórico no contexto político brasileiro, a partir da formação e do desenvolvimento das instituições republicanas.

Para isso, valemo-nos das reflexões do filósofo marxista Ernst Bloch<sup>35</sup>, que desenvolve uma “hermenêutica dos desejos”.

Ao refletir sobre as utopias, Bloch elabora o conceito de “sonhos diurnos”, os quais são estruturados por expectativas, por esperanças e por intenções voltadas para a possibilidade futura de tornar real aquilo que ainda não é. Ou seja, o sonho, enquanto uma fantasia e um desejo humano, é uma forma de pensar e agir voltada para o futuro. Nesse sentido, existe uma relação íntima entre desejos e direitos. Para Joan Scott, “os direitos articulam um desejo que nunca poderá ser completamente satisfeito, mas que sua articulação envolve a afirmação de humanidade sobre a qual a igualdade deve permanecer. Não é a posse, mas a aspiração que proporciona consenso” (2019, p.30).

Voltando aos sonhos diurnos de Bloch, o autor ressalta que o sonho diurno não se limita a “apenas um traço básico da consciência humana, mas retificado e compreendido concretamente, uma determinação fundamental em meio a realidade objetiva como um todo”. Para ele, esses desejos são como sonhos inerentes aos seres humanos e têm uma relação profunda com a imaginação:

O ser humano é capaz não só de ter apetite [begehren], mas também de desejar algo [wrunshen]. O ato de desejar é mais amplo, possui mais matizes dos que o apetecer, pois o desejar se expande para uma concepção em que o apetite imagina a forma do seu objeto. O apetecer certamente é muito mais antigo do que a imaginação de algo que apetece. Contudo, o apetecer passa a ser um desejar, adquirir a concepção mais ou menos definida de seu objeto, mais precisamente de algo melhor, até da perfeição desse objeto a ser consumado. De modo que podia ser dito, não em relação ao apetecer, mas certamente em relação ao anseio do desejo: ainda que o ato de desejar não provenha da imaginação, é só com ela que ele vem à tona. Simultaneamente, ele é ainda mais estimulado por ela na mesma proporção em que aquilo que está sendo imaginado, pintado diante dos olhos, promete satisfação. Portanto, onde houver a imaginação de algo melhor, no fundo de algo certamente perfeito, aí ocorre o desejar e conforma o caso, trata-se de um desejar impaciente, exigente (Bloch, 2005, p.50).

Em seu livro *O princípio esperança* (1954), Ernest Bloch faz uma análise de como a questão da esperança e da utopia foram abordadas dentro de várias concepções filosóficas e tenta determinar a importância da fantasia na vida dos indivíduos, desde a infância até a velhice. Para ele, as expectativas devem ser objeto da filosofia e não devem ser ignoradas, mesmo que

---

<sup>35</sup> Ernest Bloch nasceu em Ludwigshafen em 1885 e faleceu em Tubingen, onde era professor de filosofia, em 1977 aos 92 anos de idade. Escreveu *O princípio esperança* entre 1938 e 1947, quando estava exilado nos EUA. Foi aluno de Georg Simmel, Georg Lukács e Siegfried Kracauer. Bloch foi considerado por nomes como Merleau-Ponty, como figura central no “Marxismo Ocidental” (Machado, 2013).

não cheguem a se materializar. Bloch dialoga com a psicanálise de Freud, especialmente com os estudos sobre o inconsciente e sua relação com os sonhos noturnos. Entretanto, Bloch também demarca as diferenças entre sonhos noturnos freudianos e a sua proposta filosófica de sonhos diurnos, aspecto sobre o qual ele reflete.

Enquanto o sonho noturno é de caráter regressivo, muitas vezes arcaico, o diurno é antecipador. [...] O sonho diurno exige tratamento específico e não reducionista. É engajado, responsável e contém o tutano alimentado pela pulsão que o impele para que sua antevisão seja concretizada. O sonho diurno não é um mero devaneio fugaz, trivial e ocioso: possui caráter modelador da arte (Machado, 2013, p.249).

Se os sonhos noturnos, dentro da noção freudiana, precisam ser interpretados, os sonhos diurnos, na visão blochiana, precisam ser colocados em prática. Dessa forma, localizamos esses sonhos despertados no centro de uma cultura política no Brasil, partindo do princípio de que esses devaneios e projeções de uma sociedade melhor, tecnologicamente desenvolvida e menos desigual, formam a “matéria prima poética”, de modo que algumas mulheres, cidadãs desprovidas de vários direitos políticos, sociais e civis, ousassem escrever e publicar entre o final do século XIX e a metade do XX.

O filósofo alemão defende que esses sonhos, que “sempre são sonhos de uma vida melhor”, são fundamentais para o desenvolvimento da arte, da ciência, garantindo, também, transformações políticas e sociais<sup>36</sup>. Esses sonhos, frutos da imaginação, atizam o desejo, mas esse último, por si só, não é suficiente para gerar transformações. Ainda segundo o filósofo, é preciso querer. Esse querer é voltado ao externo do ser que deseja e direciona os indivíduos para as ações de transformações.

Não se pode querer além do que é desejado. [...] Ainda que exista um desejar sem o querer, isto é, um desejar claudicante e inativo, que se esgota na imaginação ou é impossível, não há querer que não tenha sido precedido por um desejar. E o querer será tanto mais intenso quanto mais vividamente o alvo, concebido em comum com o desejar, tiver assumido a forma de um ideal (Bloch, 2005, p.78).

O conceito de utopia, relacionado a determinadas emoções, como as esperanças e os desejos, portanto, é o cerne da literatura produzida por essas intelectuais e o que aproxima todas elas e suas obras. Analisando a vida dessas escritoras, identifiquei atitudes que denotam seu

---

<sup>36</sup> Na quarta parte da sua obra, Bloch se dedica a analisar as utopias que se expressam na medicina na arte etc.

empenho e sua participação em projetos políticos que vão além da literatura. Mais do que sonhar - simplesmente sonhar e projetar -, elas também se mobilizaram em direção aos seus ideais, não se limitando apenas às práticas literárias, mas objetivando modificar e agir sobre o panorama social e político em que elas estavam inseridas.

Aqui, começaremos por Emília de Freitas que, juntamente com o marido, esteve à frente do jornal o *Maranguape*, em Manaus. “Emília Freitas tornou-se uma mulher de posicionamento político bastante definido acerca de diferentes temas, recitando poemas em público e colaborando com agremiações abolicionistas que pululavam na província cearense” (Oliveira, 2007, p. 47). Ela também se envolveu na fundação de um periódico espírita e, ainda jovem, participou da fundação da ala feminina de uma importante agremiação abolicionista, chamada *Sociedade Libertadora*, sendo responsável pelo discurso inaugural:

Ah! Bem felizes os que podem assinalar a época de sua existência com feitos que enobrecem e divinizam. Neste momento é com verdadeiro prazer que pronuncio o nome da Exma. Sra. Maria Thomázia Figueira Lima e de suas dignas consórcias. Como na França a admirável Roland ia às grades de um cárcere animar aos desventurados republicanos, eles hoje nos animam a trabalhar na grande obra que edifica a humanidade. Com razão, a ninguém mais que a mulher assiste o direito de enxugar lágrimas. Socorrer a miséria, mitigar dores, é a sublime missão que nos confiou a Providência. A voz de nossos corações será em todos os tempos um hino de amor e consolação: portanto é de nosso dever auxiliar os heróis na árdua empresa de remissão dos cativos (Freitas *apud* Oliveira, 2007, p.60).

Adalzira foi porta voz da primeira onda do movimento feminista dos anos 20 e 30 (Quinlan; Sharpe; 1996). Foi professora, escritora e esteve presente em várias comissões governamentais durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Sempre preocupada com a presença das mulheres na sociedade, ela escreveu *Mulheres e Livros* (1948), *A mulher paulista na história* (1954), *Dicionário bio-bibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil* (1969/1970).

Esses manuais se inserem no contexto de expansão da participação das mulheres no debate público brasileiro, a partir do século XIX, como explicam Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco (2013). Esses compêndios, escritos por mulheres escolhidas como exemplo de notoriedade, fizeram parte de um projeto político e cultural que buscava estabelecer uma nova identidade nacional, reescrevendo a história do Brasil, e acabaram por se tornar interessantes vias de acesso das mulheres, ou pelo menos em parte delas, das atividades públicas e políticas. “Elaborados com a finalidade de despertar o patriotismo entre os brasileiros, essas biografias

construíram imagens positivas e harmoniosas das vidas dos “heróis” e “heroínas” nacionais ao cantar suas “glórias” (Prado; Franco, 2013, p.196).

Bastante envolvida com questões relacionadas à identidade nacional e à construção política do país por meio da propaganda nacionalista e de discursos eugênicos, Adalzira também participou da *Liga infantil Pró-Paz* e da *Organização Panamericana no Brasil*. Organizou a *I Exposição do livro feminino* brasileiro no Rio de Janeiro, em 1946, e a II Exposição em São Paulo no ano de 1947. Esses espaços foram importantes para que autoras como Lygia Fagundes Telles, Henriqueta Lisboa e Diná Silveira de Queiróz difundissem suas produções, uma vez que instituições como a *Academia Brasileira de Letras* ainda não permitiam o acesso delas.

A presença de Ada nos círculos sociais, nos eventos culturais e políticos em Goiás também foi constante. Em 1954, ela participou do I Congresso Nacional de Intelectuais, na recém-inaugurada capital do estado de Goiás. No mesmo ano, ela foi convidada a participar do Conferência Latino-americana de Mulheres no Rio de Janeiro. Pela iniciativa de Ada e de outras mulheres que vieram antes e depois dela, Goiás presenciou, ao longo do século XX, a formação de um tipo de rede de apoio intelectual e artístico tecida por mulheres, que, através de eventos e publicações, por intermédio da academia, das federações e dos gabinetes, buscavam angariar o apoio de toda a sociedade goiana, legitimando a inserção e a permanência das mulheres em ambientes dominados por sujeitos masculinos (Santos, 2018).

Ernest Bloch considera que as “fabulações [literárias] não surgem apenas das profundezas do espírito, mas igualmente dos jornais, dos livros de aventuras com suas ilustrações esplendidas reluzentes” (Bloch, 2005, p.33). Isso significa dizer que historicizar as utopias que refletem sonhos e desejos perpassa pela compreensão das referências culturais e ideológicas com as quais essas autoras tiveram contato. Na medida em que mergulhei na trajetória pessoal dessas escritoras, localizei algumas referências culturais e ideológicas das quais elas beberam, o que também nos auxilia na compreensão das suas obras e das fantasias nelas contidas. Percebi, também, que a atuação política delas no espaço público não se restringiu à literatura, pois elas não apenas se propuseram a sonhar, mas também a agir.

Julgo necessário traçar, dentro do possível, a trajetória e as referências literárias que inspiravam essas escritoras, procurando saber que livros elas liam, quais instituições elas participaram, em quais jornais e revistas elas foram citadas ou estiveram em contato. Isso só foi possível graças a consulta de fontes primárias, especialmente em jornais disponíveis na Hemeroteca digital e por intermédio da historiografia especializada na circulação das ideias,

dos discursos e de outros bens culturais que compuseram o panorama histórico e geográfico em que viveram as autoras.

A professora Alcilene Cavalcanti Oliveira descortinou o universo letrado na província do Ceará e percebeu que nomes como Victor Hugo, Lamartine, Baudelaire, Eugène Sue, Alexandre Dumas, Gonçalves Dias, Castro Alves, Nísia Floresta, Juvenal Galeno, Amália Franco, Francisca Clotilde, J. Verne, Henrique Escrich, José de Alencar, Lafontaine, Voltaire, Zola, Flaubert, Halbout, Comte, Darwin, Spencer, Kardec e outros figuravam entre autores e autoras cujos textos filosóficos e literários circulavam com frequência em Fortaleza, na época em que a jovem Emília vivia por lá, e que, portanto, foram livros que ela, possivelmente, teve contato, direto ou indiretamente, por meio, por exemplo, da estante da biblioteca paterna e também por intermédio de outras pessoas, parentes e amigos (Oliveira, 2007)<sup>37</sup>. Emília era uma mulher politizada e culta, que conhecia de literatura, filosofia e dominava a leitura e a escrita do francês.<sup>38</sup>

“No último quartel dos Oitocentos, a província cearense experimentava certa efervescência cultural estimulada pela circulação de pessoas e de mercadorias em seus portos e pelas agremiações lítero-científicas” (Oliveira, 2007, p. 76). Além de consultar catálogos de livreiros mais importantes da época, a professora Alcilene Oliveira também consultou listas de frequentadores de instituições literárias no Ceará que fomentavam a vida intelectual; assim, identificou poemas e textos publicados em folhetins, rastreou os jornais e agremiações com os quais a autora teve contato, conseguindo verificar que Emília publicou obras nos três principais veículos de agremiações que circulavam em Fortaleza naquele período: *Libertador*, *A quinzena* e *O Pão*.

Todos esses jornais estiveram relacionados a agremiações diversas, intensamente engajadas em torno das questões culturais e políticas da província, como o abolicionismo, republicanism, positivismo e o cientificismo, elementos que surgem ao longo do romance *A*

---

<sup>37</sup> O fomento da vida intelectual cearense era vivido ainda nas instalações do Gabinete Cearense de Leitura, mais tarde Biblioteca Provincial do Ceará, que disponibilizava acervo significativo de jornais, revistas e livros, ofertando um ambiente de leitura aos usuários. Ao examinar o Livro de Registro dos consulentes desse Gabinete, no período de 1878 a 1887, constata-se, como não poderia ser diferente, que a maioria dos frequentadores da sala de leitura era masculina, totalizando milhares de homens e cerca de oitenta mulheres (APEC: Livro 314)<sup>20</sup>. Emília Freitas, todavia, não figurou entre os frequentadores do Gabinete Cearense de Leitura, ao menos não há registro de seu nome no livro de presença, mas o livro guarda folhas em branco que não foram assinadas. Além disso, a maioria dos consulentes não assinalou o objeto consultado. Entre aqueles que registraram a presença, localiza-se um dos irmãos mais jovens de Emília, Afonso Américo de Freitas. Ele foi frequentador assíduo daquele espaço de acervo e de leitura durante o período de dezembro de 1881 a outubro de 1883, o que pode sugerir um elo entre a escritora e aquela estância cultural da capital da província (Oliveira, 2007, p.85).

<sup>38</sup> Ela incluiu alguns poemas em francês ao longo do romance *Rainha do Ignoto*, poemas que são recitados pela própria protagonista.

*rainha do ignoto* (Oliveira, 2007), mas que também se mesclam a questões místicas, religiosas e metafísicas, como no trecho abaixo:

- Que vens fazer aqui esse doutor? – perguntou um que chamava Bento da Tapera.
- Vem – disse o outro – fazer a eleição, arranjar votos para a chapa do governo. Ele engana-se! O povo daqui é durinho, não vira a casaca com duas risadas!
- Eu cá sei – respondeu outro – que o meu voto, e o de toda a minha parentela, é do partido do vigário.
- Qual! – exclamou Adriano todo apavorado. – Doutor Edmundo não faz política, ele tem outras vistas...
- Disseram-me – acudiu o taverneiro -, pesando um quilograma de café, que ele é engenheiro da comissão de açudes, vem estudar os terrenos.
- Nada disso, senhores – disse Adriano, satisfeito por mostrar conhecimento, o doutor Edmundo é alquimista.
- Que diabo vem a ser alquimista? – perguntou um sujeito que acabava de esgotar um copo de água ardente.
- Alquimista é aquele que exerce a Alquimia.
- Rebentou uma gargalhada geral, e disse uma voz:
- Fala português, homem! Ninguém aqui é *inguilês*, nem *intaliano* para enten...
- Sim, meus senhores – falou Adriano com voz arrogante -, a Alquimia é a arte de transformar os metais em ouro.
- Bravo! – gritou o Bento da tapera. – O teu amo deve ser muito rico, visto saber feitiçaria!
- Rico como um nababo – afirmou Adriano, contendo o riso e fugindo apressado para a rua pois tinha visto Edmundo appear-se à porta de casa (Freitas, 2019, p.47).

Em relação às leituras que influenciaram Ada, uma enquete, organizada em 1957 pelo *Jornal Oiô*<sup>39</sup>, um dos periódicos mais importantes de Goiás naquele momento, indica-nos algumas pistas. Perguntou-se a alguns intelectuais goianos, dentre eles Ada Curado, quais seriam, na opinião de cada um deles, os cinco melhores livros brasileiros.

Na opinião de Ada, os cinco melhores livros brasileiros eram: *Que sabe você sobre petróleo?* (1955), de Gondim da Fonseca; *Mar Morto* (1936), de Jorge Amado; *Marajó* (1947), de Dalcídio Jurandir; *O Sonho do pracinha* (1954), de sua própria autoria; e *Chão Estrangeiro* (1956), de Lúcia Benedetti. É interessante ressaltar que Ada teve o cuidado de incluir, na sua lista pessoal, seu próprio trabalho e o de outra mulher. Os únicos nomes de mulheres, escolhidos como melhores livros brasileiros em toda a enquete, foram o de Ada Curado (citado por ela

---

<sup>39</sup> O jornal *Oiô* foi um importante periódico goiano que circulou entre 1957 e 1958, vinculado à livraria Bazar Oiô, a maior livraria do Estado fundada pelos irmãos Olavo e Otelo Tormin. Nesse mesmo periódico, que serviu de instrumento de estímulo e fortalecimento do campo literário regional em Goiás (Costa, 2018), Ada Curado foi citada como uma importante autora parnasiana que alcançou destaque fora de Goiás (Silveira apud Costa, 2018). Seus livros, por exemplo, continuaram a ser publicados após 1976, mesmo com o fechamento do Bazar Oiô pela censura da ditadura civil militar.

mesma), Lúcia Benedetti (igualmente citado por Ada), Maria José Dupré (citada por Eliezer Penna, com o livro *Éramos seis*, de 1934) e, por último, Dinah Silveira de Queiroz (citada por Ernani Cabral, com o livro *A muralha*, de 1954).

Aqui, faço um rápido adendo sobre esse tipo de enquete/inquérito que contava com a participação de figuras ilustres do mundo da cultura, tendo como base as considerações da professora Tania de Luca (2016), que reflete sobre a importância desse fenômeno na imprensa. A docente argumenta que, juntamente com prêmios e concursos literários, esse tipo de conteúdo, vinculado em jornais, agitava o mundo da cultura letrada e se tornou muito comum a partir da década de 1930, momento de ampliação do mercado editorial. Ao longo de sua pesquisa, que teve como foco as enquetes organizadas pela *Revista do Brasil* (1940)<sup>40</sup>, Tania de Luca concluiu que a “escolha das temáticas pode informar sobre o contexto político [...] As propostas e os termos nos quais eram formuladas, os resultados parciais, a escolha dos participantes era noticiada e comenta pelos demais órgãos de imprensa, suscitavam debates e davam origem a novas intervenções” (2016, p. 70).

Ada Curado e Amália Hermano Teixeira foram as únicas mulheres convidadas para participar da pesquisa, e o restante dos entrevistados eram todos homens<sup>41</sup>. Ao final da publicação da enquete, na página do jornal, foi organizado um esquema elencando os livros citados com maior recorrência. Os autores e intelectuais mais lembrados foram Euclídes da Cunha, em primeiro lugar, seguido por Machado de Assis, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Castro Alves, Monteiro Lobato, Hugo de Carvalho Ramos, Carlos Drummond de Andrade, José de Alencar e Gilberto Freyre (Soares; Santos, 2020). Essa lista de textos, composta por títulos que até hoje são considerados célebres e fundamentais na literatura e no pensamento social brasileiro, desmonta qualquer teoria de que Goiás, até a primeira metade do século XX, era uma região isolada e culturalmente atrasada em relação aos grandes centros.

Além de me atentar para o contexto cultural e literário do qual nossas autoras faziam parte e com o qual elas interagiam, é fundamental pensar também sobre o conteúdo e os desejos explícitos nas obras produzidas por elas. Para Bloch, os desejos, que, em referência a Freud, ele

---

<sup>40</sup> Para saber mais, consultar Luca, Tania. O inquérito da Revista do Brasil (1940) sobre os rumos da literatura brasileira. *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 9, n. 2, jul.-dez., 2016.

<sup>41</sup> Dentre os intelectuais masculinos que responderam à enquete, destacam-se: Eli Brasiense, José Godoy Garcia, Gilberto Mendonça Teles, José Milton Viana, João Neder, José Protázio, Armando Accioly, Domingos Félix, Oscar Sabino Jr, Eliézer Penna, Alberto Xavier de Almeida, Theo Netto, Wagner Pimenta, Eurico Barbosa, Getúlio Vaz, Abrão Isac Neto, Waldir Alencar, Geraldo Valle, Isorico Barbosa de Godoy, Padre Adolfo Serra, Joaquim Gomes filho, Moacir Belchior, Élder Rocha Lima, José Campos, Ernani Cabral, José Bernardo, Benedito Camargo Jr, Zecchi Abrahão, Jerônimo de Queiroz, Francisco de Brito, Aloysio Sá Peixoto, Messias Tavares, José Pereira Zeka, Haroldo de Brito Guimarães, Pedro Vigigane, José Luiz Bittencourt e Bernardo Élis.

denomina de “pulsões”, são históricos e, portanto, precisam ser analisados dentro de um contexto. Nesse ponto, Bloch se afasta do pensamento de Freud novamente, pois, para ele, até mesmo a “pulsão” mais básica de todas – que seria o instinto de sobrevivência e preservação –, bem como tantas outras pulsões, devem ser historicizadas. A “excitabilidade da libido também é variável em cada sociedade e em cada camada dessa sociedade. Mesmo para a fome não há uma estrutura “natural” da pulsão, pois o tipo da percepção associada a ela, logo o mundo dos estímulos, é historicamente variável” (Bloch, 2005, p.71).

O conceito de utopia, de Bloch, nos ajuda solucionar, pelo menos parcialmente, alguns embargos teóricos que não são foco deste trabalho, mas que surgiram durante a pesquisa e que, serão apresentados no início do capítulo seguinte. Um desses “nós” é a questão que diz respeito à categorização do fantástico e a instabilidade e imprecisão no reconhecimento desse tipo de literatura como gênero ou modalidade.

Para o filósofo das utopias, transpor e pensar são sinônimos. As utopias são ferramentas de transposição, já que elas “brincam” com o dubitável, “jogam” com o impossível e culminam em uma resistência criativa que dialoga com uma cultura política, estruturada por sentimentos, por afetos e por desejos, por meio dos quais os indivíduos se relacionam com a política institucional, com os partidos, com as leis, com os cargos políticos etc. (Santos, 2021). Dessa forma, é válido considerar a fantástica/especulativa produzida por mulheres como inserida nessa ferramenta de transposição e, ao mesmo tempo, como reflexão na/da/sobre a realidade.

Entende-se que a política se faz com um conjunto de signos que conclamam os reflexos identitários, não passando somente pelo reconhecimento das opiniões demandadas, ou só pelo teor ideológico do discurso. A adesão mobiliza todo um conjunto de processos complexos, que jamais se esgotam na cognição, mesmo em se tratando dos mais racionais dos interesses. É esta parte emocional, que preside a constituição do vínculo político, que convém abordar numa perspectiva histórica (Prochasson, 2005 p. 309).

O panorama político institucional não se explica, não se sustenta, nem se transforma apenas ao gosto das decisões racionais e objetivas dos sujeitos que ocupam os espaços de poder hegemônicos e que ditam as regras do jogo político. Afirmamos, tomando como base as considerações da historiadora Joan Scott (2019), que existe sempre uma pitada generosa de subjetividade, de sentimentos, de imaginação e de fantasias nas estruturas políticas.

Com base nisso, nossa pesquisa nasce dos estudos de gênero, que se relacionam profundamente com a linguagem, especialmente, nesse caso, a linguagem política das emoções, que sustentam e organizam a vida e o cotidiano político e que, às vezes, também busca subvertê-

lo. Conforme Maria Izilda Matos, as renovações historiográficas, metodológicas e conceituais, que resultaram no questionamento da universalidade e das neutralidades do conhecimento histórico, conduziram a “redefinição do político no âmbito do cotidiano, que contribuiu para o resgate das experiências [políticas] das mulheres” (2013, p. 6).

Cultura política não a restringe apenas a um conjunto de instituições, leis e decretos, mas a identifica “como também as crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão um peculiar colorido e significação à vida política em determinados contextos” (Bobbio, 1998 p. 307)<sup>42</sup>. Esse colorido é proporcionado pela linguagem a qual não é simples meio de transmissão, mas também uma forma de transposição. Nesse sentido, nosso estudo elenca a literatura de ficção fantástica como um exemplo fundamental de instrumento de transposição da realidade política, sendo não apenas um mero reflexo dela.

“Romance e história são artefatos narrativos que refletem com a imaginação científica, que expressam historicidades e que reanimam pedaços inanimados do passado num ser gigantesco” (Bentivoglio, 2019, p. 46). A historiografia não cessa de nos indicar episódios em que a literatura foi utilizada como ferramenta política para reproduzir discursos, forjar ideias e moldar comportamentos. Esses exemplos, apenas, não costumam ser analisados pela perspectiva de gênero, mas sob a lente de uma política das emoções.

Apesar de a maior parte desses estudos se concentrar em obras literárias de caráter romântico e realista,<sup>43</sup> na crença de que essas representariam de maneira mais adequada a realidade política, não podemos negligenciar o fato de que as fantasias dialogam com a realidade, em um movimento de construção e reflexão sobre essa realidade, semelhantemente como também faz a escrita da história.

#### 1.4.TRAJETÓRIA DA ESCRITA FANTÁSTICA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

A primeira narrativa especulativa, em língua portuguesa, com nítidas tendências utópicas, foi produzida pelo padre Antônio Vieira. Em *A História do futuro* (1718), Vieira

---

<sup>42</sup> Apesar de não aprofundar no conceito de cultura política, destaco, além do Noberto Bobbio, outros autores que discorrem sobre esse conceito, como por exemplo, Pierre Rosanvallon para quem a noção de política deve se alargar para poder contemplar formas de sociabilidades, às estratégias dos grupos e atores diversos, especialmente em um contexto democrático.

<sup>43</sup> Ver as considerações de Margarida de Souza Neves sobre e Élio chaves Flores sobre as reflexões políticas contidas nas obras de Euclides da Cunha e Machado de Assis na coleção O Brasil republicano Volume 1. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. O tempo do liberalismo Oligárquico: Da Proclamação da República à Revolta de 1930. Coleção O Brasil republicano, v.1. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

mistura mitos messiânicos e interpretações de passagens bíblicas para recriar uma narrativa na qual Portugal estaria destinado a ser o último império da história, e sua missão era propagar a fé cristã pelo mundo.

Vieira escreveu a partir do contexto de colonização, início da chamada Idade Moderna, período em que o fantástico *stricto sensu*, que é nosso objeto de estudo, ainda não havia surgido, mas a utilização de fantasias e utopias para pensar o momento já eram exploradas. Podemos analisar a colonização como um acontecimento político que culminou em uma “experiência maravilhosa” a partir do “encontro de mundos”.

O processo histórico de colonização, marcado por violências e alteridades, foi produto, e, ao mesmo tempo, produtor de uma visão fantástica, se considerarmos os sentimentos de temor e estranhamento e que envolveram o cotidiano daqueles europeus e daqueles nativos<sup>44</sup>. Uma das facetas da colonização foi justamente “o choque entre o racional e o mítico que ocorreu no século XVIII, com o abalo da cultura europeia da razão frente às culturas míticas” (Fernandes, 2002, p.62). Alguns autores sugerem, de maneira até um pouco apaixonada e anacrônica, que isso afetou a construção fantasia na literatura americana, que se tornou uma “expressão da ontologia da América, de sua essência cultural composta de constantes intersecção do Mito na História” (Fernandes, 2002, p.62).

Esse tipo de texto, que confunde os sentidos e brinca com a imaginação, que já existia no período antigo, medieval e moderno, é que pode ser chamado de fantasia *lato sensu*<sup>45</sup>, a qual é distinta da fantasia enquanto modo literário especulativo que se forma a partir do romantismo europeu. O século XIX, eleito como o século do surgimento e consolidação do fantástico, em que a Europa teria sido o seu local de nascimento, conforme propõem muitos teóricos, como é o caso de Castex, Caillois, Todorov, Bellemin-Noel, Finné, Bessière (Rodrigues, 1988). Foi também nesse século que os intelectuais do Romantismo chegaram à conclusão de que a ação do artista não é apenas representar a realidade, mas sim criar universos e utopias (Ferreira, 2009). De alguma maneira, o Romantismo pode ser analisado como um caminho que conduziu não só a otimista sensibilidade oitocentista, como também, as perspectivas mais centradas no sujeito e na subjetividade” (Bentivoglio, 2019).

---

<sup>44</sup> Roberto Causo defende que a literatura especulativa de característica fantástica também serviu, em certa medida, para denunciar a violência da colonização. Podemos citar *A amazônica misteriosa* (1925).

<sup>45</sup> “Quando analisamos os fragmentos de textos que fogem ao realismo estrito tal como esse foi entendido no século XIX (pelo Realismo e pelo Naturalismo), trabalhamos com o termo fantástico no sentido amplo (*lato sensu*). A partir desse ponto de vista amplo, podemos dizer que a forma mais antiga de narrativa é a fantástica” (Rodrigues, 1988, p.14).

Paradoxalmente, o nascimento e o desenvolvimento do fantástico *stricto sensu*<sup>46</sup> ocorrem no seio de séculos regidos por valores e ideais racionalistas, o que corrobora com algumas teses de que a literatura fantástica teria sido uma resposta à imposição de um racionalismo iluminista burguês que se autoproclama moderno e que rechaça o pensamento teológico e metafísico, operando, assim, uma laicização do pensamento Ocidental (Rodrigues, 1988).

Essa laicização teria apresentado alguns efeitos colaterais. Como aponta Bessièrre, o fantástico se criou a partir dessa “fratura da racionalidade” empírica e matemática, uma vez que, completamente impelida em explicar objetivamente “o indivíduo autônomo, através de sistemas como propuseram Locke, Voltaire, Montesquieu, Diderot, Rousseau, não conseguiu dar conta da singularidade e do complexo processo de individualização” (Rodrigues, 1988). Para alguns autores, como Louis Vax, essa modalidade literária é “filha da descrença” e, para outros, como Michel Viegnes, ela é um grito de socorro diante da brutal imposição de uma racionalidade moderna.

O sobrenatural do século XIX em diante foi, gradativamente, se tornando um sobrenatural predominantemente antropocêntrico, com temáticas como viagem no tempo, o duplo e o sonho. Rosemary Jackson interpreta essa mudança de paradigmas por meio das noções de “supernatural economy” e de “secular economy”.

Definições do que pode ser e imagens do que não pode ser, obviamente, sofrem consideráveis mudanças históricas. Sociedades não secularizadas mantêm crenças diferentes das culturas seculares sobre o que constitui a 'realidade'. Apresentações da alteridade são imaginadas e interpretadas de forma diferente. No que poderíamos chamar de uma economia sobrenatural, a alteridade é transcendente, maravilhosamente diferente do humano: os resultados são fantasias religiosas de anjos, demônios, céus, infernos, terras prometidas e fantasias pagãs de elfos, anões, fadas, terra das fadas ou "faery". Em uma economia natural, ou secular, a alteridade não está localizada em outro lugar: é lida como uma projeção de meros medos e desejos humanos transformando o mundo através da percepção subjetiva. Uma economia introduz ficção que pode ser denominada 'maravilhosa', enquanto a outra produz o 'estranho' ou 'inquietante' (Jackson, 2009, p. 14, tradução minha).

Segundo ela, é compreensível que o século XIX seja o século de consolidação do fantástico, pois, nesse momento, temos uma “economia sobrenatural” de ideias sendo substituída por uma “economia natural” ou secularizada, mas ainda não totalmente deslocada.

---

<sup>46</sup> “Proponho que se considere, *stricto sensu* (sentido estrito), esse fantástico que se elabora a partir do século XVIII, tem continuidade no XIX, transformando-se no XX” (Rodrigues, 1988, p. 17).

Nesse contexto, o fantástico começa a tornar o mundo real estranho, sem fornecer obrigatoriamente explicações para esses “absurdos” (Jackson, 2009).

De acordo com Sartre, no século XX, o fantástico se metamorfoseou em um novo, isto é, o *neofantástico* ou *fantástico contemporâneo*, no qual a *hesitação* deixa de ser o ponto fulcral, e a sensação de mundo às avessas é que se torna mais relevante para retratar os problemas inerentes à condição humana sem a necessidade de recorrer apenas às explicações sobrenaturais ou religiosas.

Para Sartre, “o derradeiro estágio” da literatura fantástica se diferenciaria de um fantástico tradicional, característico dos séculos XVIII e XIX, nos quais ainda ofereciam uma possibilidade de escapismo diante da “condição humana, seja por meio da mística e da metafísica. Ainda segundo o pesquisador, em seu ensaio *Aminabad – o fantástico como linguagem*, é feita uma reflexão sobre os textos de Kafka e Blanchot para mostrar como o fantástico contemporâneo se humaniza, e faz do homem [e da(s) mulher(es)?] seu objeto. Nesse novo momento, o fantástico desestabiliza o real sem precisar recorrer a questões religiosas ou sobrenaturais.

Nada de súcubos, nada de fantasmas, nada de fontes que choram – há apenas homens, e o criador do fantástico proclama que se identifica com o objeto fantástico. Para o homem contemporâneo, o fantástico tornou-se apenas uma maneira entre cem de fazer refletir sua própria imagem (Sartre, 2005, p.139).

Selma Calasan Rodrigues indica que, na década de 40, do século XX, a América Latina contemplou o florescimento da literatura fantástica, tendo Jorge Luís Borges e Júlio Cortazar como percussores que rompem com um fantástico tradicional. Na América Latina, essa literatura especulativa no século XX desenvolveu-se a partir dos conceitos de *realismo fantástico*<sup>47</sup> ou *realismo maravilhoso*<sup>48</sup> utilizados, inclusive, na intenção de distinguir a literatura fantástica que era produzida na Europa daquela que estava sendo produzida na América.

Ainda conforme Rodrigues, na América hispânica duas tendências marcaram a literatura fantástica: uma concernente ao espaço urbano, preocupada em desconstruir o fantástico

---

<sup>47</sup> Selma Calasans Rodrigues (1988) explica que o problema com este conceito reside no fato de que a literatura por si só não é mágica, mas ela se utiliza de recursos mágicos em suas narrativas.

<sup>48</sup> A definição que se consagra, porém, é “realismo maravilhoso americano”, criação de Alejo Carpentier no prólogo de seu romance *El reino de este mundo*, de 1949. [...] A acepção conferida por Carpentier a maravilhoso está não apenas no resultado de um procedimento mental, mas em sua existência como substrato do real capaz de provocá-lo [...] Carpentier preconiza, para o realismo maravilhoso, um caráter ideológico e material que resulte na criação de romances que não se limitem à ficção, mas que sejam veículos de exposição e debate de grandes teses históricas” (Fernandes, 2002, p.61/64).

tradicional, desvinculando-se de qualquer postulado da verossimilhança e caminhando em direção a um fantástico paródico; e outra mais focada no espaço rural, que dialoga mais com o folclore local e que revisita a história da América hispânica. A primeira tendência teve, como expoente, Jorge Luis Borges e Júlio Cortazar, e a segunda contou com Gabriel Garcia Márquez, Juan Rulfo e Alejo Carpentier como seus principais representantes.

De acordo com a autora, no Brasil, apenas alguns poucos escritores se identificaram com essa última tendência. Mas, no geral, comparando o País com o restante da América Latina, podemos perceber um grande descompasso. Rodrigues ainda ressalta que, entre os escritores brasileiros, apesar da tendência hegemônica dos textos naturalistas e realistas, Machado de Assis, no século XIX, já fazia uso de alguns elementos fantásticos. A autora não cita em nenhum momento o texto *Rainha do Ignoto* (1899), de Emília Freitas, que passa despercebido em suas reflexões, mesmo que esse seja o primeiro romance de autoria feminina no Ceará (Oliveira, 2007) e um dos primeiros romances com características fantástica de autoria feminina no Brasil.

Conforme esmiuçado anteriormente, se comparado ao restante dos países da América, ou até mesmo com os EUA, a modalidade fantástica foi explorada de maneira modesta pela tradição literária brasileira no século XIX. Nos EUA, por exemplo, desenvolveu-se uma *pulp era*, com a circulação considerável desses textos, inclusive por meio da produção de revistas especializadas nesse modo literário, tudo isso supostamente impulsionado pelo sucesso na primeira guerra e pela sucessiva derrocada econômica com a grande depressão.<sup>49</sup> E, além disso, houve uma preocupação maior em buscar influências em escritores europeus. No Brasil, uma grande influência estrangeira foi a do inglês H. G. Well (1828-1905), cuja característica das obras foi uma defesa explícita de valores darwinistas aplicados à sociedade, o que ensejou narrativas autoritárias e elitistas e influenciou Monteiro Lobato e Érico Veríssimo (Causo, 2003), mas a maior parte das obras que circulou no Brasil até a primeira metade do século XX eram traduções de obras estrangeiras.

No século XIX, a circulação de textos literários foi possível graças ao sucesso dos folhetins, sendo José de Alencar e Machado de Assis alguns nomes consagrados nesse universo

---

<sup>49</sup> “[A guerra] levou à Europa um medo profundo das possibilidades catastróficas de uma nova guerra, travada com aeroplanos e gás venenoso. Embora a América não tivesse livre de ansiedades similares, elas eram consideravelmente menores [...] [Em relação à Europa, o] otimismo permaneceu à tona apenas na América, refletindo o fato de que os Estados Unidos haviam sido os únicos vencedores reais da guerra. A guerra havia arrancado o coração europeu da economia mundial, permitindo que a América ocupasse o espaço. Esse Boom durou até a quebra de Wall Street em 1929 e a subsequente Grande Depressão, mas seus efeitos atingiram as frágeis economias da Europa de tal maneira que intensificaram suas desvantagens. Dificilmente causa surpresa que a ficção futurista americana de pós-1918 fosse impulsionada por um confiante espírito de aventura, que esteve quase inteiramente ausente da ficção especulativa europeia (Stableford apud Causo, 2003, p. 234).

e na história da literatura brasileira. A busca por uma identidade nacional, ao longo da segunda metade do século XIX, supostamente favoreceu a elaboração de narrativas mais realistas e de autoria masculina, que presavam por relatos de experiência e narrativas moralizantes, supostamente capazes de sustentar e refletir sobre a realidade social e política do País.

É verdade que o campo da literatura engaja a criatividade, revitalizando a nossa capacidade inventiva de elaborar simbolicamente a realidade, mas também nos coloca o desafio do embate de valores e princípios que dizem respeito às maneiras como os diversos segmentos sociais inventam e criam suas realidades, dispondo de experiências na projeção de seu devir histórico. A literatura é esse território inquietante e instigador que expressa em suas formas os matizes dos conflitos, das tensões e das diferenças que nos constituem como a comunidade imaginada da nação (Schmidt, 2008 p.59).

Em contrapartida, essas demandas, imprescindíveis na busca pela inalcançável unidade política e cultural do país, teriam desviado a atenção da crítica para textos com características fantásticas, bem como negligenciado as escritas de autoria feminina. Esses elementos foram desconsiderados, pois presumia-se que eles abordavam “temas femininos” que, aparentemente, pouco combinavam com a proposta de uma literatura como instrumento pedagógico para viabilização de uma estrutura simbólica que, conforme a concepção romântica, fosse capaz de congrega “todos” em uma só nação (Schmidt, 2019).

No Brasil, essa literatura, que se impôs como domínio masculino capaz de forjar projeções imaginárias a respeito da nação, encontrou na imprensa um meio de estimulante circulação. Por intermédio dos jornais, eram publicados romances realistas, mas também textos variados, como *O Doutor Benignus* (1875), de Augusto Emílio Zaluar (1825-1882). Essa obra era uma espécie de “versão tupiniquim dos *Scientific Romance*” e com grande influência de Jules Verne. Pesquisadores/as da área da Literatura, como Maria Cristina Batalha e Jefferson Donizette de Oliveira regridem no tempo para apontar *Noite da taverna* (1855) e *Macário* (1852), ambos de autoria de Álvares de Azevedo, como sendo um dos textos inauguradores do fantástico no Brasil, mas que foram sufocados pelo sucesso editorial das obras de José de Alencar. A literatura e a dramaturgia alencariana alcançaram grande sucesso, na medida em que possuíam um caráter pedagógico como ferramenta de condução de um projeto político civilizatório atento às sociabilidades e comprometido com a moralização dos costumes<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> “O insucesso de uma ficção fantástica brasileira se deu principalmente por causa da concorrência esmagadora do projeto alencariano iniciado com a publicação dos primeiros romances do autor – *Cinco minutos*, *A viuvinha* e *O Guarani* – somente dois anos após o surgimento da prosa do jovem Azevedo (Gabielli, 2004). O modelo proposto pelos romances de Alencar influenciaria até mesmo os movimentos literários posteriores ao romantismo

O lugar da literatura moderna, para José de Alencar, é o do diálogo com o público para ensinar espaços possíveis e como viver na sociedade. [...] Os literatos produziam sentido sobre as ações e comportamentos das mulheres e homens – suando a justificativa de estarem agindo em prol do progresso e da civilização da nação brasileira –, nos quais o domínio da palavra escrita, e encenada, funcionava como um dispositivo de poder que delimitava os lugares a serem ocupados por mulheres e homens (Soares, 2019, p.158).

O fato de esse caráter pedagógico não estar evidente na literatura fantástica, se comparado às obras consagradas de José de Alencar e outros, pode ter colaborado para obliterar outras narrativas literárias. Além disso, a dificuldade na delimitação da literatura fantástica, que já foi debatida em tópicos anteriores, também pode ter favorecido para que, no Brasil, a crítica literária não contemplasse essas obras que acabaram, de maneira geral, relegadas a um limbo literário (Niels, 2014). Contudo, a própria Adalzir Bittencourt deixa registrado, em uma epígrafe de seu livro, a possibilidade de que seu escrito seja lido por seus leitores como uma obra pedagógica. “Cada leitor interprete este livro como entender. É romance? É fantasia? É crítica? É obra de ficção, ou pedagógica? Que sei eu...” (Bittencourt, 1929).

Podemos considerar, também, que o fato de a prática da literatura estar relacionada a uma erudição, vista como uma atividade intelectual restrita a elite, também favoreceu a pouca expressividade dos textos de ficção especulativa, pois, geralmente, esses escritos eram vistos como “populares” e de baixa qualidade. Outro ponto foi a predominância de “escolas” e “tendências literárias”, como o modernismo, que também ofuscou outros tipos de produções que permaneceram fora dessas tendências.

Até a década de 1930, praticamente não havia, no Brasil, nomes de escritores famosos que se dedicassem especialmente a essas narrativas. O que havia era uma ou outra obra de maior expressividade que acabava se destacando e sendo, posteriormente, exaustivamente imitada (Causo, 2003)<sup>51</sup>. De qualquer forma, nosso objetivo não é rastrear essas “grandes tendências” da literatura nem evidenciar “grande obras”, mas sim entender quais interesses e relações podem ser estabelecidos a partir da produção de narrativas especulativas das autoras selecionadas. Evidencio que essa literatura “fantástica” tem características próprias em cada um dos momentos citados, desde o período colonial até o final do século XX, inclusive recebendo nomenclaturas específicas como “realismo mágico”, porém esse percurso que tracei tem por

---

– o realismo e o naturalismo –, obstruindo qualquer possibilidade do surgimento de um fantástico brasileiro profícuo (Niels, 2014, p.186).

<sup>51</sup> Roberto Causo cita o caso de Guimarães Rosa que teria produzido alguns contos entre 1930 e 1940.

objetivo de situar algumas transformações desse tipo de literatura sem necessariamente aprofundar nas especificidades dessas várias literaturas “não realista”. Há, também, a necessidade de destacar a existência dessas mulheres, bem como identificar os mecanismos de exclusão imputados contra suas obras. Nosso trabalho, portanto, repousa sobre essas obliterações e esse preconceito com a literatura fantástica, para pensá-la sob a perspectiva de gênero.

A obra de Thomas More, *A utopia* (1516), sempre é lembrada como o texto inaugural da literatura utópica. Entretanto, pesquisadoras guiadas pela perspectiva de gênero destacam a *Cidade das Damas* (1405), da filósofa franco-italiana Christine de Pizan, escrita anteriormente à obra de More, como um escrito que guarda algumas características da obra do escritor inglês e que inaugura uma tradição moderna utópica. A narrativa de Pizan nos apresenta a razão, a retidão e a justiça, três alegorias femininas, como construtoras de uma cidade alternativamente engendrada pela utopia (Deplagne; Ildney, 2019). Essas e outras obras, recentemente, têm sido resgatadas pelos olhares dos estudos feministas. A redescoberta desses textos é fruto dos estudos feministas, especialmente do empenho de pesquisadoras das áreas de letras e literatura - e agora também da história.

Ressalto que Emília, Adalzira e Ada não foram as únicas que construíram narrativas utópicas, fantásticas, de terror e de ficção científica no Brasil. Outros exemplos são Ercília Nogueira Cobra (1891-), que escreveu *Virgindade Inútil* (1927) e Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982), que escreveu *Margarida de La Roque* (1949); outras autoras, como Albertina Bertha (1880-1953) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) produziram textos de cunho psicológico e de terror. Ainda no século XIX, temos Maria Firmina dos Reis, com seu romance *Úrsula* (1859), considerado como primeira obra de terror escrita por uma mulher brasileira. No mesmo ano, também tivemos a publicação de *D. Narcisa de Villar*, de Ana Luísa de Azevedo e Castro. Mais ao final do século XX, podemos destacar Raquel de Queiroz, além de possivelmente tantas outras que a pesquisa ainda não conseguiu mapear. Na América Latina, um nome de destaque foi o da escritora argentina Silvina Ocampo.

Outras narrativas utópicas fantásticas e científicas fundamentais, escritas por mulheres ao redor do mundo, foram *O sonho de Sultana* (1905), de autoria de escritora indiana Roquia Sakhawat Hussain e *Terra das mulheres* (1915), da estadunidense Charlotte Perkins. Todas essas narrativas são carregadas de esperanças e projeções utópicas. “Os sonhos diurnos nos aparecem nas utopias feministas como uma forma de buscar um outro lugar ainda não existente para as mulheres nas sociedades patriarcais” (Deplagne, 2019, p. 27).

Não nos compete buscar uma definição do fantástico no Brasil, uma vez que, por aqui, essa definição também foi bastante difusa e imprecisa, sendo, inclusive, mais pertinente se pensar em literaturas fantásticas, no plural (Niel, 2014). Para nós, a literatura especulativa/fantástica se coloca como mais uma forma de acesso e compreensão do que se constituiu como mundo real, a partir das utopias que elas constroem. Sua habilidade de levantar questões de ordem política, social ou filosófica, na medida em que subverte a realidade mimética, é o que nos interessa, uma vez que é, justamente, ao brincar com os paradigmas racionais, expondo seus limites, incongruências e inconstâncias, que nossas autoras acabam sancionando ideias e criando outras possibilidades dentro do cenário brasileiro.

## CAPÍTULO 2. ESCRITORAS, FEMINISMOS, FANTASIAS E EMOÇÕES

### 2.1. AS ESCRITORAS

Orientadas pela perspectiva feminista e pela noção de gênero que tende a ressaltar o protagonismo das mulheres na história e nas demais áreas do conhecimento, partimos, enfim, para o destaque da atuação de escritoras que se dedicaram à literatura de ficção fantástica e científica. Falaremos, então, das escritoras que são o cerne dessa pesquisa. Considero que análise historiográfica de suas respectivas obras não deve estar dissociada de um conhecimento a respeito de suas trajetórias. Em seguida, orientada pelas análises que respaldam as políticas das emoções, sigo com a análise de alguns sentimentos selecionados, como medo, tristeza, amor, felicidade e esperança.

Antes mesmo de a modalidade literária “não realista” alcançar uma relativa visibilidade na segunda metade do século XX, por meio de nomes como Murilo Rubião e Lígya Fagundes Telles, tivemos também, na primeira metade desse mesmo século, Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt e Ada Curado, as quais pensaram o mundo através da linguagem fantástica. As três autoras escolhidas têm, em comum, o fato de não terem ocupado a *Academia Brasileira de Letras*, que, inclusive, por muito tempo, resistiu em aceitar mulheres<sup>52</sup>. Algumas tiveram suas obras completamente esquecidas, outras, com muito esforço, conseguiram uma projeção regional ou nacional, participando de instituições literárias locais, como Academias Femininas de Letras ou foram reconhecidas pelas suas atuações em outros campos, como a educação e o abolicionismo; todavia, em geral, suas memórias e suas produções permaneceram ocultas na história, o que torna explícito nosso objetivo de torná-las visíveis para/na história. Suas obras constituíram-se em espaços de disputa nos quais a crítica e a defesa de princípios sociais e morais se chocam, lócus de disputas discursivas que acontecem sob a lógica dos afetos e emoções, cujos parâmetros de felicidade e infelicidade são componentes fundamentais desse poderoso jogo sentimental.

---

<sup>52</sup>A escritora cearense Raquel de Queiroz (1910-2013) foi a primeira mulher a conseguir ingressar na ABL. Antes dela, houve outras tentativas frustradas, como explica Talita Michelle de Souza: “a Academia Brasileira de Letras recusou a participação das escritoras por muito tempo, há muitos documentos que reforçam a exclusão de mulheres como membras a participantes ativas da Academia Brasileira de Letras. Citando Amélia de Freitas Beviláqua (1860- 1946), escritora, jornalista, ativista nos direitos das mulheres no Brasil, passou por uma situação desanimadora, em 1930 entrou com o pedido formal para participar de modo eficaz e teve o seu pedido indeferido sob a justificativa que a entidade preferia membros do sexo masculino. Apesar das portas fechadas, Amélia produziu inúmeros contos, novelas, romances, poesias, artigos, publicados em várias partes do Brasil como, por exemplo, Rio de Janeiro, Bahia, Piauí e Pernambuco” (2017, p.60).

Nesse sentido, é importante destacar que a trajetória de vida dessas mulheres as moldou, assim como também foram sujeitas dos próprios destinos, agentes da própria experiência de ser mulher e de ser escritora. Para refletir sobre essa questão, evoco a historiadora Joan Scott e seu conceito de *experiência*. Scott argumenta que a experiência não é algo inato ou natural, mas sim uma construção social e cultural. “Experiência é, ao mesmo tempo, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação” (Scott, 1999, p.48). Sua análise enfatiza que a experiência é moldada pelas estruturas de poder e pelas relações sociais, bem como pelas normas de gênero impostas em uma sociedade, que é exatamente o foco dessa tese. Portanto, a experiência das mulheres não é uniforme, mas varia de acordo com fatores como classe social, raça, etnia, orientação sexual e contexto histórico. Em função disso, temos consciência de que as experiências dessas escritoras não contemplam todas as mulheres, haja vista o fato de que a própria categoria “mulher” é plural e variada. Scott também destaca a importância de analisar as narrativas e os discursos que moldam a experiência das pessoas. A autora argumenta que as representações culturais, as ideologias e as linguagens desempenham um papel fundamental na formação das experiências individuais e coletivas. Portanto, os historiadores devem examinar como o discurso é usado para construir ou desconstruir as identidades de gênero e as hierarquias de poder.

Em resumo, o conceito de *experiência*, de Joan Scott, destaca a importância de entender esse processo como algo construído socialmente, moldado por normas de gênero e pelo poder e, ainda, influenciado por representações culturais e discursos. O próprio exemplo, utilizado pela autora em seu texto *A invisibilidade da experiência*, já denota a relevância das emoções dentro dos estudos e das análises sócio-históricas e políticas. Scott inicia descrevendo a experiência de um homem negro homossexual escritor de ficção científica em uma sauna gay: “uma massa ondulante de corpos masculinos, nus, espalhados por toda a sala. Minha primeira reação foi de total espanto, próxima do medo” (Delano, 1963, p.173 *apud* Scott, 1998, p. 21). Sua abordagem historiográfica incentiva-nos a explorar as complexidades das experiências individuais e coletivas em contextos históricos, especialmente no que tange às questões de gênero. Por isso, faz-se necessário mergulhar na experiência dessas escritoras.

Até onde foi possível mapear, tais escritoras não se conheciam, algumas nem mesmo foram contemporâneas<sup>53</sup>. Elas produziram suas obras a partir de regiões distintas do Brasil.

---

<sup>53</sup> Emília Freitas (11/01/1855-18/10/1908), Adalzira Bittencourt (02/11/1904-28/10/1976) e Ada Curado (02/09/1916-06/07/1999). As respectivas datas de nascimento e falecimento indicam que Emília viveu especialmente o final do século XIX, enquanto as duas outras escritoras viveram ao longo do século XX, mas as obras selecionadas foram escritas no contexto da primeira metade do século XX. Dessa forma, nosso recorte

Essas regiões guardavam especificidades sociais e culturais características de um país tão grande e com uma história tão complexa como é o caso do Brasil. Por motivos diversos, que explanaremos mais adiante, essas escritoras transitaram por vários locais, algumas, inclusive, viveram, viajaram ou trabalharam fora do País. Sendo assim, é válido considerar que, mesmo que os traços literários, as subjetividades, as convicções e visões de mundo delas tivessem relação direta com os locais onde nasceram e passaram a maior parte de suas vidas, as experiências de vida delas não estiveram restritas unicamente a Goiás, a Ceará e a São Paulo. Não obstante, apesar do nosso esforço em situar geograficamente essas produções, seria incoerente afirmar que elas permaneceram presas às suas regiões de origem. As obras e as respectivas autoras extrapolaram os limites dos locais dessas regiões, além dos limites da própria realidade.

## 2.2. EMÍLIA

Iniciamos nosso itinerário investigativo pelo Nordeste, precisamente pelo estado do Ceará, onde nasceu Emília Freitas, em 1855. Filha de Maria de Jesus e do tenente coronel Antônio José de Freitas, Emília nasceu na cidade de Aracati, Ceará, em um momento de intensos debates políticos. As principais disputas políticas envolviam os partidos conservador e liberal, além da questão da abolição da escravatura. Desde a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que impediu a entrada de escravizados no Brasil pelo tráfico negreiro e, conseqüentemente, estimulou o comércio interprovincial de escravizados, toda a região Nordeste já percebia um arrefecimento no uso da mão de obra escrava. A pequena Emília conviveu com essas questões políticas e sociais inerentes ao período do Segundo Reinado e não se furtou de colocar essas questões no papel. Quando passou a residir em Fortaleza, usava sua poética para denunciar a escravização de negros e indígenas, o que lhe rendeu a alcunha de *Poetisa dos Escravos*<sup>54</sup>.

O motivo da mudança de Aracati para Fortaleza foi a morte do pai, em 1869; mais ou menos na mesma época, faleceram também seu irmão mais velho e seu avô. Perdas que marcaram profundamente sua vida e suas produções, culminando em textos com tons melancólicos e marcado de homenagens aos entes queridos falecidos. O capítulo 68 do romance

---

analítico, que contempla duas escritoras situadas na primeira metade do século XX, não se desprende das influências e questões do final do século anterior.

<sup>54</sup> Em 1883, Emília Freitas pronunciou diversos discursos para a recém-criada sociedade abolicionista feminina *Cearenses Libertadoras*.

*A Rainha do Ignoto*, intitulado *O amor da família era seu culto*, termina de forma a evidenciar esse saudosismo:

Ela terminou as suas recordações já quase à entrada do portão do cemitério. O sol resplandecia no firmamento azul com nuvens alvíssimas e borboletas amarelas adejavam alegres sobre a tristeza dos túmulos. A rainha do ignoto entrou e foi ajoelhar ao lado de um carneiro [túmulo] junto ao muro da frente. Colou os lábios à pedra carcomida pelo tempo e beijou uma a uma as letras da inscrição: “Aqui jaz...”

Era aquele nome adorado de seu pai, o nome querido que lhe entra a na alma como o perfume das flores nas partículas do ar. Ele lhe trazia ao pensamento essa cadeia de fatos reais de que se compõem a existência humana. Um soluço amargo lhe tomou a voz e o pensamento por alguns momentos. Depois ergueu-se e foi ajoelhar em outro túmulo por trás da capela. Esteve ali muito tempo, contemplando com afeto aquelas paredes tão antigas, cuja caliça enegrecida pelas chuvas começava a despegar-se em algum canto e, erguendo-se, disse:

- Vamos.

- De quem é este túmulo? - perguntou Roberta.

- É de meu avô – respondeu ela com os olhos cheios de lágrimas.

- E o de sua mãe, onde fica?

- Aqui – disse ela, apontando o coração, pondo a mão sobre o peito. Ela foi enterrada aqui. Sinto-a todos os dias, e choro a sua memória (Freitas, 2019, p.304).

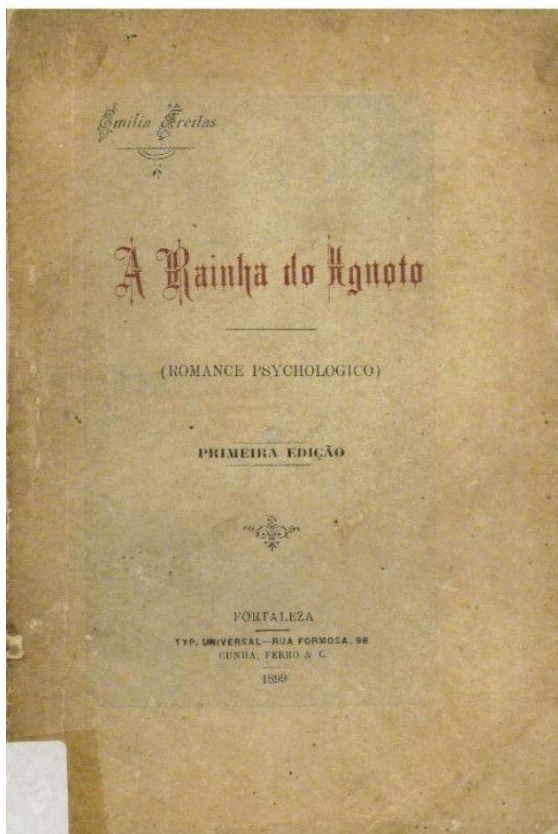


Figura 1. Capa da 1ª edição do livro *Rainha do Ignoto* (1899) de Emília de Freitas. Fonte: <https://www.icbsena.com.br/livro-871>

O pai da escritora era um importante político de tendências liberais e suas perspectivas políticas abolicionistas e republicanas influenciaram Emília e suas obras. Após essa mudança de Aracati para Fortaleza, a autora deu continuidade aos estudos por meio de aulas particulares até ingressar no Colégio Imaculada Conceição, em 1877; posteriormente, concluiu os estudos na Escola Normal; já adulta, perdeu também um outro irmão durante uma epidemia de varíola que assolou o Nordeste. Em um dos seus poemas, dedicado a esse irmão falecido, “a melancolia dá o tom [...] e desvela a insatisfação para com a vida, concebida como cativo e lugar de sofrimento. No poema, a ficção e a vida se entrelaçam” (Oliveira, 2007, p.42). A professora

Alcilene Cavalcanti Oliveira produziu um

importante levantamento biográfico de Emília Freitas, combinando o contexto social e político no qual a autora estava envolvida com vestígios autobiográficos extraídos de suas obras. Como aponta Alcilene (2007), os poemas e demais obras de Emília deixam entrever o ambiente social e político do qual a autora fazia parte, bem como suas subjetividades, angústias e visões de mundo. Partindo de textos de cunho abolicionista, a autora migrou para uma escrita influenciada pelas vanguardas artísticas, correntes filosóficas do final do século XIX e pelas leituras de Comte, Darwin, Spencer etc. Emília viveu em um contexto em que “as ideias científicas pululavam na capital da província cearense, adquirindo destaque não apenas intelectual, mas também servindo de suporte para a consolidação de concepções e de certa “leitura do mundo” realizada por intelectuais, por estudantes e por políticos” (Oliveira, 2007, p. 84).

Após perder a mãe, a autora permaneceu em Fortaleza, atuando como professora e escritora até por volta de 1892, quando se mudou para Manaus com seu irmão, Afonso Américo, e a esposa dele. A viagem de navio entre Fortaleza e Manaus, passando pelos estados do Maranhão e do Pará, foi descrita e publicada na sessão Literária do *Almanaque do Amazonas*, em 1895. Parte dessa crônica de viagem, mais tarde, foi inserida também nas páginas do romance *Rainha do ignoto*, no capítulo 45, intitulado *Navegando no Amazonas*, em que ela tece uma comparação entre a cidade que abandonou e a cidade de destino.

Manaus é a camponesa nutrida e bonita; de faces coradas, olhos buliçosos, riso franco e semblante alegre; veste-se de cores vivas, como as penas das araras, enfeita as lanosas e fartas tranças com cravos e rezas, calça na ponta do pé as sandálias bordadas, e sustendo a pesada bolsa caminha segura pelas desigualdades do solo ubérrimo com ares de rainha das selvas! A Fortaleza é a moça pálida e romântica; de olhar cismador e lânguido, riso ideal, fronte divina e cândida, veste-se de azul celeste, põe um diadema de estrelas e envolve-se no prateado manto de um luar transparente, erguendo um facho, e um ramo do louro; ela contempla do alto os nevoeiros da Costa, e com os lábios secos deixa rolar pela face a pérola de uma lágrima, como uma gota de orvalho no cálice de um lírio!! Manaus, como o agiota, pensa nas transações da Bolsa, nas empresas lucrativas, nas grandes navegações, e adormece calculando, para sonhar com perdas e ganhos...

A Fortaleza, como o pintor, o poeta e o músico, ocupa-se em colorir as distrações com as tintas do Íris [arco-íris], medir e rimar as aspirações com os voos rápidos da ideia, e fazer, com a escola do sentimento, urna partitura em tom menor. Afinal, Manaus é a riqueza, a força, a seiva da vida, e a Fortaleza é a formosura, a graça, a poesia, o amor!...

(Freitas, 2019, p.212).

É no norte do Império, no crepúsculo do século e aos 44 anos de idade que ela publica *A rainha do Ignoto* (1899). Antes de escrever *A Rainha do Ignoto*, Emília publicou também *O*

*Renegado* (1892)<sup>55</sup> e um livro de poesias compiladas entre os anos de 1870 e 1880, chamado *Canções do Lar* (1891). Um ano após a publicação desta que seria sua obra mais relevante, na qual ela ficou mais conhecida, Emília se casou com o jornalista Arthunio Vieira, viúvo e mais jovem que ela. Ambos se tornaram divulgadores da doutrina espírita. O casal se mudou para Maranguape, Ceará, onde Arthunio se tornou colaborador e editor em vários jornais. Em um deles, Emília também trabalhou como secretária. Os dois também passaram a fazer parte do clube *Ordem e Progresso*. Todas essas informações foram extraídas conforme levantamento feito por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, no qual consta que Emília foi citada ou teria colaborado também nos periódicos *Estado do Ceará*, *O libertador*, *Cearense*, *O Lyrio* e *A Brisa*.

Em 1902, o casal transferiu para o Pará, onde passou por algumas cidades, morando em Belém e Abaetetuba e, logo depois, os dois retornaram definitivamente para Manaus, onde ela viria a falecer em 1908, supostamente de malária, encerrando, assim, uma profícua vida política e literária, mesmo que pouco reconhecida. Abaixo, destaco as publicações literárias que consegui rastrear em minhas pesquisas.

Tabela 1. Levantamento de livros e textos publicados por Emília Freitas.

ANO	TÍTULO	GÊNERO
1881	X	Poesia
1891	<i>Canções do lar</i>	Poesia
1891	<i>A Infância, a Mocidade e a Velhice</i>	Crônica
1892	<i>O renegado</i>	Romance
1995	<i>Do Ceará ao Amazonas</i>	Crônica
1899	<i>A Rainha do Ignoto</i>	Romance

Conforme a pesquisa de Alcilene Cavalcante Oliveira (2007), o romance *A Rainha do Ignoto* permaneceu esquecido até 1953, quando foi alvo de críticas, sendo considerado um “dramalhão que não convence” por Abelardo Montenegro. Mais tarde, em 1980, o livro teve uma segunda edição, organizada pelo professor e poeta cearense Otacílio Colares, que buscou destacar os aspectos góticos da obra. Colares descreve a obra como um enredo ultrarromântico de fuga criadora, partindo de uma realidade regional em direção ao fantástico.

O gótico, em *A Rainha do Ignoto*, é um recurso usado para “retratar na literatura ambientes e paisagens desconhecidos”. Com razão, ela acrescenta que “a heroína participa das aventuras e tem o controle de seu destino, mas não recebe, ao final da narrativa, a glória destinada aos heróis e cavaleiros das

<sup>55</sup> De acordo com a pesquisadora Alcilene Oliveira, na obra *O Renegado*, existe apenas as referências ao título e à data de publicação, “não tendo sido ainda localizado nos principais acervos bibliográficos e documentais, públicos e privados, do país” (2007, p.13).

histórias góticas, que se passam na Idade Média”. Além disso, ela destaca que o recurso ao gótico, a fuga propositada ao inverossímil, foi a forma encontrada pela autora para abordar o tema feminino extrapolando os padrões vigentes na época (Ribeiro, 2001, p.7 apud Oliveira, 2007, p.120).

Colares argumenta que a maior inovação da obra, que foi seu traço fantástico-maravilhoso, foi simplesmente ignorado pela crítica a qual preferiu ressaltar o incômodo diante de uma obra de caráter ultradramático que destoava das tendências do realismo-naturalismo – comuns ao período – e, em razão disso, a obra teria sido esquecida (OLIVEIRA, 2007).<sup>56</sup>

Até onde foi possível verificar, essa foi a única obra, dentre as três desvendadas, que contou com uma segunda publicação. “Desde então, a escritora tem figurado em alguns poucos dicionários literários e seus livros têm sido objetos de estudos de pesquisadores como: Constância Lima Duarte, Nelly Novaes Coelho, Luis Felipe Ribeiro, Marise Weiner Cunha, Sônia Ribeiro, Marcie Rink, Cecília Cunha, Régia Silva, Anselmo Alôis, entre outros” (Oliveira, 2007, p. 176).

Em um material consultado, o qual é parte de um projeto de curso sobre literatura cearense<sup>57</sup>, no módulo 4 intitulado “Mulheres escritoras: as pioneiras do século

## OS ESQUECIDOS FINALMENTE LEMBRADOS

**F**ORTALEZA — Publicado pela Secretaria de Cultura do Ceará, está nas livrarias o 3.º tomo de *Lembrados e Esquecidos*, ensaios sobre literatura cearense, da autoria de Otacilio Colares. Compõem o volume um útil trabalho sobre *A Rainha do Ignoto*, de Emilia Freitas, obra que em 1899 era lançada como pioneira do romance fantástico no Brasil; um estudo sobre *A Divorciada*, de Francisca Clotilde, romance de difícil caracterização, datado de 1902; um ensaio sobre o pouco conhecido ficcionista Carlos de Vasconcelos; um trabalho sobre Fernando Weyne que, ao contrário do que muitos pensam, não foi poeta de um só poema; um estudo sobre Soares Bulcão; um ensaio sobre a revelação de Yaco Fernandes como prosador; e, por fim, 13 cartas esquecidas de José de Alencar.

A obra de Otacilio Colares é importante para quem queira saber dos marginalizados pela chamada literatura oficial, os que o tempo tragou ou desmereceu, sem uma razão justa, ofuscados pelos grandes nomes que os tratados e compêndios justificam. Isto, naturalmente, no âmbito que se propôs abordar, o da literatura cearense.

Figura 2 Jornal do Brasil 15 de abril de 1978, p.5.

<sup>56</sup> Apesar disso, é possível encontrar algumas referências a venda dessa obra em jornais do Rio de Janeiro. Ele aparece sendo vendido por 10 cruzeiros na Livraria Braziellas nas páginas da edição n° 14653 de 9 de agosto de 1942 no jornal *Correio do Amanhã* e na edição n° 16931 de 30 de maio de 1948 do mesmo jornal. Também foram encontradas referências do recebimento ou venda desse livro em outros jornais como *Jornal do Brasil* (maio de 1900), *O Paiz* (maio de 1906), *Jornal do comércio* (agosto de 1956). E uma menção a ela em uma reportagem em homenagem a outra autora cearense, Raquel de Queiroz, no *Jornal do Comércio* em dezembro de 1989.

<sup>57</sup> “O curso básico de extensão gratuito Literatura Cearense, em EaD, com 140h, é parte integrante do programa Circuito de Artes e Juventudes (Caju) da Fundação Demócrito Rocha, com apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania – por meio de seus patrocinadores – e da Universidade Federal do Ceará (UFC), foi uma ação de promoção, de forma geral e para todo o país, do interesse, da pesquisa e da leitura da literatura produzida no Ceará, desde o século XIX à contemporaneidade, através de alguns de seus autores(as), grupos/agregações literárias e obras referenciais, em consonância com os estudos da Literatura Brasileira. Em 12 módulos com aulas pela TV, rádio e internet, alcançou mais de 45.000 pessoas em todo o Brasil e envolveu mais de 20 profissionais da literatura na produção de seu conteúdo. O curso aconteceu entre abril e julho de 2020 e é parte integrante do programa Circuito de Artes e Juventudes 2019, Pronac n° 190198, processo n° 01400.000464\2019-94, em parceria com a Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania”. Disponível em < <https://fdr.org.br/projetos/curso-literatura-cearense/> >

XIX” e produzido pelas pesquisadoras da UFC, Gildênia Moura e Carla Castro, o nome de Emília é considerado como destaque da tradição romântica cearense e aparece ao lado de outras conterrâneas, como Francisca Clotilde (1862-1935), professora, poetisa, dramaturga, autora do romance *A divorciada* de 1904, e as irmãs Henriqueta Galeno (1887-1964) e Júlia Galeno (1890-1978).

*A rainha do Ignoto*, obra em que me propus analisar, foi uma obra foi esquecida pela crítica, permanecendo ignorada até a segunda metade do século XX (Oliveira, 2007). Esse fenômeno também ocorreu com as demais publicações das outras autoras. *A rainha do Ignoto* é um romance, publicado no final do século XIX, com características góticas e fantásticas e que possui, como núcleo central, a “condição feminina”, ao apresentar uma sociedade secreta localizada em uma ilha no Ceará e composta por mulheres, recrutadas e lideradas por uma rainha misteriosa que recebe vários nomes, e cujo nome real nunca é revelado. Ela é descrita como:

uma criatura extraordinária, incompreensível que possuía uma fortuna imensa numa ilha muito perto da costa, mas que navegante algum deu com o caminho para chegar lá. [...] As paladinas do Nevoeiro nunca lhe viram o rosto porque só tira a máscara para os estranhos, fora do ignoto, conforme o papel que ela quer representar no mundo: ora é filha do caçador de onças e Funesta ou fada da gruta do Areré, como tem sido neste burgo, de outra vez é modista, é marquesa, é o diabo. É tudo até alma! (Freitas, 2019, p. 118 e 119).

As “paladinas do nevoeiro” formavam um grupo de mulheres que agia em favor de indivíduos desfavorecidos, sobretudo mulheres que padeciam das mais diversas injustiças, violências e infelicidades. Essas vítimas eram amparadas e protegidas em cidades do país, como Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza e Manaus. Dentre as integrantes desse grupo misterioso, havia mulheres letradas, intelectuais, militares, médicas, artistas, engenheiras, cientistas das mais variadas idades e grupos sociais. Percebe-se, aqui, uma conexão com o contexto dos anos finais do século XIX, quando o processo de modernização se intensificou nas áreas urbanas, embalado pelo fim da escravatura e da monarquia e pelo trânsito maior de pessoas, em decorrência de um tímido e lento processo de industrialização, além da chegada considerável de famílias imigrantes em algumas partes do País.

A história das mulheres no mundo do trabalho é contada pelas historiadoras Maria Izilda Matos e Andrea Borelli, que discorrem sobre os percalços e as vitórias femininas que se intensificaram na alvorada do século XX.

Condicionamentos e necessidades variadas levaram as mulheres a assumirem “funções produtivas”, abraçando habilmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no mundo do trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetadas ou inacessíveis. Nesse processo foram mais facilmente incorporadas ao mercado laboral quando assumiram ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas (fiar, tecer, costurar, cuidar, servir) e enfrentaram maiores dificuldade quando foi necessário superar os preconceitos existentes, sobretudo nos setores mais conservadores, tidos como tradicionalmente masculino (Matos, Borelli, 2013, p. 127).

E foram desafiando os discursos que deslegitimavam a participação as mulheres em cargos e funções, exercidas expressivamente por homens, que as mulheres trabalhadoras também se tornaram, no início do século XX, uma força mobilizadora fundamental para a aprovação da legislação trabalhista no Brasil. No início do século, o Brasil já contava com associações de trabalhadoras, como a União das operárias costureiras (1905), que chegou a organizar greves, as quais tomaram as páginas da imprensa, o que denota uma capacidade de organização e mobilização dessas mulheres.

Cada umas das “paladinas do nevoeiro” cumpria sua função com excelência e com honra, representando uma força de trabalho unida pelo propósito de ajudar outras mulheres. Contudo, ironicamente, a única mulher que parece não receber ajuda é a própria Rainha, cuja trajetória misteriosa é marcada por tristezas e por perdas familiares, o que em muito se assemelha à vida da própria autora. Essa angústia e essa solidão se tornam insustentáveis para a protagonista que vive uma vida reservada e austera e, ao final, acaba por cometer suicídio:

O “estado de espírito” da protagonista passa a contradizer suas ações: a utopia romântica de transformar o cotidiano nefasto de diferentes pessoas, particularmente de mulheres, que guardava valores de bondade, de civilidade, de respeito, entre outros, cede lugar ao pessimismo e à angústia – sentimentos também experimentados por pessoas utópicas que, exatamente, não alcançam satisfação no tempo em que vivem (Saliba, 2003 apud Oliveira, 2007, p. 134).



Figura 3. Recorte sobre a greve organizada pela associação das costureiras, vinculada nas páginas do Correio Paulistano. N. 20056 de 7 de maio de 1919, p. 4.

Em *A rainha do ignoto*, somos apresentados a uma sociedade composta, majoritariamente, por mulheres. É possível notar um repertório de apologia à ciência, aspecto comum em outros textos da autora. Paralelamente, ela opta por, também, tecer críticas à ciência e mesclar questões de caráter religioso, como espiritismo, esoterismo, adivinhação e hipnose. Em vários trechos, é possível perceber a influência do espiritismo, doutrina religiosa na qual Emília fazia parte.

Reunidas a bordo do *Tufão*, estavam preparas para a última sessão espírita. Clara Benício servia de médium e Marciana invocou o espírito da Rainha do Ignoto. Uma claridade de tons azulados invadiu o salão de ré. Todas as paladinas tornaram-se videntes e fitaram pasmadas um ser de estatura elevada que se apresentou diante delas.

Seu corpo vinha coberto por uma longa túnica branca, mas trazia os pés descalços completamente esfolados e sangrentos. As mãos e o rosto estavam da mesma maneira, sem pele, e da boca e dos olhos do fantasma corriam vagarosamente grossos rios de sangue. O coração, aparecendo através do linho da túnica, semelhava uma chaga. Todas as assistentes foram tomadas de um grande terror. Ficaram pálidas, tremiam sem poder articular palavra. Marciana fez um esforço de coragem e perguntou:

- Quem sois? Em nome de Deus, dizei-nos.

- Sou aquela que chamastes Rainha do Ignoto – respondeu com uma voz tão doce, triste e harmoniosa como uma orquestra divina.

O som angélico daquela voz sossegou todos os corações e comoveu até o íntimo o mais endurecido deles. Marciana tornou a falar:

- Sofreis ainda? Por que vos vemos nesse estado?

- Porque não posso mostrar-me no que estou presentemente, e quero que vejais o meu espírito com a mesma forma que teve durante a vida, enquanto esteve encarnado.

- O espírito não é fluído?

- Sim, mas o meu era como se não fosse, tinha grande massa para a pequenez de seu corpo, e assim se feria, contido por ele que não tinha espaço para os estremecimentos causados pelas dores morais.

- E quais eram essas dores?

- Aquelas que vós todas sentis, punhaladas invisíveis, tratos desconhecidos que ficam na escuridão do mundo psíquico.

- E entrastes nesse combate da existência?

- Sim, além dos golpes da deslealdade vilã, da ingratidão monstruosa, do orgulho mal intencido, da injustiça cruel, da inveja destruidora, tive que lutar contra a legião de meus próprios defeitos, contra o dragão de meu sentimentalismo exclusivista em seus afetos, entusiasta com o bem e intolerante com o mal.

- Qual foi a vossa missão na terra?

- Não sei, nem vim para dizer-vos isto. Avaliai por vós mesmas os meus atos, classifiquei-os e deixei-me em paz, sofri muito na terra, não gosto de voltar a ela.

- Explica-nos ao mesmo o mistério da Ilha do Nevoeiro – pediu Marciana.

- O daquela ilha onde viram tantas maravilhas, onde ficou o Palácio do Ignoto?

- Sim.

- Vou dizer-vos: ela foi possessão de todos os espíritos que encarnaram e me precederam na ordem genealógica da família. Ela foi passando de meus avós e deles a meus pais, que me conferiram o governo dela ainda no período de minha existência terrena. Eles me auxiliaram no meio de ocultá-la dos olhos humanos e me davam força e sabedoria para governar o meu reino onde só se cuidava da elevação ao caráter e do bem do próximo, esse onde a virtude achava refúgio e ante o qual a verdade não recuava com medo de ser batida como uma vil inimiga.” (Freitas, p. 312, 2019).

O trecho acima faz parte do final do livro, quando o espírito da Rainha é invocado. Também podemos identificar questões relacionadas ao feminismo, à psicologia, ao republicanismo, ao abolicionismo e à maçonaria, e alguns desses assuntos eram bastante discutidos e até combatidos, especialmente no contexto de reforma da Igreja católica, conhecida como *Romanização*<sup>58</sup> e que “representou uma reação da Santa Sé ao avanço de correntes ideológicas heterodoxas, nas quais incluíam, sem distinção, toda a sorte de ideias que questionassem princípios defendidos pela Igreja Romana (Hernann, 2018, p.112). Esse movimento previa a diminuição da influência de irmandades leigas e um reforço da estrutura hierárquica e dos valores cristãos, principalmente após a laicização do Estado, com a Constituição de 1891.

Emília não se absteve de tecer críticas ao clero católico, sobretudo no capítulo em que a personagem intercede a favor de uma senhora que foi espoliada de sua propriedade para a construção de uma Igreja.

- Sem incomodar a ninguém – continuou a pobre senhora – tenho vivido com o pouco que me deixaram meus pais. Possuía um terreno em um dos melhores bairros da cidade, mas, ah! minha boa senhora, enquanto eu permanecia em um lugar do centro da província, sentaram em meu terreno a pedra de uma igreja. [...] Angustiada, participou-me o acontecido. Parti imediatamente para a cidade, mas já era tarde: nada pude fazer. **Os promotores da obra da igreja eram ricos, gozavam de grande importância social, e eu era uma pobre senhora, velha e desconhecida. [...] a vaidade dos ricos saiu vencedora e o meu direito curvou a frente envergonhado, para receber uma migalha que lhe atiravam quase por esmola.** Hoje vivo de tão pouco que, por falta de meios, deixei de pagar os foros do terreno em que estão situadas duas casinhas que possuo nos arrabaldes da cidade e que me davam o pequeno aluguel. Há pouco li em um jornal que vão ser vendidas em hasta pública para satisfazer a dívida da Câmara Municipal.

---

<sup>58</sup> “O processo de romanização na Igreja católica, impulsionado no papado de Pio IX, teve por objetivo reafirmar a hierarquia dentro da Igreja e seus dogmas, valorizando os sacramentos e o controle eclesiástico sobre os fiéis e suas manifestações devocionais. A ação clerical procurou combater o misticismo das formas populares de religiosidade, consideradas como distorções do sentido de fé que a Igreja pretendia implantar. O combate aos desvios da fé, a busca pela moralização do clero e a afirmação da hierarquia religiosa, condenando as lideranças leigas em festas e atos litúrgicos, consistiram nas principais ações reformistas no Brasil” (Ribeiro, 2013, p. 152).

- Muito bem-disse a Rainha do Ignoto – a Câmara, que por uma pequena dívida manda executar os vossos escassos bens, é aquela mesma que, para satisfazer o capricho dos ricos, vos obriga a receber Quatrocentos mil réis por um terreno desapropriado já há dois anos em vosso prejuízo, Se a lei é isso, se a religião é assim, muito folgo por me achar fora da ambas. Reconheço a vossa piedade, os vossos sentimentos católicos por esse santuário que vos fica ao lado, mas dizei-me: a vossa consciência não branda bem alto que isso foi uma iniquidade?

- Não posso maldizer de uma igreja.

- Senhora, os pobres precisam de pão e Deus não precisa de templo porque tem por altar o universo. São as forças da natureza que lhe oficiam eternamente num dilúvio de criações. São milhões e milhões de sóis que iluminam o infinito de seu invisível culto.

- Não blasfemeis! Tenho sofrido muito, mas que seja feita a vontade de Deus.

- E achais que a vontade de Deus é que os ricos poderosos arranquem as migalhas das mãos dos pobres para lhe erguerem templos em que muitas vezes vão ofendê-lo com feias ações de orgulho e ambição? (Freitas, 2019, p. 279, grifo meu)

A obra é organizada em 69 capítulos, cada qual com um nome, colocando-nos diante de um cenário natural e místico, além da presença de elementos como a noite e o nevoeiro, bem como a combinação de aspectos que simbolizam a modernidade, como navios a vapor e, por fim, a presença de tradições, como festas populares.

O livro, considerado a primeira utopia brasileira (Matangrano; Tavares, 2019) ou até uma das primeiras manifestações da literatura de ficção científica no Brasil (Paula Jr, *apud* Matangrano; Tavares, 2019), combina elementos autobiográficos e é narrado em terceira pessoa em um tom dramático e melancólico. Em algumas passagens, a autora-narradora se dirige diretamente aos leitores, criando uma narrativa mais pessoal. Tal sociedade, esboçada por Emília, estaria localizada na Ilha do Nevoeiro, no Nordeste, protegida por poderes mágicos que a mantinha longe do olhar de curiosos. A temática da natureza selvagem e intocada, em regiões de difícil acesso no interior do País, foi recorrente na literatura fantástica do final do século XIX e no início do XX (Tavares *apud* Matangrano; Tavares, 2019).

Margarida Neves de Souza enfatiza que a literatura foi um espaço no qual essas nuances se fizeram presentes. “Entre aqueles que viveram o tempo conturbado do fim do Estado imperial e do início da República, Euclides da Cunha experimentou na própria vida e trouxe para a sua obra o paradoxo entre os dois cenários da República e os impasses do sonho republicano” (Neves, 2018, p. 12)<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Segundo Neves (2018), na obra *Os Sertões*, publicada pela primeira vez em 1902, este um texto que apresenta uma “rebuscada descrição da caatinga e do homem sertanejo escrita conforme os cânones do positivistas”, a autora considera essa produção de Euclides da Cunha como “uma rara síntese que condensa o contraste entre as ideias de progresso e civilização que pautam os sonhos de seu tempo e a dura realidade do Brasil”.

Minha análise da política cultural dos sentimentos, pelo viés do gênero, aponta que autores canônicos, como Euclides Cunha, não foram os únicos capazes de transformar em literatura os seus testemunhos e suas experiências; não obstante, por razões políticas ou por determinados relatos, como o de Euclides da Cunha, foram consagrados e reverberaram na história, enquanto visões de mulheres, como Emília, foram suplantadas e esquecidas.

O romance de Emília de Freitas se aproxima de uma estética simbolista que foi comum ao período e que nos permitiu identificar uma série de questões políticas concernentes ao contexto de transição vivenciado pela autora. Nessa obra, somos colocados diante de contrastes entre comportamentos e percepções inerentes aos cenários rural e o urbano, a capital e o interior.

- Não conhece doutor? Esta é Henriqueta e está é Malvina. O senhor as viu ainda pequenas, já estão crescidas, umas moças...
- Bonitas! – disse ele familiarmente
- Não seja lisonjeiro, doutor, estamos na roça, aqui não se usam os galanteios de salão.
- Aqui o que não se usam são os fingimentos de lá – disse a professora (Freitas, 2019, p. 43).

Pensar nesses e em outros paradoxos é parte importante da minha pesquisa, respaldada por outros pesquisadores como Margarida Neves de Souza, que considera que a análise dessas ambivalências é parte fundamental do processo de compreensão do início da história política republicana no Brasil (2018).

Dois personagens se destacam ao incorporar essa síntese entre o urbano e o rural. De um lado, a doce e ingênua Carlotinha, e, do outro, o culto e rico Dr. Edmundo. O rapaz, de aproximadamente 25 anos, era órfão, advogado socialmente bem colocado e já havia viajado para vários lugares mundo a fora.

Seu pai fora um rico negociante de Fortaleza; foi nessa bela cidade do Norte que ele passou os seus primeiros anos, onde fez os preparatórios e donde mandaram-no para a Academia de Direito de Recife. [...]. Bem apessoado e único herdeiro de uma boa fortuna, era o eldorado das moças, e até dos próprios pais. Não havia baile, jantar, batizado ou casamento para o qual não tivesse um convite formal [...]. Nessas ocasiões, apresentava-se com um figurino da última moda. Além disso, tocava flauta, cantava árias e duetos, recitava ao piano versos próprios ou dos poetas de maior nomeada; cantava anedotas, dançava admiravelmente e ninguém o venciam no galanteio (Freitas, 2019, p.29).

Já a moça era filha da professora Raquel e do senhor Martins, um simplório casal do povoado de Passagem das pedras.

A filha de dona Raquel, inconsciente da sedutora beleza que possuía, da graça infantil de seus modos, derramou abundantes lágrimas, as primeiras de sua juventude, até ali tão calma e tão ditosa. Benditas lágrimas aquelas que são derramadas no verdor dos anos, quando uma futilidade é grande infortúnio [...]. E assim como o orvalho da manhã que tremula no cálice de uma rosa é enxuto em poucas horas pelo calor do sol, assim as lágrimas da juventude são estancadas repentinamente pela exuberância de vida, de crença e de esperança (Freitas, 2019, p.71).

Esse é o casal principal da trama, ambos de origens sociais bem distintas. A narrativa de Emília de Freitas se encerra com a feliz formação desse contrastante casal, Edmundo e Carlotinha, frutos daquilo que a autora chama de “amor comum”. Já o início da trajetória da jovem República brasileira não foi nada comum, a julgar pelos efeitos sociais de seus paradoxos políticos, os quais resultaram em um cenário bastante conturbado com conflitos, crises institucionais, revoltas camponesas e greves operárias, que tomavam os noticiários da imprensa e mobilizavam opiniões e sentimentos políticos.

Um exemplo marcante na historiografia dos conflitos na primeira República foi o movimento social e político organizado no interior da Bahia. Canudos não foi apenas uma manifestação política da religiosidade popular, haja vista que esse movimento simbolizou a reação de pessoas do sertão nordestino contra a exclusão e contra a marginalização. Jacqueline Herman (2018) considera que a luta sertaneja, orquestrada por Antônio Mendes Maciel, foi bem mais grandiosa do que pressupunham os seus intérpretes, como, por exemplo, Euclides da Cunha<sup>60</sup>. Para a pesquisadora, Canudos foi movimento que perpassou pela luta pela terra e pela expectativa de mudanças da estrutura social e política brasileira, o que chamou a atenção de todo o País, principalmente dada a dificuldade das tropas Federais em suprimir o levante.

Notícias de Canudos chegaram até Manaus, que vivenciava um intenso processo de modernização e aumento do fluxo de pessoas. “Desde meados do século XIX, Manaus crescia

---

<sup>60</sup> Existe um debate sobre a mudança de perspectiva de Euclides da Cunha sobre o conflito conhecido como Guerra de Canudos, da qual ele foi testemunha ocular. Euclides da Cunha sempre adotou uma abordagem baseada no determinismo geográfico e racial, visão que também se faz presente na obra *Os sertões*. Euclides utiliza esses conceitos para explicar os eventos em Canudos. Mas a principal mudança na visão de Euclides da Cunha ocorre em relação à imagem do sertanejo e do exército republicano. Se em antes Euclides via o exército como um agente civilizador e considerava os sertanejos como bárbaros e inimigos da República, após ter presenciado a tragédia em Canudos, Euclides transforma sua visão. Ele passou a criticar o exército republicano, descrevendo-o como desorganizado e sangrento. A campanha militar foi vista como um crime com violência desproporcional e Euclides enfatiza a necessidade de educar os sertanejos em vez de exterminá-los. O sertanejo, antes visto como inferior, passou a ser visto e descrito como um "forte" e um símbolo de resistência. *Os Sertões* refletiu a transformação das percepções de Euclides da Cunha após testemunhar a realidade do sertão baiano. Essa experiência o levou a reavaliar suas crenças anteriores e a adotar uma postura mais crítica em relação às ações do governo republicano e mais empática em relação ao povo. Para saber mais consultar: Barbosa, Saulo Vinícius Souza. Da Vendaia ao sertão: dois momentos da visão de Euclides da Cunha sobre Canudos, 2017.

de modo acelerado, tornando-se um centro de atração para migrantes que se refugiavam de secas e para aqueles que buscavam melhorar as condições de vida com o progresso da cidade” (Oliveira, 2007, p.109). Provavelmente, no período em que morava em Manaus, Emília de Freitas teria tomado conhecimento da existência desse núcleo de resistência, uma vez que foi possível localizar, no *Diário Oficial da Província dos Amazonas*, alguns textos que noticiavam a movimentação na Bahia.

A edição de 21 de dezembro de 1897 trouxe um extenso relatório da movimentação das tropas, com detalhes e com números relacionados à quarta e última expedição enviada para dizimar canudos, na qual soldados amazonenses participaram, bem como a presença de notas como a nota ao lado.

Localizei, também, um anúncio de um circo no jornal *A Federação*, do Partido Republicano, de 23 de dezembro de 1899, convocando a população de Manaus para assistir à encenação de uma peça inspirada na história de Canudos, o que sugere que esse acontecimento político mexeu com a imaginação da população a ponto de se tornar, até mesmo, um entretenimento.

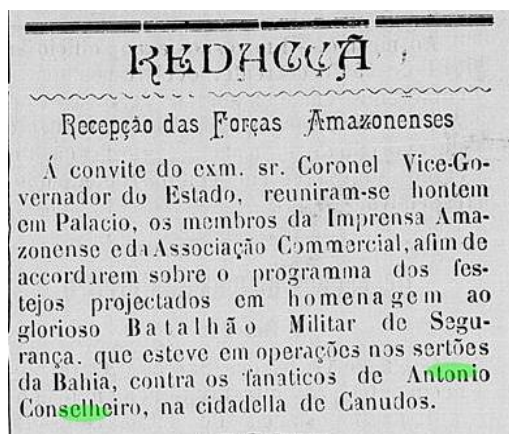


Figura 4. *Diário Oficial do Amazonas*, 7 de novembro de 1897 n. 1129 p.4.

Dessa forma, é possível sustentar a ideia de que, mesmo que Emília não fosse católica, o episódio de Canudos pode ter lhe inspirado na produção de seu drama fantástico. Podemos destacar, também, que conflitos envolvendo governo federal e movimentos messiânicos, frutos de manifestações políticas de religiosidades dissidentes, marcaram a virada do século XIX para o XX. Esse movimento suscitou interpretações diversas, mas, após as sucessivas vitórias contra as tropas federais, “Canudos passou a ser considerada uma séria ameaça à estabilidade do regime Republicano” (Hermann, 2018, p. 131). Nesse sentido, Canudos representa um espaço ímpar na história política do Brasil. Retomando a noção de *A Poética do Espaço*, de Gaston Bachelard, podemos examinar como os espaços em que as pessoas vivem – sejam eles físicos sejam eles imaginários, – afetam nossa imaginação e nosso entendimento de mundo. Assim, o espaço não é apenas um conceito físico, mas também uma entidade carregada de significado emocional e poético, que pode inspirar sonhos e criatividade.

A ilha do Nevoreiro, da obra ficcional de Emília de Freitas, semelhantemente ao arraial de Canudos, também parece uma ameaça aos olhos de alguns, como o personagem Probo, que tentar reunir provas para denunciar o que ele chama de “maçonaria de mulheres”

- [...] - é que ela é a força centrífuga dessa sociedade de malucas.  
 - Por que as chama malucas?  
 - Porque são mesmo. Não vê o senhor uma fortuna como está tão mal empregada em benefícios que só elas conhecem? Vivem errantes, obscuras, perdidas no seio da humanidade como as areias do fundo do oceano, não sei das vagas quando podiam gozar de tudo que é dado na vida ao poder do ouro!  
 - E fazer bem ao próximo não é uma virtude recomendada por Cristo?  
 - E pensa o senhor que essa maçonaria de mulheres não tem nenhum destino funesto para o país?  
 - Qual! Senhor Probo, elas só têm corações e fantasias.  
 - Ai, ai! Eu cá sei, já não as denunciei à polícia por falta de provas. Mas, meu amigo – disse o velho com mistério -, eu não lhe dei entrada aqui com



Figura 5. Anúncio circo lusitano com a peça inspirada na Guerra de Canudos no jornal *A Federação*. Manaus, 23 de dezembro de 1899. Edição nº 522, p.2.

outro fim, foi para ajudar-me a descobrir a trama e levá-la ao conhecimento do governo.

- Mas, senhor, o que tem o governo que ver com elas? – disse o doutor Edmundo, indignado, sem fitar o rosto daquele velho ingrato e traidor que já lhe causava asco (Freitas, 2019, p. 147).

Podemos perceber na fala de Edmundo um desprezo e indiferença em relação ao grupo de mulheres. Ele não vê relação entre política e um grupo de mulheres, que atuam fora das determinações legais e judiciais. Se por um lado o herói não acredita que essas mulheres possam oferecer riscos a sociedade, uma vez que possuem apenas “corações e fantasias”, atribuições vistas como tipicamente femininas e, portanto, supostamente inofensivas, o outro personagem já demonstra uma desconfiança e um desconforto diante dessa sociedade secreta de mulheres. O personagem Probo criado no final do século XIX por Emília de Freitas teria uma dificuldade em viver no Brasil futurista idealizado por outra escritora, Adalzira Bittencourt que escreveu *Sua excelência: A presidente da República no Ano de 2500*, obra que descreve um Brasil do século XV governado por uma mulher, assim como o personagem Edmundo também ficaria surpreso em constatar que mulheres cheias de “corações e fantasias” podem governar uma nação.

### 2.3. ADALZIRA



Aproximadamente quatro anos antes de Emília de Freitas falecer em Manaus, nascia, na cidade de Bragança Paulista, em 02 de novembro de 1904, uma outra protagonista de nossa pesquisa. Adalzira Cavalcanti de Albuquerque Bittencourt Ferrara, filha de Carmina de Albuquerque Bittencourt e João Theodoro Bittencourt, formou-se em Direito, em 1927, pela Faculdade de Direito de São Paulo, em um momento em que poucas mulheres concluíam os estudos no Ensino Superior, sendo ela, inclusive, a única em sua turma (Peggy, 2008).

Figura 6. Foto de Adalzira com trajes de formatura. no jornal *Beira rio: Copacabana, Ipanema, Leme (RJ), Rio de Janeiro, 1935 n° 487, p.6.*

Adalzira fundou, também, o jornal *Miosótis*, em Piracicaba, além de colaborar com outros periódicos, como o *Jornal do Brasil* (1950-1959) e a *Revista Feminina* (1915-1936). Atuou como professora em Buenos Aires e organizou a Biblioteca Feminina de Letras no Rio de Janeiro e promoveu vários eventos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em um concurso organizado pela revista *A cigarra*, o nome de Adalzira aparece ao lado de várias outras mulheres que disputavam o título de “A moça mais culta de São Paulo”. Viajou pela América, Europa e Ásia, e, durante essas viagens, produziu importantes relatos. Atuou, também, como educadora, comprometida com os princípios e com os valores da modernidade esboçada pelo governo Vargas. Adalzira esteve diretamente envolvida com projetos voltados para o cuidado com a infância e com os órfãos, criando, inclusive, uma instituição chamada *Lar das Crianças* (1930). Foi integrante extraoficial de comissões governamentais durante a ditadura Vargasista.

Tabela 2. Levantamento de livros e textos publicados por Adalzira Bittencourt

ANO	TÍTULO	GÊNERO
1919	<i>Mal-me-quer</i>	Poema
1926	<i>Atração do abismo</i>	Poema
1929	<i>A corça e leão</i>	Poema
1929	<i>Sua excelência: A presidente da República no Ano de 2500</i>	Romance
1940	<i>Alegria</i>	Poema
1942	<i>Liameradas</i>	Não ficção
1943	<i>Surgiu no céu mais uma estrela</i>	Poema
1946	<i>Louros e livros</i>	Não ficção
1948	<i>Mulheres e Livros</i>	Não ficção
1948	<i>De rosas tapecei teus caminhos</i>	Poema
1951	<i>Ofertório</i>	Poema
1952	<i>Getúlio Vargas visto no estrangeiro</i>	Não ficção
1954	<i>A mulher paulista na História</i>	Não ficção
1957	<i>Voltou a primavera</i>	Poema
1963	<i>Galopes de astros</i>	Poema
1963	<i>Um violão ao luar</i>	Poema
1964	<i>Cantigas e rosas para a noiva da colina</i>	Poema
1969	<i>Dicionário bibliográficos de mulheres ilustres e intelectuais do Brasil</i>	Não ficção

Em 1929, Adalzira entrou com um pedido junto à justiça para conseguir o direito de voto, observando o exemplo de outras mulheres em outras regiões, que também entravam com

pedido de alistamento eleitoral, argumentando que a constituição não explicitava a exclusão das mulheres do direito de votar. Entretanto, conforme nota encontrada no jornal *Diário Carioca*, o pedido teria sido negado pelo juiz Esaú de Moraes<sup>61</sup>. É interessante perceber que a publicação também apresenta a opinião de outros veículos da imprensa, como o *Diário da noite*, que defende que o desejo do alistamento, deveria, naquele atual contexto, ser digno de “mais cuidado e reflexões”; por outro lado, a *Folha da noite* se coloca completamente favorável ao juiz, pois defende que “a mulher deve ficar onde está”.

Pouco da sua vida familiar e amorosa foi levantado nas biografias consultadas<sup>62</sup>. Por meio de uma nota publicada no jornal *Correio Paulistano*, foi possível identificar que a autora tinha uma irmã, Jenny Bittencourt, que faleceu em 1920, aos 16 anos. Em suas biografias, não consta menção a um possível cônjuge ou filhos, não sendo possível afirmar que ela se casou, mas podemos partir do pressuposto que ela não contraiu matrimônio, afinal, para uma mulher como Adalzira, instruída e bastante exposta à opinião e aos olhares públicos, casar-se teria sido inadequado e até indispensável. Podemos concluir que, se ela fosse casada, isso constaria em alguma fonte, como forma até de atestar uma suposta honestidade, lisura e compromisso com valores morais da época. O casamento seria uma forma de afastar as suspeitas que, normalmente, recaíam sobre as mulheres dedicadas à vida política.



Figura 7. Capa do livro de Adalzira, 1ª edição. Fonte: QUINLAN, Susan C; SHARPE; Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro: Duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia, UFG, 1996.

<sup>61</sup>Comentários da imprensa paulista em torno de uma sentença conservadora o juiz Esaú de Moraes. DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, Ano II, nº 182, 15 de fevereiro de 1929, p.3.

<sup>62</sup> Foram consultadas páginas, arquivos e textos online, como a *Biblioteca digital de Literatura de Países Lusófonos* <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>; *O dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade* de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, além do material *As mensageiras: Primeiras escritoras do Brasil*, produzido pela Secretária de comunicação social da Câmara dos deputados em 2018, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/.lixeria/as-mensageiras-primeiras-escritoras-do-brasil>, Fizemos também alguns levantamos no site do Cartório Bragança <https://www.cartoriobraganca.com.br/framework.asp>.

Resta-nos depreender que a escritora se viu envolvida por uma vida movimentada, marcada por viagens e pela participação em eventos, além de atividades políticas e literárias, sendo uma rotina que seria improvável caso ela tivesse que dividir o tempo com afazeres domésticos e com o cuidado do lar<sup>63</sup>. Além disso, sua atenção especial com a condição das crianças órfãs, além de uma preocupação patriótica, pode ser interpretada como um desejo pessoal de se legitimar ao se aproximar de uma condição materna. Essa afirmativa se sustenta ao analisarmos a construção histórica da maternidade. Não podemos perder de vista que, ao lado da família e do amor, a maternidade foi “vendida” como uma receita de felicidade (Soares, 2009). Tornar-se mãe assumiu, historicamente, uma centralidade na vida das mulheres, chegando a ser mais do que uma simples imposição. A docilidade, o recato, o amor ao marido e aos filhos foram valores impostos às mulheres de diferentes grupos sociais e de maneira persuasiva, já que a maternidade foi vista como um destino e como uma redenção para as mulheres, sendo essa a forma com que elas se afastavam da sua condição de pecadora e se aproximavam da Virgem Maria, conforme ditava a tradição católica (Colling, 2000). Uma vez mantida a sua condição de mulher solteira, Adalzira, possivelmente, sofreu com críticas, sendo necessário recorrer a outras estratégias para se legitimar e se impor enquanto mulher.

Em 1929, momento no qual a economia se viu atingida pela crise desencadeada nos EUA, Adalzira, que, na época, tinha 25 anos de idade, lançava uma de suas obras mais famosas, *Vossa excelência, a presidente da República no ano de 2500*. Na mesma época, em 1926, foi lançada uma obra de Monteiro Lobato, *O presidente negro ou o choque das raças* (romance americano do ano 2228). O livro de Lobato recebeu bem mais atenção da crítica do que a obra de Adalzira, apesar de ambos os textos serem romances utópicos recheados de preconceitos oriundos das doutrinas finais do século XIX, envolvendo raça e sexualidade (Quinlan; Sharpe; 1996).

Em consonância com o projeto político da época em que foi escrita, a narrativa de Bittencourt foi marcada por princípios eugenistas e tinha o feminismo e o futuro do país como suas tônicas principais.

---

<sup>63</sup> Antes da instituição do *Estatuto da mulher casada*, pela Lei 4.121 de 1962, o matrimônio sempre teve uma importância social e política ambígua na vida das mulheres, conforme Ana Maria Colling “O casamento sempre foi um obstáculo à educação feminina, pois este era encarado como o ideal supremo da mulher. Se, de um lado, o casamento era considerado a única alternativa honrada, era através dele que a mulher se transformava num quase nada [...] A Constituição de 1934 introduz o princípio da igualdade entre o homem e a mulher, e foram necessários 28 anos de inconstitucionalidade para que alguma reforma acontecesse. A interpretação do princípio de isonomia constitucional não passava pela igualdade jurídica entre homem e mulher, e o marido continuava com a chefia do lar no qual a mulher era uma mera colaboradora” (2020, p. 242).

O feminismo vencera em toda linha.

A presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, estava confiada a uma mulher. O exército brasileiro era o assombro do mundo. O Brasil – o país mais forte, mais belo e rico. Para aqui convergiam povos de todos os recantos da terra, porém, pouca gente tinha a ventura de poder desembarcar nas centenas de portos da imensa costa brasileira (Bittencourt, 1929, p.13).

Nessa trama, o Brasil, agora já no ano de 2500, era a maior potência mundial, tendo desbancado os EUA. Nesse país do futuro, a presidente é, pela primeira vez, uma mulher, a Dra. Mariângela de Albuquerque, médica e advogada<sup>64</sup>. Novamente, a figura feminina desempenhando novas funções no mundo produtivo é exaltada, tal qual no romance de Emília de Freitas. Aproximadamente 30 anos mais tarde, a mulher, que desempenha funções fora do ambiente doméstico, ainda é vista com certo receio. Especialmente, se consideramos que, após a Primeira Guerra Mundial, os discursos que apelam para o retorno ao lar são endossados, e assim, o trabalho feminino passou a ser bastante estigmatizado, os discursos religiosos, médicos e jurídicos apregoavam que a mulher deveria se dedicar exclusivamente à maternidade e ao cuidado doméstico (Matos; Borelli, 2013). Vale destacar, inclusive, que o direito das mulheres de trabalhar fora de casa dependia da autorização do marido e assim se manteve até a publicação do Estatuto da mulher casada, na década de 1960.

A trama de Adalzira se desenvolve em torno dessa personagem, uma mulher que trabalha e não restringe suas atividades laborais ao lar; contudo, ela se vê em conflito entre seus interesses pessoais enquanto “mulher” e seus deveres para com a nação enquanto dirigente.

Boa parte do livro se dedica a explicar o reconhecimento da mulher em seu papel primordial de provedora do cuidado materno. As teorias utópicas lembram muitos femininos da antiguidade: Ishtar e a mescla entre fertilidade e poder, e as Amazonas que governam com absoluta autoridade e justiça. Ao ressuscitar esses mitos e enquadrá-los no contexto futurista, Bittencourt estabelece um diálogo entre a autora e o leitor instruído (e de forma especial com a leitora), incorporando a experiência cotidiana [de uma parcela] das mulheres brasileiras às leis e mandatos vigente nessa utopia. Em A sua excelência, Bittencourt apresenta uma utopia baseada na realidade da sua época (Quinlan; Sharpe, 1997, p.24).

---

<sup>64</sup> No Brasil, as mulheres só foram autorizadas legalmente a ingressar no ensino superior após 1879. Antes da autorização do Ato do Imperador, aquelas que desejavam conquistar uma graduação faziam isso fora do país, como foi o caso de Maria Augusta Generosa e Josefa Agueda Felisberta Mercedes Oliveira, que estudaram medicina nos EUA e chegaram a fundar um jornal em Nova Iorque, intitulado “A mulher”, em 1874. Mas, a primeira mulher a se formar em medicina no Brasil foi Rita Lopes, em 1887, na Faculdade de Medicina da Bahia. Já a primeira advogada foi Mirthes Campos, ela não teria sido a primeira a se formar, mas foi a primeira a conseguir exercer a profissão de advogada. Mirthes escreveu várias obras em defesa dos direitos políticos femininos.

Em uma publicação encontrada na revista *A cigarra*, em 1945, sobre a atuação do jornalismo brasileiro, o nome de Adalzira aparece rodeado de duras críticas. O jornalista Edmar Morel elenca algumas mulheres que fizeram trabalho relevante no jornalismo, mas cita Adalzira como uma figura que “desonra” o legado de outras mulheres jornalistas, como Violante Bivar<sup>65</sup>. Não fica claro o motivo que leva o jornalista a acusar Adalzira de desonrar o legado de outras mulheres jornalistas, mas a historiografia mostra o quanto mulheres como Adalzira e Emília incomodaram e desafiaram os papéis de gênero de sua época.

#### 2.4. ADA

Encerramos nosso percurso de apresentação no estado de Goiás, o qual, na primeira metade do século XX, constituía-se enquanto local onde o moderno e o tradicional conviviam, sendo uma região marcada pelo signo do progresso econômico, mas que ainda guardava marcas de um provincianismo arcaico. Aqui, toda uma geração de escritores se consagrou, principalmente por meio de uma literatura regionalista, que se converteu em uma das bases de uma identidade goiana. Entre caminhos e descaminhos, sobre esse chão goiano, também



transitaram figuras femininas que pensaram Goiás para além das “tropas e boiadas”.

A literatura goiana conta com um número significativo de escritoras, só que apenas recentemente algumas tem ganhado destaque, para além da consagrada Cora Coralina. É o caso de Leodegária de Jesus (1889-1978) resgatada como a primeira mulher a publicar um livro em Goiás e uma das primeiras escritoras negras do Estado. Grande parte das escritoras goianas transmitiam em suas obras uma aceitação em relação ao papel submisso da mulher. A literatura canônica regionalista de escritores

65

74) foi pioneira do jornalismo, nasceu em Salvador (BA). Filha de conselheiro imperial, recebeu boa educação e traduziu uma peça, o que lhe valeu o ingresso no Conservatório Dramático de Música. Passou a colaborar no 1º jornal de mulheres *O Jornal das Senhoras*, seis meses depois passava a dirigi-lo. Criou mais tarde o periódico *O Domingo*. Fonte: <http://www.mulher500.org.br/violante-atalipa-ximenes-bivar-e-velasco-c-1816-1874/>

homens como Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis em Goiás recriou o ambiente sertanejo, onde a mulher, apesar de sua presença marcante, é uma sombra, uma coadjuvante. Nesse sentido, Ada Curado Rompeu com essa tendência ao colocar a mulher como protagonista no sertão goiano, assim como Emília e Adalzira fizeram com seus escritos. Em sua obra *Morena* (1958), Ada ressaltou a condição da mulher em uma sociedade rural do interior do Brasil no início do século XX.

Ada Paiochinni Ciocci Curado nasceu em Jardinópolis, no estado São Paulo, em 02 de setembro de 1916. Nessa época, sua conterrânea paulista, Adalzira, já tinha por volta dos 12 anos de idade. Ada era filha de um casal italiano, Josefina Paiuchini Ciocci e Nazareno Ciocci, que, além de Ada, teve mais 4 filhos e 5 filhas. Ada mudou-se com a família para Pedregulho, ainda no estado de São Paulo, próximo à divisa com Minas Gerais, onde cursou o ensino primário. Nessa mesma cidade, em 1933, a jovem Ada conheceu seu futuro esposo, Gentil Fleury de Amorim Curado. Na época, ele integrava a polícia goiana e liderava tropas que haviam sido designadas para combater a Coluna Prestes (1925-1927) no interior de São Paulo.

*Figura 8. Foto de Ada Curado. Arquivo pessoal da família Curado.*

Ada e Gentil casaram-se no ano seguinte e se mudaram para Goiás, onde nasceram suas duas filhas, Messias Josefina e Cecy Aparecida. Em razão do trabalho do esposo, que ocupou altos cargos na polícia do Estado, Ada e a família tiveram que se mudar sucessivas vezes, percorrendo cidades como Anápolis, Ipameri, Goiás e, finalmente, Goiânia.

Ada chegou a Goiânia no início da década de 50, passou a viver na rua 18, no centro da capital, permanecendo em contato direto com as transformações políticas e culturais iniciadas desde a ascensão do governo de Pedro Ludovico, nos anos 30. Aos 54 anos, na década de 70, ela ingressou como membra da *Academia Feminina de Artes e Leras de Goiás* (AFLAG), ocupando a Cadeira de nº 1, além de outros postos como o de tesoureira. Participou da *União Brasileira de Escritores de Goiás* e da *Associação Goiana de Imprensa*. Ada investiu em seus talentos e criatividade, estudou inglês e aprendeu piano no conservatório de música da UFG.

Em 1954, Ada participou do *Primeiro Congresso Nacional de Intelectuais* em Goiânia, que contou até com a participação de artistas latino-americanos, como Pablo Neruda. Ela foi convidada para a *Conferência Latino-americana de Mulheres*, conforme consta nos jornais da época que circulavam no Rio de Janeiro. Ada também foi homenageada pela antiga Associação

Brasileira de Escritores de Goiás e honrosamente contemplada com o troféu Jaburu nos anos 90<sup>66</sup>.

Tabela 3 Levantamento de livros e textos publicados por Ada Curado.

<b>ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>GÊNERO</b>
1951	<i>Afilhado de Nossa Senhora</i>	Conto
1954	<i>Sonho do Pracinha</i>	Conto
1958	<i>Morena</i>	Romance
1965	<i>Nego Rei</i>	Romance
1977	<i>Paredes agressivas</i>	Romance
1985	<i>Figurões</i>	Contos e crônicas
1991	<i>Acalanto</i>	Poema

Tão fundamentais quanto os versos de Cora Coralina, as obras de Ada Curado merecem destaque, em razão da sua versatilidade e da sua disposição para escrever sobre assuntos contemporâneos e cotidianos de sua época, contrariando toda uma tradição literária que insistia em definir temáticas consideradas adequadamente “femininas”, dentre as quais questões políticas e sociais raramente eram incluídas.

A “paulista de nascimento, mas goiana de coração” também utilizou da literatura como ferramenta para pensar nas existências de homens e mulheres do campo, diante das intempéries da vida sertaneja; suas reflexões e seu olhar sensível para com as questões de sua época culminaram em uma de suas mais famosas e interessantes obras, *Morena*, romance de 1958. Nos textos seguintes, Ada se dedicaria a outros gêneros, como poemas, contos, crônicas, publicando até uma peça de teatro. Mas, *Morena* foi marcante em sua carreira, pois rendeu-lhe projeção nacional<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> Criado por lei no fim da década de 1970 e entregue pela primeira vez à poetisa Cora Coralina em 1980, o Troféu Jaburu, escultura em bronze de autoria da artista Neuza Moraes, é a mais distinta comenda que o Governo de Goiás concede aos nomes e valores da cultura goiana (<http://www.goias.gov.br/noticias/26931-entrega-do-trofeu-jaburu-2016-sera-nesta-quinta.html>).

<sup>67</sup> O valor dessa obra é atestado pela profundidade com que a autora expõe a vida da personagem, as minúcias e os detalhes da trajetória de uma viúva que, após a morte do marido, enfrentou sucessivos infortúnios para defender suas terras e seu filho contra a cobiça e a ira de poderosos fazendeiros. Um romance que deveria ocupar mais espaço entre obras primas da literatura regionalista.

Aproximadamente quatro anos antes da publicação de sua obra mais conhecida, Ada publicaria, aos 38 anos de idade, seu primeiro livro, *O sonho do pracinha*, um livro de contos, seguindo a trilha aberta por outras contistas goianas, como Eurydice Natal e Silva, Nice Monteiro Daher, Floracy Artiaga, Maria Ferreira de Azevedo e Genezy de Castro. O primeiro livro de Ada, em 1954, foi também um dos primeiros livros publicados por mulheres em Goiás,

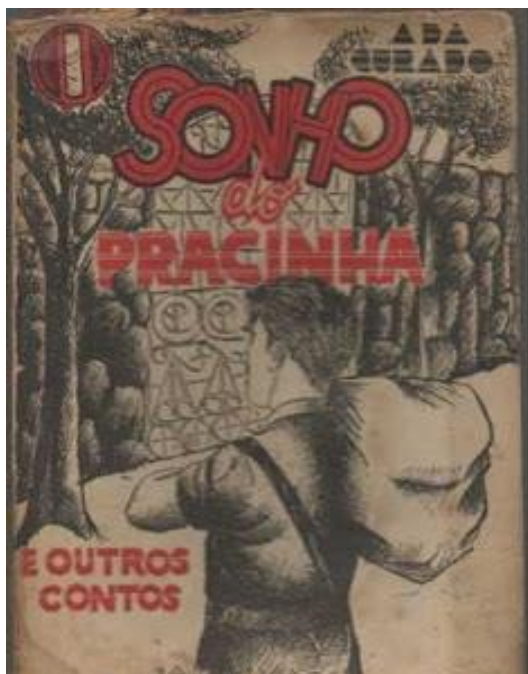


Figura 9. Capa do livro de Ada Curado, *O sonho do Pracinha*. 1ª edição. Fonte: <http://www.elfikurten.com.br/2016/06/ada-ciocci-curado.html>

e, diferentemente dela, suas antecessoras, geralmente, publicavam esparsamente em jornais. Ada dedicou mais de 30 anos da sua vida literária à publicação de contos, compilados nos livros *Sonho do pracinha* (1954), *Nêgo Rei* (1966)<sup>68</sup> e *Figurões* (1985)<sup>69</sup>. De acordo com Curado (2003), Ada foi um símbolo da modernidade contística de autoria feminina em Goiás.

Em seu primeiro passo, a autora presenteia o público com contos diversos, contidos no livro *O sonho do pracinha*, que selecionamos como nossa fonte, por estarem mais adequadamente situados no contexto de produção da primeira metade do século XX e por possuírem características do modo fantástico. O texto narra a experiência de deserção

de um soldado, que encontra em seu caminho uma cidade misteriosa onde a população vive de maneira pacífica e harmoniosa. Lá, ele é acolhido pela população e fica encantado e surpreso ao descobrir que, na verdade, ele foi transportado para uma cidade brasileira do futuro, em que o sistema político e as instituições funcionavam perfeitamente para garantir a felicidade e o bem-estar de todos.

Suas pernas tremiam e ele ziguezagueava como que ébrio. De súbito... julgou ser visão o que via. Pouco adiante, brilhando aos raios do sol, estava um enorme portão todo branco [...] Levantou os olhos para o semicírculo do portão e leu em letras douradas: “Paraíso”. No pilar direito do portão, havia uma placa. Aí leu: “Se queres viver conosco, apanha na urna, ao lado, um fósforo de cera; acenda-o, junta nele a tua vaidade e atira-o no abismo que está

<sup>68</sup> Em 1966, a autora publica *Nêgo Rei*, editado pela livraria Brasil Central. Foi um sucesso de críticas, sendo comentado até no Jornal das letras, no Rio de Janeiro. O conto que intitula o livro tem como tema a população negra, em uma época que o jogador de futebol Pelé tinha sua fama reconhecida mundialmente.

<sup>69</sup> Além de *Sonho de Pracinha*, *Nego Rei* e *Figurões*, Ada também produziu o romance *Paredes Agressivas* (1977), a peça de teatro *Sob o tormento da espera* (1979) e seu último livro foi um livro de poesia intitulado *Acalanto* (1991), publicado quando a autora já tinha mais de 70 anos.

a teus pés, sob a tampa de zinco”. João pensou: “Atirando fora minha vaidade, atirarei junto a cobiça, a inveja e o ódio”. Apanhou o fósforo, acendrou-o e suspendendo a tampa, jogou-o. Meteu os olhos no buraco para ver até onde ia a luz. Esta foi descendo e sumiu sem encontrar o solo. Admirado, suspendeu os olhos e deparou com os dizeres no verso da tampa: “A vaidade nas criaturas também não tem limites”. Tapou a fossa e aproximando-se do portão, tocou-o. Este cedeu como a oferecer-lhe passagem. Entrou carregando o saco e um “oh!” de deslumbramento escapou dos seus lábios (Curado, 1954, p.10).

Já na cidade, João, o soldado forasteiro, permaneceu “sob os cuidados médicos” de uma jovem chamada Clícia. O tratamento dispensado ao soldado pela moça é descrito como “desvelo”, deixando assim evidente o reforço da noção da mulher como aquela responsável pelo cuidado. Mais adiante, na narrativa, Clícia se torna objeto de amor do soldado João.

Um olhar feminista sobre as narrativas dessas autoras permite-nos identificar que nenhuma delas, independentemente de terem se filiado a instituições feministas, furtou-se de abordar temas relacionados, principalmente, à “condição feminina”. No início do século XX, havia uma circularidade de ideias feministas, pelo Brasil e pelo mundo. As propostas de direitos para as mulheres transitavam e se adaptavam aos diferentes contextos. Era comum que representantes feministas europeias viajassem para a América do Sul para difundir tais ideais. Como fica claro em uma nota do Jornal *O paiz*: “Mme. Pelletier, doutora em medicina, fundadora da liga a Solidariedade das Mulheres e uma das mais distintas sufragistas francesas vai partir em breve para a América do Sul, onde tenciona dar uma série de conferências em favor do voto das mulheres.”<sup>70</sup>

Assim como internamente, no Brasil, o feminismo não se restringia aos grandes centros. Ada Curado, vivendo no interior do País, destacou, em suas obras, episódios de violências físicas e simbólicas, desigualdades e solidão, sobre as quais suas contemporâneas, dos mais diversos grupos sociais, estavam submetidas.<sup>71</sup> Adalzira estava em consonância com as ideias do feminismo “de primeira onda”, um feminismo essencialista e elitista, comum para as mulheres letradas, que buscava apenas o direito a instrução e direito político de voto. Emília também não se esquivou de tratar de questões como violência, solidão, maternidade. Os textos selecionados, *A Rainha do Ignoto* (1899), *Vossa excelência a presidente da República no ano de 2500* (1929) e *O sonho do pracinha* (1954) são obras intrínsecas ao contexto da história brasileira que abarca a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, período que se inicia com a “belle époque tropical” e se estende até os “anos dourados”.

---

<sup>70</sup> O PAIZ, Rio de Janeiro, RJ, 13 de janeiro de 1910. Edição nº9596, p.3.

<sup>71</sup> O romance *Morena* teria sido escrito a partir da vida de sua cunhada que, semelhantemente à personagem, também enfrentou muitos problemas após ficar viúva.

Portanto, é partindo desse panorama que pretendemos analisá-las, levando em consideração as subjetividades inerentes em cada obra, bem como o contexto social, político e cultural nos quais elas estão inseridas, sublinhando sempre os diálogos e as relações entre a literatura fantástica, produzida por essas mulheres, e as condições materiais, os valores, as práticas, os discursos e as ideias que estruturaram o período em questão. Para aprofundarmos na análise do contexto social e político, recorreremos, também, a fontes da imprensa local. Seleccionamos alguns periódicos de maior circulação local em Goiás, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Ceará e no Amazonas, os quais estão disponíveis na Hemeroteca digital<sup>72</sup>.

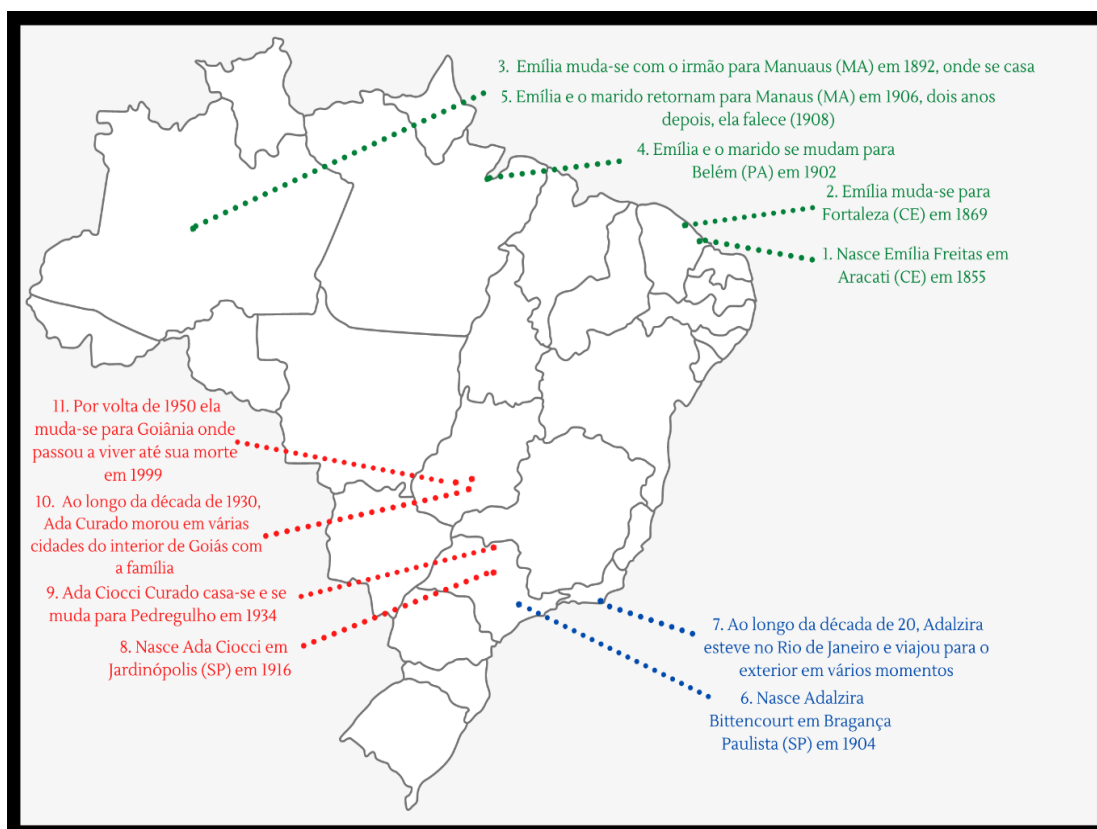


Figura 10. Mapa com representação aproximada dos locais onde as autoras nasceram e viveram no Brasil e suas respectivas datas.

<sup>72</sup> Em razão da inviabilidade de percorrer todas as regiões, e fazendo o levantamento presencial diretamente nos arquivos, optamos por utilizar periódicos disponíveis no site da Hemeroteca Digital Brasileira (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). O critério de seleção dos jornais foi diverso, consideramos desde a relevância no âmbito local ou nacional, uma vez que a maior repercussão política ou maior número de tiragens aumenta as chances de que as escritoras tivessem acesso à leitura desses jornais. Outro ponto relevante é a colaboração delas em algum deles ou até mesmo na citação de seus nomes em alguma folha. O levantamento de seus nomes, ou o nome de suas obras, foi feito através de ferramentas de busca que o próprio sistema da Hemeroteca disponibiliza. Também nos atentamos para jornais e revista literárias. Nem sempre todos os títulos estão disponíveis ou em boa condição de leitura, por isso às vezes nos restringimos a números avulsos. No Ceará, analisamos números avulsos do *Libertário* e *A República*. Em Manaus, os selecionados foram o *Diaria Oficial*, o *Diários de Manaus* e *Comércio de Manaus*. Em Goiás, ficamos com os jornais *A Informação Goiana*, *A voz do povo*. Em São Paulo, ficamos com alguns exemplares do *Correio Paulistano*, *Diária Nacional*, *Diário da Noite*, com e, por fim, no Rio de Janeiro, analisamos algumas edições do *O País*, *Beira Mar*, *Correio da Manhã*, *A noite*, *O malho* e *Gazeta de Notícias*.

“A arte como um todo mostra-se repleta de manifestações que se tornam símbolo da perfeição impulsionada para um fim de essência utópica” (Bloch, 2005, p.24), dessa forma Ada Curado, Adalzira Bittencourt e Emília de Freitas foram escritoras que produziram dentro dos limites de sua época, ao mesmo tempo em que ousaram extrapolar essas fronteiras do espaço e do tempo, confrontando com seu público leitor um estranhamento, um incômodo, seja ele acerca de uma cidade ideal, seja de uma ilha misteriosa, seja, ainda, do futuro supostamente glorioso.

## CAPÍTULO 3. POLÍTICAS DAS EMOÇÕES E RELAÇÕES DE GÊNERO.

### 3.1.UTOPIAS POLÍTICAS E POLÍTICAS DAS EMOÇÕES

Uma “ciência das emoções” começa a se desenhar no final do século XIX. O prelúdio desse domínio teria sido a publicação, em 1872, do texto *Expressões das emoções no homem e nos animais*, por Charles Darwin. Nessa obra, o naturalista inglês defende uma suposta universalidade das emoções e as relaciona com determinadas expressões corporais (Courtine, 2020). A teoria darwiniana sobre as emoções, que, durante muito tempo, foi o eixo explicativo das ciências biológicas, instituiu que as emoções estão intimamente ligadas a um passado pré-histórico humano, condição anterior à “civilização”, o que, para as ciências humanas, soa como um paradigma evolucionista, equivocado e intolerante.

A epistemologia ocidental se estruturou a partir de uma hierarquia clichê entre emoção/sentimento e pensamento/razão, reiterada aos longos dos séculos. Além do próprio Darwin, tantos outros pesquisadores perpetuaram esse triunfo da razão, o qual reverberou em outras hierarquias, a partir das quais algumas emoções são percebidas como “superiores”, mais “elevadas” ou mais relevantes em detrimento de outras. E, dentro dessa estrutura hierarquizada, as mulheres seriam mais facilmente governadas por emoções inferiores, como a raiva, o que as tornariam menos capazes de transcender o corpo por meio do pensamento, permanecendo, assim, presas a uma condição ancestral e primitiva (Ahmed, 2014).

Filósofas feministas perceberam que essa noção de mulheres como seres dotados de emoções inferiores coaduna com discursos históricos que tentam justificar as razões pelas quais as mulheres e as outras minorias veem a sua participação na vida política dificultada ou impedida. Um dos argumentos seria o fato de que a política exigiria, daqueles que se propõem a fazê-la, habilidades que envolvem, quando não a predominância da razão, pelo menos a predominância de emoções ditas “superiores”. Mulheres, segundo essa lógica, seriam incapazes de exercer plenamente a razão, não seriam consideradas aptas para o exercício político. Dentro dessa mesma lógica, algo semelhante também ocorre em relação a sujeitos brancos e sujeitos não brancos, estes últimos comumente associados a emoções “primitivas”, “atrasadas” ou “inferiores”.

O risco de ser um “pulso suave” para com a nação, e para com os sujeitos que compõem a nação, não é apenas o risco de se tornar feminino, mas também de se tornar “menos branco”, ao permitir que aqueles que são reconhecidos como racialmente *outros* penetrem na superfície do corpo. Dentro de tal narrativa, tornar-se menos branco envolveria retroceder no tempo, de tal forma que se

assemelharia a uma forma mais primitiva de vida social ou a uma “condição inferior e animalesca” (Ahmed, 2019, p.3, tradução e grifo meu).

As interferências das emoções sobre o corpo biológico seguem sendo objeto de estudos de pesquisadores de outras áreas, principalmente em um contexto atual em que muito se fala sobre saúde mental. Um olhar essencialista reduz as emoções a atividades cerebrais ou a sintomas corporais, mas “as emoções também são sempre constituídas pela linguagem, e por isso mesmo ligadas à sociedade e à cultura” (Frevert, 2020, p. 133). Por essa razão, não há motivos para ignorar a prevalência dessas emoções na vida pública, nem mesmo a maneira como essas emoções se propagam em cenários políticos. “A política, como absolutamente todos os fenômenos do mundo humano-social, existe essencialmente no elemento dos afetos” (Lordon, 2016, p. 12 *apud* Wolff, 2021, p.230).

No século XX, fica cada vez mais evidente a insustentabilidade dessa prerrogativa, que perdeu em períodos anteriores, de que emoção e razão são polos opostos e irreconciliáveis. Esse momento pode ser descrito como uma “virada afetiva” (Wolff, 2021), em paralelo à “virada linguística”. A noção de que é possível executar um controle pleno das emoções e impor a submissão destas aos ditames da racionalidade desmoronou, o que abriu novas possibilidades de análise, como, por exemplo, a impossibilidade de se pensar a política depurada de qualquer emoção.

A clivagem [entre emoção e política] permaneceu por muito tempo nos discursos das elites, traduzindo uma relação de força social e política. “Emoções” e “revoltas” se confundiram por muito tempo, desqualificadas como plebeias pelos notáveis inquietos com a ira popular e, por sua vez, orgulhosos de alegar seu bom senso e sua moderação. A dicotomia fortaleceu-se mais no final do século XIX, a pretexto da sociologia (Bantigny, 2020, p. 188).

Parto da premissa que o fazer historiográfico, ou seja, o trabalho de historiadoras e historiadores, é marcado por emoções, um exemplo são todas as emoções que perpassam em nosso contato com as fontes; durante nossas leituras de documentos, somos surpreendidos pelo riso, por arrepios, por insatisfações e, às vezes, até pelo choro. Afinal, considerando emoções e afetos como um tipo de linguagem, emocionar-se com algo ou por algo, deixar-se afetar emocionalmente, acaba tornando-se uma forma de se conhecer e de se compreender. Nesse maior interesse sobre as emoções, tornou-se necessária, também, uma conceituação sobre o que são emoções para a história, algo que obviamente se afasta de uma noção essencialista e

biológica. “O termo emoção assim como entendido aqui cobre amplamente o continente dos afetos, dos sentimentos e das culturas sensíveis (Courtine, 2020, p.11). A história das emoções pode ser descrita como “uma história líquida, fragmentada, rebelde às classificações tradicionais” (Courtine, 2020, p.11), o que tem muito em comum com as demais histórias que se entrecruzam nesse trabalho, como a história das mulheres, a história das relações de gênero e a história das utopias fantásticas.

Multidões movidas por interesses políticos tornaram-se objeto de estudo de pesquisadores como Gustave Le Bon, Émile Durkheim e Gabriel Tarde. O primeiro considerava essas multidões políticas como desprovidas de controle e de inteligência, enquanto os dois últimos já analisavam as multidões políticas sob uma perspectiva que as afasta da histeria e do embrutecimento e se aproxima de uma noção de experiência criativa, a qual promove o entrelaçamento dos afetos e o estabelecimento de sociabilidades, a partir de um pertencimento político, o qual não necessariamente está ligado a uma proximidade física. “Os ideais surgem de momentos de entusiasmos nos quais os indivíduos reunidos estão submetidos a sentimentos comuns. Vemos a que ponto os afetos – aqui positivos – são essenciais no processo” (Mariot, 2020, p. 106). Dessa forma, reiteramos que as emoções sentidas, experimentadas e vivenciadas por sujeitos e por sujeitas não se resumem a sensações corporais resultantes de estímulos ou reflexos objetivos<sup>73</sup>.

A imprensa, a literatura, o rádio e outros meios de comunicação, vários desses que se popularizaram ao longo do século XX, surgem como canais que aproximam ideais. Por isso, devemos refletir as maneiras pelas quais esses dispositivos são utilizados de forma a sensibilizar o público acerca da mensagem que está sendo difundida.

As palavras que qualificam a emoção têm um papel decisivo quando se trata de experimentar uma emoção e na maneira de experimentá-la, elas vinculam também, simultaneamente, convenções e representações [...] que também influenciam essa experiência. As palavras para expressar a emoção estão

---

<sup>73</sup> Gostaria de pontuar que existe uma diferença conceitual entre afeto e emoção, mas ressalto que meu trabalho não se debruça nem se aprofunda nessa diferença, assim como Sarah Ahmed também não o faz. Cristina Wolff apresenta algumas diferenças estabelecidas por dois teóricos das emoções e afetos, Paul Hoggert e Simon Thompson (2012). “Para eles, os afetos são aqueles sentimentos mais corporificados, menos conscientes, enquanto às emoções concernem os sentimentos mais conscientes, ancorados na linguagem e nos significados (Wolff, 2021, p. 231). Em meu trabalho, tomo o afeto como sinônimo de emoção. Segundo Wolff “os afetos seriam algo que estaria para além das emoções, do comunicável, mas que passaria pelos corpos. Algo bastante difícil de apreender, mas que de qualquer maneira estaria fora do conhecimento consciente.” (Wolff, 2021, p. 231). Nesse sentido, sigo os conselhos da professora Wolff “esse esforço de ver emoções, afetos, sentimentos, de maneira mais aberta permite o trabalho de historicizá-los, compreender como as pessoas em seus tempos, em suas sociedades, em seus quotidianos, em sua cultura, em suas instituições e linguagens, se referiam a suas emoções, como os afetos e sentimentos interferiam em suas decisões, consciente ou inconscientemente, e como eles eram moldados” (2021, p.233).

situadas em um contexto social e caracterizam práticas que são mais ou menos reconhecidas socialmente. Para pessoas socializadas em uma determinada cultura, as oscilações e as conotações semânticas dessas palavras são imediatamente legíveis e audíveis (Frevert, 2020, p. 133).

Pensemos sobre a produção social das emoções na primeira metade do século XX e analisemos os regimes emocionais que se mesclam ao contexto histórico das nossas autoras e a experiência emocional delas diante o mundo e sua própria existência. Esses regimes se caracterizam numa sociedade em uma determinada época e criam laços de integração e sociabilidade. Desde o final do século XX, as emoções passaram a ser entendidas como um outro tipo de cognição. Trata-se de conjuntos móveis de traços e papéis aprendidos, mobilizados temporariamente pelos indivíduos de uma sociedade e contexto, e, embora possam resultar em expressões faciais, gestos ou outras questões fisiológicas, como suar e tremer, as emoções não são fenômenos naturais (Dupouy; Carroy, 2020). Isso nos afasta, desse modo, das constatações Darwinianas e de outras análises que designam as emoções como fenômenos fisiológicos acidentais dentro da evolução humana, e nos aproxima de perspectivas teóricas defendidas por pesquisadoras como Sara Ahmed, que escreveu *The Cultural Politics of Emotion*, obra publicada pela primeira vez em 2004 e que ainda não foi traduzida para o português.

Nesse livro, Sara Ahmed nos apresenta uma abordagem teórica que explora a relação entre emoções, poder e política. Ahmed argumenta que as emoções são políticas e têm uma dimensão social e cultural, sendo utilizadas para construir e para manter hierarquias sociais. A autora também examina como as emoções são reguladas e mobilizadas por meio de discursos, de normas e de práticas sociais, e como elas influenciam a experiência e a subjetividade das pessoas. Ahmed destaca como esses sentimentos são valorizados e encorajados, enquanto outros são reprimidos e marginalizados, e como essas dinâmicas emocionais são atravessadas por estruturas de poder. A pesquisadora examina como as emoções são usadas como uma forma de controle social, como são articuladas em políticas públicas e como podem ser mobilizadas e transformadas em formas de resistência por movimentos sociais.

A política das emoções de Sara Ahmed é provocativa e desafia noções tradicionais de emoções como apolíticas, a-histórica ou individuais. A autora argumenta que a compreensão das emoções, vista como política, é essencial para entender como as estruturas de poder operam em nossas vidas cotidianas e, também, para pensarmos em como podemos resistir e transformar essas dinâmicas emocionais, a fim de criar sociedades mais justas e igualitárias. A obra de Ahmed tem sido influente nas áreas dos estudos feministas, dos estudos de gênero, dos estudos

raciais e das políticas emocionais, contribuindo para uma compreensão mais profunda e crítica acerca das complexidades das emoções na política.

A historiografia canônica ainda insiste em ignorar o papel político das emoções, contudo, gradualmente, os estudos de gênero e as perspectivas feministas da história têm indicado promissores caminhos não trilhados anteriormente. Isso ocorre muito em razão de um aparente “temor”, - que também é um temor político -, por parte de alguns historiadores, de que essa aproximação entre a história e os estudos das emoções pudesse implicar em uma desvalorização e em uma deslegitimação da história enquanto uma narrativa científica e autorizada sobre o passado, aspecto que, inclusive, já foi abordado no capítulo 1.

O pressuposto de que ser ou não ser “emotivo” é característica atrelada a determinados corpos em variados contextos, sendo essa uma das primeiras noções defendidas por Sara Ahmed, em seu livro *The Cultural Politics of Emotion*. Essa obra nasceu, segundo a própria autora, de suas experiências vivenciadas no âmbito dos *Women's Studies*, além de situações vividas em coletivos feministas e, também, devido a leituras interdisciplinares que privilegiam as emoções, mas não se limitam a uma visão psicologizante delas. Nesse livro, Ahmed buscou desenvolver “um modelo de emoção que envolvesse sujeitos, mas não fosse redutível a eles” (2014, p. 208). Assim, a pesquisadora nos mostra como as emoções não são transparentes e como os sentimentos não pertencem ou mesmo se originam naturalmente a partir de um “eu”. Além disso, a autora destaca que essas emoções funcionam como parte de uma política cultural que serve aos interesses de construção e de defesa de uma nação.

No Brasil, as emoções já são objeto de pesquisa de historiadoras, como Maria Izilda Matos e Margareth Rago, desde o final dos anos 1990. Assim como Maria Izilda, Sara Ahmed também considera que o estudo das emoções perpassa pelos corpos, pois são esses os suportes e, ao mesmo tempo, os alvos desses sentimentos. Com base nisso, os estudos feministas têm uma grande responsabilidade na promoção desses estudos, uma vez que as ligações teóricas entre mulher, corpo e emoção são recorrentes no campo da crítica feminista (Kouivunem *apud* Ahmed, 2014, p. 205)".

Apesar de frequentemente ignorada, a aproximação teórica entre gênero, emoções e política existe desde a fundação das bases epistemológicas modernas no Ocidente. A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, documento fundado em princípios iluministas, já determinava que o sujeito do conhecimento não poderia ser uma mulher, o que resultou na reação de mulheres como Olympe de Gouges, que era contra essa exclusão política.

Pressupostos científicos, como o modelo darwiniano de emoções, favoreceram a supervalorização da razão em detrimento das emoções, ou, ainda, a desvalorização de determinadas emoções e sentimentos em detrimento de outras emoções e sentimentos, ao sugerir que essas estão relacionadas àquilo que há de mais “primitivo”, isto é, animalesco e irracional nos seres humanos (Ahmed, 2014, p.3). Se por um lado o sujeito masculino ocidental é percebido como sujeito ativo e associado à razão, as mulheres e outros grupos étnicos não brancos são considerados sujeitos passivos, vinculados às emoções classificadas como emoções inferiores como paixões, ira ou qualquer emoção desestabilizadora e impulsiva. Logo, esses sujeitos acabam também inferiorizados.

Algumas emoções são 'elevadas' como sinais de cultura, enquanto outras permanecem 'mais baixas' como sinais de fraqueza. A história da evolução é narrada não apenas como a história do triunfo da razão, mas da capacidade de controlar as emoções e de experimentar as emoções 'apropriadas' em diferentes momentos e lugares (Elias, 1978). [...]. Não é difícil ver como as emoções estão ligadas à garantia da hierarquia social: as emoções tornam-se atributos dos corpos como forma de transformar o que é "inferior" ou "superior" em traços corporais (Ahmed, 2014, p. 3, tradução nossa).

O aparente antagonismo entre as dimensões racionais e irracionais do pensamento e da vida em sociedade é aspecto recorrente nas obras selecionadas. O binômio racional/irracional, bem como a associação entre mulher e fragilidade emocional, orientam as visões de mundo das autoras e conduzem a ação dos personagens.

A própria Emília de Freitas, autora de uma das fontes analisadas, destaca que, no cotidiano da cidade de Pedregulho, enquanto os homens debatem questões econômicas e políticas, as mulheres têm uma postura passiva e devotada, voltadas a assuntos que não são políticos.

Era domingo, a manhã ia adiantada. Já os habitantes da povoação e os dos arrabaldes se reuniam para a missa paroquial, ordinariamente às dez horas. As mulheres entravam para a igreja e esperavam sentadas no ladrilho a vinda do senhor vigário. Os homens ficavam no adro a conversar em política, em questões de terra e em gado sumido (Freitas, 2019, p.51).

A obra de Adalzira também reitera essa lógica ao encerrar a narrativa com a personagem principal – e presidente do Brasil - chorando após determinar a sentença de morte do pintor Jorge, alguém por quem ela, até aquele momento, nutria um sentimento amoroso.

Olhava Jorge com bondade, com amor, e com uma grande mágoa... Sentia o coração estrangular-se. Jorge era lindo, muito lindo de rosto, porém não tinha

mais que 90 centímetros de altura e trazia nas costas uma enorme corcunda. Quando ele se despediu, mal transpusera os umbrais da porta, o Chefe da Polícia apresentava à Sra. Presidente dois novos decretos com sentenças de morte. O artista e sua mãe, uma pobre velhinha que vivia há trinta anos segregada com o filho, o seu grande pintor... Mariângela olhou o Chefe de Polícia com altivez. Recebeu dele os dois decretos. Assinou-os com mãos firmes. Era a Presidente. O chefe da polícia retirou-se. Mariângela apertou o botão elétrico que fechava automaticamente o seu gabinete. Ficou só. **Abriu a pasta onde guardava o retrato de Jorge. Olhou-o demorada e apaixonadamente. Sentiu um nó na garganta. Beijou o retrato. Jorge! Jorge! Meu amor! Meu amor! Ocultou o rosto no concavo das mãos e pôs-se a chorar. Era mulher** (Adalzira, 1996. p.211, grifo meu).

E em o *Sonho do pracinha*, escrito por Ada Curado, temos o soldado João surpreso ao perceber que as mulheres daquela cidade eram diferentes, pois não travam batalhas ou criavam inimizades com outras mulheres pelo amor de um homem.

Vi coisas que nunca supus que pudessem existir. Tenho a impressão de que, a qualquer momento, despertarei e que tudo não passou de um lindo sonho. Até as mulheres daqui são diferentes. Com que dignidade Maggie se afastou de nós. Se fosse no meu Brasil, as intrigas que surgiriam seriam tantas que acabariam nos separando (Curado, 1954, p.25).

Assim, as emoções são elemento central na literatura produzida pelas escritoras investigadas nesta tese. Por meio dos textos de Emília de Freitas, Adalzira Bittencourt e Ada Curado, somos apresentados a diversas emoções, as quais perpassam o enredo, constroem os personagens, justificam ações e projetam um futuro de possibilidades, sem perder de vista que as emoções são atravessadas por relações de poder. A noção fundamental, para Ahmed, é a de que as emoções não são atributos prévios, não são faculdades que os corpos, eventualmente, possuem ou não. As emoções, portanto, são decorrentes do processo de leitura de mundo. Dessa forma, esses sentimentos também são resultado de práticas sociais e culturais e não devem ser percebidos simplesmente como estados psicológicos dos indivíduos.

Então as emoções são não simplesmente algo que ‘eu’ ou ‘nós’ temos. Pelo contrário, é através das emoções, ou como respondemos a objetos e outros, que superfícies ou limites são feitos: O ‘eu’ e o ‘nós’ são moldados e até mesmo tomam a forma do contato com os outros. Em outras palavras a emoções não estão no social ou no individual, as elas produzem as superfícies dos corpos e os limites entres objetos. Sugiro que as emoções são cruciais para a própria constituição do psíquico e do social como objetos, um processo que sugere que a “objetividade” do psíquico e do social é um efeito e não uma causa (Ahmed, 2014, p.10, tradução nossa).

Sara Ahmed nos convida a pensar na sociabilidade das emoções. Nesse sentido, como historiadora, sugiro pensar também acerca da historicidade dessas emoções, bem como a forma como as emoções são vivenciadas, experimentadas e mobilizadas entre os séculos XIX e XX no Brasil, enxergando, na literatura, o nosso ponto de partida e de chegada.

Parto do conceito de *emocionalidade*, levantado por Sara Ahmed, com o intuito de entender como as emoções atuam sobre os corpos, moldando as superfícies desses, a partir da aproximação e do contato com objetos ou/e com outros corpos. A autora anglo-australiana, de ascendência paquistanesa, não concentra seus esforços em definir o que seriam as emoções, enquadrando-as em categorias fixas e formais, como busca a filosofia, a antropologia ou a psicologia.

Refletir sobre emoções requer analisar os corpos dos sujeitos e sujeitas na história, e, para perceber tal relação por meio de suportes documentais escritos, devemos concentrar nossa atenção nos “atos de fala”, que são indispensáveis para entendermos a emocionalidade dos textos, ou seja, a maneira pela qual essas emoções, presentes nos textos, circulam, se movem e geram efeitos. “As emoções são performativas e envolvem atos de fala que dependem de histórias passadas e ao mesmo tempo geram efeitos” (Ahmed, 2014, p.13, tradução nossa).

Contudo, as emoções não estão simplesmente contidas nos corpos, assim como também não estão “contidas” nos textos escritos pelas autoras. Ainda assim, os sentimentos podem ser identificados e “rastreados” por meio de palavras, de metáforas e de alegorias que ligam os sentimentos aos respectivos objetos desses sentimentos, e são essas ligações que geram efeitos de sentido, os quais são dinâmicos, haja vista que se movem. E, na medida em que se deslocam, esses efeitos promovem transformações nas superfícies e nos limites dos corpos. Trata-se de avaliar como os sujeitos e sujeitas históricas se deixam afetar pelo contato com os objetos, as situações ou com o contato com outros indivíduos, partindo sempre da consideração de que as emoções não residem nos corpos à espera de serem lidas, sentidas, despertadas ou interpretadas.

Em *A Rainha do ignoto*, o medo e a melancolia são sentimentos que ditam os rumos do enredo. O povoado de pedregulho é mergulhado em uma atmosfera de mistério diante da possibilidade de a população se deparar com uma mulher desconhecida, facilmente confundida com uma fada ou com uma bruxa que ronda o povoado e cria um clima de medo e tristeza. Em *a Vossa excelência a presidente da República no ano de 2500*, também temos uma mulher em posição de comando, mas, aqui, não se trata de uma desconhecida, pois é a própria presidente do Brasil no ano de 2500, que se encontra diante o dilema de ter que escolher entre renunciar ao seu amor por um homem ou desistir do amor pela nação que ela preside. Em *O sonho de*

*pracinha*, temos a situação de um soldado desertor descontente com a situação política do Brasil que vivencia uma experiência de esperança e o desejo de que transformações políticas ocorram no Brasil, ensejando profundamente a possibilidade de um futuro melhor.

Dessa forma, analiso como e por que os sentimentos e emoções presentes nas obras produzem efeitos de circulação que compõem uma *economia afetiva*, a qual não pode ser analisada sem considerarmos as aspirações, as frustrações e as trajetórias de vida de cada uma das autoras que atuaram politicamente – não somente pela produção literária, mas também porque denunciaram e combateram, cada qual a sua maneira, determinadas desigualdades entre homens e mulheres. Por *economia afetiva*, Ahmed considera como o trânsito e a valoração das emoções, já que estas não residem positivamente ou negativamente nos signos ou símbolos, mas circulam ou se movem entre signos e corpos.

As circulações desses signos de amor, ódio ou medo envolvem ora movimento ora fixação. Mapear as histórias das emoções tecidas nas obras envolve ler as superfícies dos corpos, as autoras e os personagens, contemplando aqueles e aquelas que foram moldados por essas histórias (Ahmed, 2014). Para fazer esse rastreamento, é necessário que se atentem aos objetos e às personagens que circulam e acumulam valores. É possível identificar, nas obras, quais são os objetos do amor e do medo, da felicidade e da tristeza, sendo evidentes aspectos como onde partem as esperanças e como os sonhos são moldados.

### **3.2.MEDO E A TRISTEZA**

*“O medo não é arma educativa. [...] O medo enraíza n'alma, e nem os anos o tiram. O medo faz do homem forte, um fraco (Bittencourt, 1996, p.181).*

Ao contrário do que Adalzira chega a afirmar na epígrafe acima, retirada de sua obra, o medo é sim *arma educativa* que atua sobre os corpos. Nesse tópico, eu desenvolvo como o medo foi sendo utilizado como estratégia de controle, especialmente o medo da solidão e da infelicidade, os quais atuam sobre as mulheres com a intenção de combater os comportamentos tidos como “inadequados”.

O medo é um dos elementos que compõem a atmosfera do fantástico, uma atmosfera de perigo. Dessa forma, o medo da noite ou o medo de seres monstruosos são elementos historicamente partilhados que integram o repertório cultural do imaginário ocidental. Em *A história do medo no Ocidente*, o historiador francês Jean Delumeau explora o desenrolar do

medo na sociedade ocidental, desde a Idade Média até o final do século XVIII. O autor argumenta que o medo é um aspecto fundamental da experiência humana e que sua história é crucial para entender as sociedades ocidentais. Delumeau examina as causas desse elemento na Idade Média, incluindo as guerras, as doenças e os desastres naturais.

Delumeau também se dedica à análise do papel do Iluminismo na transformação desses medos, argumentando que a ciência e a razão desempenharam um papel importante tanto na racionalização dos medos antigos quanto na criação de novos medos. Delumeau defende que, embora as causas do medo possam ter se alterado ao longo dos séculos, a experiência de sentir medo permanece como uma parte fundamental da vida humana. Isso torna possível, portanto, que nós, historiadoras, historicizemos o medo, bem como seus usos políticos e seus efeitos sobre os indivíduos de uma sociedade. Uma das figuras que estruturou o medo durante a Idade Média foi a figura da bruxa, alegoria bem explorada por Emília de Freitas.

Tratava-se, geralmente, de mulheres pobres e marginalizadas que, caso pactuassem com o diabo, tornar-se-iam capazes de lançar feitiços, causar doenças e provocar diversos tipos de males. Essa figura se tornou constante no imaginário medieval e, especialmente, no imaginário moderno, se considerarmos que a Inquisição continuou atuando incisivamente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Durante esse período, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na gestão do medo, fornecendo um sistema de crenças e rituais que permitiu com que as pessoas lidassem com suas angústias e temores.

Em se tratando de uma obra com significativo teor gótico, podemos identificar a construção do medo como um dos elementos fundamentais ao longo da trama em *A Rainha do ignoto*. Elementos como a noite, o luar, a neblina, além de rituais e episódios de adivinhação, completam o cenário sombrio. Em *A Rainha do Ignoto*, o medo é inicialmente causado pela “funesta”, uma criatura mágica e intrigante, semelhante a uma bruxa.

Quem seria aquela mulher? Pensava ele. Onde vinha? Para onde ia? Seria o anjo da saudade perdido nas solidões da noite? As melancólicas notas daquele canto traduziriam um poema de um amor infinito sepultado nas cinzas do coração? Por que capricho aquela criatura formosa, romântica e ideal misturava o belo com o horrível? [...] mistério! (Freitas, 2019, p. 27).

Desde a filosofia antiga, inúmeros filósofos apregoavam a debilidade e a inferioridade do corpo da fêmea. Essa suposta fragilidade física foi sendo assimilada pela doutrina católica para defender, também, a fragilidade moral e a propensão ao pecado e, inclusive, para justificar a submissão das mulheres aos homens. Assim, o cristianismo teve imensa responsabilidade na

construção “diabólica” das mulheres, agindo como um grande propulsor dessa narrativa que colocou esse grupo como inimiga maléfica. São Paulo, Santo Ambrósio, São Crisóstomo, São Tomás de Aquino e tantos outros nomes importantes na construção e consolidação da Igreja Católica não polpavam as mulheres de um olhar misógino (Colling, 2021).

Outras representações femininas, em outros contextos, indicam a suspeita e o temor em relação às mulheres, como ocorreu na cultura clássica, com o mito de Pandora, aquela responsável pelos males da humanidade, semelhante a Eva, que também era responsável pela desgraça humana ao comer o fruto proibido. Esse temor em relação ao feminino repousa sobre o corpo feminino e encontra razão também na repulsa pela própria fisiologia, como é o caso da aversão ao sangue da menstruação, bem como no desprezo por outros atributos físicos, como a própria feminilidade construída sobre a égide da beleza, sendo questões consideradas fúteis e pouco importantes frente à razão e ao poder político exercido pelos homens no “mundo real”.

Além dos elementos góticos e fantásticos que caracterizam a obra de Emília de Freitas, o enredo traz elementos psicológicos e alguns temores “pedagógicos”. A protagonista enfrenta dilemas morais, questionando sua própria identidade e as escolhas que precisou fazer ao longo da sua vida. Esses conflitos internos e existências contribuem para a atmosfera perturbadora da narrativa. Parto da premissa de que o principal dos temores paira sobre figuras femininas que não desempenham seus papéis sociais dentro das prescrições de seu gênero. Sustento que o eventual medo que os demais personagens aparentam ter em relação à Rainha não é fruto apenas de suas ações esotéricas ou mágicas desta, mas também do que ela representa enquanto mulher. Ela representa a possibilidade de mulheres assumirem posições de poder na sociedade. Nesse contexto, determinados corpos, considerados incompatíveis com posições de poder, quando ocupam lugares de liderança, causam um medo social. A sociedade passa a temer a perda do poder e do controle sobre esses corpos. Assim, mecanismos que fazem com que esses corpos desocupem os espaços de poder e retornem aos seus antigos lugares são mobilizados. Uma mulher que escapa e esquiva das idealizações socialmente construídas sobre esse grupo, ao longo do século XIX, representava uma ameaça eminente e, conforme as narrativas das autoras, parece estar condenada a um destino infeliz.

Ah! Como eu seria extremoso, se tivesse uma filha! **Consagrava me toda a sua felicidade, trabalhando dia e noite, para assegurar-lhe uma existência descuidada e tranquila.** Todos os recursos de minha inteligência, todos os esforços de minha vontade, empenharia a fim de poupar lhe a mais fugitiva sombra de um desgosto. Educá-la-ia com o máximo cuidado. Mandar lhe a ensinar músicas, pintura, línguas, matemáticas... Um pouco de tudo das ciências práticas. Faria ela, em suma, uma boa e digna mulher, um exemplo

raro na espécie. Mas, a arredaria do espírito com maior cuidado todos os conhecimentos que tivessem relação com a política. Eu lhe diria assim:  
- Tu, minha adorada filha, Tu és o que há de mais puro imaculado sobre a Terra; e a política é o que a humanidade tem de mais torpe e infame. **A política é um monstro uma coisa formidável, assim como um abismo um sorvedouro estonteante, em cuja profundidade sinistra** flamejam incêndios terríveis. Cândida inocente mariposa [voe] no espaço azul; foge desse abismo [...] **O governo... Às vezes é um bom rapaz, instruído, educado, Cortez. Afável no trato social, mas duro e áspero na sua tarefa de administrador nunca te poderá dar as felicidades que mereces. [...] Foge, minha filha, foge da política, que pode manchar-te de todos os níveis as asas de anjo.** Eu diria isso a minha filha, e depois, carinhosamente, como um pai afetuoso e meigo, dava lhe um beijo na testa e ficar alinhado assim gravados na memória os meus conselhos.<sup>74</sup>

Nesse trecho, publicado em um jornal, percebe-se a relação entre mulher e fragilidade. Um pai argumenta que sua filha não deve se dedicar às questões políticas, caso ela queira alcançar a felicidade e a tranquilidade. Dentro desse cenário, ao longo do século XX, enquanto as lutas femininas tomavam as páginas dos noticiários, vários eram os homens, intelectuais e políticos que tentavam “demover a mulher deste “canto da sereia” que seria a extensão do sufrágio, argumentando que o mundo da participação política é um mundo sem moral nem ética e as mulheres, ao participarem desta esfera, do poder, seriam inevitavelmente contaminadas e conspurcadas” (Colling, 2021, p.160). Os argumentos são embasados nos possíveis prejuízos que esses movimentos sociais podem causar à felicidade das mulheres. Para comprovar que o projeto “emancipação” feminina, por meio do voto, seria uma ameaça para toda a sociedade, enfatizam-se as possíveis rupturas sociais que essas conquistas poderiam causar:

Elas inquietam os organizadores da cidade, que vem nas multidões, onde elas estão tão presentes, o supremo perigo. Os psicólogos das multidões [...] atribuem a elas os excessos da Revolução. Autoras dos massacres de setembro de 1792, incendiárias da Comuna, capazes de qualquer excesso, são as megeras e as fúrias de todas as insurreições. Teme-se, por conseguinte, a intrusão das mulheres na política, ou até sua mera influência. Catarina de Médicis; Maria, a Sanguinária; Maria Antonieta e até, num registro mais suave, a imperatriz Eugénie formam o temível cortejo das negras inspiradoras. Para Michelet, as desordens da História, até na Revolução Francesa, estão ligadas ao desequilíbrio dos sexos. A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas, Mãe e dona de casa, esta é à sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para à sociedade inteira. Essas representações, esses medos atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos (Perrot, 1998, p.9).

---

<sup>74</sup> A FEDERAÇÃO. Manaus, MA. 14 de novembro de 1898 Edição n° 252, p.1, grifos meus.

Além disso, conclui-se que a liberdade, a autonomia e a “intromissão” das mulheres na política também perturbariam não apenas a felicidade delas próprias, mas também a felicidade dos homens e, por conseguinte, de toda a sociedade. Artigos, crônicas e textos, que externalizam esse temor, inundaram a imprensa ao final do século XIX e no início do XX. Na *Revista Fonfon*, é possível identificar vários textos com essa temática e com esse temor. Um pequeno trecho, em tom satírico, sugere que homens devem recusar a se casar com mulheres “emancipadas”.

Ela. – O senhor já fez alguma coisa em favor da emancipação feminina?

Ele. – Já, minha senhora.

Ela. – E o que foi? Pode-se saber?

Ele. - Decerto. Fiquei solteiro.<sup>75</sup>

Em um outro trecho, publicado quase 30 anos mais tarde nessa mesma revista, destaca-se que o conjunto de ações descritas como “emancipação feminina” era um fator que gerava pavor nos homens e na sociedade, de modo geral. Segundo o artigo em questão, “A emancipação feminina deve estar para a felicidade do homem como aqueles espantalhos, que a gente encontra nos pomares, para os passarinhos: mete medo...<sup>76</sup>. Por isso, algumas estratégias, que fazem parte de uma pedagogia sentimental, foram elaboradas e colocadas em prática por meio dos discursos, a fim de manter as mulheres comprometidas com valores familiares cristãos e longe de posições de poder e de comando. Nesse sentido, percebe-se que há uma tensão ao redor de personagens femininas, como a rainha do ignoto. A própria Emília de Freitas registra, em seu texto, que “a mulher superior é a encarnação da indiferença e até do ódio da maior parte dos homens”. Há de se considerar um elo entre o medo e o ódio. “Em alguns casos, o medo pode, embora não necessariamente, transformar-se em ódio, que é uma paixão ou sentimento orientado para a destruição simbólica ou real do objeto odiado” (Lauro, 2015 p. 459, tradução minha). Esse receio equivale ao medo e ao ódio que a sociedade tinha em relação às sufragistas, descritas quase sempre como figuras abomináveis, perigosas e imorais e, conseqüentemente, alvos de violências físicas e simbólicas.

Como se pode supor que falta as sufragistas petroleiras, incendiárias, anarquistas e bombardeadora de Londres, o órgão social que as pregue as loucas reivindicações? O órgão existe e é escrito com nitroglicerina. As sufragistas redigem-no, imprimem-no e o vendem, berrando seu nome pelas ruas, com aquele ardor que põem em todas as afirmações de sua causa. E esta do jornal está se tornando mais inocente, a vista do desenvolvimento

---

<sup>75</sup> FONFON. Rio de Janeiro, RJ. 16 de dezembro de 1916. Ano X. Edição n° 51, p.35.

<sup>76</sup> FONFON. Rio de Janeiro, RJ. 14 de junho de 1941. Edição n° 24, p.28.

espantoso que a loucura sufragista vai conseguindo entre os energúmenos da causa do voto às mulheres.

**Não se vê mais que diferença pode existir entre os anarquistas de ação e as sufragistas visto que estas também descarregam seus revólveres contra transeuntes que recusam exaltar seu frenesi; colocam bombas nos teatros, nas igrejas, nas ruas, no vestíbulo do parlamento; incendiam casas, vilas, palácios de seus adversários políticos; invadem museus e entregam-se a atos de vandalismo contra os monumentos. Até onde irá a loucura sufragista?<sup>77</sup>**

Uma leitura atenta permite-nos perceber como a figura “temida” é construída e como o temor que ela provoca é muito mais de ordem política que sobrenatural. As feministas seriam incendiárias, bombardeiras, ou seja, associadas à destruição e à perturbação da ordem. Inclusive, são associadas, também, a outros movimentos políticos, como o anarquismo. O medo pode ser moldado por narrativas culturais e históricas, influenciando a percepção de objetos rotulados como ameaçadores. O temor social para com as feministas também reside no medo que elas atentassem e destruíssem prédios públicos e outras instituições, mas também há o receio de que elas destruam também a feminilidade, ao se “masculinizarem”. Assim, algumas feministas são mais temidas que outras. Na obra de Adalzira, existe um repúdio às mulheres que se alinham a algum “tipo de feminismo”, que questiona e desestrutura o que ela considera como modelo ideal de luta política feminista, o qual é um feminismo materno, branco, feminino, liberal e católico. Qualquer outra forma de luta feminista, fora desse modelo, é temida e combatida pela autora.

Essas sim, são anti-feministas embora se interessem por direitos políticos, pelo sufrágio feminino, embora façam “meetings” e escrevam para os jornais sobre emancipação feminina e outros assuntos sociais; são anti-feministas porque se envergonham do papel principal que lhes cabe. São anti-feministas as mulheres que se masculinizam em seus trajes. As que clamam contra os enfeites e as vaidades tão da índole da mulher (Bittenourt, 1929, p. 185)

O medo não apenas define fronteiras entre os indivíduos, mas também influencia a relação entre os que temem e os que são temidos, criando uma dinâmica complexa. A história da personagem criada por Emília de Freitas escancara medos que são bem mais sociais e políticos do que místicos e esotéricos, como é o caso desse medo de que papéis sociais sejam rompidos, haja vista o fato de que a protagonista ocupa um lugar de poder e de liderança, caminho também percorrido pelas sufragistas que reivindicam por reconhecimento político. Em

---

<sup>77</sup> Uma sufragista vendedora de jornais. FONFON, Rio de Janeiro, RJ. 11 de outubro de 1913. Edição nº 41, p.6, grifos meus.

um momento do livro, o personagem Edmundo se questiona se essas mulheres não seriam as verdadeiras Amazonas. Essa representação de uma mulher Amazona, segundo Michelle Perot (1998), tem relação com pavor de boa parte da sociedade com mulheres que ocupam posições de poder, pegam em armas e subvertem papéis.

Para além desse temor de que as mulheres subvertam papéis e rompam com os limites do doméstico, há, também, por parte das próprias mulheres, o medo das consequências desse possível rompimento. A própria personagem de Emília de Freitas relata suas inseguranças e seu constante medo da solidão, o qual é percebido por ela como consequência direta da forma como escolheu viver, bem como pela vida, socorrendo outras mulheres, em vez de se casar. Em um dos capítulos, Edmundo encontra o diário da Rainha e percebe que a soberana, atormentada por sua trajetória de vida, cogitara se suicidar. “Este revólver... estas balas? Que ideia, meu Deus! Eu sou o naufrago perdido nas vagas do oceano! [...] Quem me salva? Ninguém! – murmura a voz soturna da solidão indefinida. Meu coração guerreiro, ferido, despenhou-se sobre os espinhos de um abismo de dor!” (Freitas, 2019, p. 276). A temática do suicídio é recorrente na obra da autora, desde o suicídio da própria Rainha até outras personagens que vieram a cometer ou tentaram cometer suicídio, quase sempre motivadas por questões amorosas, envolvendo expectativas e sentimentos não correspondidos. De modo geral, a história de vida das moças e das mulheres socorridas e amparadas pelas paladinhas da ilha do nevoeiro é sempre marcada por episódios de sofrimento e de violência.

Da forma semelhante, os medos que a sociedade constrói em relação à mulher mesclam-se aos medos que as mulheres constroem em relação a elas mesmas e ao mundo que as cerca, envolvendo, nesse processo, aquilo que elas podem ou não podem ter, aquilo que elas são ou não podem ser e todos os demais temores que envolvem o processo de tornar-se mulher em uma sociedade patriarcal e misógina do final do século XIX e do século XX. Dentro dessa estrutura patriarcal, o medo é um dispositivo, isto é, uma estratégia de controle e de subordinação das mulheres, limitando e ditando os espaços por onde elas possam atuar.

No romance de Emília, existe um lugar reservado na ilha para acolher crianças órfãs resgatadas, chamado por “ninho dos anjos”; nele, somos apresentadas a uma moça chamada Helena.

A menina do piano chamava-se Helena, e já tinha quinze anos feitos; era um tipo ideal da beleza! [...]

- **Pobre menina! Receio muito que tu não sejas feliz, mas eu serei teu anjo da guarda.**

- Parece descender de boa família — ponderou Clara Benício.

- Descende de certo — tornou a Rainha do Ignoto.
- Mas de que vale isto para ela, se foi renegada por seus pais? Ergue a fronte com mais orgulho a filha dum sapateiro que lhe deu seu nome honrado, embora humilde, que a filha dum príncipe que se oculta na sombra para que ela não lhe chame pai.
- Mas isto é uma injustiça da sociedade — replicou a doutora Clara Benício.
- **Helena vale por si: é formosa, bem-educada, e tem um belo caráter. O que lhe falta para ombrear com outras que andam por aí a ostentar grandeza, sem possuírem nem metade de seu valor moral?**
- **Falta-lhe o nome que a sociedade egoísta mesma lhe roubou — voltou a Rainha do Ignoto. [...]**
- Sou a primeira a reconhecer o mérito de Helena, contudo, tenho a certeza que nas altas rodas terá muitas vezes de ser ferida em seu amor próprio, e eis porque acabo de dizer que receio que não seja feliz.
- Há um remédio — ponderou a Generalíssima Martha Vieira.
- **Só apresentar-se na sociedade depois de casada, com o nome do marido, ninguém se atreverá a desconsiderá-la** (Freitas, 2019, p.166/167).

A personagem exprime profunda tristeza por não ter um “nome: “Fiquei sabendo que não sou órfã, como me faziam crer, pertencço ao número daquelas que não podem erguer a fronte ao lado das que se orgulham de ter uma família. Era feliz até aquele tempo, hoje sinto-me triste e tenho medo do futuro.” Ao ouvir essas palavras proferidas pela jovem Helena, a Rainha se compadece e se compromete em resolver essa questão por meio de um casamento, o que destaca novamente que a solidão era algo que despertava profundo temor e tristeza nas mulheres.

- Oh! Deus! Como a solidão faz o espírito amadurecer depressa! — exclamou a Rainha do Ignoto.
- Esta menina fala como uma senhora. Não, Helena, não te leves por essas ideias; sou eu quem se compromete a te fazer feliz; ouve, se não tens o nome de teu pai, terás o dum esposo muito digno, muito nobre por suas qualidades (Freitas, 2019, p.167).

O medo de não se casar é maior nas mulheres do que nos homens, ainda que exista, por parte dos homens, alguns temores em relação ao matrimônio. O medo dos homens geralmente se restringe mais à incerteza de não escolher adequadamente uma esposa do que o temor causado pela possibilidade de não se casar. Edmundo, por exemplo, se questiona sobre quem deveria ser escolhida como sua esposa.

Aqueles ranchos de famílias burguesas lhe causaram inveja, lhe fizeram pensar na escolha de uma esposa; mas qual deveria ser a eleita de sua alma? **Henriqueta não podia ser: era leviana, presumida e mal-educada.** Carlotinha, além da formosura, possuía muita singeleza e bondade de coração (Freitas, 2019, p.47, grifo meu).

O personagem realmente se casa, mas não com Henriqueta, nem mesmo com a Rainha, mas com Carlota. Estar à altura de um bom marido era um ideal a ser atingido pelas mulheres e, para se destacar no “mercado matrimonial”, dependia diretamente de alguns atributos e comportamentos. Além de não ser uma moça “leviana, presumida e mal-educada”, ter uma sexualidade contida também era um grande diferencial para as moças que quisessem galgar um marido como Edmundo.

Logo após a retirada das visitas, Carlotinha entrou para a alcova. Queria estar só, **tinha medo de que seus pais lessem, em sua fisionomia, o nome, que em clarões como de um sol, vinha aparecendo na alvorada do coração. Pensava no vulto elegante e na fisionomia simpática de Edmundo e tremia. A ingênua moça receava ser descoberto o seu sentir como se fosse um crime** (Freitas, 2019, p.47, grifo meu).

Nesse trecho, evidencia-se a questão do medo e da vergonha que está relacionada ao sentimento amoroso, especialmente às mulheres. A vergonha e a timidez caracterizam a personagem Carlotinha, diferencia-lhe de outras personagens, como Henriqueta, e faz dela uma futura esposa ideal. Não são raros os romances do século XIX, dotados de personagens femininas, que se enrubescem facilmente. A vergonha, que também compõe o repertório católico a partir do pecado original, é atributo afetivo das mulheres, que também está ligado à sexualidade feminina (Frevert, 2020). Dessa forma, a felicidade das mulheres no amor fica condicionada a comportamentos pudicos e comedidos. E o medo serve para conservar comportamentos autorizados. Na literatura canônica, personagens femininas com a moral questionável são punidas pedagogicamente, como o caso da personagem do romance *Lucíola*, de José de Alencar.<sup>78</sup> Uma esposa devassa e libertada era sinônimo de infelicidade e de desgraça de todos ao seu redor, inclusive para o marido, como podemos perceber nesse texto da revista *Fon fon*.

O dono do estabelecimento era um desiludido da felicidade do casamento. A sua esposa, Anna, é fútil e leviana, borboleta da sociedade, ou antes, mariposa noturna, que vive a luz de milhares de lâmpadas e elétricas, entre sorrisos e champagne, entre flirts e passeios, não amando o esposo, e descuidando o lar.<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> "Lucíola" foi publicada em 1862. O livro narra a história de Paulo, um jovem advogado do Rio de Janeiro, que se apaixona por uma cortesã chamada Maria da Glória, conhecida como Lucíola. No decorrer da trama, Paulo descobre o passado de Lucíola e sua vida como prostituta. A narrativa explora os desafios enfrentados pelo protagonista ao confrontar os preconceitos sociais e morais da época. A história termina com a morte de Lucíola. O destino trágico de Lucíola reforça as questões morais exploradas ao longo do romance e destaca as dificuldades enfrentadas por uma mulher que busca redenção em uma sociedade permeada por valores rigorosos e preconceitos.

<sup>79</sup> O mundo não perdoa. FONFON, Rio de Janeiro, RJ. 15 de março de 1924. Edição n° 11, p.78.

A alegoria da "mariposa", termo para se referir a algumas mulheres na imprensa e na literatura do século XX, é uma representação simbólica que frequentemente carregava conotações negativas e estigmatizantes. A mariposa, diferentemente da borboleta, é um inseto que causa medo e repulsa. Mariposas eram aquelas mulheres que eram atraídas por luzes brilhantes, mas de uma maneira figurada, sugerindo uma atração por prazeres efêmeros, muitas vezes relacionados à vida boêmia, a eventos sociais, ou à busca por prazeres sexuais. A metáfora da "mariposa" podia ser utilizada para descrever mulheres que eram consideradas volúveis, frívolas ou que se envolviam em comportamentos socialmente não aceitos na época. Essa imagem transmitia a ideia de uma atração irresistível pelo perigo, semelhante à atração de uma mariposa pela luz, mesmo que isso leve à sua própria destruição.

Crônicas e textos de jornais, que circulavam na imprensa de norte a sul do Brasil, reforçam a relação entre vergonha, sexualidade e infelicidade das mulheres. Isso pode ser evidenciado na crônica que se segue, na qual temos a desonra sexual, travestida luxuosamente a convidar a virgem indefesa a se entregar sexualmente.

Ligeira como a gazela andava a tímida e interessante donzela; as palpitações aceleradas do seu coração e o terror que descorava seu rosto e paralisava a sua razão [...] De repente, exausta as forças e perdendo a esperança de poder sair daquele labirinto, a infeliz moça soluçando, deixou-se cair no chão e pouco a pouco vencida pela fadiga, adormeceu.

Logo acordou e, levantando a cabeça viu, com grande espanto seu, três senhoras que estavam de pé diante dela.

**Uma delas, de descomunal formosura, trajava um rico e luxuoso vestido de seda, ajustado a sua esbelta cintura por uma faixa de extraordinária riqueza.**

Nos seus dedos brilhavam com fulgurante esplendor anéis cravejados com os mais raros e puros diamantes, do seu corpo exalava o cheiro dos mais finos e preciosos perfumes.

A segunda, com face emagrecida e olhar cheio de tristeza e desespero, vestia luto.

A terceira, bonita mulher, cuja testa indicava inteligência e energia, cobria-se com vestidos de lã notável pela elegância, simplicidade e decência. Com a mão direita segurava uma machadinha e com a esquerda um panelo cheio de provisões e objetos indispensáveis a uma mulher sabia e amiga do trabalho e do bem-estar da sua família.

- **O que faz você aí? Disseram uníssonas as três desconhecidas.**

- **Estou morrendo, respondeu a donzela, tenham piedade de mim.**

- **O que quer? Replicaram elas.**

- **Sair o mais breve possível dessa maldita floresta.**

- **Pois bem, escolhe aquela de nós que queiras como companheira, pois precisas somente de uma guia e a ti só pertence o direito de designá-la.**

A moça, olhou atordoada para as três senhoras que, silenciosas esperava a sua decisão.

**Passado alguns minutos, levantou-se e, com ar resoluto ofereceu a mão a mulher trajada de seda e cujos ricos adornos despediam raios que iluminavam o espaço.**

- Te escolho, disse a moça.

Um estranho e indefinível sorriso deslisou-se então dos lábios da formosa desconhecida que apertou freneticamente os dedos da imprudente rapariga, enquanto as duas companheiras desapareciam como um fantasma. [...]

- Ai! Tenha piedade de mim, boa senhora!... as minhas forças estão esgotadas, não posso dar mais um passo a diante, murmurou a donzela, deixando-se ir ao chão, no meio de uma encruzilhada inextrincável.

**- Coitadinha! Temos ainda muito que caminhar e as nossas pernas são muito fracas e intumescidas para levar-nos até o fim, mas, daqui a pouco, vai passar aqui mesmo um mancebo de uma esquisita formosura e possuidor de riqueza. Quando ele se aproximar de ti, deixa de lado a vergonha, dispa-se e mostra-lhe os teus encantos de virgem, convida-o para sacrificar a vênus, a Deusa dos amores.**

**- Que horror! Mas, que é você que assim me aconselha?**

**- Sou o vício, a desonra e o crime, respondeu com um riso sardônico a infame mulher.**

- Vai-te! Vai-te! Brandou com indignação a donzela, encobrendo com as mãos seu casto [ilegível] rosto. Ouviu-se uma gargalhada digna dos demônios e a virgem ficou só.<sup>80</sup>

A partir da segunda metade do século XIX e no início do XX, com o advento da República, o modelo familiar heterossexual e cristão consolida-se e torna-se um elemento importante para instaurar a ordem e disseminar o progresso, ao passo que também servia para manter privilégios, hierarquias e desigualdades entre os gêneros (Maia, 2007). A doutrina positivista, tal qual outras ideologias, como o liberalismo burguês, que esteve nas bases da estrutura republicana no Brasil em seus anos iniciais, apregoava determinados comportamentos, todos eles embasados em uma lógica “naturalizante” e moralizante<sup>81</sup>.

A base da doutrina positivista era sua ênfase na sociedade composta de famílias – não indivíduos -, que compartilhavam diversas funções baseadas no sistema de cooperação [...]. Assim, o elo entre a vida coletiva dar-se-ia pelo convívio familiar, na própria existência da vida doméstica e na corretas observância do papel desempenhado por cada um de seus membros. Segundo essa doutrina, competiria à mulher um papel de relevo, tanto como educadora dos filhos quanto como responsável pela guarda da moral humana (Karawejczyk, 2020, p.69).

---

<sup>80</sup> A FEDERAÇÃO. Manaus, MA. 18 de janeiro de 1899, edição nº 317, p.1.

<sup>81</sup> Joana Maria Pedro salienta que a doutrina positivista não chegava a defender a inferioridade intelectual da mulher, mas argumenta que as inteligências feminina e masculina são complementares, “no entanto, não se pode ignorar que, apesar de valorizar o papel da mulher na família, o positivismo reforçou o seu lado doméstico e sua exclusão do mundo político” (Karawejczyk, 2020, P. 71).

Com o incremento do capitalismo e da urbanização no Brasil, a mulher, enquanto esposa e mãe, se torna, através do lar, a pedra angular. Tornar-se uma mulher feliz passaria inegavelmente por se tornar a “rainha de um lar”, dedicando-se ao cuidado com a educação e o bem-estar dos seus filhos, garantindo, assim, a “ordem e o progresso” da sua família. Essa vivência familiar foi algo que tanto a personagem da Rainha de Emília de Feitas, quanto a personagem Mariângela de Albuquerque da Adalzira Bittencourt não teve a oportunidade de experimentar. Mariângela não pode se casar com o homem pelo qual ela era apaixonada, já que esse homem não estava dentro dos padrões físicos considerados adequados para formar uma família saudável. Já a Rainha, por mais que tivesse sempre cercada de outras mulheres, suas paladinas, nada ali parecia equivaler ou suprir a ausência de um amor e de uma família que pudesse ser sua. Ambas tiveram um destino infeliz em razão do seu envolvimento com questões políticas e sociais.

Na trama de Emília Freitas, a inexistência do amor ou um amor não correspondido acaba se tornando fonte de sofrimento e de desilusão por impossibilitar a formação de uma família para ambas as personagens. Alguns autores defendem, dentro de uma perspectiva freudiana, que o amor está intrinsecamente ligado à angústia. “Toda a literatura romanesca trata dos sofrimentos ligados ao amor, à perda, ao ciúme, ao impossível, à culpa, desde *A princesa de Clèves*<sup>82</sup> até *Um amor de Swann*<sup>83</sup>, passando por *Madame Bovary*<sup>84</sup>, sem esquecer Lancelot ou

---

<sup>82</sup> *A Princesa de Clèves* foi um romance escrito por Madame de La Fayette e publicado em 1678. A história se passa na corte francesa durante o reinado de Henrique II, no século XVI. A protagonista, Mademoiselle de Chartres, é uma jovem bela e inteligente, educada e virtuosa. Ela se casa com o príncipe de Clèves, um homem jovem e apaixonado, mas sofre por não conseguir corresponder ao amor do marido, pois seu amor está dividido entre ele e o Duque de Nemours. A princesa de Clèves luta para manter sua devoção ao marido e resistir à paixão proibida que sente pelo duque. A obra aborda temas como amor, honra, dever, moralidade e os dilemas enfrentados por uma mulher na sociedade da época. O romance é conhecido por sua análise psicológica dos personagens e pela descrição vívida e detalhada da corte francesa da época. Esse texto, considerado um clássico da literatura francesa, é reconhecido por sua profundidade emocional e pela maneira como retrata os conflitos e as complexidades dos relacionamentos humanos.

<sup>83</sup> *Um Amor de Swann* é uma das partes do romance *Em Busca do Tempo Perdido* por Marcel Proust e publicado em 1913. O romance narra a história do personagem Charles Swann, um aristocrata parisiense. A narrativa é centrada no caso de amor obsessivo dele com uma mulher chamada Odette de Crécy. Enquanto Swann é considerado um homem culto e refinado, membro da alta sociedade, Odette é malrecebida nos círculos sociais que frequenta em razão de ser vista pela sociedade como uma mulher escandalosa e de reputação duvidosa. Swann se vê completamente envolvido por sua paixão por Odette e vive atormentado pela insegurança e pelos ciúmes. Swann se depara com a descoberta de que Odette é infiel, o que aumenta sua angústia e suscita reflexões sobre a natureza do amor, da posse e da percepção da realidade. O livro explora as complexidades dos relacionamentos amorosos e as disputas entre o desejo e a razão, além de abordar as dinâmicas sociais da alta sociedade parisiense, explorando as convenções, as rivalidades que permeiam essa atmosfera.

<sup>84</sup> *Madame Bovary* foi um romance escrito pelo autor francês Gustave Flaubert e publicado em 1856. A história retrata a vida de Emma Bovary, uma jovem mulher criada em um ambiente rural na França do século XIX. Emma é uma mulher sonhadora, que anseia por uma vida de paixão e de romance, muito diferente da monotonia e da mediocridade de sua vida cotidiana. Ela se casa com Charles Bovary, um médico de uma cidadezinha, acreditando que o casamento trará a realização de seus sonhos românticos. Contudo, desiludida com o casamento e com a vida provinciana, ela acaba se envolvendo de forma extraconjugal com outros homens. Esses relacionamentos a levam

Tristão, amantes culpados de mulheres culpadas condenados ao desassossego, à loucura e à renúncia à vida sexual” (Roudinesco, 2019, p.13). Inclusive, na obra de Emília de Freitas, antes do “final feliz”, a simples ausência de Edmundo se tornou o motivo para o adoecimento de Carlotinha.

Carlotinha já não era a criança descuidosa e alegre de outros tempos, tinha-se transformado. Estava naquela fase da vida que toda moça tem de infalivelmente pagar o pesado tributo do rei dos corações, esse absoluto, esse tirano que se chama amor. A imagem daquele que lhe pulsar o coração lhe tinha ficado gravado na mente. As horas do dia passavam lentamente para ela, que de quando em quando chegava à janela e alongava a vista pela estrada, e a cada momento lhe parecia ver um cavaleiro assomar por entre a ramagem das árvores, mas era debalde.

O doutor Edmundo, desde a noite de São João, nunca mais foi à fazenda do Poço do Capim. Estava muito entretido com as histórias que lhe contava Probo da Rainha do Ignoto. **Carlotinha esperava sem esperança. É do destino humano esperar sempre. À noite ela sonhava com ele, e pela manhã, a recordação do sonho dava-lhe alguns instantes de contentamento, mas o tempo passava e sua alma recomeçava na mesma ânsia do dia anterior.** E só a noite vinha pôr termo à árdua tarefa, com o ponto final do desconsolo. Dona Raquel, mãe extremosíssima e perspicaz, observava a filha sentido o pressentimento de uma grande dor para seu coração materno (Freitas, 2019, p 125).

Como descrito acima e em vários outros momentos da trama, a falta de um amor correspondido é fardo um frado não só para Carlotinha, como também para a própria Rainha que, em várias passagens, lamenta ter sido privada do amor de sua família. Ao conversar com um senhor que ajudou a resgatar de um naufrágio, fica evidente que a vida da personagem careceu desse amor.

- Que idade tem, senhor Morais?
- Tenho noventa e seus bem puxados – respondeu o velho.
- Quantos dias de felicidade pode ainda contar nessa série de anos que já foram? – tornou ela.
- Ah! Minha cara senhora, pergunte antes quantos dias de infortúnio tive em minha calma existência que eu lhe direi, tive dois: um, quando perdi minha mãe e meu pai no mesmo dia; outro, quando morreu minha mulher, há já vinte anos... e outro que já não me lembrava, o desse maldito naufrágio.
- É possível! - Exclamou ela. – Três dias de infortúnio em noventa e seis anos de existência!
- **É certo, senhora, eu fui feliz, louvado Deus! Gozei saúde, vivi honradamente do fruto de meu trabalho e encontrei uma mulher virtuosa que me amou e cumpriu os deveres de esposa, criando os filhos na lei de Deus e dos homens.** Não tive mais que desejar na terra. Meus filhos vivem

---

à ruína. Com dívidas, uma reputação arruinada, insatisfeita e desesperada ela termina colocando fim a sua própria vida.

ainda, cuidam da minha velhice, e eu ensino aos meus netos o caminho do dever, assim como já ensinei a eles e seus filhos.

- Seus filhos já têm netos?

- Já, benza-os Deus! São meu divertimento, era lembrando-me deles que sentia morrer no fundo do mar e ser comido pelos peixes. Felizmente essas senhoras que estão, embaixo, divertindo-se, foram nossos anjos da guarda, nos salvaram. Deus lhes dê toda dita que merecem por tanto benefício (Freitas, 2019, p. 183).

Após essa conversa, a personagem reflete sobre sua existência, e demonstra um imenso desalento com o fato de nunca ter formado uma família, que só seria possível caso ela tivesse encontrado o amor, algo que nunca aconteceu.

- Os próprios astros têm sua família planetária – pensou ela, olhando o céu -, e eu divago na terra, só. **Tenho o coração desprendido como um balão arremessado ao espaço, onde até a luz desaparece no vácuo! Sem pai, sem mãe, sem irmãos, sem esposo, sem filhos e até sem sobrinhos! É verdade que tive uma família... família adorada que me foi arrebatada às parcelas pela morte, pelas distancias...** e até pelo sentimento...

Ela suspendeu o pensamento, tomada de uma dor profunda. Depois continuou:

- **E essas paladinas, posso chamá-las de família? Não, porque apesar de haver entre elas verdadeiras heroínas, estão ligadas a mim, umas por interesse próprio, outras por deveres comuns, pelo gênio, pelo caráter, e nenhuma pelo coração. Dizem que a prática do bem traz a felicidade, é mentira! É ilusão!** Aqui estou eu que, desde criança, não tive pensamento que não fosse nobre e digno! Não fiz uma ação que não fosse em favor dos meus ou em benefício dos estranhos, e o que tive em paga? Injustiças e ingratidões! Ah! Mas o bem já é para mim um vício! Corro a aliviar uma miséria, arrisco a vida para evitar uma desgraça, como o jogador incorrigível atira-se a uma banca de jogo, onde sempre perde. Ah! Eu não amo esta humanidade injusta, ingrata e gosta. Faço o bem maquinalmente, por um destino, uma tendência, como a do que se embriagado pelo desespero (Freitas, 2019, p. 184/184).

Além da falta de amor, a Rainha, cujo nome nunca é revelado, alega que, apesar de ter sido amada, nunca foi capaz de corresponder àquele amor. E, ao descrever um episódio de sua vida, ficam claros os danos que esse amor não correspondido causou a ela e ao rapaz que a amou. A personagem narra esse episódio para Clara Benício, médica que acompanha a Rainha.

Em sua juventude, a Rainha conheceu um jovem chamado Jaime Ortiz. Na época, ela afirma que nem se importava com “assuntos de salão”, ou seja, o amor não era algo que lhe apetecia. Ela preferia apreciar a natureza, do que se envolver em questões amorosas. Esse era seu real interesse e, por isso, ela visitava o jardim de sua casa toda manhã. Foi nesse local onde o jovem Ortiz a viu, indo com frequência para espia-la perto das flores. A mãe dela, ao perceber a aproximação do rapaz, proibiu a moça de ir ao jardim, porém logo suspendeu a proibição,

após a insistência da filha em retornar para junto de suas flores. Ortiz nunca conseguiu se aproximar da Rainha, mas deixava poemas entre as flores para ela ler, contudo ela sempre ignorava e se esquivava de suas investidas. Ao longo do livro, é possível perceber que Ortiz foi vítima dessa desilusão amorosa, amou a Rainha em segredo e passou a culpá-la pelas suas desgraças, tornando-se alcoólatra e praticando assaltos. E foi em um desses assaltos que ele chegou a ser capturado pela própria Rainha, que, surpreendida, viu ser preso o homem que a amava. Para a Rainha, o fato de ela não ter correspondido ao amor de Ortiz foi um terrível tormento, a ponto dela se sentir amaldiçoada por ele, tornando-se incapaz de amar alguém.

Quando o matrimônio não se concretiza dentro dos moldes considerados corretos, as consequências e implicações são inúmeras e drásticas para as mulheres. Na obra de Emília de Freitas, várias mulheres resgatadas pela rainha e suas auxiliares viveram essa situação, como é o caso de uma das personagens, chamada Odete. A jovem havia sido resgatada e incorporada à sociedade secreta, após ter entrado em desespero. Odete sofreu um choque emocional tão sério que acabou perdendo a capacidade de falar. A história dessa jovem “muda” é narrada no livro: O noivo de Odete se apaixonou pela mãe da personagem, a qual havia acabado de ficar viúva, ou seja, Odete foi abandonada pela mãe e pelo noivo, assim a moça entrou em colapso e foi resgatada exatamente no dia do casamento entre sua mãe com seu ex-noivo. O caso de Odete ilustra como as mulheres podem definhar e sucumbir diante do abandono e da solidão, ao mesmo tempo em que reforça uma rivalidade entre as mulheres na busca por um marido.

Na obra de Emília de Freitas, esse tipo de disputa também pode ser observado entre as personagens Carlota e Henriqueta. Carlota sofre uma série de constrangimentos por parte da personagem Henriqueta, e ambas têm atração pelo mesmo rapaz. Henriqueta entende, na disputa pela atenção de Edmundo, que Carlota é sua rival:

Todos os olhares se cravaram curiosos na figura elegante e bela da filha da professora. Carlotinha estava radiante! [...] Henriqueta, ao vê-la, dardejou-lhe um olhar terrível. Era um desafio, desde aquele momento a formosa menina podia contar com uma inimiga. Ela encaminhou-se para a janela onde Edmundo se recostava a conversar com doutor Gustavo, genro de dona Matilde, e seu antigo companheiro de estudo.

- Por que demorou-se tanto, doutor? – perguntou ela.

- Esperei pela família do senhor Martins... somos vizinhos...

- Logo vi que a demora – disse ela – era para a filha da professora se enfeitas e aparecer aqui como uma rainha de Congo...

- Como uma sultana! Como uma estrela! – exclamou o doutor Gustavo. – É uma das criaturas mais lindas que tenho visto em minha vida!

- Vou consultar a Alice para saber se ela participa do mesmo entusiasmo – disse Henriqueta, despeitada (Freitas, 2019, p. 74).

O desejo de contrair núpcias coloca as mulheres em conflito umas com as outras, despertando um sentimento de rivalidade e ódio que só não existiria em um mundo ideal e utópico, como percebe o personagem João, em *O sonho do pracinha*, o qual afirma: “Até as mulheres daqui são diferentes. Com que dignidade Maggie se afastou de nós. Fosse no meu Brasil, as intrigas que surgiriam seriam tantas que acabariam nos separando” (Curado, 1954, p.25).

Nesse horizonte de discursos e práticas, cujas emoções circulam, existe um primeiro polo: o da mulher exemplar, isto é, a “mãe-rainha do lar”. Sua construção perpassa por uma economia emocional investida de sentimentos como amor e felicidade. Esse polo se torna o ponto de partida para a construção histórica e social de outras figuras femininas. Concomitantemente, a construção dessa mulher-mãe, em pleno exercício de suas funções, para quem a felicidade parece natural, na outra extremidade, em uma posição antagônica e inferior, foi se desenhando ao longo do século XX. Assim, tem-se a mulher solteirona, aquela que é investida de sentimentos ruins e que parece viver numa situação de constante débito com a sociedade, uma vez que não conseguiu ou se recusou a cumprir seu suposto papel social.

“Foi com o discurso da modernidade que a família se constituiu em núcleo de afetos e de investimento social, lugar privilegiado de instituição de formas de controle da vida cotidiano e de produção de modelos de homens e de mulheres marcados pelas diferenças de gênero” (Maia, 2007, p.5). Nesse contexto de exaltação da família, qualquer outra estrutura familiar é desconsiderada e combatida, especialmente naquele ambiente em que mulheres possam viver com outras mulheres ou se manterem sozinhas em comunidade, como acontece na obra de Emília de Freitas. Nesse texto, praticamente todas as “paladinas do nevoeiro” levam uma vida de “solteironas”. Apenas o casamento, dentro da arquitetura católica, burguesa, heterossexual seria um instrumento ideal de controle sobre as mulheres, e qualquer arranjo familiar que ultrapasse essas determinações sociais seria considerado desviante e perigoso para a ordem e o progresso da nação.

Sarah Ahmed defende que o medo é uma política afetiva que opera no sentido de conservação, ou seja, conservar a vida, conservar o corpo, conservar a nação, impedindo sua tomada ou destruição. Nesse sentido, a conservação desse modelo familiar se beneficia diretamente de determinados discursos que disseminam medo, e grande parte desses medos incidem sobre as mulheres.

As mulheres que permaneciam celibatária constituíam, de certa maneira, um elemento desestabilizador - pois, não apenas recusavam os novos papéis

destinados a elas (como mães e esposas), mas também, criavam condições de se constituírem em “indivíduo” para pleitear, de forma mais livre, os espaços de trabalho para governar a si mesmas e a seus próprios bens; além disso, elas se tornavam exemplos visíveis da possibilidade de existência e de felicidade fora das relações conjugais. As mulheres celibatárias emergiram, assim, como uma figura indesejada que, incapazes de converter-se na verdadeira mulher, colaboradora do estado (Maia, 2007, p.44).

Tanto na literatura quanto fora dela, à medida que a idade avança, a mulher torna-se temerosa em relação à possibilidade de não se casar, de não constituir uma família, assim a solteirice, para elas, se torna um objeto de temor que aparece em nossas fontes. A imagem da mulher solteira é explorada pela pesquisadora Cláudia Maia, em *A invenção da solteirona*, obra que evidencia em qual momento e como a figura da mulher solteira se torna um estorvo social a ponto de ser combatida pelos discursos médicos e religiosos.

Ao final do século XIX e por boa parte do século XX, havia uma pressão social significativa sobre as mulheres, de modo que deveriam se casar cedo e estabelecer suas próprias famílias. A “solteirona”, termo depreciativo conferido às mulheres a partir dos 20 anos que não se casava, era percebida como um alguém que não se adaptou as expectativas tradicionais. As mulheres solteiras, frequentemente, eram alvo de ridicularizações e de especulações sobre sua vida pessoal.

A mulher solteira era, de maneira recorrente, retratada de forma negativa na imprensa, sendo vítima de escárnio na cultura popular dentro do contexto analisado. Ela era, também, por muitas vezes, representada como infeliz, solitária ou, até mesmo, como uma figura excêntrica e feia. Esse estigma afetava a vida dessas mulheres, uma vez que reforçava a ideia de que sua vida estava incompleta sem um casamento, sem um lar, sem filhos ou sem um marido para provê-la e protegê-la.

Por que procura marido uma mocinha?  
Porque deseja ter uma casa sua.  
Porque tem **medo** de uma velhice desamparada.  
Porque ambiciona influência e posição social.  
Porque tem **medo** que a chamem de solteirona.  
Porque precisa de alguém que lhe pague os vestidos. [...]  
Porque **receia** que outra rapariga lhe atravesse no caminho.<sup>85</sup>

Historiadoras como Ana Maria Colling e Cláudia Maia explicam como o ato de se casar poderia ser juridicamente desvantajoso para a mulher, pois a colocava como incapaz e

---

<sup>85</sup> FONFON. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1912. Ano VI, nº 29, p. 57, grifo meu.

dependente do marido que passaria a ter poderes sobre elas. Mesmo assim, ainda que o casamento retirasse direitos individuais básicos e dificultasse ou até impedisse a mulher de exercer sua autonomia política e jurídica, “ficar para a titia” não era a escolha “feliz” ou adequada. Assim, a figura da solteirona emerge como instrumento pedagógico, com finalidade de convencer a sociedade de que o casamento era fundamental para a felicidade e para a realização feminina, e, conseqüentemente, para o bom funcionamento da sociedade. Mesmo que as mulheres solteironas desempenhassem um papel importante na manutenção de valores familiares – como auxiliando na formação e educação das crianças da família, socialmente era preferível que a figura feminina cumprisse com seu destino.

Pensamentos de um empregado do correio.  
A mulher casada é uma carta que chegou ao seu destino.  
A solteira é uma carta ainda não expedida.  
A solteirona uma carta esquecida...<sup>86</sup>

Existe, portanto, uma economia emocional que cobra determinadas atitudes das mulheres, como é o caso de se casar e de ter filhos. A mulher que não se casa é vista como perdida, relegada ao esquecimento e a solidão. O conceito de economia emocional, de Sarah Ahmed, nos ajuda a entender como a sociedade age com cobrança e com descrédito em relação às mulheres que não se casavam. Pela ótica da economia emocional, concluo que algumas emoções são pedagógicas, vivenciadas e atreladas a determinadas escolhas de vida, como o ato de se casar, considerado como um ponto culminante da vida das mulheres. A solteirice, seja ela voluntária ou não, envolvia perdas e ganhos. No entanto, as perdas tomavam proporções maiores se considerarmos o impacto do medo que algumas mulheres sentiam em relação à solteirice, além da insegurança e do medo em relação ao futuro e à felicidade.

Esse medo de ficar solteira está enraizado nas normas de gênero e nas expectativas culturais que atribuem valor à ideia de um casamento heterossexual como um objetivo de vida, sendo esse, muitas vezes, o único associado à felicidade e ao sucesso para as mulheres. Elas sentiam a pressão para se casar e, quando não o faziam, podiam experimentar emoções como o medo de serem julgadas ou estigmatizadas. A economia emocional, de Ahmed, destaca como essas emoções são moldadas pela cultura e pelas estruturas de poder, revelando a complexidade das relações entre as emoções e a conformidade com normas sociais. Essa conexão nos permite analisar e desafiar as normas de gênero e as pressões sociais associadas à solteirice das

---

<sup>86</sup> FONFON, Rio de Janeiro, 04 de julho 1908, ano II, n° 13, p.9.

mulheres, aspecto que, em relação aos homens, opera de forma diferente, haja vista o fato de que a solteirice masculina nem sempre era intrinsecamente ligada à solidão ou à infelicidade.

Em um conto, publicado na revista *Fonfon*, somos apresentados à figura da “tia Úrsula”. Uma mulher infeliz, solitária e feia que está em uma noite de Natal lembrando de sua juventude. “Naquele tempo, tia Úrsula não era uma solteirona, má e avarenta; era uma mocinha piedosa, de bom coração, de aspectos sorridente, que cercava de maternal afeto a irmãzinha”. Segundo o texto, Úrsula nutria um grande amor pela irmã, até o dia em que essa se casou, enquanto a personagem continuou solteira, perdendo, assim, o convívio com a irmã Adelina, a quem tanto amava. Esse teria sido o ponto de ruptura do vínculo entre Úrsula e a irmã. A partir desse acontecimento, ela se recusou a viver com a irmã e o cunhado, passando a viver de forma solitária e isolada, poupando dinheiro apenas para si.

Os anos haviam endurecido aquele coração de ferro: Úrsula repelia asperamente aquela pobre mulher, exprobrando-lhe o casamento e não respeitando o cunhado[...] viveu sempre sozinha, longe de todos, não tratando senão de juntar dinheiro, muito dinheiro, numa velha meia no fundo do seu armário. Para quem? Para ninguém, pois ela não pensava tampouco naqueles que tão cruelmente havia repellido<sup>87</sup>.

Toda essa aspereza de Úrsula só se desfez quando ela conheceu o sobrinho perdido, filho da falecida irmã Adelina. Nesse caso, o amor pelo menino se torna uma forma de redenção para a tia solteirona. A solteirona e a sufragista são figuras femininas que sentem medo e que, por isso, são combatidas, inclusive uma das formas de atacá-las e justamente pela aparência. Nesse caso, a feiura também está associada ao medo. “O livro de Umberto Eco sobre a história da feiura mostra seu horror espetacular. As aparências medonhas evocam as forças infernais, escapulindo dos limites da figura humana e beirando a monstruosidade.” (Sant’anna,2014, p.72). A personagem Úrsula, por exemplo, é descrita como “feia e estrábica”. Dessa forma, sujeitas como solteironas e feministas são ameaçadoras para a arquitetura matrimonial e passam a ser construídas como objetos de repulsa.

As sufragistas londrinas, que ainda continuam reclusas por excesso de manifestação pública, não tendo conseguido aterrorizarem os seus detentores com a resolução do suicídio pela fome (porque a polícia resolveu alimentá-las à força), tomaram a deliberação de escandalizar os moralistas da detenção. E nesse firme propósito negam-se a vestir o uniforme da prisão. Acontece que, tendo-se lhes retirado as roupas, para, por esta forma, obrigarem-nas a vestir os trajes da prisão, elas persistem em se conservar no

---

<sup>87</sup> FONFON, Rio de Janeiro 1 de outubro de 1910, ano IV, n° 40, p.41.

costume da mãe Eva antes do pecado a despeito do rigoroso inverno que ora reina em Londres.

E como as grandes das diversas celas em que elas se acham não tem reposteiros, nem é possível encobri-las por causa da vigilância dos guardas, estes e outras pessoas, que constantemente passam pelos corredores, são espectadores obrigados dos quadros vivos que as sufragistas nuas lhe oferecem. **O pior é que, entre elas, o número das velhas e das feias parece ultrapassar o das moças e bonitas.**<sup>88</sup>

Ao analisar o nojo, Sara Ahmed argumenta que “a relação entre repugnância e poder fica evidente quando consideramos a espacialidade das reações de repugnância e seu papel na hierarquização de espaços e corpos” (2014, p.89, tradução minha). Aqui, faço uma outra observação relacionada às questões do racismo e das emoções. Essa semelhante repugnância também recai em vários trechos das narrativas estudadas sobre corpos negros, até mesmo na obra de Emília de Freitas, a qual foi uma autora considerada como um expoente do movimento abolicionista. Mesmo abolicionista, Emília retrata, em seus romances, as figuras negras como “horripilantes”, como quando ela descreve outro personagem chamado de Mono, uma espécie de guarda-costas da rainha. “Vinha ali também assentado no banco da proa, sustentando o remo e movendo-o com perícia, uma figura negra e peluda, feia de meter medo!” (Freitas, 2019, p.26). Logo, cabe ressaltar que, mesmo se assumindo como abolicionista, Emília fez parte de uma sociedade racista, o que torna o racismo uma questão estrutural.

Tudo isso desemboca no medo e na repulsa a determinados corpos, e esses “temíveis e repugnantes” reagem a esses sentimentos que lhes são direcionados. No que diz respeito ao gênero, isso resulta no medo das mulheres de não serem aceitas socialmente e de não serem felizes. Mesmo após casada, o medo de não fazer o marido feliz e, conseqüentemente, o estigma da infelicidade conjugal continuou assombrando constantemente o cotidiano feminino das mulheres ao longo do século XX.

O casamento, ponto de partida desse modelo familiar, é prerrogativa de Estado na utopia de Adalzira Bittencourt. O assunto é abordado com muita atenção, por se tratar de um elemento que pode colocar em risco o futuro da nação. O receio em relação a doenças que poderiam macular o país fez com que exames de núpcias e esterilizações se tornassem um protocolo no “Brasil de 2500”. Assim, todos esses medos arrebatam os corpos femininos: o medo de não ser feliz, de não agradar ao marido, de não estar no padrão eugênico de beleza e de saúde e, ainda, de não gerar e parir uma prole educada e saudável.

---

<sup>88</sup> FONFON, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1910, ano IV, nº 3, p.23, grifo meu.

O amor conjugal era feito de procriação. Apenas. Nada de paixões infecundas, de amores romanescos, de sentimentos fora de controle. A prole legítima era o único projeto saudável. Seu cuidado, a única meta [...] A tríade amor, saúde e felicidade passa a coincidir nos discursos sobre a família enquanto os “amores de sofrimento” eram identificados com doença (Del priore, 2005, p. 321. Edição Kindle).

No caso da obra *Vossa excelência a presidente da República no ano de 2500*, a relação entre doença, amor e sofrimento fica em evidência quando Jorge e Mariângela não conseguem levar o amor adiante, em razão da condição física do pintor, a qual é considerada uma doença, resultando, também, no sofrimento da personagem em ter que lidar não só com a impossibilidade de amá-lo, mas também com o dever de ter que sacrificar o homem amado. Nesse trecho, o discurso eugenista se entrelaça com a ânsia política de preservar um modelo familiar ideal, assim o amor romântico, conjugal e familiar só seria possíveis, viáveis e felizes quando moldados por princípios eugênicos. Esse Brasil do futuro, de Adalzira Bittencourt, não estava tão distante do seu Brasil do presente.

Em 1990, nós brasileiros, éramos ainda como em 1930: Mirrados. Neurastênicos. Pequenos. Trigueiros. Doentes. Feios. Pobres. Analfabetos. Malcriados e estúpidos. Homens de barbinha rala e fala fina, quase sempre tendo nas veias um pouco de sangue negro e por isso mesmo, preguiçosos, indolentes... Cheios de taras e doenças. Mulheres raquíticas ou de excessiva gordura balofa, estéreis, sardentas, espinhentas, incultas, pretensiosas, cabotinas e feias (Bittencourt, 1996, p. 162).

Adalzira Bittencourt, através de sua obra, reflete e propaga ideias eugênicas dentro de uma visão utópica nacionalista do Brasil das décadas de 1920 e 1930. O medo da degeneração racial e a busca por uma nação forte, saudável e branca são temas centrais, como fica evidenciado no trecho acima. Sua obra tem um tom pedagógico na medida em que busca legitimar políticas eugênicas, como esterilização, eutanásia e restrições imigratórias. Bittencourt, alinhada ao feminismo da época, também enfatiza o papel da mulher na regeneração da nação, utilizando a educação e a maternidade como ferramentas para este fim. Sua ficção científica reflete o entrelaçamento do modernismo, do nacionalismo e da eugenia, mostrando como o medo da degeneração foi politicamente mobilizado para reforçar uma identidade nacional branca.

Enquanto isso, no Brasil não ficcional, uma Comissão Central Brasileira para o Estudo e Propaganda da Eugenia foi criada em 1930, sendo essa, fruto da iniciativa da Sociedade Eugênica de São Paulo, marco importante para a introdução dessas ideias em solo brasileiro. A eugenia no Brasil também se entrelaça com o movimento modernista, que buscava um

progresso nacional baseado em ideais de saúde, força e beleza. Adalzira Bittencourt, por exemplo, vislumbrava um Brasil futurista onde leis eugênicas garantiriam a formação de uma população branca, forte e saudável. Sua utopia projetava um futuro onde a educação e a higiene racial seriam ferramentas para o melhoramento da nação (Ramos, 2002). Embora as práticas eugênicas no Brasil não tenham alcançado a mesma oficialidade que em países como Alemanha e Estados Unidos, o discurso eugênico foi amplamente assimilado pela intelligentsia brasileira. Esse discurso influenciou políticas públicas, como os exames médicos pré-nupciais, e inspirou movimentos sociais e literários. A ideia de um Brasil "moderno" e "eugenicamente perfeito" refletia um desejo de superação das condições históricas e sociais adversas através da ciência e da intervenção estatal. Essa comissão tentou inserir, na Constituinte de 1934, discussões para a aprovação de leis que versassem sobre casamentos precoces entre indivíduos considerados eugenizados e a proibição de união entre indivíduos considerados "degenerados"; que incluíam negros e pessoas com deficiência física. Foi proposto, também, a seleção eugênica dos candidatos aos cursos superiores e cargos públicos; e a defesa da implantação de educação eugênica em todos os níveis de ensino. Discutia-se a ascendência e o histórico familiar em relação às doenças mentais, sífilis, tuberculose, lepra, homossexualismo, prostituição, alcoolismo, assassinato e homicídio, todos considerados como um obstáculo ao desenvolvimento da nação (Ramos, 2002) e, por isso, objeto de medo e repulsa.

Em *A presidente do Brasil no ano de 2500*, a protagonista não consegue viver o amor ao lado de Jorge, porque ele, apesar de ser um pintor renomado e famoso no exterior, não foi aceito em terras brasileiras, em razão das suas deficiências físicas. As regras eugênicas, no Brasil do futuro de Adalzira, previam a pena de morte para as mães que não entregassem os filhos que possuíam deficiência para o Estado. As crianças eram sumariamente sacrificadas, já que representavam um empecilho para o progresso do país e para o aprimoramento da "raça". Em razão disso, a mãe de Jorge foge com ele e o personagem cresce no exterior, longe do Brasil. Jorge e Mariângela trocam cartas antes do encontro, o qual acabará com as expectativas dela de se unir a ele. Em um desses diálogos epistolares, ela escreve:

Fico absorta meditando o porquê desta ternura que a minha alma sente por você. Se nunca os meus olhos se cruzaram com os seus, nem você jamais ouviu a minha voz, nem nossas mãos se apertaram ainda e eu o amo tanto! O amor tem destes mistérios. E um mistério que me seduz, de amar alguém até o paroxismo, sem mesmo conhecê-lo de verdade. Saber que a minha voz grafada ou ouvida mecanicamente pelo rádio ou pelo fone, é para você como a voz de um anjo ouvida através de nuvens. E a minha voz o encoraja, anima, desanuvia as mágoas que você sofre, anima-o porque você é um artista e por isso mesmo um lutador (Bittencourt, 1996, p.208)

Essas cartas descrevem um amor recíproco, romântico, idealizado e que possui uma fonte de felicidade:

Tua carta reli-a vezes sem conta. O meu espírito acabrunhado e triste torna-me incapaz de referir aqui uma a uma as impressões dulcíssimas que as tuas palavras me causaram. **Um momento fiquei mesmo a pensar na alegria do meu coração, no dia em que te tivesse enfim ao meu lado e pudesse chamá-la minha. Minha mulher! Meu amor!** (Bittencourt, 1996, p.208, grifo meu).

No caso de Mariângela e Jorge, a felicidade não seria alcançada por meio do casamento, porque não seria um casamento adequado às normas político-sanitárias do Brasil fictício do futuro. Ada Curado, em 1954, também explora essa temática em sua obra. Ao assistir uma aula de história naquela cidade formidável, João houve do professor a descrição sobre o Brasil do passado:

Naquele tempo, o homem era explorado pelo próprio homem, viviam, por dá cá aquela palha, em constantes guerras. Tudo para eles era pé de briga. Por um pedaço de terra, brigavam; pela travessia nos mares, brigavam; por religião, brigavam. Imaginem vocês, brigar por religião chega a ser ridículo. Levavam anos construindo uma cidade e um bombardeio antiaéreo em poucas horas destruía tudo. A energia atômica que nos fornece luz tão clara e põe em movimento toda espécie de máquinas, era chamada “bomba atômica” e com ela destruíram completamente cidades inteiras. Vocês terão, muito em breve, oportunidade de ler os livros que dizem das misérias do povo antigo. Havia pessoas que passavam fome por indolência, indolência essa motivada pela deficiência do organismo. **Havia doenças horríveis como a piorreia, que, atacando as gengivas, o micróbio consumia os dentes sãos. Outra chamada morfeia, que apodrecia as carnes. Numa chaga completa, o indivíduo ia ficando sem nariz, sem orelhas, sem os dedos dos pés e das mãos. Além da doença o pobre portador da moléstia vivia corrido de todos, devido o perigo de transmissão. Havia o tal do câncer, que alastrava raízes pelo corpo, como os tentáculos de um polvo, e o indivíduo morria aos gritos. O célebre micróbio chamado sífilis, que estropiava as pessoas, produzindo cegueira, boqueira, ataques, loucuras e outras coisas. Havia a terrível paralisia infantil, mal da espinha, que tolhia para sempre o movimento das pernas, A tuberculose que fazia o indivíduo vomitar os pulmões, e homens com deficiências de glândulas dados à bebida, que se tornavam verdadeiros farrapos humanos** (Curado, 1954, p. 27 e 28, grifo meu)

A preocupação com a saúde da prole era o que orientava esse sentimento dos cônjuges, não só no enredo fantástico de Bittencourt. O tema de eugenia se fez presente nos círculos intelectuais brasileiros “as ideias sobre saneamento, higiene e eugenia confundiram-se e imbricaram-se no projeto de regeneração nacional e progresso do país. E as ideias eugênicas

não foram exclusivas do meio médico. Foram profícuas entre educadores, jornalistas, escritores” (Ramos, 2002, p. 20). Concomitantemente, a mulher, que não gesta e não pare, também se torna um problema de ordem médico:

O celibato emergiu como um desvio da biologia, um estado contra a natureza, por isso, era um perigo constante à saúde das solteiras, uma vez que, para serem respeitadas e honradas, elas deveriam manter-se publicamente castas. A castidade das celibatárias se revelou, pois, como um grande paradoxo, porque ao não se casarem, elas torciam sua natureza. Contrariada, a natureza se vingava com um corpo doente, masculinizado, estéril, recalcado e com perturbações mentais. Com o discurso médico, a imagem ganhou corpo e a solteirona tornou-se real” (Maia, 2007, p. 282)

A saúde também esteve relacionada ao bom desempenho dos papéis de gênero. A ginástica passa a fazer parte da rotina das mulheres, com o objetivo de fortalecer o corpo feminino e melhor prepará-lo apenas para determinadas funções que envolvem a família, a maternidade e a vida doméstica e privada, como ter saúde para gerar filhos saudáveis. Na narrativa de Adalzira, a maternidade é supervalorizada, mas, em contrapartida, a protagonista não se torna mãe, uma vez que o papel que ela desempenha na nação é a outro. Mesmo defendendo que a mulher possa e deva trabalhar para o bem da nação, a forma como a narrativa termina deixa evidente o sofrimento que aflige aquela mulher que escolheu ocupar determinadas posições de poder. A obra destaca o ônus em ser presidente do Brasil, de forma pedagógica, deixando subentendido que aquele não é o “lugar da mulher”. Elizabeth Stanko (1990) argumenta que o acesso ao espaço público pelas mulheres foi restrito pela circulação de narrativas da vulnerabilidade feminina. Tais narrativas são apelos à ação: sugerem que as mulheres devem estar sempre alertas quando estão fora de casa” (Ahmed, 2014, p.69, tradução minha). Ao induzir esse grupo a evitar determinadas imposições, supondo que tais escolhas inadequadas as conduzirão inevitavelmente ao abismo da infelicidade, o medo cumpre seu papel de educar os gestos, as falas, os desejos e as ambições. No tópico seguinte, analisaremos os sentimentos opostos ao medo, à tristeza e à infelicidade e a maneira como eles são mobilizados nas narrativas.

### **3.2. AMOR E A FELICIDADE**

*“O amor não se aprende em livro algum, é instinto, rubrica todas as páginas do livro da alma” (Freitas, 2019, p. 47).*

O tema do amor romântico foi recorrente na maioria dos romances, especialmente naqueles que compõem o que podemos chamar de “literatura de mulherzinha”, o que diz respeito a temas socialmente “femininos”. “Os romances tomam ares de escritos exemplares. E novamente é o amor romântico o agente primordial que guiará o homem e a mulher no caminho do progresso, do casamento e da felicidade plena” (Soares, 2012, p. 101). Aqui, retomamos às ideias de que as emoções também são perpassadas pela linguagem e estão mergulhadas em contextos sociais que lhes conferem significado.

Atribui-se a Pascal o seguinte dito espirituoso: “De tanto falar de amor, acabamos nos apaixonando”; a sequência é de La Rochefoucauld, seu contemporâneo: “Há pessoas que jamais teriam se apaixonado se não tivessem ouvido falar de amor”. Poderíamos ver nessa frase um sarcasmo [...], mas também podemos lê-las, acompanhando o sociólogo Niklas Luhmann, em um sentido construtivista: só o código do amor assim como ele se define nas incontáveis cartas, pomos, epístolas, imagens e canções “encoraja a formar sentimentos que lhe são conformes” (Fervert, 2020, p.135).

Ainda que tratem o amor como algo instintivo e puramente natural, nossas fontes nos permitem perscrutar os códigos emocionais e perceber as práticas que os circundam e é nesse horizonte social, cultural e político que a história do amor não diz respeito a apenas o amor em si, mas também levanta questões amplas sobre como a figura do “eu” se relaciona à figura do “outro”, e mais, como os indivíduos, - e seus corpos e corpos, são colocados em uma relação particular com o Estado, como propõe Claire Langhamer (2020) no capítulo “Amores, sedução e desejo” do livro *A história das emoções*.

Afinal, o que significa fazer algo por amor? Por que algo pode ser visto como melhor se for feito por amor? Como o amor move as pessoas e como as pessoas movem o amor? As respostas a essas perguntas não se descolam do exame dos distintos significados e definições que esse sentimento alcança em contextos históricos variados.

Quando o tema é o amor e sua relação com a felicidade cabe também retornarmos as receitas de (in)felicidade que permeiam a experiência emocional dos sujeitos, sem perder de vista que tais receitas se constituem em ações alicerçadas em narrativas que, por sua vez, são construídas por lógicas do “sentir” e fantasias de “promessas de felicidade (Soares, 2021, posição 469).

Sara Ahmed (2014) é uma das teóricas que se dedica a essas questões a respeito da política das emoções, isso pode ser evidenciado em seu livro *The Cultural Politics of Emotion*. Dialogando criticamente com os estudos freudianos, a pesquisadora examina as relações e as contradições que permeiam o amor e que o tornam um objeto de estudo complexo. “O amor é

ambivalente: amar o outro também pode significar odiar o poder que esse amor dá ao outro” (Klein, 1998, p.306-7 *apud* Ahmed, 2014, p. 126, tradução minha). Ainda que esse sentimento seja um elemento considerado fundamental para a conquista da felicidade nas sociedades ocidentais, o amor faz com que aqueles que amam fiquem vulneráveis e os expõe a uma dependência a outros indivíduos. Essa vulnerabilidade é maior quando pensamos nas mulheres. O “tornar-se” mulher depende do homem, como explica Simone de Beauvoir. Existe uma alteridade assimétrica na construção identitária de homens e de mulheres. Para a matriz de pensamento ocidental, o homem é capaz de pensar e definir a si mesmo, enquanto a mulher só “é” em relação ao homem. Assim, a mulher é sempre “o outro”, socialmente colocada em uma condição de inferioridade que ainda as mantêm vulneráveis e subjugadas. Como explica Ahmed, “a vulnerabilidade não é uma característica inerente ao corpo das mulheres; ao contrário, é um efeito que trabalha para transformar a feminilidade em um agente delimitador da presença feminina no público” (2014, p.70, tradução minha).

Desde o século XIX, o amor romântico teve um papel fundamental na trajetória dos casais heterossexuais, especialmente nas mulheres. Tal sentimento se tornou ingrediente para a construção e a manutenção de relações familiares fortes e duradouras, que pudessem, inclusive, conforme discursos modernizantes, atuar como pilares políticos da nação. No século XX, a reiteração da importância desse sentimento assume um espaço cada vez mais crucial no interior da vida cotidiana, e o amor passa a ser um dos maiores clichês da cultura popular do século (Langhamer, 2020).

No início da narrativa de Emília de Freitas, percebemos a admiração romântica de Edmundo pela rainha. Em um trecho, destacado abaixo, ao ouvir, pela primeira vez, sobre a “moça encantada”, Edmundo reage em tom sarcástico, reafirmando sua valentia e coragem perante o desconhecido.

O doutor Edmundo ficou pensativo. Muitas vezes tinha zombado da credulidade do povo, e não podia tomar a sério aquelas histórias incoerentes, mas procurava o fio da realidade perdido naquele labirinto de ideias extravagantes e fantásticas. Averiguar o fato seria uma distração para a monotonia de seus dias, para o aborrecimento de sua vida cansada das brilhantes misérias das grandes cidades, por isso fingiu acreditar nas ingênuas palavras do camponês e disse-lhe:

- Pois bem, Valetim, se ficar aqui mais alguns dias irei contigo à gruta para ver a moça encantada. Se for bonita caso-me com ela (Freitas, 2019, p. 25).

Investigar um mistério envolvendo uma bela mulher seria forma interessante de aliviar o tédio de um homem que enxerga, na beleza, um atributo importante para escolher uma esposa.

Mas, ao longo da narrativa, percebe-se que o interesse de Edmundo, pela resolução do mistério, tem mais a ver com a satisfação em embarcar em uma aventura do que com a busca pelo amor. Alguns capítulos adiante, notamos que o par romântico ideal será formado por Edmundo e por Carlotinha. Enquanto essa última é descrita como uma moça do interior, humilde, tímida e apaixonada, que luta, inclusive, contra as manifestações físicas desse amor, para que ninguém perceba sua profunda admiração pelo recém-chegado Edmundo, este rapaz é descrito como “galante” e sedutor.

Em matéria de amor, não admitia a verdade, zombava de meia dúzia de corações, verdadeiros tesouros de sentimentos, onde tinha feito despertar o mais sincero e puro afeto, e depois ia escrever folhetins nos rodapés dos jornais dos estudantes contra a inconstância e a levianidade das mulheres, rindo-se ao mesmo tempo com os amigos de ter feito no mesmo jornal, com diversos pseudônimos, quatro ou cinco sonetos: a Marília, Luara, Beatriz, Leonor e Julieta (Freitas, 2019, p. 29).

Historiadoras que se debruçam sobre os sentimentos buscam entender como estes circulam em determinados horizontes, formando, assim, as “comunidades emocionais”, conceito desenvolvido para defender a ideia de que as formas pelas quais o amor é vivenciado pelos sujeitos sempre se modificam e se ajustam aos espaços por onde esses sujeitos circulam (Rosenwein *apud* Langharmer, 2020). Assim sendo, “ambientes espaciais distintos implicam repertórios emocionais distintos” (Garmmel *apud* Langharmer, 2020, p. 532), como é possível notar ao longo da narrativa de Emília de Freitas, que insiste na dicotomia entre campo e cidade, em que o campo é o lugar do feminino, espaço da pureza, em oposição ao urbano, o qual é mais sensual, lugar do masculino:

- Gentes! Que vejo? É o doutor Edmundo... – exclamou ela, voltando para o lado da janela.
- Um seu criado, dona Matilde, já vi que não esquece os antigos conhecimentos – respondeu ele, depois de uma cortesia afável.
- Muito bem, mas o senhor esquece, pois chegou já há uma semana, e ainda não foi à nossa casa.
- Não sabia que estava aqui – disse ele, saindo para a calçada, e enquanto apertava a mão de dona Matilde, olhava estranho para as duas moças que estavam a seu lado.
- Não conhece, doutor? Esta aqui é Henriqueta e esta é Malvina. O senhor as viu ainda pequenas, já estão crescidas, umas moças...
- Bonitas! – disse ele familiarmente.
- **Não seja lisonjeiro, doutor, veja que estamos na roça, aqui não se usam os galanteios de salão.**
- Aqui o que não se usam são os fingimentos de lá – disse a professora, oferecendo cadeiras aos circunstantes (Freitas, 2019, p. 43, grifo meu).

Os ditos “galanteios de Salão” fazem parte de um repertório emocional ligado aos grandes centros urbanos, nos quais a autora viveu. O avanço da urbanização e da participação da mulher no mercado de trabalho expuseram um número cada vez maior de mulheres à vida pública. Intensificaram-se, também, a necessidade do controle sobre o sentimento amoroso e as práticas sexuais nesse ambiente urbano. Coibia-se, desse modo, qualquer comportamento amoroso-sexual considerado inadequado, especialmente para as mulheres.

A transformação por que passava seu eu lhe era manifesta, **mas o que estava sentindo não podia bem definir**. Apesar de saber perfeitamente o que era e como se chamava, não se atrevia a pronunciar, ainda que mentalmente, **o nome do novo sentimento que tomou de assalto a fortaleza de sua alma** (Freitas, 2019, p.47, grifo meu).

O amor romântico é construído como sendo a salvação e a redenção para as mulheres, aquilo que as protege da decadência sexual. A personagem Carlota, mantém-se, por toda a história, longe de perigos luxuriosos. O repertório emocional de Carlota faz dela a moça ideal, apaixonada, tímida, pudica, reservada e obediente aos pais. Uma heroína secundária, uma moça que não sucumbe diante de desejos que poderiam colocar sua reputação sexual em dúvida. Em razão disso, a personagem alcançará o seu “final feliz” casando-se com Edmundo. Carlota, ao contrário da Rainha, tem a oportunidade de ser feliz no amor.

Contudo, o casamento só ocorre após muitos acontecimentos que dificultaram a aproximação e a felicidade do casal protagonista, como a intromissão das “interesseiras” e “desagradáveis” Henriqueta e Malvina. As filhas da dona Matilde são moças que possuem um comportamento bem menos envergonhado, que rivalizam com Carlotinha pela atenção de Edmundo:

Henriqueta, ao se despedir do doutor Edmundo, disse-lhe em voz baixa:

- A primeira valsa e a segunda quadrilha são nossas... não é assim?

- Decerto – respondeu ele com um **sorriso amável**.

Ainda foi somente Carlotinha quem ouviu esse segredo. Apenas saíram as visitas, ela entrou para o quarto de dormir e atirou-se ao leito, procurando abafar os soluços que lhe **rompiam do peito como uma catapulta** (Freitas, 2019, p. 70, grifo meu).

Na história de Ada Curado, somos apresentados ao casal João e Clícia. João, o soldado desertor, apaixonou-se pela moça que o recebeu quando este chegou à misteriosa cidade. Não demorou para que ambos estabelecessem um vínculo afetivo que não se abala diante das

investidas de Meggie sobre o forasteiro. A personagem Clícia se aproxima bastante de Carlota, ambas são aquelas que têm tudo para serem felizes no amor: são pacientes, delicadas, doces, não são demasiadamente vaidosas e são sexualmente comportadas, e, talvez, este fosse o aspecto mais importante: nenhuma das duas ocupa uma posição de poder em relação aos seus amados, isto é, elas não são nem rainhas nem presidentes.

Nessa narrativa, o herói foge dos horrores da guerra e encontra o amor da mocinha habitante de um lugar onde predomina a paz e a tranquilidade, aspectos que ele não encontrou nos campos de batalha. Na trama, eles não chegam a se casar, mas, em determinado momento, quando João busca autorização para sair da cidade com a missão de espalhar a notícia daquele lugar formidável, fica expresso o desejo de ele fazer dela sua esposa.

Irromperam calorosas palmas. Feito silêncio, João continuou:

- Levarei, se me permitirem alguns documentos, de que essa terra existe, do contrário, não me acreditarão. Direi e mostrarei àquela gente tola como se deve viver. O Mestre interrompeu, dizendo:

- Dar-lhe-emos todo o apoio possível.

Clícia interveio:

- Se o Mestre permitir, eu o acompanharei. **João pediu-me para ser sua esposa.** Poderei ajudá-lo muito. João obtemperou:

- Não, minha querida. O sacrifício seria muito grande. Você não suportará a estupidez da nossa vida,

- Será por pouco tempo. **Junto de você não terei medo.**

- Se quer mesmo ir, terei prazer em levá-la. João aproximou-se de Clícia e apertou-lhe uma das mãos (Curado, 1954, p.40, grifo meu).

O amor aparece como uma espécie de prêmio. Especialmente após as guerras mundiais, esse sentimento foi socialmente aceito como uma recompensa para os sobreviventes dos conflitos, vide a famosa fotografia em que o marinheiro George Mendonsa beija a enfermeira Greta Zimmer Friedman, em 14 de agosto de 1945, em Nova York, imediatamente após a notícia do fim da segunda guerra. “Em meios a todos esses sofrimentos, o amor oferece claramente uma fonte de esperança e de reconforto no seio de um mundo marcado pelo caos e pela destruição” (Francis, 2008, p. 69 *apud* Langhamer, 2021, p. 527).

Há de se considerar, também, que, após a Primeira Guerra, além da fotografia, o cinema também começou a ganhar espaço como um meio de comunicação e de reprodução de discursos e práticas sociais. “Nos filmes que destacavam o relacionamento afetivo como eixo principal [...] Outro traço comum? O casamento como solução para qualquer problema. (Priore, 2005, p.352, Edição do Kindle).

No entanto, o amor se torna um “prêmio” apenas para aqueles que se dispõem a “amar” dentro dos moldes considerados corretos. Evidentemente, os tipos ideais de casais, descritos na imaginação das três autoras, são jovens, belos, fisicamente saudáveis, heterossexuais e brancos. Não há nenhuma alusão direta ou indireta a um relacionamento homoafetivo em nenhuma das histórias. Por isso, os comportamentos sexuais aceitáveis e autorizados, considerados como fontes de felicidade e realização pessoal, são apenas aqueles heterossexuais, maritais, monogâmicos e com fins reprodutivos. Além disso, não podemos esquecer que o amor, dentro dos moldes considerados sagrados do casamento, não era privilégio de todas as pessoas e muito menos de todas as mulheres.

A mulher negra, historicamente, viveu as experiências de amar e de ser amada de forma distinta das mulheres brancas, e isso se deve ao racismo e ao sexismo, que constituíam a sociedade brasileira desde os tempos coloniais<sup>89</sup>. O ideal de beleza branco, reforçado pela imprensa e pela literatura, tem como consequência o reforço de estereótipos raciais e múltiplas opressões. A valorização do amor romântico, muitas vezes, se entrelaça com ideais eurocêntricos de beleza, diminuindo a chance de essas mulheres serem idealizadas como seres dignos de serem amados, até porque o corpo da mulher negra acaba servindo a interesses sexuais e objetificações, mais até do que o corpo de mulheres brancas. Em nenhuma das três narrativas temos protagonistas negras. As personagens principais são brancas, mesmo que não sejam descritas como brancas. Percebe-se que os marcadores raciais ficam evidentes apenas quando as personagens são negras. Quando isso ocorre, essas personagens obrigatoriamente são descritas como negras, e o mesmo não ocorre quando elas são brancas.

Em a *Rainha do Ignoto*, as únicas personagens negras são descritas como “mulatas”, e essas pessoas são as cozinheiras e outras empregadas que interagem com os personagens principais; já as personagens principais são loiras ou não tem nenhum marcador racial evidenciado. A Rainha, por quem Edmundo se apaixonou inicialmente, também era loira e foi descrita pela autora como “uma bela moça de 26 a 28 anos, muito alta, muito elegante e muito loura”. Carlotinha que se apaixonara por Edmundo e com quem ele se casou também é descrita como uma mulher branca. “A filha de dona Rachel estava encantadora na liberdade de seus movimentos e na singeleza de seu traje. Com seu vestido de casa de florezinhas azuis e suas longas tranças louras, parecia filha do Sol!”. Em *O sonho do pracinha*, nem Clícia nem Meggie tem esses marcadores raciais evidenciados, o que denota que são identificadas como brancas.

---

<sup>89</sup> Para aprofundar nessa questão, sugiro a leitura de Leila Gonzáles. Ver: Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural de *amefricanidade*.

Segundo Ahmed (2014), o amor envolve relações sociais que perpassam não apenas pelo sujeito que ama, mas também, pelo objeto amado por esse sujeito, ou seja, é preciso examinar tanto o sujeito que ama quanto aquele que é amado. O sentimento amoroso é o que move as pessoas em direção ao “ser algo” ou “a possuir algo”. Pensar na economia das relações amorosas implica refletir, concomitantemente, sobre o “ser” e o “ter”<sup>90</sup> e sobre a construção social histórica e identitária do que “somos” e daquilo que temos, isto é, “possuímos” enquanto objeto de amor. E tudo isso envolve permissões, interdições e reiterações: Quem se pode ou não amar, como se pode ou não amar, quando se pode ou não amar etc.

Todo esse percurso emocional envolve os processos de identificação e de idealização, em que a etapa de se identificar seria a instância relacionada à construção do “eu”, e, por outro lado, o processo de idealização refere-se à elaboração do outro. E, nesse sentido, não podemos deixar de considerar que aquilo que somos, ou aquilo que se é, está relacionado também à nossa identidade de gênero, bem como com a identidade de gênero daquele ou daquela para o qual/quem nosso amor é direcionado. Uma das críticas elaboradas por Ahmed e por outras pesquisadoras é o fato de que, no Ocidente, os estudos sobre amor tendem a seguir uma estrutura heteronormativa. Logo, o próprio modelo freudiano reproduz e estipula a heterossexualidade como sendo uma trajetória normal do desenvolvimento do sentimento amoroso, desde a infância.

Segundo Butler (*apud* Ahmed, 2014) o amor cria um objeto ideal, cujo sujeito que ama e o objeto do amor devem ser diferentes. Nesse sentido, existe um investimento social e psíquico contínuo na manutenção das estruturas heterossexuais, que ocorre também através da literatura ou por meio de outras produções culturais. Inclusive, essa é uma consideração que pode ser constatada em todas as fontes que são objeto de análise desta tese, em decorrência do total apagamento de qualquer outro relacionamento que não seja o heterossexual, aspecto que todas as autoras se privaram de discutir em seus textos.

No texto de Adalzira, o endosso da heteronormatividade ocorre por intermédio da instituição conhecida como “escola de mães”. O local, como o próprio nome sugere, prepara as

---

<sup>90</sup> Sara Ahmed, partindo das considerações de Freud sobre o complexo de Édipo, traça uma distinção entre a admiração e a idealização, ao mesmo tempo em que sugere uma continuidade entre tais processos. Ela explica que a admiração é umas das formas primárias de estabelecimento de um vínculo afetivo. Assim, um garotinho sente admiração por seu pai, quer ser como ele, inclusive tomar o lugar dele e possuir a mãe, que é a mulher que o pai possui. Assim, o menino se identifica com o pai e se desidentifica com a mãe, o que reitera uma lógica heterossexual. “Identification with the father and idealisation of the mother do not take the masculine subject to a different place: the love for the mother is a means by which the identification with the father is performed (one desires what he desires), even if it renders that love ambivalent in its claim to possession. What is at stake, then, is the apparent separation of being and having in terms of objects,” (Ahmed, 2014, p.126).

“mães para serem mães”, ou seja, educa as mulheres para desempenhar aquele que é determinado como sua principal função dentro da família. Esse tipo de preocupação pedagógica não existia só na literatura. Desde que surgiram escolas mistas, no final do século XIX, a educação das mulheres se tornou objeto de preocupação da sociedade, a qual precisou investir ainda mais nos discursos morais que capacitassem esse grupo para a construção da família.

Nem sempre a defesa da educação do acesso e progressão das mulheres à educação formal foi sustentada por razões emancipatórias para além da função-doméstica-maternal. Durante os séculos XIX e XX, e mesmo nesse início do terceiro milênio, tem sido possível encontrar justificativas de que se deve investir na educação da mulher porque “mulheres educadas são melhores mães” (Rosemberg, 2013, p.338)

Na “escola de mães”, do Brasil do futuro de Adalzira, são reforçados valores que corroboram com o matrimônio heterossexual. Em uma dessas aulas, a professora explica: “É preciso saber que casar é juntar duas criaturas de sexo diferente para que se completem, se amem, se auxiliem, se respeitem mutuamente” (Bittencourt, 1929, p.178). Esse amor pelo diferente, no qual o objeto do amor precisaria ser do sexo oposto, tende a transformar a homossexualidade em uma espécie de anomalia que conduz ao fracasso e à infelicidade, já que, nesse caso, a relação seria fruto do amor direcionado ao semelhante e não um amar direcionado ao diferente, como previa Freud. Para Judith Butler (*apud* Ahmed, 2014), isso resultaria na renúncia à possibilidade de enxergar e idealizar alguém do “meu gênero” como objeto do meu amor.

Voltando ao romance de Emília de Freitas, Edmundo embarca na aventura de descobrir quem era a misteriosa rainha idealizada por ele e que roubou sua atenção: aquela que era conhecida por todos como fada ou funesta. Em vários momentos, o autor se indaga e especula sobre quem ela poderia ser, chegando a algumas conclusões:

- Que vai ela fazer? – pensava Edmundo. – Haverá ali outros habitantes? Quem são eles? De que espécie social? Ela será a serva ou a soberana? De onde vem esse luxo supérfluo que ela ostenta na solidão desse monte? Com certeza pertence a alguma quadrilha de salteadores! Mas por que causalidade caiu no poder de bandidos tão interessante criatura? Será nobre filha de alguma família reduzida à desgraça por um caso imprevisto? Se assim é, por que não foge? Está só... longe de seus algozes...

Eram milhões de ideias desconcentradas que borbulhavam no cérebro de Edmundo. Estava ele nessas cogitações quando King voltou trazendo o necessário para escrever na pedra. A misteriosa, depois de ter escrito, encaminhou-se para a gruta e desapareceu. O moço aproximou-se do lugar, e por baixo das quadras que ele havia escrito, leu:

Eu busco, nesse espaço dilatado/ O caminho do céu... de outro planeta/ Para onde meu ser vá transportado/ Quando quebrar da vida esta grilheta/ Se eu pudesse sofrer de nostalgia.../ Que pátria? Que nação seria a minha? /Se tudo nesse mundo me enfastia.../ Que afeto posso ter que me definha?

- É poetisa! - exclamou maravilhado, e voltou do monte com um desejo veemente de investigar o mistério, estava preso de uma curiosidade sem limites! (Freitas, 2019, p. 58/59)

Ele passa três anos longe do vilarejo, acompanhando essas mulheres da ilha do nevoeiro, decifrando o funcionamento daquela sociedade. Concentrado na sua aventura, Edmundo é incapaz de perceber o amor que Carlotinha nutria por ele, o que desencadeia um profundo sofrimento a jovem. Há, também, na trama a menção a outra jovem chamada Terezinha Meireles que, no passado, teria amado Edmundo, mas que, ao não ter seu amor correspondido por ele, acabou cometendo suicídio.

Contudo, ao retornar para a passagem das Pedras, Edmundo descobre que Carlotinha o amava em segredo e, assim, o protagonista acaba “se descobrindo” apaixonado pela doce mocinha, que, por sua vez, havia esperado pelo seu amado, especialmente porque surgiram boatos de que ele havia enlouquecido e fugido com uma trupe de ladrões que viviam nas imediações. Em um dos seus encontros como uma amiga (Rainha do Ignoto disfarçada de Diana), enquanto ainda não sabia do paradeiro de Edmundo, Carlotinha chega a receber alguns conselhos amorosos dessa amiga, que era ninguém mais, ninguém menos que a própria Rainha. Ela orienta Carlota a esquecer seu amado. Fora do mundo ficcional, a função de aconselhamento amoroso também foi desempenhada pela imprensa, especialmente a imprensa voltada ao público feminino.

- Minha menina, muito me pesa teu sofrimento, mas sou obrigada a ser franca: é muito mais fácil salvar náufragos entregues ao furor das ondas em noites de tempestade, roubar soldados da solitária de um quartel, libertar cem escravos do poder de um feroz senhor que vencer a indiferença de um coração. Nesse sentido, não haverá poder que te salve senão outro afeto mais digno de teu sincero coração. [...]

- Não posso Diana, não posso, só se ama uma vez.

- Como estás enganada nesse sentido, Carlotinha. O amor nem sempre é absoluto como erradamente pensa a mocidade, muitas vezes não passa de um sentimento de orgulho, de dignidade da alma iludida com o seu próprio sentir (Freitas, 2019, p.291).

Apesar de se interessar, desde o início, pela misteriosa rainha do ignoto, de quem o Edmundo tenta se aproximar recorrendo a disfarces, é com Carlota que ele se casa. Ao descobrir alguns episódios trágicos da vida da soberana, Edmundo acaba se convencendo de que ele

“tinha o gênio muito comum para atrever-se a amar uma rainha do ignoto” e decide, então, se casar com Carlotinha, cujo personagem, acidentalmente, descobre ser completamente apaixonada por ele. “Pela primeira vez, depois de três anos de ausência, veio-lhe à mente o semblante angélico da moça seus olhos azuis, tão serenos como a face da tranquilidade de um lago. Sentiu desejo de tornar a vê-la e prometeu a si mesmo voltar à paz da aldeia” (Freitas, 2014, p.276). Percebe-se que o amor que Cartola tinha por Edmundo era algo bem mais devotado, enquanto o amor de Edmundo por ela só se torna uma possibilidade para o rapaz após desistir da aventura de desvendar a enigmática Rainha. Quando Edmundo, enfim, deixa de se interessar pela “rainha funesta”, o repertório emocional do personagem muda, pois ele volta a experimentar sentimentos como tranquilidade e a certeza de estar fazendo uma boa escolha ao optar pela jovem Carlota como sua esposa. “Ele tinha chegado ao porto de salvação, depois do naufrágio dos mares funestos, ia velejar em águas mansas, soltar a barquinha de seu coração no lago azul sereno dos olhos dum anjo (Freitas, 2019, p.299). No capítulo 66, intitulado “A volta de felicidade”, a autora descreve o turbilhão de emoções sentidas por Carlota ao saber do retorno de seu amado. Ela recebe uma carta de Edmundo.

Carlotinha.

Sei que tem **guardado na alma singela e pura**, já há três anos, a verdadeira ideia, o bom conceito daquele que nunca deu motivo para se desconfiar de seu bom senso nem de seu caráter; portanto rogo-lhe que espere confiante o sincero agradecimento que irá em breve, pessoalmente, levar-lhe quem se presa de ser homem de bem. E \*\*\* (Freitas, 2019, p.298).

Essa carta tem um grande efeito sobre a personagem. “Enquanto abria o envelope, as mãos lhe tremiam. Seu coração adivinhava uma aurora de felicidade. [...] Encheu-se lhe o peito dum louco contentamento, e seu coração não se enganava” (Freitas, 2019, p.298). A descrição do casamento deles ocorre no capítulo 67, intitulado “fim dos amores comuns”. “Chegou o grande dia, o sino repicou, o vigário lançou as bênçãos nupciais a um mancebo vestido de preto e uma moça coroada de flores de laranjeira, e eles saíram da Igreja pelo braço um do outro, seguidos pela procissão de comilões de doces e perus assados” (Freitas, 2019, p.301). O casamento era o primeiro passo para a felicidade que se consolidava com a construção de uma família, inclusive esse modelo bem-sucedido e harmonioso de família é descrito em várias passagens do romance *A rainha do ignoto*, como neste selecionado a seguir:

Já os últimos grupos dos que tinham vindo para a festa da povoação voltavam para suas moradas, levando cada um a melhor recordação daquele dia. Os **felizes** camponeses, acompanhados por suas famílias, compostas quase sempre de uma mulher robusta e rudemente bela e de um rancho de **crianças alegres e fortes como sua mãe**, passavam conversando pela estrada (Freitas. 2019, p. 93, grifo meu).

A relação entre amor, felicidade e casamento também é elaborada por Adalzira Bittencourt por meio da “escola de mães”. As jovens são instruídas sobre o que é o casamento e sobre como ele deve ser permeado pelo amor e pelo desempenho de determinados papéis. “A mulher deve ser a musa inspiradora, a conselheira, a companheira, a enfermeira, a amante e confidente do marido. Deve procurar mantê-lo no seu lugar de honra” (Bittencourt, 1929, p.178). A felicidade do casal também depende de uma postura “cega” e totalmente comprometida da esposa para com seu marido.

Aqui veio, não para aprender a amar, porque amar já devia saber quando aqui entrou. Já deve amar aquele a quem vai unir o seu destino. Já deve amá-lo com a maior cegueira. Cegueira necessária, porque só deve amar a esse e ficar completamente cega para todos os outros homens do mundo. [...] Deves saber que o homem necessita na vida de afetos diferentes e como a esposa não os sabe fazer ele necessita de diversas mulheres [...]. Mas o homem tem também em si, dentro de sua natureza, um pequeno demônio travesso que lhe desperta a necessidade de ouvir loucuras de uma mulher espeloteada, alegre e sensual que não lhe fala de carestia, nem lhe cansa os ouvidos com a lenga-lenga de criados. Uma mulher perfumada, uma mulher bem tratada, uma mulher divinamente bela e pecadoramente provocante, que com beijos quentes, olhar satânico e envenenado, às vezes é loira é outras vezes morena, que lhe fala de amor ora em português ou em castelhano, ora em francês ou em alemão; que sabe amar com requintes de inteligência; que sabe espiritualizar atos materiais, capaz de fazer o marido sonhar coisas paradisíacas... E preciso afagá-lo e acariciá-lo multiformemente, para sozinha satisfazer à demônio travesso que o homem tem lá dentro dele. Há momentos na vida do homem, em que os seus negócios se perturbam. Ele sente falta de coragem, sente-se vencido, sem ânimo, sem saber o que fazer. Fica mal-humorado. Zangado. Neurastênico. Nervoso. A comida, [...] lhe faz mal. O café quente, forte e bom, parece-lhe frio, fraco, ruim é requentado... Em casa chega com todo o seu mau humor. É o dia mais difícil da mulher que não está preparada para essa cena (Bittencourt, 1929, p.178).

Nessa passagem, uma professora da chamada “Escola de mães” adverte as alunas sobre como lidar com o marido em caso de traição. É como se o homem tivesse o direito de ficar zangado e infeliz na falta de uma amante, já a mulher não pode se permitir ser tomada pela fúria

ou desgosto ao descobrir a traição do marido. Assim, a felicidade da família também depende da capacidade de a esposa lidar com a infidelidade do marido. Uma esposa infiel seria socialmente punida, o mesmo não ocorre com um marido infiel.

Evita sempre que teu marido tenha sócios. Evita conversares amistosamente com os amigos dele. Nunca o espies, nem mandes seguir os passos dele na rua. Não vás de surpresa ao seu escritório. Não andes a remexer-lhe os bolsos. **São as bases da felicidade conjugal** (Bittencourt, 1929, p.178, grifo meu).

A personagem segue advertindo e instruindo as futuras jovens que participam da escola de mães: “Quando ele está apreensivo, triste, preocupado, encoraje-o. Seja a amiga, a confidente devotada. Seja boa. Seja sensata. Por mais grave que seja o assunto não te zangues. Não te exaltes”. Era comum encontrar na imprensa conselhos que sugerem que dar razão ao marido é a atitude mais sábia que uma mulher poder ter em situações de brigas e desentendimento. A felicidade dependia dessas concessões por parte da mulher. Dessa forma, a maneira como ambos se realizam e encontram felicidade dentro do casamento é diferente. Para o homem, a felicidade que o casamento proporciona reside em ter liberdade de viver sua sexualidade sem intromissões da esposa, ao mesmo tempo em que se tem uma esposa dedicada, prendada e bonita. A beleza é um atributo feminino que proporciona felicidade e satisfação aos homens.

Deve se enfeitar para ser agradável aos olhos do seu marido, do seu noivo, do seu namorado, dos homens todos, das outras mulheres e para seu próprio encanto. A mulher deve ter o maior culto do Belo e a mais ampla noção de estética. Deve ser bela. Porém, não basta ser bela, é preciso mais: ser boa. E ainda mais? Ser pura. E mais: Ser honesta (Bittencourt, 1929, p.185).

Além de viver sua sexualidade e de ter uma esposa que seja feminina, a felicidade do homem depende da sua capacidade em prover e proteger a casa, a esposa e os filhos, aspectos que ficam evidenciados em um outro conto, intitulado *Em busca da felicidade*, presente no mesmo livro de contos de Ada Curado. Nessa obra, somos apresentadas a um diálogo entre um jovem, que partiu mundo afora em busca do sentido e do significado da felicidade, e entre um lenhador, que o personagem encontra pelo caminho e que lhe explica o que é a felicidade para ele, no caso um homem.

Bom dia, senhor. Ouvindo-o cantar bela e expressivamente num trabalho tão rude, vim pedir-lhe que me ensine a ser alegre e feliz.  
Na sua fisionomia transparece felicidade.

O lenhador gargalhou e respondeu:

- Talvez seja a saúde que desfruto que me dá alegria. **Quanto a felicidade deve ser produzida pelo trabalho que me rouba todos os momentos.** Quando me deito, adormeço num segundo, exausto que estou, e o sol todos os dias me encontra aqui.

**Tenho mulher e seis filhos para dar de comer e vestir** (Curado, 1954, p.54, grifo meu).

Já para as mulheres, a felicidade está em amar cegamente, não só o marido, mas também os filhos. “Ser mãe é ser deusa. É ser rainha. Quantas mulheres não se julgariam imensamente felizes se ouvissem uma boquinha rósea chamar-lhe — mamãe” (Bittencourt, 1929, p. 182). Historicamente construído como um dos sentimentos mais “femininos”, o amor encontra espaço na literatura e na imprensa. Não são raros os discursos e as práticas que reiteram essa correlação entre mulheres e amor, uma vez que a mulher foi historicamente moldada, dentro da lógica binária e heteronormativa, como sendo mais emotiva ou afetiva que o homem.

Sara Ahmed considera que existem vários tipos de amor, mas se dispõe a reconhecer o amor de maneira geral como uma atração, isto é, um movimento de aproximação. Aparentemente, podemos considerar óbvia essa afirmativa, a qual sugere esse avizinhamiento entre o ser que ama e o ser amado, mas a autora busca ir além e pensar como o amor atua na formação de um coletivo em torno de um ideal, configurando, assim, como um elemento de alinhamento entre indivíduos de uma mesma nação.

Quero considerar como a atração do amor por um outro, que se torna um objeto de amor, pode ser transferida para um coletivo, expressa como um ideal ou objeto. Não quero sugerir uma relação de transferência unilateral (quando o amor por um outro em particular passa a “representar” o coletivo, ou quando o amor por um coletivo “representa” o outro em particular). Em vez disso, quero examinar como o amor nos move “em direção” a algo na própria delineação do objeto de amor, e como a direção da “direção” é sustentada através do “fracasso” do amor em ser retribuído (Ahmed, 2014, p.124, tradução minha).

Partindo disso, o amor tem sido considerado como um sentimento “aderente”, “aglutinador”, que se torna ingrediente imprescindível em discursos de patriotismo e de fraternidade. Como já mencionado anteriormente, existe o argumento de que é o amor pelos filhos e pela família que move a mulher em direção à política. Esse sentimento, embora não tenha finalidade da união sexual, também partilha de uma mesma “energia libidinal” que empurra sujeito em direção a um objeto amado (Freud *apud* Ahmed, 2014). Se o amor diz respeito aos corpos que compõem a nação ao mesmo tempo em que se constitui como um ingrediente de narrativas políticas que visam selecionar e moldar as condutas, práticas e corpos

que integram um todo nacional, então é possível falar de amor, ao entrelaçarmos o público e o íntimo, o privado e o político e, assim, pensamos no amor como “um espaço político de disputa de narrativas práticas – de lógicas que são construídas e naturalizadas – hierarquias sobrepostas na ordem de relevância daquilo que é amável, desejável e merecedor de atenção” (Soares, 2021, p. 393).

As obras analisadas concebem um Brasil ou uma região específica do Brasil, no caso do romance de Emília de Freitas, que não existiu, esse é um lugar imaginário que desponta de ambições criativas e políticas das escritoras, mas também de aspirações políticas coletivas comuns ao contexto em questão. Estamos falando do final do século XIX e do início do XX, assim, ao escreverem, essas mulheres buscaram projetar, em suas obras, aquilo que elas consideravam escasso ou ausente no Brasil, elementos que faltam para alcançar o patamar político de nação ideal, na perspectiva delas e de outros sujeitos com quem elas partilhavam essas ideias e que acreditavam que a mulher teria papel fundamental nesse processo. “É preciso que a mulher se desdobre em atividades para poder com os seus próprios recursos endireitar a sociedade corrompida pelo homem. A política corrompida pelo homem. Os governos corrompidos. A vida corrompida...” (Bittenourt, 1929, p. 177).

Muito além de um mero reflexo da frustração ou indignação de Emília, Adalzir e Ada, perante o cenário político no qual elas viviam, marcado, especialmente, pelo boicote político e intelectual que elas enfrentavam, considero que a idealização do País pode ter mobilizado essas escritoras em torno de uma escrita fantástica, ou seja, o sentimento do amor patriótico dessas escritoras serviu como motor dessa escrita.

Ainda que o Brasil, contemporâneo a elas, as decepcionasse, na medida em que não garantiam a elas o pleno exercício de direitos políticos ou não abolia uma série de desigualdades, isso não as impediu de investir, de forma criativa, nesse sentimento. O amor pela nação brasileira as estimulou a criar e a imaginar um país sintonizado aos seus interesses e perspectivas, ou seja, um Brasil alinhado aos moldes que elas e outras mulheres, brancas e de elite, consideravam valiosos e positivos. E nesse processo de idealização, alguns sujeitos são elevados e valorizados, enquanto outros são vistos como um obstáculo. Dessa forma, o ideal nacional cria fronteiras e afasta determinados corpos, como o corpo negro, o corpo “doente”, o corpo estéril, o corpo da feminista “masculinizada” etc.

O feminismo, o nosso verdadeiro feminismo, é esse. Feminismo brasileiro. Não feminismo importado. Feminismo latino. É **colocar a mulher no seu lugar**. Levar-lhe aí os seus direitos, pois **que ela deve intervir positivamente**

**nos assuntos políticos**, as finanças, nos negócios, **a fim de garantir com mais eficiência o esteio forte da família e do lar**. Ela deve saber ensinar aos filhos o caminho reto do dever, a aplicação de patrimônios, a honestidade e a justiça (Bittencourt, 1929, p.176, grifo meu).

Para concluir, podemos refletir acerca dessa questão do feminismo. É possível identificar, nesse contexto, a emergência de um tipo de feminismo, o qual colabora com a felicidade da mulher na medida em que a orienta sobre seu papel na sociedade, uma espécie de feminismo patriótico. Essa visão mantém uma estreita relação com as questões patrióticas e, ainda que essa noção não inviabilize a participação das mulheres no mundo público, ela acaba restringindo a atuação feminina ao ambiente doméstico, historicamente descrito como “o lugar da mulher”.

Esse feminismo [...] deveria ser um “bom feminismo” capaz de garantir direitos às mulheres sem causar grandes “abalos” e sem privar a mulher de suas funções matrimoniais e maternas. O feminismo não deveria enfraquecer a supremacia, o poder masculino sobre as mulheres, essas continuariam tuteladas, submetidas a família. O feminismo defendido pelas escritoras do jornal é um feminismo que colabora com a instituição familiar (Santos, 2018, p.115).

No final do século XIX, em um contexto de mudanças, como o fim da República e a abolição da escravidão, ao mesmo tempo em que várias desigualdades persistiam, os obstáculos a essa realização política, aos olhos de Emília de Freitas, são relacionados à falta de amor, bem como ao não cumprimento dos papéis de gênero. Nas décadas de 20 e 30 do início do século XX, o discurso higienista e modernizante condicionou o desenvolvimento político do Brasil ao combater os “outros”, que eram considerados inferiores. Nesse caso, a própria personagem da presidente foi um exemplo. Ela precisou mencionar o amor pela nação, ou seja, o interesse coletivo, acima do amor por um homem, que era seu interesse pessoal. Esse homem, cujo corpo não se adequava aos interesses políticos do País, foi entregue pela sua amada para ser executado em nome de um ideal político.

Por fim, tivemos Ada Curado e, em um contexto marcado por guerras mundiais, a autora levanta a bandeira da paz ao afirmar que “Se em todos os corações se desenvolvesse a, parcela de amor para com o próximo, o mundo seria um paraíso” (1954, p.9). Ao final da trama, João acorda hospitalizado e entra em desespero ao descobrir que a cidade Paraíso e Clícia existem apenas na sua imaginação e no seu sonho.

Logo, nas três histórias, o amor, seja ele conjugal ou patriótico, é o sentimento que aponta para o futuro e para a felicidade. Nosso interesse, como propõe a historiadora Ana Carolina Soares (2021), foi dimensionar o impacto mobilizador do sentimento amoroso e dos demais sentimentos, concentrando nossa atenção nos efeitos políticos e na visão de gênero desse afeto. Diante de tantos medos e incertezas, de amor e de felicidades, a política e os afetos se mesclam e se voltam para futuro e, assim, chegamos ao último tópico, no qual trataremos da maneira como cada autora esboçou esse sentimento em suas respectivas obras.

### 3.4. UTOPIAS E ESPERANÇA (IM)POSSÍVEIS

*“Novas esperanças encheram-lhe o coração. Apesar da fraqueza, pôs-se de pé com vivacidade. Apanhou o saco com a mão esquerda; o braço direito lhe doía muito; e recomeçou à andar.”* (Curado, 1954, p. 9)

Considero que nossa relação emocional com o tempo - seja ele o passado, o presente ou o futuro – pode se tornar um poderoso vetor de mobilização. Mas, devemos sempre nos perguntar: que mobilizações são essas? Quem as aspira e para onde elas os conduzem? A esperança, assim como o amor, a felicidade, o medo e a tristeza movem os sujeitos e sujeitas e, tais quais os demais sentimentos anteriormente explorados, ela também tem uma história, a qual é social e cultural, além de política e econômica. É o que argumenta Peter Burke em seu artigo “a esperança tem história?”. Ainda conforme esse autor, as esperanças “variam não só conforme a época, mas também de lugar para lugar, e de um grupo social para outro. Diferentes tipos de pessoas têm esperança de coisas diferentes: de vida eterna, felicidade neste mundo, riqueza, segurança, amor, fama, casa própria, e assim por diante” (Burke, p.207, 2012).

Entre os séculos XIX e XX, a esperança esteve diretamente relacionada a acontecimentos, como a instalação da República, sendo esse um sistema político cercado de promessas de progresso e desenvolvimento. Soma-se a isso o desenvolvimento tecnológico e a urbanização, os quais marcaram o contexto brasileiro no final do século XIX e do início do XX, tendo o esboço de um futuro supostamente promissor. A velha ordem excludente e hierarquizadora da idealizada República reproduziu-se nas instituições políticas e no cânone literário. Práticas sociais, lógicas políticas e visões de mundo perpetuaram nesse contexto, mesmo com a mudança da monarquia para a República, assim podemos concluir que “a [proclamação da] República constrói um cenário de sonho, projeta um futuro imaginado e legítima, assim, o presente” (Neves, 2018, p.37).

Segundo Margarida de Souza Neves (2018), tal visão de progresso, herdada das potências capitalistas como Inglaterra e EUA, chega ao Brasil e esbarra no contexto de um país “periférico”, com uma realidade bem diferente das nações desenvolvidas, e essa contradição dificultou a percepção por parte da elite intelectual brasileira, dos princípios evolucionistas, imperialistas e etnocêntricos que sustentaram os discursos de progresso sobre o qual a República tentou se fundar. Nossas fontes, inclusive, reproduzem muito bem esses princípios, como no caso do forte discurso eugênico no romance de Adalzira Bittencourt, além de toda ode que é feita à cultura europeia por parte das três autoras. Tudo isso ditou novos rumos e direcionou olhares para o futuro. Dessa forma, propusemos uma cartografia política e histórica dessas esperanças.

Dentro dos estudos que envolvem a história da esperança, cabe se atentar para o fato de que determinados sujeitos têm suas esperanças transformadas em objeto de pesquisa, enquanto outros sujeitos têm suas esperanças negligenciadas em detrimento de um sentimento de esperança “maior” ou supostamente coletivo. “Esperanças oficiais desse tipo – projetos de líderes políticos ou burocratas – podem ser contrastadas com o esforço cotidiano das pessoas para realizar sonhos individuais, as “pequenas esperanças” (Burke, 2012, p.214). A questão é que, geralmente, o que o autor chama de “grandes esperanças” tem origem em projetos políticos desenhados por homens que, historicamente, ocuparam o poder e se fizeram representar politicamente. Por outro lado, “as pequenas” esperanças são resultado do desejo e de ambições de sujeitos subalternizados, como mulheres, indígenas, negros, pessoas com deficiência, homossexuais, transexuais e tantas outras pessoas em situação de vulnerabilidade social que permaneceram e ainda permanecem à margem da produção do conhecimento histórico.

O autor destaca que momentos como a Revolução Francesa e a Independência estadunidense foram de grande esperança e que vislumbravam um futuro de paz e harmonia. Contudo, documentos importantes como a *Declaração de Independência* dos EUA e ainda a *Declaração dos Direitos do homem e do cidadão* atestam a desigualdade jurídica entre homens e mulheres e a interdição de uma vida política para aqueles que não fossem homens brancos. Nesse sentido, essas grandes “utopias” políticas, que marcaram os séculos XVIII e XIX, em seu cerne não incluíam as mulheres ou outros grupos sociais. Parto do pressuposto de que elas, impulsionadas por suas experiências de exclusão, enfrentaram desafios para conceberem suas próprias utopias políticas, como foi o caso da própria Olympe de Gouges que, em plena Revolução Francesa, ousou sonhar com a igualdade entre homens e mulheres e levantou a sua voz contra a escravidão.

A *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, escrita por Olympe de Gouges em 1791, foi um documento fundamental que articulou aspirações e esperanças políticas de parte das mulheres que participaram diretamente da Revolução Francesa. Apesar de a Revolução ter abalado as estruturas do Antigo Regime e ter promovido ideais de igualdade, as mulheres continuaram a ser marginalizadas e excluídas do processo político. Por isso, Olympe de Gouges argumentou que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos que os homens, incluindo o direito ao voto, à propriedade, à liberdade de expressão e à participação igualitária em todos os aspectos da vida pública e política. Seu texto não apenas escancara e contesta a exclusão das mulheres dos direitos políticos e civis proclamados pela *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, mas também propõe uma visão mais inclusiva da cidadania, que pudesse abranger tanto homens como mulheres. A Declaração é estruturada de forma semelhante à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, sublinhando a universalidade dos direitos humanos, expondo as contradições entre os ideais revolucionários e a realidade de uma cidadania limitada pelo gênero e pela arbitrariedade de negar direitos políticos às mulheres. Assim como Olympe, tantas outras mulheres, fundamentadas em suas aspirações e esperanças individuais e anseios coletivos, fizeram da escrita, da imprensa, da literatura e da arte um caminho possível para trazer para o seio da sociedade nessas discussões.

Para algumas mulheres, especialmente dentro do movimento feminista, o acesso ao voto e aos demais direitos, que as colocassem em situações de maior igualdade política, eram um grande sonho, uma utopia, uma vontade; em contrapartida, grande parte dos homens e até mesmo para algumas mulheres, comprometidas com a manutenção de estruturas patriarcais, enxergavam essa conquista de direitos como uma ameaça, um temor, um receio e/ou uma distopia. Não são raras as charges e os textos veiculados na imprensa que buscam convencer e comprovar que as mulheres em situação de comando representariam a ruína do mundo, ou, pelo menos, a ruína do mundo construído e liderado pelos homens. Nessa batalha de discursos, os sentimentos, as emoções e os afetos são mobilizados e transformados em ações e práticas políticas e intelectuais, como se fossem armas de construção e de desconstrução de papéis de gênero utilizadas por ambos os lados.

Os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, desenvolvidos pelo historiador Reinhard Kosseleck, nos permitem compreender um pouco melhor a relação entre a exclusão política e intelectual das escritoras e seus textos, que tratam de esperanças políticas e projeções em direção a um futuro menos desigual. O "espaço de experiência" refere-se ao conjunto de experiências vivenciadas por determinado grupo ou geração em um período

específico. Essas mulheres viveram imersas dentro de um contexto histórico particular, como foi descrito em capítulos anteriores, transitaram pelo Brasil e pelo mundo, estiveram envolvidas em projetos políticos e culturais, mas também experimentaram eventos e mudanças coletivas. Em um contexto de intensas transformações embaladas por discursos de ordem e de modernização, tais pessoas assistiram à chegada da República, passando pela concessão de voto às mulheres e até acompanharam o desenrolar da Primeira Guerra Mundial. Com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e no mundo público, discussões sobre os limites dessas novas “liberdades” e conquistas femininas, que permeiam a imprensa, fizeram parte desse contexto.

Por *horizonte de expectativa*, entendemos os anseios futuros de determinado grupo dentro desse espaço de experiência. Nesse caso, estamos falando das expectativas de mulheres escritoras brancas de elite expressas pelas suas narrativas literárias. Referimo-nos às possibilidades percebidas por elas em relação ao futuro político, social e econômico do Brasil.

Os utopistas, conforme analisa Bronislaw Baczko, “não são profetas nem iluminados, mas sim “filósofos” que inventam, que constroem, através de seu trabalho intelectual”, na relação múltipla e complexa com “as ideias, as letras, os movimentos sociais, as correntes ideológicas, o simbolismo e o imaginário coletivo”. Ela, a utopia, contribui para a cristalização de sonhos confusos – um esquema de interpretação e unificação das experiências sociais e do horizonte de expectativas, recusas, temores e esperanças que rodeiam aquele campo (Ramos, 2012, p.13, grifo da autora).

Em *O sonho do pracinha*, Ada resume um pouco de suas esperanças pessoais e políticas em seu personagem, o soldado-herói João, um desertor de guerra, o qual que não se abstém do compromisso de tentar “lutar” pelo seu país de outras formas. Para isso, ele deseja sair da “cidade paraíso” e retornar para o “Brasil real”, fazendo com que todos tomem conhecimento sobre aquela terra idílica que contrasta drasticamente com a realidade brasileira na qual ele conhecia até então. A imagem do desertor é substituída pela representação do herói. Na narrativa de Ada Curado, o soldado protagonista afirma preferir morrer a voltar para o campo de batalha. Todo esse esforço de João explica seu desejo de provar que um país melhor é possível. Tudo isso é narrado pela autora, por meio da construção de um cenário em que as pessoas são felizes e vivem em paz, com direitos civis, políticos e sociais básicos garantidos.

Não deixemos de pensar sobre a temática da guerra e da esperança, tema discutido por Ada, sem considerarmos os estudos de gênero, uma vez que, com a guerra, os maridos, pais e filhos foram obrigados a servirem aos fronts e restou às filhas, às mães e às irmãs irem compor

os “frontes” fabris na produção de todo material bélico necessário para a manutenção e para a vitória na guerra. Sobre essa participação, Michelle Perrot fez uma importante reflexão:

Em tempo de guerra, os homens estão na frente de batalha, as mulheres na retaguarda. Fazem tarefas masculinas e, com isso, invadem espaços que antes não ocupavam. Durante a Grande Guerra, elas dirigem bondes ou táxis, entram nas usinas metalúrgicas [...] Quando a guerra acabou, auxiliares e substitutas devolveram o lugar e voltaram aquele lar que lhes pintavam como um ideal e um dever urgente. Longe de serem instrumentos de emancipação, as guerras, profundamente conservadoras, recolocam cada sexo em seu lugar, reiterando as representações mais tradicionais da diferença dos sexos. Para não falar do desastre das violações, não mais exceções, mas quase armas de guerra (Perrot, 1998, p.97).

Ainda que a historiadora francesa considere que a guerra não seja um instrumento de emancipação das mulheres, não devemos nos esquecer que as guerras mundiais, até certo ponto, representaram uma quebra de paradigma e funcionaram como catalizadores para o processo de inserção das mulheres no mundo público, tornando mais tênue o limiar entre público e privado. A guerra tornou mais perceptível a noção de que mulheres são capazes de atuar no mundo público e que, se elas ainda não o fazem na mesma intensidade que os homens, é devido a discursos e práticas que as interditam.

O término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, mexeu com as pessoas e afetou o sentimento de esperança na Europa e em regiões como o Brasil. Primeiramente, a devastação causada pela guerra — com seus inúmeros mortos, feridos, cidades destruídas e economias arruinadas — gerou um anseio coletivo por paz e por reconstrução, que também se manifestou por intermédio da imprensa. A partir de 1945, não são raras as expressões de satisfação e de alívio pelo término do conflito. Em alguns textos, fica evidente que as mulheres são convocadas a participar dessa reconstrução do futuro, como é o caso dessa crônica assinada por Iveta Ribeiro, em que a autora afirma que a mulher não deve se abster de votar, e que esse movimento seria uma das formas, talvez a mais correta, de as mulheres participarem da construção desse futuro e, assim, a pesquisadora argumenta:

**Este momento em que toda a humanidade, como um espectador ansioso está entregue a observação do empolgante drama universal que a guerra acabou de pôr na cena do mundo, esperando o epílogo que há de fechar o *velarium* para desafogo de tantos e tão dolorosos episódios terríveis onde a Morte, o Desespero e a Destruição, o ódio e a Ruína foram os principais personagens, o papel da Mulher, ainda que não pareça, é o mais importante que se pode imaginar.**

Dele, da maneira com que ela o desempenhe, dependerá a verdadeira Paz Universal, porque ela é a Base, o Esteio, a Cumieira de todas as construções humanas. Elemento principal para a formação das sociedades que servem de arcabouço a formação das Pátrias, visto que é a Mulher que compete tornar o caráter dos filhos, orientando-lhes as primeiras ideias, dando-lhes as luzes da crença em Deus e ensinando-lhes a Sagrada Doutrina do Cristo, nunca lhe pesou sobre os frágeis ombros tão pesada responsabilidade como esta que lhe deu a maior das convulsões políticas do mundo, porque o mundo enlouqueceu, talvez por saber demais e por isso mesmo, acredita-se mais do que o seu Criador. [...]

O que nos deve interessar, porém a nós, brasileiros, neste curioso período da nossa história política, quando ainda mal refeitos das lutas externas, em que, a custo de vidas preciosas e do sangue da nossa juventude, que foi buscar nos campos da Itália mais um troféu de Vitória para honra de nossa Pátria e admiração do mundo inteiro, e já que nos embrenhamos no cipal perigoso de um grande embate político interno, o que deve, neste momento, inédito da nossa História, fazer a Mulher Brasileira?

**Ela que sofreu, heroicamente, como Mãe, Espoa, Filha, Noiva e Irmã; que lutou, silenciosamente, nos hospitais de sangue, longe da Pátria; que continuou a lutar na retaguarda, com o coração pleno de angústia e saudade, e que está lutando, ainda, contra as consequências criadas pela guerra e pela atual campanha política eleitoral, tem um grande dever talvez maior do que quantos, tão nobremente, tem cumprido – VOTAR!**

Ela não pode ficar à margem dos que trabalham por um Brasil melhor!

Não pode, nem deve, como muitas já declararam, abster-se de votar, como cidadã livre, consciente e indispensável! Precisa votar consciente do valor desse ato cívico, mas votar por si mesmo, sem se deixar suggestionar por influências alheias; votar segura de sua contribuição jurídica para democratização real do Brasil; votar, obedecendo à convicção sincera, íntima, iniludível, que obteve após o acurado estudo de cada corrente política em foco, de cada candidato indicado, de cada doutrina política apresentada, votar, enfim, como aquela parte do povo, alma e vida da Nação, que é a defesa natural do Lar, a guarda dos berços onde se foram a força consciente, a Crença salvadora e a Cultura dignificante das Pátrias livres!<sup>91</sup>

Nesse sentido, para algumas mulheres, da mesma forma que para as escritoras, a participação política, por meio do voto, deveria ser incentivada ainda em 1945, mais de uma década após a conquista do voto feminino. Como explica Mônica Karawejczyk (2020), a liberação do voto em 1932 não causou uma corrida às urnas como esperavam as sufragistas. Grande parte das mulheres permaneceu temerosa e relutante em relação a essa conquista recente. Os discursos religiosos, jurídicos e científicos mais conservadores insistiam nos malefícios dessa conquista, dessa forma, novamente, o medo exercia sua função pedagógica.

---

<sup>91</sup> Dever precípua. FONFON, Rio de Janeiro. 1945, n° 30, grifo meu.

Não percamos de vista que as esperanças são diversas, assim as aspirações, os sonhos e as esperanças de mulheres pobres e iletradas, talvez, voltavam-se para conquistas mais imediatas, como salário digno, o qual seria capaz de garantir o sustento da família, sendo essas as pequenas esperanças” de mulheres marginalizadas. Por isso, voltamos à prerrogativa de que grupos políticos, étnicos e sociais experimentam a esperança de forma sempre subjetiva, mas nunca completamente desenraizada do contexto coletivo, dos discursos e das práticas que permeiam qualquer contexto histórico. Pensando no sentido mais geral, a “grande esperança” ou a “esperança oficial”, seguindo o raciocínio de Peter Burke, pós-segunda Guerra, se resumiu na urgência de reconstruir sociedades e economias devastadas, bem como evitar futuros conflitos. Neste contexto, essa esperança “oficial” é colocada em prática por meio de ações como a criação das Nações Unidas, visando à prevenção de futuras guerras e à promoção de direitos humanos. Esse foi o contexto em que Ada escreveu.

O fim da guerra também deu impulso a movimentos de descolonização na Ásia, na África e em outras regiões, alimentando esperanças de autodeterminação e liberdade entre povos subjugados por impérios coloniais. Essa onda de independência refletiu em um desejo coletivo por autogoverno, por justiça social e por igualdade, aspectos fundamentais para a construção de um sentimento de esperança nas nações que buscavam seu lugar em um mundo pós-guerra.

O *espaço de experiência* de escritoras e escritoras, como Ada e demais intelectuais de elite de sua época, refere-se ao conjunto acumulado de conhecimentos, vivências e memórias obtidas por essas pessoas durante a Segunda Guerra Mundial. O espaço de experiência da humanidade estava profundamente marcado pelos horrores e pela devastação do conflito. Os relatos dos campos de batalha, os genocídios, as bombas atômicas e a destruição em massa, narrados na imprensa periódica, constituíram um passado que não deveria se repetir. Após 1945, o *horizonte de expectativa* de escritores e escritoras, como Ada Curado, estava carregado de uma esperança renovada por um mundo mais pacífico, justo e próspero, dentro das suas concepções políticas e sociais.

Quando chegamos na segunda metade do século XX, podemos notar que as guerras mundiais abalaram o otimismo e comprometeram os discursos modernizantes no início do século. Nesse sentido, as guerras moldaram a experiência de homens e mulheres ao longo do século XX, não só na Europa, mas na América e no Brasil, principalmente se considerarmos que nosso país se fez presente em ambos os conflitos mundiais, principalmente de forma mais ativa na Segunda Guerra. E, assim como a guerra moldou a experiência das pessoas, esses

sujeitos também podem moldar o entendimento sobre a guerra. As mulheres, a partir de seus pontos de vista e de suas experiências, também criaram seus próprios entendimentos e conclusões sobre esses conflitos armados de proporções avassaladoras.

O clima de insegurança do início da Guerra Fria fez com que os intelectuais percebessem que, talvez, nem todas as previsões de modernidade e benefício ao país se concretizaram ao longo das primeiras décadas. É nesse momento que a escritora Ada Curado se manifesta em favor de um Brasil futurista, mas, agora, o maior medo daquele relacionado à guerra e todas as perdas humanas e sociais.

- Como te chamas?

-João.

- Eu sou Maggie. Olha, estamos chegando, é ali.

Vou fazer-te só mais uma pergunta. De onde vens?

- Não sei...

- Como não sabe?! Pode alguém não saber de onde vem?!

- Tenho receio...

João olhou para os lados, assustado.

- Se não queres dizer, não diga o digas, não me zangarei. Quanto ao receio, aqui nada precisas se temer.

- É que eu sou... sabe? Eu sou... desertor.

João falava baixinho.

- Que vem a ser isso?

- Desertor de guerra!

- Guerra?! Aqui nós só conhecemos isso por meio de Atlas de história. Será motivo de grande curiosidade (Curado, 1954, p.12).

Ivone Guebara e Débora Diniz, ao refletirem sobre a esperança, sua relação e sua importância com o movimento feminista, destaca a forma como a guerra é um eixo estruturante do próprio patriarcado.

No mundo patriarcal há glória em matar aquele que é considerado inimigo, em apedrejar mulheres acusadas de adultério, em queimar bruxas consideradas cúmplices de Satã. A glória da guerra, de sair vencedor, também contagiou algumas mulheres, embora de forma diferente. Quantas se alistaram nas guerras? Quantas se entregaram aos vencedores vibrando de alegria frente às suas conquistas? O mundo patriarcal necessita da glória masculina sobre os outros e outras para viver e necessita da dominação e da ocultação histórica das mulheres para se manter de pé. O fato é que, de diferentes maneiras, sempre guerreamos, mas sempre negaram nossa participação, porque denunciávamos também a inutilidade das guerras e porque éramos perspicazes nas linhas de frente e de retaguarda. Na guerra, o sonho da maioria das mulheres não era matar o inimigo, mas sair da guerra, acabar com ela. A guerra, além de uma certa glória, lhes dava também muito medo. Svetlana Aleksievitch recolhe testemunhos de mulheres que viveram a guerra. Uma lhe disse: “sabe o que pensávamos na guerra? Como serão felizes as pessoas depois da guerra! (Guebara, 2022, p. 25. Edição do Kindle)

Todos esses medos, abordados diretamente ou indiretamente por cada uma das autoras, desnaturalizam sentimentos e abrem caminho para que possamos vislumbrar o alcance e os limites dessas emoções. Percebo que é especialmente quando as emoções são ignoradas, naturalizadas e desvalorizadas que as elas funcionam mais efetivamente para manter determinadas estruturas de poder que privilegiam grupos específicos.

Paradoxalmente, não podemos deixar de observar que a emergência de novas potências mundiais e a configuração da ordem bipolar da Guerra Fria remodelaram as expectativas e as aspirações, fazendo conviver, lado a lado, a esperança de um mundo pacífico e as tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética, que acabaram por introduzir novas incertezas e medos. Enquanto as memórias da guerra serviam como um lembrete sombrio do que deveria ser evitado, elas também impulsionavam o compromisso com a reconstrução e com a cooperação internacional. O contraste entre o passado traumático e as aspirações para o futuro gerou uma dinâmica na qual o medo e a esperança coexistiam, orientando as ações políticas, sociais e econômicas das nações e os indivíduos.

Em síntese, considero que o sentimento de esperança, após o término da Segunda Guerra Mundial, foi multifacetado, moldado tanto pelo desejo de reconstrução e paz quanto pelas incertezas da nova ordem mundial. Esse sentimento refletia a complexidade das aspirações de parte do Ocidente em um momento de profunda transformação, ao mesmo tempo que servia de estímulo para ações políticas centradas no otimismo e no desejo de transformação.

A existência de um lugar utópico, no qual não há guerra, e as necessidades básicas das pessoas e seus direitos fundamentais, como saúde, educação e alimentação são atendidas sem custo, servindo como uma crítica da autora às falhas dos sistemas políticos e sociais existentes. A esperança reside na possibilidade de transformação desses sistemas em direção a uma sociedade mais justa e igualitária sem “ vaidade, cobiça, inveja e ódio”, como deixa evidente a própria autora no início de sua narrativa. Por meio desse conto, escrito em meados do século XX, Ada Curado sugere que esse Brasil do futuro é uma utopia, portanto inalcançável. O desfecho da história deixa isso claro a seguir: “- João nunca esteve em lugar algum, além da cama do “Hospital Americano em Pistóia”, na Itália, ferido pela guerra sofrendo de “neurose” típica de homens que experimentaram os horrores dos campos de batalha.” (Curado, 1954, p. 38). Mas, ainda assim, o que a história busca “ensinar” aos leitores é que a felicidade só é possível por intermédio da construção de relações humanas baseadas no respeito, na cooperação

e na harmonia social, o que poderia incentivar o público leitor a imaginar e a lutar por realidades alternativas nas quais prevaleçam a paz, a igualdade e o bem comum.

Foi sob influência de uma esperança, parecida com a esperança causada pelo fim da Segunda Guerra, que Adalzira Bittencourt escreveu *Vossa excelência a presidente da República no ano de 2500*, dessa vez o mundo refletia sobre os efeitos do primeiro do Primeiro Conflito Mundial. Por um lado, tem-se o alívio pelo fim da guerra; por outro, os problemas econômicos causados pela crise mundial de 1929. No romance de Adalzira, conhecemos a personagem Mariângela, a mulher que ocupa, ainda que no futuro, o cargo mais alto na hierarquia política e administrativa do Brasil. Este cenário representa uma ruptura das desigualdades de gênero que marcavam o Brasil. Contudo, não podemos esquecer que essa ruptura não é profunda a ponto de incluir pessoas que não fossem brancas, heterossexuais e cristãs.

O desejo de maior participação das mulheres, pelo menos de mulheres brancas, no espaço público era uma esperança presente no cotidiano da autora, haja vista a sua intensa participação em inúmeros projetos, já citados anteriormente, os quais tinham, por objetivo, garantir destaque e visibilidade às mulheres. E o que a autora denomina “triunfo do feminismo” seria um dos responsáveis por esse sucesso. Ela dedica o livro “ao Brasil de seus sonhos”, deixando entrever seu desejo de que aquela narrativa se concretize. Na imprensa, também aparecem textos favoráveis a emancipação das mulheres, os quais também indicam a substituição dos homens pelas mulheres em postos de trabalho antes ocupados por eles, como podemos perceber no trecho da revista *Fonfon*:

A ideia caminha triunfante, angariando mais adesões que os partidos políticos. [...] O avanço é grande. As mulheres têm penetrado... Nas artes, nas ciências, nas letras, em todas as manifestações intelectuais são representadas. Ganhou com o seu concurso o comércio, transformados os seus hábitos pela substituição dos empomadados [...] por essas discretas e ágeis demoiselles. [...] Em certas indústrias o braço feminino exclui por completo o masculino e não perdemos a esperança de as vermos um dia – como em Paris – cocheiras e chauffeuses (!) expulsando para os subúrbios esses barbadões de óculos que tresandam às léguas e esses confiáveis mecânicos que vivem a atropelar a humanidade<sup>92</sup>.

A pessoa que escreveu o texto, não se sabe se fora homem ou mulher, demonstra desejo de que, no futuro, as mulheres ocupem o lugar dos homens como motoristas; além disso, também tece elogios diretos a Myrthes Gomes de Campos, considerada a primeira mulher a exercer formalmente a advocacia no País. Ela se formou na Faculdade de Direito do Largo de

---

<sup>92</sup> FONFON, Rio de Janeiro. 15 de julho de 1907, ano I, n° 10, p.17.

São Francisco, algo notável para a época, considerando as restrições educacionais e profissionais impostas a esse grupo no final do século XIX e no início do século XX. Após formada, Myrthes enfrentou outro grande desafio. Na época, a legislação não permitia explicitamente a participação feminina na advocacia. Ela teve que lutar para inscrever-se na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A advogada não apenas conseguiu se inscrever na OAB em 1906, como também dedicou parte de sua carreira à defesa dos direitos das mulheres, contribuindo para o avanço das questões de gênero e para a ampliação do espaço dessas pessoas no campo jurídico e em outras áreas da sociedade. Ela também se envolveu com o jornalismo e com a literatura, usando desses meios para expressar suas ideias progressistas e para advogar em favor dos direitos das mulheres. Jornais e revistas também noticiavam, em suas páginas, o ingresso e participação das mulheres em atividades diversificadas no mundo do trabalho<sup>93</sup>.

Essa maior participação das mulheres em atividades que vão além da arquitetura familiar e materna também se faz presente em *A Rainha do ignoto*, no capítulo 28, intitulado “uma sessão da maçonaria das mulheres no salão do nevoeiro”, em que são apresentadas as divisões que compõem a sociedade do nevoeiro. Aqui, temos médicas, cientistas, musicistas, marinheiras, maestrinas, pintoras, maquinistas, generais, algumas até de outros lugares, como a da engenheira diretora da estrada de ferro e das fábricas, chamada Constance Herriel, norte-americana e com quem a Rainha do ignoto conversa em inglês.

— God save the Queen of the meadows. I am grateful for your kindness. You are adored by your people, and I am the representer of the fidelity of the servants Queen’s.

A rainha respondeu no mesmo idioma.

— I thank you, Constance Herriel, you are a favorite of mine’s. (Freitas, 2019, p.153).

Vale destacar que, em 1899, quando o romance foi escrito, não havia mulheres engenheiras no Brasil. A primeira engenheira no Brasil foi Edwiges Maria Becker<sup>94</sup> Rego. Formada pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro, ela se tornou a primeira mulher a concluir um curso de Engenharia no País, superando barreiras sociais e profissionais em uma época em que a presença feminina nesse campo era praticamente inexistente. A conquista de Edwiges abriu caminho para outras mulheres no campo da engenharia,

---

<sup>93</sup> Para aprofundar na vida e nas contribuições de Myrthes Campos sugiro o artigo da professora Tânia Maria Tavares Bessone e Lucia Maria Paschoal Guimarães intitulado *Myrthes Gomes de Campos (1875-?)*: *pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina*.

<sup>94</sup> Para saber mais sobre Edwiges Becker consultar: <https://anebrasil.org.br/patronos/edwiges-maria-becker/>

representando um marco importante na luta pela igualdade de gênero em profissões tradicionalmente dominadas por homens.

A maioria dos cargos ocupados pelas mulheres que compõem a sociedade do Ignoto ainda eram vetados às mulheres na época em que o romance foi escrito, em 1899. Isso reflete a esperança da autora de que as mulheres pudessem ocupar mais espaços, assim como ela. Podemos interpretar que a sociedade matriarcal do Ignoto simboliza a esperança de que essas pessoas possam alcançar a emancipação política, social e pessoal, aspecto que já estava em curso, lentamente, na sociedade brasileira.

Assim como Adalzira, Emília também destaca a tecnologia como meio de progresso social. A presença de elementos científicos e tecnológicos avançados, no reino governado por mulheres, aponta para a esperança na ciência e na inovação como ferramentas para a melhoria da sociedade. A obra propõe uma crítica às injustiças sociais, às questões econômicas e de gênero prevalentes na sociedade da época e faz isso explorando um contraste entre os mundos real e o utópico. Apesar de desafiar algumas estruturas patriarcais ao demonstrar a capacidade de liderança e governança das mulheres, devemos considerar que a obra abarca outras esperanças, como a de que as mulheres possam se sentir seguras e felizes dentro de um ambiente familiar considerado adequado, ou mesmo a esperança de que violências e desigualdades de gênero sejam superadas.

Essas narrativas fantásticas e utópicas, escritas por mulheres, eram disruptivas para a época, contraditoriamente, também não deixaram de reforçar papéis e estereótipos de gênero. Por outro lado, o que diferencia essas produções literárias de outros produtos escritos, contemporâneos a eles, e que também tinham mesmo propósito de validar e legitimar normas de gênero, é justamente a utilização da estratégia do encantamento ou do estranhamento diante do que pode ser considerado como sublime e extraordinário. Defendo, aqui, que isso fez parte da estratégia política dessas autoras, as quais se utilizaram da literatura como prática motivadora de transformações. Colocar personagens femininas em posições de autoridade, em um contexto em que as mulheres não tinham direito ao voto e ainda enfrentavam uma série de limitações de direitos civis e sociais, como fez Emília de Freitas e Adalzira, inegavelmente causou um desconforto ao público, o qual pode ter colaborado bastante com o posterior apagamento históricos dessas autoras.

Refletir e descrever um Brasil imaginário e futurista, como fez Adalzira e Ada, também abriu caminho para posturas questionadoras que sugerem um abandono de visões e comportamentos que nossas autoras consideravam como comuns e habituais. “O que as

feministas compartilham é uma preocupação com o futuro, ou seja, um desejo de que o futuro não deva simplesmente repetir o passado” (Ahmed, 2014, p. 184). O que foi considerado como “maravilhoso” ou “fantástico”, na concepção das autoras ou do público leitor dessas obras, é o que permite/permitiu a expansão do campo de visão desses sujeitos e sujeitas históricas.

A capacidade de admiração é um espaço que se abre à surpresa de cada combinação; cada corpo, que se transforma desta ou daquela maneira, impressiona os outros, afetando o que eles podem fazer. O encantamento diante da maravilha abre um espaço coletivo, permitindo que as superfícies do mundo possibilitem uma impressão, à medida que se tornam visíveis ou palpáveis como superfícies [...]. A própria orientação da admiração, com suas faces abertas e corpos, envolve uma reorientação de sua relação com o mundo. O maravilhar-se mantém corpos e espaços abertos à surpresa dos outros (Ahmed, 2014, p.183, tradução nossa).

Ao refletir sobre o que move as pessoas para se identificarem como feministas, Sara Ahmed coloca a esperança como uma emoção norteadora desse processo. Outro importante teórico que reflete sobre essa relação entre política e esperança é Ernest Bloch. No ensaio *O Princípio da Esperança*, Bloch descreve a esperança como um impulso humano fundamental que orienta uma busca por um futuro melhor. Assim como a necessidade de se alimentar é um aspecto que nos mantém vivos, a fantasia e o sonhar acordado são os que nos fazem mais vivos e até mais humanos. Bloch argumenta que a esperança é uma força motriz na história humana, um sentimento intrínseco que nos impulsiona a imaginar e lutar por um mundo melhor. Esta esperança não é ingênua ou infundada, mas é baseada em possibilidades reais que surgem das contradições e conflitos da história. A esperança, portanto, é um elemento crucial na política, pois motiva a ação e a resistência contra as injustiças. A filosofia da esperança, de Ernst Bloch, foi gestada exatamente no contexto da Segunda Guerra Mundial. Conforme explica Suzana Albornoz,

o livro foi escrito durante o exílio de Bloch nos Estados Unidos, entre 1938 e 1949. O contexto de sua maturação é, pois, o da perseguição aos judeus pelo nazismo e da aparição da bomba atômica. Não é efeito do acaso se Bloch faz referência ao presente como ao “momento obscuro do presente” (Albornoz, 2021, p.14).

Ainda assim, o pensamento Blochiano nos convida a enxergar que a esperança é uma força criativa que não deve ser despregada de análises materialistas, haja vista o fato de que essa força nos impulsiona a agir e a criar um futuro melhor. Bloch argumenta que a esperança é a base das utopias criadas pela humanidade, inclusive as utopias políticas, e, sem elas, a

humanidade não teria motivação para buscar as transformações que o futuro exige. Ele também acredita que a esperança é a chave para superar a alienação e a falta de sentido. A "esperança" funciona como um sistema aberto que interliga diversos campos do conhecimento, desde a ontologia até a política. Nesse sentido, o pensamento de Bloch é original na medida em que dialoga com conceitos fundamentais da teoria marxista e reavalia as superestruturas em relação à infraestrutura econômica, sugerindo uma nova direção para a ética e para a filosofia da esperança (Albornoz, 2021). Tudo isso fundamentado no reconhecimento da capacidade humana de imaginar e de criar um mundo melhor àquilo que se aproxima da proposta política e literária das autoras que escolhi pesquisar.

Os sonhos mais maduros são os sonhos coletivos de força utópica. Os homens têm construído utopias, não apenas literárias, sociais ou políticas, mas utopias que se referem à saúde e à medicina, bem como à técnica, o domínio da vida e da natureza; têm também construído utopias arquitetônicas, em seus monumentos e pirâmides ou catedrais; têm perseguido utopias geográficas, pelos confins dos mares; têm construído a utopia no país das artes e do lazer. Algumas dessas utopias se realizam em parte. Outras são presas do utopismo abstrato, não se realizam nem se realizarão, porque são sonhos acordados que não levam em conta o concreto ser dos homens, suas tendências, suas carências, suas possibilidades reais latentes no presente (Albornoz, 2021, p.8).

Partindo das considerações de Ernst Bloch e, especialmente, de Sara Ahmed, a esperança dialoga com o contexto de vida das autoras estudadas, além de ser um sentimento que articula passado, presente e futuro.

É no presente que os corpos dos sujeitos estremece com a expectativa do que é diferente; está no desdobramento do passado no presente. O momento de esperança é quando o 'ainda não' nos impressiona no presente, de tal forma que devemos agir, politicamente, para torná-lo nosso futuro (AHMED, 2014, p.165, tradução nossa).

Como professora e pesquisadora, compreendo a profundidade e a complexidade das relações entre esperança, história e política. Estes três elementos estão intrinsecamente ligados e moldam a forma como entendemos o mundo e agimos nele. No contexto político, a esperança está intimamente ligada às ideias de emancipação e de liberdade, conceitos amplamente explorados não só por Bloch. bell hooks, por exemplo, também propõe uma perspectiva que vai além da simples esperança, destacando a necessidade de ação e de comprometimento para alcançar mudanças significativas. Para ela, "esperançar" implica acreditar na possibilidade de

transformação, o que, também, demanda esforço ativo na construção de um futuro mais justo e equitativo. hooks destaca a importância de unir a esperança ao engajamento prático, incentivando as pessoas a agirem de maneira consciente e coletiva para superar desafios sociais e promover a igualdade. O conceito de "esperançar", da referida pesquisadora, tem um compromisso com a construção de um mundo mais inclusivo. A esperança, neste cenário, surge da capacidade humana de agir, de iniciar o novo, de imaginar e de construir realidades diferentes. A esperança, assim, é tanto um impulso para a ação política quanto uma forma de reimaginar e redefinir o passado, permitindo-nos aprender com ele e usar essas lições para construir um futuro diferente.

Essas teóricas nos mostram que a esperança, a história e a política estão interconectadas de maneiras complexas. A esperança se afasta do caráter de sentimento, algo puramente natural e a-histórico, para se tornar um princípio que molda a história e a política; a história não é apenas o registro do passado, mas o terreno no qual a esperança e a política se encontram; e a política não é apenas o exercício do poder, mas também um meio de realizar as aspirações humanas, alimentadas pela esperança.

Considerando o que foi possível mapear a respeito das obras, apesar de comentadas e elogiadas quando foram publicadas, notamos o caráter de esquecimento e apagamento em momentos posteriores. Chamar atenção do público era parte da estratégia das escritoras, as quais recorreram a enredos fantásticos, seja por meio de uma ilha governada e composta só por mulheres - o Brasil moderno e feminista de 2500 -, seja pelo Brasil ideal e democrático do século XL. Essas literaturas também atuam como técnicas afetivas, isto é, ferramentas para construção e proteção da nação ou de um ideal de nação que incluía mais as mulheres, ou, pelos menos, algumas mulheres. Esses escritos foram instrumentos políticos utilizados pelas autoras. Logo, analisar a maneira como as emoções são dispostas nessas narrativas foi o cerne do meu trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como somos movidos pelas emoções, a forma como nossas ações são direcionadas pelas nossas emoções, envolve, inegavelmente, a maneira como interpretamos sensações e sentimentos, e essas interpretações dependem não só das nossas experiências pessoais passadas, mas também se ancoram nas experiências de outros sujeitos anteriores a nós (Ahmed, 2014). A maneira como essas emoções são manuseadas e manipuladas nas narrativas produzidas pelas escritoras em questão, sugere a utilização política da literatura fantástica, onde a fantasia é um elemento promotor de mudanças e deslocamentos. Ainda conforme, Ahmed, o “deslumbramento”, o “maravilhoso”, a irrupção do extraordinário, aquilo rompe com o rotineiro, viabiliza mudanças e deslocamentos é o que aproxima mulheres, como ela mesma, do movimento feminista.

Nossas três fontes primárias abordam a fantasia, o encantamento e a esperança e, ao contrário de Emília e Adalzira, apenas a Ada Curado não se reconheceu publicamente feminista, ainda que suas ações possam ser inseridas desse de um contexto de conquista de direitos pelas mulheres. Mesmo algumas delas não se considerando declaradamente como integrante ativa do movimento feminista, inúmeras ações e projetos de Ada, como a fundação da Academia Feminina de Artes e Letras em Goiás (AFLAG), convergiram para transformações sociais e valorização das mulheres, princípios que estavam em íntima sintonia com o movimento feminista de meados do século XX. Ainda assim, considero pertinente ressaltar que rotular essas três escritoras como feministas não foi o objetivo dessa tese. Toda nossa reflexão se centrou em fazer uma análise de gênero sobre essas fantasias e utopias, de forma a perceber a maneira como os sentimentos são manuseados com determinados objetivos que ora corroboram, ora questionam como os papéis de gênero são construídos, interpretados e vivenciados por homens e, especialmente as mulheres, ao longo do século XX. Contudo, essa tese se pautou por uma hermenêutica feminista, um olhar que explora e destaca as desigualdades de gênero.

Na contramão do pensamento moderno, ousou concordar com a ideia de que a razão e emoção não são tão antagônicas e para concluir gostaria de retomar alguns pontos fundamentais dessa tese. Começo ressaltando que todo meu esforço de pesquisa se amparou em uma "política cultural das emoções". Ou seja, meu trabalho se norteou pelo reconhecimento de que as emoções não são apenas experiências individuais ou biológicas, mas também são socialmente e historicamente construídas e que desempenham funções até bem “práticas” com finalidades que podem ser identificadas e estudadas. E tais emoções, como amor, medo, felicidade, tristeza

e esperança foram elaboradas e politicamente empregadas na manutenção de estruturas sociais ocidentais, as quais também apresentamos e discutimos ao longo da tese. Toda essa teoria desenvolvida por Sarah Ahmed e outras pesquisadoras, escancara as emoções como instrumentos políticos que podem ser mobilizadas para reforçar ou resistir a estruturas de poder, particularmente no que diz respeito às questões de gênero, raça, sexualidade.

Através do conceito de *emocionalidade*, somos convidadas a perceber como o amor romântico, para as mulheres, tanto nos jornais como nos livros analisados, foi um dispositivo de poder que alimentou uma estrutura familiar tradicional, apesar de se propor moderna. E a felicidade caminha de mãos dadas com o projeto político republicano, convidando as cidadãs fazer apenas o que foi socialmente autorizado para o bem da nação, e sempre regozijar-se e contentar-se, mesmo diante de eventuais sacrifícios que são exigidos das mulheres-mães. O amor e a felicidade não são apenas simples respostas internas e naturais dessas mulheres aos eventos sociais e externos. Foi analisando as economias emocionais, que fui capaz de elaborar e perceber como nossas personagens, enquanto sujeitas vivenciam, experimentam o amor e a felicidade, agindo em prol de serem contempladas por eles deixando entrever a maneira como cada autora elabora e experimenta a realidade da vida ordinária.

A economia emocional de Ahmed reconhece como as emoções são valorizadas, distribuídas e instrumentalizadas em diferentes espaços sociais, culturais e políticos. As emoções circulam entre corpos, corpas, objetos e contextos e desempenham papel fundamental na reprodução das normas, hierarquias e identidades. Por isso, ao explorar essa perspectiva, Sarah Ahmed nos desafia não só a (re)pensar as emoções, mas também refletir e questionar as estruturas de poder subjacentes, abrir novos caminhos para a compreensão das experiências emocionais e suas implicações nas interações sociais e na convivência humana, tanto no ambiente público quanto privado.

Toda essa teoria foi aplicada as obras literárias de três autoras brasileiras que viveram entre o final do século XIX e o final do século XX. A literatura foi um espaço importante para a expressão dessas ambivalências, oferecendo um olhar único sobre o início da história política republicana no Brasil. A exploração de um itinerário investigativo por meio da vida e obra de Emília Freitas, Adalzira Bittencourt e Ada Curado, autoras muitas vezes esquecidas pela crítica literária, nos permite traçar um retrato complexo do contexto social e político, atravessado pelas relações de gênero, entre os séculos XIX e XX no Brasil, nas regiões dos grandes centros e do interior.

Nesse cenário, elas emergiram como escritoras cujas obras refletem não apenas sua experiência pessoal, mas também as dinâmicas mais amplas de sua época. Emília, com seu enredo quase autobiográfico, fornece insights valiosos sobre como as emoções, a política e a cultura se entrelaçam. Suas obras são uma janela para o ambiente social e político do Norte e do Nordeste, no quais Emília vivem. Em sua jornada literária, Emília Freitas começou com uma série de publicações, incluindo *O Renegado* e *Canções do Lar*, antes de dar vida à sua obra mais conhecida, *A Rainha do Ignoto*, publicada em 1899. Essa obra, muitas vezes esquecida e mal compreendida pela crítica, abordou uma série de temas, incluindo feminismo, ciência, espiritismo e outras correntes filosóficas da época. Em seu romance, Emília nos apresentou uma sociedade secreta de mulheres que agiam em favor daqueles desfavorecidos, destacando a "condição feminina" e questões de justiça social. O romance de Emília de Freitas é complexo e multifacetado e seu estilo literário, com nuances simbolistas, permitiu a exploração de contrastes entre o rural e o urbano, a capital e o interior, refletindo o período de transição do Império para a República no Brasil.

Adalzira Cavalcanti de Albuquerque Bittencourt Ferrara deixou um legado intelectual que também merece ser retirado da sombra da historiografia. Ela enfrentou os desafios de uma época em que poucas mulheres tinham a oportunidade de buscar uma educação superior. Ela foi contemporânea da luta das mulheres pelo sufrágio e outras importantes conquistas concernentes ao espaço público, algo que ela mesmo foi exemplo. Sua formatura em Direito, em 1927, pela Faculdade de Direito de São Paulo, é um testemunho de sua determinação e perseverança, já que ela era a única mulher em sua turma.

Adalzira não se limitou a uma carreira jurídica; ela também se destacou no jornalismo, fundando jornais e contribuindo para outras publicações, incluindo o *Jornal do Brasil* e a *Revista Feminina*, jornais de grandes alcance e circulação que a ajudaram a espalhar sua voz. Além disso, ela dedicou-se à educação, atuando como professora em Buenos Aires e organizando a Biblioteca Feminina de Letras no Rio de Janeiro. Todos esses esforços na promoção da cultura e da literatura feminina são dignos de destaque.

A vida pessoal de Adalzira permanece envolta em mistério, com poucos detalhes sobre sua família, relacionamentos ou possível casamento. No entanto, sua vida pública agitada, repleta de viagens, eventos políticos e literários, demonstra uma dedicação incansável a sua carreira. Sua obra *Vossa Excelência, a presidente da República no ano de 2500* revela o compromisso de Adalzira com o feminismo e a modernização do Brasil. O romance utópico reflete uma visão de futuro na qual uma mulher ocupa a presidência do país, enfatizando o papel

das mulheres na sociedade e na política. Isso ocorreu em um período em que as mulheres enfrentavam desafios significativos na busca de igualdade e reconhecimento, tornando o trabalho de Adalzira ainda mais significativo.

A vida e obra de Ada Paiochinni Ciocci Curado, uma figura muitas vezes negligenciada pela crítica literária, nos oferece uma visão do interior do Brasil do século XX. Ada Curado viveu uma vida rica em experiências e desafios, tendo se mudado para diversas cidades devido ao trabalho de seu esposo na polícia de Goiás. Sua jornada literária foi marcada por uma notável versatilidade, com incursões em diferentes gêneros literários, incluindo contos, poemas, crônicas e até uma peça de teatro. O comprometimento de Ada com a literatura e seu desejo de explorar temas contemporâneos e cotidianos de sua época a destacaram como uma escritora que desafiou as tradições literárias que, muitas vezes, restringiam as mulheres a temas considerados "adequadamente femininos". Em suas obras, Ada tratou de questões políticas, sociais e culturais, demonstrando uma sensibilidade e perspicácia notáveis. Além disso, Ada Curado também teve um papel ativo em várias associações literárias, além de ter recebido troféus e inúmeras homenagens por todo o país. Seus livros, "Nêgo Rei" (1966) e "Figurões" (1985), são testemunhos de seu talento literário e sua capacidade de explorar uma variedade de temas e gêneros. Um de seus trabalhos mais notáveis foi o romance "Morena", publicado em 1958, que a projetou nacionalmente. Mas nessa tese me debrucei sobre o livro de contos *O Sonho do Pracinha* (1954), mais particularmente sobre o conto inicial que dá nome ao livro em questão. A "paulista de nascimento, mas goiana de coração" foi mais uma figura influente que não apenas deixou uma marca indelével na literatura brasileira, mas também foi uma das pioneiras na publicação de contos em Goiás, contribuindo para a modernização da prosa ficcional escrita por mulheres na região, mas que também sofreu do apagamento historiográfico semelhante ao apagamento que também atingiu as demais autoras. Nossas três autoras abordam questões políticas, sociais e culturais que permanecem relevantes até hoje. Suas trajetórias e capacidades de trazer à tona as complexidades de seus contextos e épocas merecem um lugar destacado na história literária brasileira.

Nos concentramos em refletir sobre 2 pares de sentimento correlacionados e ao mesmo tempo aparentemente antagônicos, de um lado o amor e felicidade, do outro o medo e a tristeza. Existem expectativas e ações que surgem a partir desses sentimentos. Felicidade e amor se completam. A felicidade é manifestação da realização do amor, sem o qual as mulheres não poderiam ser felizes, como prova a figura da mulher solteira e infeliz. Existe, historicamente, o que foi, e ainda é considerado como forma correta de amar e ser feliz. A tristeza e o medo, por

sua vez, tal qual o amor, também são emoções pedagógicas, que despertam sensações de desamparo e angústia experienciadas por mulher que eventualmente não conseguiram desempenhar as funções que, supostamente, lhes proporcionaria o amor e felicidade. Por fim, nos debruçamos sobre a esperança.

As economias afetivas que Sarah Ahmed analisa se relacionam relacionado com a elaboração se sentimentos de felicidade ou infelicidade de mulheres e homens, o que envolve a forma como as mulheres são ensinadas a alcançar o combo amor-felicidade por meio de determinadas narrativas culturais e expectativas sociais. Em muitas sociedades, as mulheres são frequentemente direcionadas a encontrar a felicidade por meio de papéis tradicionais, como o casamento, a maternidade e a conformidade com padrões de beleza e comportamentos submissos. O que cria uma pressão significativa sobre as mulheres que não seguem esses caminhos, condenando-as a tristeza, solidão e fracasso. Nesse sentido o amor, atrelado ao desejo de ser feliz, é imobilizado para sustentar uma série de normas.

A busca da felicidade, muitas vezes baseada em normas de gênero e conformidade com papéis tradicionais, pode criar outro repertório de sentimentos, como tristeza e medo, caso as mulheres não conseguissem atender a essas expectativas. O conceito de economia emocional de Ahmed nos encoraja a questionar essas normas e a compreender como a busca da felicidade pode ser influenciada por fatores culturais e sociais, permitindo uma análise crítica das emoções em relação às expectativas e normas impostas às mulheres. Essa interseção entre emoções, poder, identidade e cultura, desenvolvida por Ahmed explica como as emoções desempenham um papel significativo na política e nas relações sociais, e como a compreensão dessas dinâmicas emocionais é fundamental para a análise crítica das estruturas de poder e de como elas afetam a vida cotidiana das pessoas.

Nas obras pesquisadas podemos concluir que pode até parecer que pouco foi feito no sentido de questionar as estruturas. Grande parte das ações literárias de Emília, Adalzira e Ada se concentraram na permanência e perpetuação das estruturas e de todas as desigualdades descanteadas por essas estruturas. Examinei como certas emoções são incentivadas ou desencorajadas, validadas ou invalidadas ao longo do século XX, dentro do contexto urbano brasileiro, contribuindo para a construção das identidades dessas mulheres da elite intelectual e dos círculos dos quais elas fazem parte. Contudo, o impacto dessas resistências pontuais, como o fato de ter mulheres liderando o Brasil do futuro ou uma sociedade secreta exclusivamente feminina teve um impacto significativo na opinião pública e no meio literário da época, uma vez que tais fantasias políticas alimentam uma cadeia de esperanças.

E de todos os sentimentos analisados a esperança é aquele que pode ser considerado um dos mais valiosos instrumentos de mudança, assim ela se faz presente em todos os três enredos e dialoga com a fantasia e com a política das emoções. Emília Adalzira e Ada não apenas perpetuaram padrões sociais, mas abriram caminhos para possibilidades outras, diversas e reais de existência. Entender a pedagogias dos sentimentos e a maneira como dispomos deles para existir em meio ao caos do mundo real, entendendo como desfrutamos das emoções e as elaboramos politicamente foi um trabalho árduo, doloroso e gratificante que eu busquei viver a cada instante durante a pesquisa e escrita dessa tese.

## **FONTES:**

## **LIVROS:**

BITTENCOURT, Adalzira. *Vossa excelência, a presidente da república no ano de 2500*. In: QUINLAN, Susan C; SHARPE; Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro: Duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia, UFG, 1996.

CURADO, Ada. CURADO, Ada. *O sonho do pracinha e outros contos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1954.

FREITAS, Emília. *A rainha do ignoto: Romance psicológico*. Revisão e notas por Constância Lima Duarte. São Paulo: 106, 2019.

## **JORNAIS:**

A FEDERAÇÃO. Manaus, MA. 14 de novembro de 1898 Edição n° 252, p.1.

A FEDERAÇÃO. Manaus, MA. 18 de janeiro de 1899, edição n° 317, p.1.

A REPÚBLICA: ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICADO FEDERAL. Curitiba, PR. 8 de março de 1901. Edição n. 54, p.2.

FONFON, Rio de Janeiro. 15 de julho de 1907, ano I, n° 10, p.17.

FONFON, Rio de Janeiro. 04 de julho 1908, ano II, n° 13, p.9.

FONFON, Rio de Janeiro. 15 de novembro de 1910, ano IV, n° 3, p.23

FONFON, Rio de Janeiro. 1 de outubro de 1910, ano IV, n° 40, p.41.

FONFON. Rio de Janeiro. 20 de julho de 1912. Ano VI, n° 29, p. 57

FONFON, Rio de Janeiro. RJ. *Uma sufragista vendedora de jornais*. 11 de outubro de 1913. Edição n° 41, p.6.

FONFON. *Garabulhas*. Rio de Janeiro, RJ. 15 de julho de 1916. Edição n° 29 ano X, p.30.

FONFON. Rio de Janeiro. RJ. 16 de dezembro de 1916. Ano X. Edição n° 51, p.35.

FONFON, Rio de Janeiro. RJ. *O mundo não perdoa*. 15 de março de 1924. Edição n° 11, p.78.

FONFON. Rio de Janeiro. RJ. 14 de junho de 1941. Edição n° 24, p.28.

FONFON, Rio de Janeiro. *Dever precípua*. 1945, n° 30.

JORNAL DE NOTÍCIAS. *Trocando ideias*. Goiânia, GO. 15 de agosto de 1957. Edição n° 184, p.3.

O PAIZ, Rio de Janeiro. RJ, 13 de janeiro de 1910. Edição n° 9596, p.3.

O PAIZ, Rio de Janeiro. RJ.23 de maio de 1914. Edição n° 10820, p. 6.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Unesp, 2004.

ALBORNOZ, Suzana. Guerra. *O enigma da esperança: Ernst Bloch e as margens da história do espírito*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. [Recurso eletrônico].

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. M. de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

ARRAIS, Cristiano; OLIVEIRA, Eliézer; ARRAIS, Tadeu. *O século XX em Goiás: O advento da modernização*. Goiânia: Cãnone, 2016.

BACHELARD, Gaston. *O direito de sonhar*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANTIGNY, Ludivine. *Engajar-se: política, evento e gerações*. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História das emoções: Do final do século XIX até hoje*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BARBOSA, Saulo Vinícius. Da Vendaia ao sertão: dois momentos da visão de Euclides da Cunha sobre Canudos. *Humanidades 3m diálogo*, n.8, p. 199-207, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2017.140552> > Acesso jul/2024.

BESSIÈRE, Irène. O relato fantástico: forma mista do caso e da adivinha. Trad. Biagio D'Angelo. *Revista FronteiraZ*, n.9, dez/2012. Disponível em: < <https://11nq.com/revistafrenteiraz> > Acesso em fev/2024.

BESSONE, Tânia Maria Tavares; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina*. *Niterói*, v. 9, n. 2, p. 135-151, 2009.

BENTIVOGLIO, Júlio César. *História e distopia: a imaginação histórica no alvorecer do século XXI*. 2 ed. rev. Vitória: Milfontes, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

- BITTENCOURT, Adalzira. *Vossa excelência, a presidente da república no ano de 2500*. In: QUINLAN, Susan C.; SHARPE, Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro: Duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: UFG, 1996.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Trad. de Nélío Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BOBBIO, Norberto (et al). *Dicionário de política*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999
- BURKE, Peter. A esperança tem história?. *Revista Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, 2012, p. 207-218. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/39493> > Acesso em: fev/2014.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CAMARANI, Ana Luiza Silva. *A literatura fantástica: caminhos teóricos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- CARGNELUTTI, Camila M.; REIS, Marcus V. O gênero como categoria de subversão do patriarcado: diálogos e interseções entre Literatura e História. *Revista Glauks*, v. 17, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: < <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/27> > Acesso em: fev/2024.
- CARROY, Jacqueline; DUPOUY, Stéphanie. *Do lado das ciências: psicologia, fisiologia e neurobiologia*. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História das emoções: Do final do século XIX até hoje*. Trad. de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAUSO, Roberto de Souza. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil, 1875 a 1950*. v. 13. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1
- CESERANI, Remo. *O Fantástico*. Trad. Nilton Tripadalli. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.
- CHARTIER, Roger. *Textos Impressões e leituras*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- COLLING, Ana Maria. *A cidadania da mulher brasileira: uma genealogia*. São Leopoldo, Oikos, 2021.

\_\_\_\_\_, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

\_\_\_\_\_; TEDESCHI, Losandro. (Orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. (Orgs). *História das emoções: Do final do século XIX até hoje*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. *Sopro em brasas Dormentes: Inventário das precursoras da Literatura em Goiás*. 136f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, 2003.

DEPLAGNE, Luciana; CAVALCANTI, Idney. *Utopias sonhadas, distopias anunciadas: Feminismos, gênero e cultura queer na literatura*. João Pessoa, UFPB, 2019. Disponível em: < <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/146> > Acesso em: fev/2024.

DELUMEAU, Jean, (1923). *História do medo no ocidente 1300-1800*. Trad. Maria Lucia Machado; Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005. Edição do Kindle.

FERNANDES, Luiz Carlos. O fantástico e o maravilhoso da solidão latino-americana. *Itinerários*, n.19, 2002, p. 55-65. Disponível em: < <https://11nq.com/itinerarios> > Acesso em: fev/2024.

FERRAZ, Bruna Fontes. *O universo em um livro: As cosmicômicas de Itálo Calvino*. 113f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo Oligárquico: Da Proclamação da República à Revolta de 1930*. Coleção O Brasil republicano, v.1. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Antônio Celso. *A fonte fecunda*. In: LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencour. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002, p. 11-37. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/gDHdw8PmQmffzRrdXgQVG7H/> > Acesso em: fev/2024.

FREDRIGO, Fabiana. *Prefácio*. In: PRADO, Maria Lígia. *Utopias latino-americanas: Política, sociedade e cultura*. São Paulo: Contexto, 2021.

FREVERT, Ute. *O gênero e a história: o exemplo da vergonha*. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. (Orgs). *História das emoções: Do final do século XIX até hoje*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

GABRIELLI, Murilo Garcia. O lugar do fantástico na literatura brasileira. *Itinerários*, n. 19, 2002, p.25-33. Disponível em: < <https://acesse.dev/itinerariosrevista> > Acesso em: fev/2024.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. A literatura fantástica: Gênero ou Modo? *Revista Terra roxa e outras terras. Revista de Estudos Literários*, v. 26, 2013, p.18-31. Disponível em: < <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroxa/article/view/25158> > Acesso em: fev/2024.

HERNANN, Jacqueline. *Religião e política no alvorecer da república*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). *O tempo do liberalismo Oligárquico: Da Proclamação da República à Revolta de 1930*. Coleção O Brasil republicano, v.1. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOOKS, bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.

JACKSON, Rosemary. *Fantasy: The Literature of Subversion*. Taylor & Francis e-Library, 2009.

JEHA, Júlio. A semiose da fantasia literária. *Signótica*, v. 13, n.1, 2001, p. 117-136. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/7295> > Acesso em fev/2014.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAURO, Claudia Rosa. Miedo. In: TEDESCHI, Losandro. (Orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS, UFGD, 2015.

LUCA, Tania Regina. *Fontes impressas, história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. O inquérito da Revista do Brasil (1940) sobre os rumos da literatura brasileira. *Territórios & Fronteiras*, v. 9, n. 2, jul/dez., 2016. Disponível em: < <https://encr.pw/territoriosefronteiras> > Acesso em: fev/2024.

LANGHMAER, Claire. *Amor, seduções e desejos*. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. (Orgs). *História das emoções: Do final do século XIX até hoje*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. Resenha: Sonhos diurnos e geografia, sobre o princípio esperança de Ernst Bloch. *Transformação*, v. 31 n.1, 2008, p.205-213. Disponível em: < <https://encr.pw/transformacaounesp> > Acesso em: fev/2024.

MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da Solteirona: Conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948)*. 319f. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História: UNB, 2007.

MARIOT, Nicolas. *Fúria, comunhão e ardor cívico: a vida política das emoções*. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. (Orgs). *História das emoções: Do final do século XIX até hoje*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

MATANGRANO, Bruno Anselmi; TAVARES, Enéias. *Fantástico brasileiro: O insólito literário do Romantismo ao Fantasismo*. Curitiba: Arte & Letras, 2019.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e das relações de gênero: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, v.19. n.19, 2013, p.5-15. Disponível em: < <https://11nq.com/mandragora> > Acesso em fev/2024.

MUZART, Zahidé L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2000.

NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra e o amor*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Orgs). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). *O tempo do liberalismo Oligárquico: Da Proclamação da República à Revolta de 1930*. Coleção O Brasil republicano, v.1. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NIELS, Karla Menezes Lopes. *Fantástico à Brasileira: O gênero fantástico no Brasil*. Anais do V Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras, Estudos de Literatura, UFF, n.1, 2014. Disponível em: < <https://11nq.com/anaisdosappil> > Acesso em: fev/2024.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. *Uma escritora na periferia do Império: vida e obra de Emília Freitas (1855-1908)*. 189f. Tese de doutorado em Literatura Brasileira. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 2007.

OLIVEIRA, Renata Andrade. Cultura política e gênero na América Latina: Estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina. *Em Debate*, v.6, n.3, jul.2014, p.8-32. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6103> > Acesso em: fev/2024.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan/jun 2011, p.270-283. Disponível em: < <https://encr.pw/revistatopoi> > Acesso em: fev/2021.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Débats*, [Online] Jan/2006. Disponível em < <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560> > Acesso em jul/2024.

PROCHASSON, Christophe. *Emoções e política*: Primeiras aproximações. Dossiê História intelectual e política. *Varia historia*, v. 21, n. 34, jul/2005, p.305-324. Disponível em: < <https://acesse.dev/variahistoria> > Acesso em fev/2024.

QUINLAN, Susan C; SHARPE; Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro*: Duas modernistas esquecidas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Goiânia, UFG, 1996.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, 2013, p. 89–98, 2013. Disponível em: < <https://acesse.dev/cadernospagu> >. Acesso em: fev/2024.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do liberalismo Oligárquico: Da Proclamação da República à Revolta de 1930*. Coleção O Brasil republicano, v.1. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. A romanização na Igreja católica e a moral feminina. *Caminhos*, v. 11, n. 2, jul/dez 2013, p. 151-169. Disponível em: < <https://goo.gl/ZvxCJP> > Acesso em: fev/2016

ROAS, David. *A ameaça do fantástico: aproximações teóricas*. Trad. Julián Fuks. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2014. Edição do Kindle.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Dicionário amoroso da psicanálise*. Trad. André Teles. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2019.

RODRIGUES, Selma Calasans. *O fantástico*. São Paula: Ática, 1988.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Mulheres educadas e educação das mulheres*. In: PEDRO, Joana Maria Pedro; PINSKY, Carla. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SÁ, Márcio Cícero de. *Da literatura fantástica: teorias e contos*. 141f. Dissertação De Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

SANTA'ANNA. Denize Bernuzzi. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, Ana Paula. A vertente feminina do gótico na literatura brasileira oitocentista. *Anais eletrônicos do XVI Congresso Internacional ABRALIC*, 2019. Disponível em: < [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017\\_1522185753.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522185753.pdf) > Acesso em: abril/2021.

SANTOS, Danielle S. M. *Gênero, cultura política e literatura: fantasias, utopias e esperanças produzidas por mulheres entre o final do século XIX e primeira metade do século XX*. *Anais eletrônicos da XIX Semana de História da UFG*, 2021 p. 375-385.

\_\_\_\_\_. *Construindo o lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás*. 2018. 165 f. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, 2018.

\_\_\_\_\_. Do útero ao coração: Corpos de mulher, maternidade e eugenia na utopia de Adalzira Bittencourt. *Poder & cultura*, v. 5, 2018, p. 34. Disponível em: < <https://poderecultura.blogspot.com/p/numeros-antiores.html> > Acesso: Fev/2024.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a Literatura?* Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. “Aminadab” ou do fantástico considerado como uma linguagem. In: \_\_\_\_\_. Situações I. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 135-149.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (Orgs). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Na literatura, mulheres que reescrevem a nação*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SHARPE, Peggy. Trinta e sete dias em Nova York com Adalzira Bittencourt. *Estudos Feministas*, v. 16 n.3 set/dez, 2008, p. 1093-1106. Disponível em: < <https://acesse.dev/feministasestudos> > Acesso em: fev/2024.

SCHAMLTZ, Yeda. *Homenagem a Ada Curado*. Academia Feminina de Artes e Letras de Goiás. Revista 1998-2001.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Quem reivindica a identidade? *Revista Desenredo*, v. 4, n. 1, 2008, p. 49-60. Disponível em: < <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/546> > Acesso em fev/2024.

\_\_\_\_\_. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*, v. 16, fev/1998, p. 297-325. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183> > Acesso em: fev/2024.

\_\_\_\_\_. Outras reflexões sobre gênero e política. *Crítica Histórica*, v.10 n. 19, jun/2019, p.10-38. Disponível em: < <https://encr.pw/criticahistorica> > Acesso em: fev/2024.

\_\_\_\_\_. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*. v. 20, n. 2., jul/dez, 1995, p.- 71-99. Disponível em: < <https://11nq.com/educacaoerealidade> > Acesso em fev/2024.

SOARES, Ana Carolina Eiras C; SANTOS, Danielle Silva Moreira dos. A intelectualidade telúrica de Ada Curado: uma grande escritora em Goiás no século XX. *Dimensões*, v. 45, jul/dez. 2020, p. 284-314. Disponível em: < <https://acesse.dev/periodicoufes> > Acesso em fev/2024.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia dos sentimentos, literatura e história: por um ambiente social plural*. In: CARRIS, Luciene Carris; SENA, André (Org.). *Relações Internacionais em um mundo pós-pandemia: permanências e descontinuidades*. Cravos, Porto, Portugal, 2021. Edição do Kindle.

\_\_\_\_\_. “*Se eu não te amasse, teria realizado os teus sonhos*”. *Carolina, a mulher que ousou querer ser livre*. In: PEREIRA, Marcos Paulo; LIMA, Francisco Wellington; LEA, Tito Barros (orgs). *José de Alencar em cenas: Estudos da dramaturgia alencariana*. UNIFAP, 2019.

SOIHET, Raquel. *O povo na rua: Manifestações culturais como expressão de cidadania*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. *O tempo do Nacional estatismo: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Coleção O Brasil republicano, v.2. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SOUZA, Talita Michelle de et al. *A história de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias*. 210f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, 2017.

STUART, Barão. *Para a história do jornalismo cearense 1824-1924*. Tipografia Moderna, 1924. Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/AA00000264/00001/3j>> Acesso em: Jul/2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2018.

TELLES, Norma. Autor + A. In: JOBIM, José Luis. (org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. Coleção Debates 98. 2 edição. São Paulo, Perspectiva, 2003.

VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Tempo e Argumento*, v. 6, n. 13, set/dez, 2014, p. 90-109. Disponível em: < <https://acesse.dev/tempoargumento> > Acesso em: fev/2024.

WOLFF, Cristina S. (org). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. 1.edição. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. [recurso eletrônico]

YOUNG, Iris M. *Imparcialidade e o Público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da Teoria moral e política*. In: CORNELL, Drucilla; BENHABIB, Seyla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.